



Psicologia em pesquisa

Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF



Volume 8 | Número 1
Janeiro - Junho de 2014

Número temático: História da Psicologia



REVISTA
PSICOLOGIA
EM PESQUISA



Psicologia em Pesquisa

ISSN 1982-1247

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF | Brasil

Volume 8 Número 1

Janeiro - Junho 2014

Missão

Psicologia em Pesquisa é um periódico eletrônico semestral (junho e dezembro) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e tem como público alvo pesquisadores, docentes e profissionais de psicologia e demais áreas correlatas.

Seu objetivo principal é promover a produção e a divulgação do conhecimento científico no campo da Psicologia e de suas áreas afins. Para tanto, prioriza a publicação de artigos originais que relatam os resultados de pesquisas empíricas ou teóricas. Também são publicadas outras comunicações científicas originais como, por exemplo, revisão de literatura, ensaio teórico, resenha, entrevista, relato de experiência, que tenham relevância para a Psicologia e suas áreas correlatas. Os manuscritos podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol.

Com a meta de assegurar uma avaliação imparcial e promover um intercâmbio entre os autores e seus pares, todos os manuscritos submetidos à **Psicologia em Pesquisa** são avaliados segundo um processo de revisão às cegas por pares, seguindo orientações do Committee on Publication Ethics (COPE) em todos os aspectos éticos e, em especial, em relação a casos de má conduta e plágio em publicações acadêmicas.

Editor-Chefe

Saulo de Freitas Araujo – UFJF

Editores Convidados

Sérgio Dias Cirino – UFMG

Annette Mülberger – UAB (Espanha)

Editores Associados

Fernando Antonio Basile Colugnati – UNICAMP

Francis Ricardo dos Reis Justi – UFJF

Francisco Teixeira Portugal – UFRJ

Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho – UFAL

Telmo Mota Ronzani – UFJF

Vitor Geraldi Haase – UFMG

Comissão de Política Editorial

Saulo de Freitas Araujo – UFJF

Altemir José Gonçalves Barbosa – UFJF

Juliana Perucchi – UFJF

Lélio Moura Lourenço – UFJF

Marisa Consenza Rodrigues – UFJF

Assistente do Editor

Cíntia Fernandes Marcellos – UFJF

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira – UFJF

Equipe Técnica

Franciele Resende de Souza – UFJF

Henrique Pinto Gomide – UFJF

Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico

Zeppelin Editorial

Conselho Editorial

Acácia Angeli Aparecida dos Santos – Universidade São Francisco

Adelina Guisande – Universidad de Santiago de Compostela (Espanha)

Alexander Moreira-Almeida – Universidade Federal de Juiz de Fora

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ann Dowker – University of Oxford (Inglaterra)

António M. Diniz – Universidade de Évora (Portugal)

Antônio Maurício Castanheira Neves – Universidade Católica de Petrópolis

Carla Witter – Universidade São Judas Tadeu

Cláudio Garcia Capitão – Universidade São Francisco

Eduardo José Manzini – Universidade Estadual Paulista

Enrique Saforcada – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Erikson Felipe Furtado – Universidade de São Paulo

Fernando Vidal – Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)

Gerardo Prieto – Universidad de Salamanca (Espanha)

Gerson Yukio Tomanari – Universidade de São Paulo

José Antônio Damásio Abib – Universidade Federal de São Carlos

Leandro Almeida – Universidade do Minho (Portugal)

Makilim Nunes Batista – Universidade São Francisco

Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Marcos Emanuel Pereira – Universidade Federal da Bahia

Marcus Bentes de Carvalho – Universidade Federal do Pará

Maria do Carmo Guedes – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mônica Sanches Yassuda – Universidade de São Paulo

Richard Saitz – Boston University (EUA)

Richard Theisen Simanke – Universidade Federal de Juiz de Fora

Sandra Regina Kirchner Guimarães – Universidade Federal do Paraná

Sônia Maria Guedes Gondim – Universidade Federal da Bahia

Thomas Sturm – Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)

William Barbosa Gomes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Zilda Aparecida Pereira Del Prette – Universidade Federal de São Carlos

Sumário

Editorial

- 1 **Uma História Pluralista da Psicologia**
Sérgio Cirino, Annette Müllberger, Saulo de Freitas Araujo

Artigos / Articles

- 3 **A Delicacy of Empathy: Hume's Many Meanings of Sympathy**
Requinte da Empatia: Diversos Significados da Simpatia de Hume
Lou Agosta
- 16 **Uma Resenha de Três Autores do Brasil Colonial a partir da Ótica Agostiniana da Temporalidade**
A Review of Three Authors of Colonial Brazil from the Perspective of the Augustinian Temporality
Marina Massimi, Sérgio Peres de Paula
- 30 **Visualidade Moderna: Reflexões acerca da Obra de Goethe e Schopenhauer**
Modern Visuality: Reflections about Goethe's and Schopenhauer's Works
Rômulo Ballestê, Francisco Teixeira Portugal
- 41 **Algumas Referencias de Lacan a la Psicología del Desarrollo de Charlotte Bühler (1936–1948)**
Some Lacanian References to Charlotte Bühler Developmental Psychology (1936–1948)
Federico Corniglio
- 53 **El Pensamiento de Moisés Bertoni sobre el Origen y la Psicología de los Indígenas Guaraníes**
The Thought of Moisés Bertoni on the Origin and Psychology of the Guarani Natives
José Emilio García
- 66 **Psicología Experimental Francesa y Cultura Científica en los Inicios de la Carrera de Psicología de la Universidad Nacional de Cuyo (San Luis, Argentina)**
French Experimental Psychology and Scientific Culture in the Beginnings of the Psychology Program at the National University of Cuyo (San Luis, Argentina)
María Andrea Piñeda
- 77 **O Trabalho Antropológico de Max Wertheimer e a Psicologia da Gestalt**
Max Wertheimer's Anthropological Work and Gestalt Psychology
Flávio Vieira Curvello, Arthur Arruda Leal Ferreira
- 85 **The Diagnostic and Statistical Manual: Historical Observations**
Manual Diagnóstico e Estatístico: Observações Históricas
Cecilia Brown, Emily DePetro, Harry Whitaker
- 97 **La Identidad Profesional como Problema: El Caso del "Psicólogo-Psicoanalista" en la Argentina (1959–1966)**
Professional Identity as a Problem: The Case of the "Psychologist-Psychoanalyst" in Argentina (1959–1966)
Alejandro Dagfal
- 115 **Uma Perspectiva Católica da Psicologia no Brasil: Análise de Artigos da Revista "A Ordem"**
A Catholic Perspective of Psychology in Brazil: Analysis of Articles taken from "A Ordem" Magazine
Ana Maria Jacó-Vilela, Luiz Felipe Dias da Rocha

Resenha / Review

- 127 **O Introspeccionismo ainda não Considerado: O Caso de Edward Titchener**
Cíntia Fernandes Marcellos

Editorial

Uma História Pluralista da Psicologia

É com alegria que PSICOLOGIA EM PESQUISA apresenta à comunidade acadêmica um número temático sobre HISTÓRIA DA PSICOLOGIA. Este número é o resultado do esforço coletivo dos nossos editores e do grupo de trabalho (GT) de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) que, durante seu XV simpósio, em maio de 2012, lançou a ideia deste fascículo temático. De lá para cá, foram dois anos de trabalho intenso, que envolveu um grande número de atores, em especial, os editores convidados Sérgio Cirino (UFMG) e Annette Mülberger (UAB).

A diversidade de objetos, temporalidades, metodologias e línguas dos artigos indica, por um lado, a efervescência do campo, com grandes áreas da história da psicologia ainda não exploradas. Por outro, a mesma diversidade indica também as múltiplas possibilidades de análises historiográficas, o que é muito salutar para a área. Como resultado, temos uma variedade de artigos instigantes e igualmente provocadores.

Agosta, em seu *A Delicacy of Empathy*, apresenta-nos possíveis diferentes sentidos do termo “*sympathy*” na perspectiva do filósofo britânico David Hume. O autor nos adverte sobre possíveis consequências dessas acepções para a compreensão e o manejo de termos importantes para a psicologia, como a “*empatia*”.

Uma resenha de Três Autores do Brasil Colonial a Partir da Ótica Agostiniana da Temporalidade é o título do artigo de Massimi e de Paula. Nele, destacam-se quatro dimensões agostinianas da temporalidade e ainda a relação entre a noção de temporalidade e o dinamismo pessoal em Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão e Nuno Marques Pereira.

A Doutrina das Cores de Goethe é o tema central do artigo de Santos e Portugal. Com o título *Visualidade Moderna: Reflexões acerca da Obra de Goethe e Schopenhauer*, o texto analisa o que se pode denominar “novo regime de visualidade no século XIX”. De acordo com os autores, a ideia original e inovadora de Goethe parece não ter afetado a historiografia da psicologia. O texto propõe, portanto, que se repense tal postura.

Corniglio é o autor de *Algunas Referencias de Lacan a la Psicología del Desarrollo de Charlotte Bühler*. O texto analisa obras do início da carreira do psicanalista francês. Com base em um levantamento inicial de escritos do jovem Lacan sobre a obra da psicóloga alemã Charlotte Bühler, Corniglio se debruça sobre a noção de “transitivismo infantil” e as primeiras formulações lacanianas sobre o “eu” e o “imaginário”.

O texto seguinte, *El Pensamiento de Moisés Bertoni sobre el Origen y la Psicología de los Indígenas Guaraníes*, de García, analisa a influência do pensamento de Bertoni na constituição da psicologia no Paraguai. De origem suíça, Bertoni era naturalista, escritor e botânico. Ele chegou ao Paraguai em 1888 e acabou se enveredando por diversas outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a moral e a psicologia.

O estabelecimento de culturas científicas nos cursos de psicologia na Argentina, na segunda metade do século XX, é o tema do texto de Piñeda, intitulado *Psicología Experimental Francesa y Cultura Científica en los Inicios de la Carrera de Psicología de la Universidad Nacional de Cuyo*. O texto discute a influência da psicologia experimental francesa e da obra de Paul Fraisse no Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de la Universidad Nacional de Cuyo, na Argentina.

Curvello e Ferreira assinam o artigo *O Trabalho Antropológico de Max Wertheimer e a Psicologia da Gestalt*. O texto propõe uma reinterpretação do gestaltismo em oposição à psicologia em voga no início do século XX na Europa. Com base no texto de Wertheimer intitulado *Über das Denken der Naturvölker*, os autores analisam e discutem a questão da percepção de quantidade no âmbito da psicologia da percepção.

Uma análise das principais mudanças no Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM), desde sua primeira publicação, em 1952, até sua mais nova edição, em 2013, é o tema do artigo *The Diagnostic and Statistical Manual: Historical Observations*, de Brown, DePetro e Whitaker, que discutem possíveis impactos dessas mudanças para os pacientes e para a sociedade.

Dagfal é o autor de *La Identidad Profesional Como Problema. El Caso del “Psicólogo-Psicoanalista” en la Argentina (1959–1966)*. O autor mostra que havia uma clara tensão, naquela época, entre as propostas de uma psicologia científica, desvinculada da sua aplicação cotidiana, e as propostas de inserção profissional do psicólogo a partir de suas práticas psicoterapêuticas.

O último artigo, *Uma Perspectiva Católica da Psicologia no Brasil: Análise de Artigos da Revista A Ordem*, de autoria de Jacó-Vilela e Rocha, analisa como os intelectuais católicos perceberam e en-

frentaram a emergência da psicologia científica no Brasil entre 1920 e 1960.

Para finalizar, o número temático traz uma resenha do livro *The Philosophical Background and Scientific Legacy of E. B. Titchener’s Psychology: Understanding Introspectionism*, escrito por Christian Beenfeldt.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Sérgio Cirino

Annette Müllberger

Saulo de Freitas Araujo

A Delicacy of Empathy: Hume's Many Meanings of Sympathy

Requinte da Empatia: Diversos Significados da Simpatia de Hume

Lou Agosta¹

Abstract

The argument of this article is that Hume uses multiple definitions of “sympathy” and that they map closely to the multidimensional meaning of empathy, which distinguishes empathic receptivity, empathic understanding, empathic interpretation, and empathic responsiveness. The section on how Hume is relevant today uses “humanity” as a bridge between sympathy and empathy. A review of the literature on the debate about sympathy in the Hume literature is provided to establish what has been overlooked in the many meanings of sympathy, namely, receptivity, interpretation, and optimal responsiveness. These are then engaged in the sections on sympathy as receptivity to affects, interpretation, and optimal responsiveness, each correlated with the parallel aspects of empathy.

Keywords: Sympathy; empathy; receptivity; understanding; taste.

Resumo

O argumento deste artigo é que Hume usa múltiplas definições para “simpatia”, que estão mapeadas próximas ao sentido multidimensional de empatia, o qual distingue a receptividade empática, a compreensão empática, a interpretação empática e a resposta empática. A seção sobre a relevância atual de Hume usa a “humanidade” como ponte entre a simpatia e a empatia. Uma revisão da literatura sobre o debate referente à simpatia na literatura de Hume estabelece o que passou despercebido nos diversos significados de simpatia, ou seja, receptividade, interpretação e responsividade ótima. Estas estão inseridas nas seções sobre simpatia como receptividade aos afetos, interpretação e responsividade ótima, cada um correlacionado aos aspectos paralelos da empatia.

Palavras-chave: Simpatia; empatia; receptividade; compreensão; gosto.

¹Argosy University (Chicago), United States of America

How Hume is Relevant Today

Hume's philosophy is part of the deep history of empathy, and it is as such that his work is engaged in this essay. The intention is not to evaluate Hume's work from the perspective of the limited understanding of empathy that we have today in neuroscience, but to appreciate anew the possibilities he saw for relatedness to other people that include recognition, acknowledgement, humor, friendship, compassion, taste, enlarged humanity, among others. Hume included himself on the list as a participant in many of these qualities. As such, he was an exemplary individual, a magnanimous and gracious spirit who envisioned possibilities for human development irreducible to mere self-interest or an austere formalism, embracing an enlarged humanity. Hume traced how our humanity emerges in a closely related set of qualities: delicate sensitivity to the affects of other individuals; human understanding as presence of mind and practical wisdom; interpretation of the other individual from the standpoint of a general but sym-

pathetic spectator, and optimal responsiveness as a facility of expression and fellow-feeling (e.g., Hume, 1751/1968, p. 67). These aspects of our humanity provide a foundation for the emerging understanding of empathy as that which provides one for our relatedness to the other individual in empathic receptivity, empathic understanding, empathic interpretation, and empathic language. These in turn point back at and fulfill an expanded definition of empathy, which makes it the foundation of human relatedness. “Humanity” is going to provide a leading thread as we connect the dots between Hume's several meanings of “sympathy” and the multidimensional process today called “empathy”.

Hume's humanity is front and center. This is also a terminological point. He sometimes used the word “humanity” as overlapping with “social sympathy” (Hume, 1751/1968, p. 83) or “fellow-feeling” (Hume, 1751/1968, p. 47). He writes about “the force of humanity and benevolence” (Hume, 1751/1968, p. 47), which, in turn, indicates what is altruistic, generous, and charitable. Likewise, he

writes about the “principles of humanity and sympathy” (Hume, 1751/1968, p. 57). In all these instances, the suggestion is that “humanity,” “sympathy,” “fellow-feeling,” and “benevolence” are closely related, yet distinct aspects of the larger phenomenon of his inquiry into the dynamics of human conduct and relations, or why would he call them out separately? To compound the terminological challenge, there is one passage in which Hume uses all three synonymously — “general benevolence, or humanity, or sympathy” (Hume, 1751/1968, p. 115) — but then the massive merger is limited. They are all alike only in the limited sense that none of the three is reducible to self-love. They are all distinct, though overlapping, once self-love is acknowledged as significant and important in human conduct, but it is not the foundation of morality, argues Hume. All these qualities — benevolence, humanity, sympathy — live in the hearts of mankind as separate and independent dispositions, calling forth moral approbation. Hume also understands “humanity” in a wider and deeper sense that encompasses the possibilities shared by all human beings:

[...] The humanity of one man is the humanity of everyone; and the same object touches this passion in all human creatures. But the sentiments which arise from humanity are not only the same in all human creatures and produce the same approbation or censure, but they also comprehend all human creatures (Hume, 1751/1968, p. 94).

“Humanity” is herein a general competence and capability underlying our capacity to experience and respond to morally-relevant behavior. Those readers who are familiar with the ethics of Kant may hear an echo of the second formulation of the categorical imperative of morality, which emphasizes the austere sentiment or emotion of respect that all human beings have for one another in virtue of being ends in themselves and not mere means to contingent purposes. Hume continues by proposing to distinguish and investigate “the sentiments dependent on humanity” that “are the origin of morals” (Hume, 1751/1968, p. 94). It is this “humanity” distinction that will enable us to connect the dots — or, to mix the metaphor, build a bridge — between Hume’s many meanings of sympathy in his early *Treatise of Human Nature* (Hume, 1739/1973)¹ and *An Enquiry*

Concerning the Principles of Morals (Hume, 1739/1973), and the multidimensional process of empathy that has emerged in our own time since 1995.

In addition, Hume provides an example of an exemplary individual, who, in his own personal self-description, transforms qualities of narcissism — self-love in a limited but not entirely negative sense — into positive ones of the self, such as humor, wit, wisdom that comes with experience, appreciation of finitude, and many qualities associated with an enlarged humanity. These are the sorts of characteristics that make a person a good friend, “someone worth knowing,” living life to its fullest, a credit to the community, and an exemplary human being. These transformations of the self are a useful reminder of the currency of Hume’s philosophical contribution to a time that knows the negative aspects of narcissism, exhibitionism, selfishness, and grandiosity without greatness.

While the main intention is to retrieve Hume’s forgotten contribution to the history of empathy, there is another scholarly agenda. The debates about the role of sympathy in Hume — where “sympathy” echoes “empathy” without the reduction of either one to the other — have overlooked the contribution of his aesthetic dimension. The role of taste as the appreciation of beauty in nature and in art comes into focus. For Hume, it was not the truncated, subsidiary ability with which we sadly regard and neglect it today. Taste was a capacity that along with sympathy — and frequently complementary with sympathy — provided a complement to our humanity as feeling, imagining, thinking people in relationship not only with art, but with several aspects of our relatedness to other human beings. And it is in this relatedness to the other person — the other as such — that the link is completed with empathy in the full, developed, mature sense. However, to appreciate the complex dynamics of the many meanings of “sympathy” in the context of Hume’s philosophical activity, a review of the literature is appropriate. We now turn to it.

A Review of the Debate on Sympathy in the Literature on Hume

At the risk of over-simplifying Andrew Cunningham’s (2004) subtle approach to the development of sympathy into benevolence, he notes that

¹ Hereafter, “1973” refers to the Selby-Bigge addition of Hume’s 1739 *A Treatise of Human Nature*. “1968” refers to the widely available Library of Liberal Arts edition of Hume’s 1751 *An Inquiry Concerning the Principles of Morals*, edited by Charles W. Hendel.

Hume's initial definition of a limited, narrow sympathy in the *Treatise* (1739) gives way to an extensive one that is synonymous with the spirit of benevolence that became the basis of morality in Hume's later *Enquiry* (1751). Cunningham argues paradoxically in favor of the strength of "weak" sympathy. Although the explicit discussion of sympathy in either form is limited in Hume's *Enquiry*, Cunningham makes the nice point that the mechanism of sympathy in the limited sense is still required for a full blown moral psychology. Along the way, Cunningham quotes powerful passages from medical works by Robert Whytt (1764/1768) to which Hume arguably had access in early versions of Whytt's work that read as if anticipating a modern mirror neuron system. Cunningham then devalues such references as sentimentalist. For example, Whytt writes:

There is a remarkable sympathy, by means of the nerves, between the various parts of the body; and [...] it appears that there is a still more wonderful sympathy between *the nervous systems of different persons*, whence various motions and morbid symptoms are often *transferred* from one to another, without any corporeal contact of infection. In these cases *the impression made upon the mind*, or sensorium commune, by seeing *others* in a disordered state, raises, by means of the nerves, such motions or changes in certain parts of the body, as to *produce similar affections in them* (Whytt, 1764/1768, p. 513).

The nervous systems of different subjects enable the transfer of impressions from one mind to another, producing similar affections. Human beings are related to one another — connected literally and physically through "action at a distance." Not indeed, physically by gravity — though that too in a trivial sense — but at a biological level by a "remarkable sympathy", a mechanism not well understood in Whytt's day or indeed in ours but now debated to be the "mirror neuron" system. We humans resonate together at the level of biology, which is neither full-blown, complete sympathy nor empathy as such, but provides input to processes, development, and elaboration that will ultimately produce these. Cunningham backs away from such an interpreta-

tion — as from an abyss of too much relatedness — saying in so many words that it presents a risk to our canonical reading of Hume as a moral psychologist rather than embracing "the enthusiastic advocacy of the literary or philosophical sentimentalist" (Cunningham, 2004, p. 251). It is known that Hume could do both, be a moral psychologist and a literary sentimentalist, since in his day "sentimentalist" also meant those refined passions that contributed to a delicacy of taste and sympathy with which human beings associate with one another, responding to examples of character qualities in other subjects that inspired similar qualities in oneself.

The challenge is that Hume's initial "narrow sympathy," as a psychological mechanism, is both expanded and restricted as "expansive sympathy," becoming a specific emotion of compassion or benevolence, itself overlapping but not identical with a kind of oneness with humanity. Hume's initial "narrow sympathy" in the mechanism of sympathy is defined as translating ideas into impressions, causing the suggestion of the first person to be communicated to another person as an idea, which, in turn, arouses the corresponding impression of the passion in the second person that was initially experienced by the first one (e.g. Hume, 1739/1973, pp. 319-320). In contrast, human beings have an extensive sympathy — namely, humanity — that is usable by other people to inspire altruistic acts and be agreeable in a high degree to the beholder, causing the feeling of a pleasing experience of approval: "[...] These principles of humanity and sympathy enter [...] deeply into all our sentiments, and have so powerful an influence, as may enable them to excite the strongest censure and applause" (Hume, 1751/1968, p. 57). While data analysis of the text is a limited approach, this indicates a kind of role reversal as "humanity" occurs nine times in the *Treatise* and 57 times in the *Enquiry*; whereas "sympathy" occurs 85 in the *Treatise* and 25 in the *Enquiry*.

Philip Mercer asserts that Hume's definition of sympathy in the narrow sense omits the "practical concern for the other" (Mercer, 1972, p. 21), which is the main point of sympathy's contribution to the foundation of morality. While the "practical concern for the other" may not be part of Hume's definition of sympathy in the narrowest sense, the "other" is definitely part of Hume's implementation of sympathy in the expanded sense and is discussed by him:

Our reputation, character, and name are considerations of vast weight and importance. Even the others of pride, virtue, beauty and riches have little influence, when not seconded by the opinions of *others*. In order to account for this phenomenon 'twill be necessary to take some compass, and first explain the nature of sympathy (Hume, 1739/1973, pp. 319-320).

Hume goes on to develop sympathy in the full sense as requiring a representation of the other as the source of experience of a passion, "conceived to belong to the *other* person" (Hume, 1739/1973, pp. 319-320). The same idea is expressed in different languages, substituting "society" for "others": "We have no extensive concern for society but from sympathy" (Hume, 1739/1973, p. 579). Finally, "reduce a person to solitude, and he loses all enjoyment, except either of the sensual or speculative kind, and that because of the movements of his heart are not forwarded by correspondent movements in his fellow-creatures" (Hume, 1751/1968, p. 48; 1739/1973, p. 220). Of course, Mercer is definitely correct to note that the association to an idea of the other individual is what is missing in the instance of emotional contagion. Hume does not restrict his account of sympathy to mere emotional contagion, though calling out the mechanisms of ideas and impressions in isolation from the context of human beings interacting in community can leave the reader with such impression.

The most famous proponent of the view that Hume changes his position deemphasizing, if not discarding, sympathy in favor of benevolence is Norman Kemp Smith, who argues that Hume changes his position, based on his deemphasizing the role of associationist psychology, from the *Treatise* to the *Enquiry*. However, in both cases, mankind judges and evaluates by means of feeling, not reason. "In matters of morals, as of aesthetics, feeling is the only possible arbiter" (Smith, 1941/2005, p. 196). Sympathy is what gives one person access to another's ideas and impressions, which, in turn, arouse moral approbation or disapproval. Hume is no utilitarian, even while praising the value of utility, and he is at considerable pains to limit the scope of self-love to make room for benevolence, friendship, and operation of positive

social sentiments. But the communication of such pro-social affects amongst the individuals in the community requires a mechanism — sympathy. Even in Hume's tough case of the so-called artificial virtue of justice, self-interest (self-love) alone is insufficient and he marshals sympathy to account for it: "Self-interest is the original motive to the establishment of justice; but a sympathy with public interest is the source of the moral approbation, which attends that virtue" (Hume, 1739/1973, pp. 499-500).

However, by the time the *Enquiry* was published (1751), "sympathy" was engaged significantly less and "humanity" (as expressed in benevolence and fellow-feeling) becomes the basis of morality. Hume does not merely "cool down" (as Kemp Smith writes) in his interest in a mechanistic, associationist account of sympathy, he finds an obstacle in principle to his own account and changes his mind. This obstacle concerns Hume's account of the self. He relates the indirect passions of pride and humility, love and hate, to the impression of the self, and when the latter becomes the target of a skeptical debunking — there is no impression of the self to be identified and the suspicion is that the self does not really exist — then the threat is to "take down" the entire edifice:

When we talk of self or substance, we must have an idea annex'd to these terms, otherwise they are altogether unintelligible. Every idea is deriv'd from preceding impressions; and we have no impression of self or substance, as something simple and individual. We have, therefore, no idea of them in that sense (Hume, 1739/1973, p. 633).

Hume needs a new account of the foundation of morality that does not rely quite so much on the self. He, in effect, backs away from giving an account of sympathy in terms of the self and in which sympathy regulates the boundary between self and the other. Perhaps, fearful that if he endorsed a robust sense of the self, he would give aid and comfort to the religious notion of the immortality of the soul, to which he was opposed, he finds himself in an impasse. The way out? Hume debunks the self as above (Hume, 1739/1973, p. 633), and, in relation to humanity, he "pulls a Newton," who famously indicated that his own prin-

ciple of principles, gravity, was not further analyzable. Likewise with Hume's humanity and fellow feeling:

It is needless to push our researches so far as to ask, why we have humanity or a fellow-feeling with others. It is sufficient, that this is experienced to be a principle in human nature. *We must stop somewhere in our examination of causes*; and there are, in every science, some general principles, beyond which we cannot hope to find any principle more general. No man is absolutely indifferent to the happiness and misery of others [...]. It is not probably that these principles can be resolved into principles more simple and universal, whatever attempts may have been made to that purpose (Hume, 1751/1968, p. 47).

Kemp Smith makes the point that the key phrase "happiness and misery of others" is a nice synonym for the operation of sympathy, which, however, has otherwise fallen out of the discussion to be replaced by "humanity or a fellow feeling."

Remy Debes (2007a, 2007b) argues back against Kemp Smith that there is a way of reconciling the *Treatise* and *Enquiry* if one follows the suggestion of Abramson (2000). Perhaps relying on the footnote previously cited (Hume, 1751/1968, p. 115), Abramson argues that "extensive sympathy" (Hume, 1739/1973, p. 586) is closely allied to Hume's reading of "humanity," which, in turn, is the source of a diversity of pro-social feelings, especially "benevolence." And it is benevolence that does the heavy lifting in the *Enquiry*. No discussion of the self need occur.

At the level of the text, the solution is at hand. Narrow sympathy is subordinate to extensive sympathy, which, in turn, is synonymous with humanity. Humanity, in turn, is what makes possible benevolence by generating it and a set of related pro-social sentiments (Hume, 1751/1968, p. 94). It does seem as though Kemp Smith is outvoted. Notwithstanding subtle differences in the details of their arguments, only Capaldi (1975) sides with Kemp Smith. Laird (1932/1967), Penelhum (1992), and Vitz (2004) align with the point of view that Hume does not renounce the psychological mechanism of associative sympathy, even if the mechanism is engaged ambivalently or not explicitly expressed in the *Enquiry*. Perhaps sensing

the looming "Holy War", Barry Stroud's position is a masterpiece of studied ambiguity: "Approving of benevolence or generosity results from our natural sympathetic propensity to feel certain sentiments of approval on the contemplation of acts of those [generous] kinds" (Stroud, 1977, p. 217).

In spite of Kemp Smith's close and indeed debate defining reading of the texts, Hume is more consistent than he seems to be. What all authors, including Kemp Smith, must remember is that Hume does not require textual evidence to develop and evolve his point of view. Sympathy in the narrower sense of a mechanism of psychology is not necessarily the basis of morality. It is the basis for experiencing what the other person is going through — the imaginative conversion of idea to idea and then to impression. What the person then does with the experience of the other person's suffering, etc. is based on the qualities of his or her own temperament, upbringing, and developed self. Hume's drawing back from his initial definition of the self — strictly speaking, personal identity — as a commonwealth of abilities, dispositions, and characters — hampered him in this regard (Hume, 1739/1973, p. 261).

Such an impasse did not need to have been the case. Though Hume famously goes in search of an idea or impression of the self and finds none, he might have tried harder. A strong candidate for such a key impression is the attribute of being *mine*, belonging to me, or more elegantly stated "mineness." What my experiences share are precisely that they are experienced as mine. It is a bold statement of the obvious — hidden in plain view — that all my experiences are mine, and, in Humean terms, the impression of mineness participates in every experience, even if only upon reflection. While every idea requires a corresponding impression, the ideas of space and time arise not from any particular impression but from the "manner" in which perceptions are delivered. As Annette Baier writes regarding "mine": "Perhaps they also come, for each person, in a personal manner, as mine not yours" (Baier, 2013, p. 51). The idea of the self is the manner of presentation of my personal identity as applied to my impression. However, even if Hume had resisted the skeptical debunking of the self, because he wanted to undermine ideas about the religious immortality of the soul, he might well have preferred to evolve the idea of sympathy into that of benevolence. An emergent distinction of sympathy in the narrow sense of a psychological mechanism might

well have been developed into a full unfolding of human and humane qualities, which are welcome in a flourishing community of benevolent fellow travelers on the road of life based on the underlying associationist notion of sympathy. This would lead to a full rich distinction of “extensive sympathy”, including aspects of what we today call a multidimensional process of “empathy”. But instead, Hume chose to narrow the foundation to “benevolence”, which operates as a particular sentiment and is synonymous with “compassion” and “altruism”.

The minimal essential constituents of the unified multidimensional definition of empathy include: receptivity (“openness”) to the communicability of the affect of others whether in face-to-face encounter or as human imagination artifacts (“empathic receptivity”), the paradigm case of which is vicarious experience; understanding of the other individual in which he/she is grasped in relatedness as a possibility — of choosing, making commitments, and implementing them (“empathic understanding”) in which the aforementioned possibility is implemented — this aspect will be treated lightly due to limitations of space; interpretation of the other person that identifies patterns of adaptation and templates of survival from first-, second-, and third-person perspectives (“empathic interpretation”) by means of the psychological mechanisms of a transient identification, with the target of empathy and a splitting into a participating and observing sector, resulting in the general view of an general observer; and articulation in optimal responsiveness in behavior and speech, including speech acts of this receptivity, understanding and interpretation, including the form of speech known as listening that enables the other to appreciate that he or she has been the beneficiary of empathy (“empathic listening”). Although admittedly complex, the approach of a multidimensional definition of empathy clarifies many of the disagreements in the literature, which are differences in emphasis, grasping a different part of the whole and misleadingly making it into the totality.

Sympathy as Receptivity to Affects

What both Hume’s sympathetic individual and the aesthetic one share in common is a capacity for fine feeling distinctions (sensations and affects). Of course, the name for this in aesthetics (the theory of beauty) is “delicacy of taste”. “Taste” is the capac-

ity for judging the beauty of something by means of the feelings aroused by the object. A brief note on terminology is required since, for Hume, “delicacy” is an 18th century term for the ability to make “fine-grained distinctions.”

Contemporary science has engaged most energetically with mirror neurons, and that is well worth doing (Agosta, 2010; Decety, 2012). Although Hume does not have an implementation mechanism for sympathy that exists at the level of neurons, in a rightly celebrated passage, Hume appreciates that “the minds of men are mirrors to one another” and that emotions are “reflected” back and forth. Indeed, it does not matter if mirror neurons are a neurological fiction, existing only in monkeys and not in human beings. Given human relatedness, there is a regression to the substrate that there must be an implementation mechanism to account for the experiences that we do in fact have in emotional contagion, contagious laughter, motor mimicry, and subtle forms of imitation of bodily gestures, which characterize our conversations and interactions. By “sympathy”, Hume does not initially mean the particular sentiment (emotion) of pity or compassion or benevolence but rather the function of communicating affect in general. Sympathy reverses the understanding operation, which converts impressions of sensation into ideas. In such a case, the operation is in the other direction — from idea to impression. It arouses ideas in the recipient that are transformed into impressions — though this time impressions of reflection — through the influence of ideas. Thus, the operation of sympathy:

‘Tis indeed evident, that when we sympathize with the passions and sentiments of others, these movements appear at first in our mind as mere ideas, and are conceiv’d to belong to another person, as we conceive any other matter of fact. ‘Tis also evident, that the ideas of the affections of others are converted into the very impressions they represent, and that the passions arise in conformity to the images we form of them (Hume, 1739/1973, pp. 319-320).

For example, another individual expresses anger or displeasure. Speaking rhetorically in the

first person for clarity, I witness the other individual's expression of anger. I take up this sentiment ("emotion") as an idea in my mind stimulated by the expression of other's feeling, which is then converted into an impression of the same within me. The other's emotion is expressed and, through sympathy, is apprehended as an idea, which, in turn, is converted into an impression of my own. Thus, sympathy reverses the understanding operation, which transforms impressions of sensation into ideas. Sympathy arouses impressions through the influence of ideas. The functional basis of this sympathetic conversion will turn out to be the imagination. Thus, sympathy is not to be mistaken with some particular affect such as pity or compassion, but it is rigorously defined by Hume as "the conversion of an idea into an impression by the force of imagination" (Hume, 1739/1973, p. 427). The other's anger is expressed and is apprehended sympathetically as an idea, which is communicated to me, and, in turn, through the sympathetic work of the imagination, arouses a corresponding impression of my own. This is an impression of reflection that is fainter and calmer than the initial one (or impression) of anger. I thus experience what may be variously described as a trace affect, a counterpart feeling, or a vicarious experience — of anger.

Another paradigm example of the sympathy mechanism is found in the theatre. The experience allows for a kind of emotional contagion as when laughter contagiously spreads through the audience, but it is not limited to it:

A man who enters the theatre, is immediately struck with the view of so great a multitude, participating of one common amusement; and experiences, from their very aspect, a superior sensibility or disposition of being affected with every sentiment, which he shares with his fellow-creatures (Hume, 1751/1968, p. 49).

Each individual also has a "vicarious experience" of the emotions of the "several personages of the drama" — the actors — on the stage:

Every movement of the theatre, by a skillful poet, is communicated, as it were by magic, to the spectators; who weep, tremble, resent, rejoice, and are inflamed

with all the variety of passions, which actuate the several personages of the drama (Hume, 1751/1968, p. 49).

"Magic" is the conversion of idea to idea and idea to impression in a process that happens beneath the threshold of awareness. Every "movement [...] is communicated" by means of sympathy. The result is a vicarious experience — of the experience of the other. The "vicarious" in such experience is what one goes through in the theatre, in a film, or in engaging with a novel:

A spectator of a tragedy passes thro' a long train of grief, terror, indignation, and other affections, which the poet represents in the persons he introduces [...]. The spectator must sympathize with all these changes [...] Unless, therefore, it be asserted, that every distinct passion is communicated by a distinct original quality, and is not derived from the general principle of sympathy above-explained, it must be allowed that all of them arise from that principle [of sympathy] (Hume, 1739/1973, p. 369).

Hume's language of more or less "liveliness and vivacity" of impressions and ideas is well suited to clarifying the way vicarious experiences provide feelings that are attenuated, diluted, as it were watered-down. Sympathy provides a trace affect of the other's experience, a sample of the other's experience, and a vicarious experience of the other's experience. A "vicar" is a person who represents the community or the bishop and "vicarious" is a representational form of experience. Sympathy filters out the overwhelming presence of a totality of a tidal wave of affect, emotion, or (mostly negative) feeling. Yes, the sympathizer is open to the negative experience that the other individual in the drama is enduring, but as a trace sample, more of a Humean idea than an impression, not the entire bottomless sink of suffering. Yes, one suffers, but, unconventional as it may sound, only a little bit.

In the following passage, the communication of affects ("affections") is not accompanied by the concept of the other, i.e. by an awareness that the other is the source of the affect. The example falls back into emotional contagion. One is overtaken by affects as if

they were one's own, without an awareness that one is literally at the effect of the emotions of the others around me. Otherwise, we have an example of what one would also call a "vicarious experience", in which one recognizes that the cause of my emotion is another's experience or an imaginative recreation of the other's experience (say in a theatrical performance). Again the evidence is gathered by Hume:

A cheerful countenance infuses a sensible complacency and serenity into my mind; as an angry or sorrowful one throws a sudden damp upon me. Hatred, resentment, esteem, love, courage, mirth and melancholy; all these passions I feel more from communication than from my own natural temper and disposition (Hume, 1739/1973, pp. 316-317).

So close and intimate is the correspondence of human souls that no sooner any person approaches me, than he diffuses on me all his opinions, and draws along my judgment in a greater or less degree. And tho', on many occasions, my sympathy with him goes not so far as entirely to change my sentiments and way of thinking; yet it seldom is so weak as not to disturb the easy course of my thought (Hume, 1739/1973, p. 592).

Here, we have examples of emotional contagion and power of suggestion. In these cases, the only thing that happens is that a representation (idea or impression) of the other's feeling is aroused in the subject. The specific mechanism is not relevant to this point. However, in the case of sympathy, in the rigorous sense, two representations are conjoined; first, a representation of the other's feeling — i.e. a vicarious experience of what the other goes through — and, second, an awareness (a representation) that the other's feeling is the source of one's own.

This is the crucial difference between sympathy and emotional contagion in Hume: sympathy requires a double representation. What the other person feels is represented in a vicarious feeling, which is what sympathy shares with emotional contagion. Second, sympathy in the full sense used in this passage requires a representation of the other as the source of the first representation, "conceived

to belong to the other person" (Hume, 1739/1973, pp. 319-320), the latter being what is missing in the instance of emotional contagion. It is the emergence of the "other" in the context of receptivity to the impressions of the other subject that requires the transition from receptivity to understanding.

Sympathy as an Interpretation of the Other

Hume has now established sympathy as the glue that affectively binds others to oneself and, by implication, a community of ethical individuals together. However, he finds that he is at risk of having undercut morality by giving to sympathy such a central role in creating community. Hume decides that he needs to marshal "general points of view" — a common point of view — from which to interpret the situation being assessed morally. How so? Experience shows that sympathy is diminished by distance of time and proximity and relatedness ("acquaintance"). We are much less affected by the pleasures and pains of those at a great distance than by those in our immediate physical vicinity or (say) close family relations. Therefore, an earthquake in China creates less sympathetic distress in me than one in Los Angeles (in my own country), even if I am perfectly safe in either case. A modern speaker would likely say "empathic distress." But, according to Hume, my moral approbation of (and obligations to) those at a great distance from me are no less strong than to those close at hand.

We sympathize more with people contiguous to us than with the ones remote from us; with our acquaintance than with strangers; with our countrymen than with foreigners. But notwithstanding this variation in our sympathy, we give the same approbation to the same moral qualities in *China* as in *England* (Hume, 1739/1973, pp. 580-581).

Is this then a counterexample to the possibility of founding a morality of sympathy? Is this a contradiction? Hume provides two answers, which are perhaps clues that he is a tad uncertain.

Firstly, Hume rejects the counterexample as incomplete. The variability of an individual's sympathy and the invariability of the moral esteem are reconciled by a general observer. It is not just any old, average Joe who describes and interprets by means of a sympathetic openness to the earthquake in China. It is not the bias of the first person or the intimacy

of the second one in a relationship of partiality. It is a third person point of view. It is a steady, general, common point of view that observes impersonally, describes, interprets, and opens the way to an experience of approbation or disapproval.

In order, therefore, to prevent those continual *contradictions*, and arrive at a more *stable* judgment of things, we fix on some *steady* and *general* points of view; and always, in our thoughts, place ourselves in them, whatever may be our present situation (Hume, 1739/1973, pp. 581-582).

Thus, to take a general review of the present hypothesis:

Every quality of the mind is denominated virtuous, which gives pleasure by the mere survey [...] 'Tis impossible men could ever agree in their sentiments and judgments, unless they chose some common point of view, from which they might survey their object, and which might cause it to appear the same to all of them (Hume, 1739/1973, pp. 590-591).

Having progressed from sympathetic resonance through sympathetic possibilities of conduct, Hume interprets sympathy by setting up a “general point of view” — an ideal observer — which, however, is also a sympathetic one. Of course, sympathy is otherwise unrelated to the disinterestedness of being a distant observer. The general observer and the sympathetic one are complementary at best, and possibly even contrary under one possible interpretation: being sympathetic reduces distance between individuals; being a general observer creates distance. These are not necessarily contradictory, since sympathetic *reduction* of distance is not inevitably the *elimination* of distance. However, if the distance were to be eliminated, the contradiction looms large between the general spectator, synonymously referred to as a “common point of view,” and a sympathetic observer of whatever is occurring. In either case, there is a tension here between the sympathetic and general observer — Hume considers this a single individual — inclining in opposite directions. Thus, he may have felt that his argument required additional support.

Let us analyze three possible ways of solving the tension between the general observer and sympathy as the basis for moral approbation and disapproval. The first is due to Stephen Darwall's reading of Hume

as going beyond moral sentiment (at least implicitly) to rule regulation in accounting for such artificial virtues as justice and related convention-based virtues like adhering to contracts. Hume says that the motivation to justice is produced through sympathy in observing the beneficial results of justice (Darwall, 1995, pp. 314-315). Indeed, he expresses what would become a very Kantian approach, though whether he does so consistently is an issue: “[W]e have no real or universal motive for observing the laws of equity but the very equity and merit of that observance.” And: “'Tis evident we have not motive leading us to the performance of promises, distinct from a sense of duty. If we thought, that promises had no moral obligation, we never should feel any inclination to observe them” (Hume as cited in Darwall, 1995, p. 302).

I agree with Darwall's general conclusion that Hume points towards the result that a virtue such as justice requires a rule-based obligation, without explicitly embracing it, going beyond empirical naturalism to account for justice. Through Darwall's argumentative force, subtlety, and mastery of details, both sympathy and the general observer are undercut, resulting in a Hume that reads much like Kant. This is ultimately not Hume's point of view, though he envisions and anticipates Kant. Hume is not a closet Kantian. Not even close. The thesis of this article is that, in the final analysis, sympathy is a source of information about the experience of the other individual, not a source of morality. Hume's commitment is to both of these, especially the latter, and he is constrained to evolve “sympathy” in the direction of “compassion” and “benevolence” to maintain his program. Darwall does not follow him there, and, for that matter, neither do I.

The second approach to reconciling the tension between a sympathetic observer approving or disapproving the moral qualities of an individual in action and an general spectator doing the same is not a rule, but a kind of meta-rule conditioning the respective forms of the two approaches and constraining their convergences. The ability to take the point of view of another individual — to transpose oneself from a first person to a second person perspective — is fundamental to both the sympathetic and the general spectator. The latter is obvious, a matter of definition, the former less so. However, the key is the inclusion by Hume in his initial definition of sympathy of a double representation, especially as the source of a passion or sentiment “conceived to belong to another person”

(Hume, 1739/1973, pp. 319-320). The imagination is not only responsible for converting an idea into an impression, as in the above-cited quote, but also for transposing perspectives. Or is it? There is no additional explanation on the part of Hume, and one may invoke diverse mechanisms such as metaphorical identification or a false belief test in the context of a theory of mind to backstop the operation in terms of a function, not further analyzable. Identifying oneself with another individual in a vicarious experience is a special case of identification.²

The next approach is a reconstruction of the general spectator into the sympathetic one through the idea of “disinterest.” This key term means lacking a “conflict of interest,” not unsympathetic in the sense of inhumanly cold-hearted. The general spectator has to be sympathetic, not in the sense of benevolence (which “sympathy” has come to mean in part thanks to Hume’s usage), but in the meaning of openness to the communicability of affect. Appreciating what the other is feeling is a useful, though not always decisive data point, in evaluating the moral qualities of the target of the approbation judgment. It makes a difference in contemplating the moral worth of someone making a charitable gift whether it is done with the feeling of pleasure in being better than the poor wretches, who are its target, or with a trace feeling of the suffering the other individual is experiencing that one’s gift might ameliorate it. What the other is experiencing is useful input to the process of moral assessment of the character quality of the individual in question. As sympathy is enlarged beyond the narrow scope of one’s family and friends, it gives way to benevolence, an interest in the well-being of all mankind, as the basis of morality, while “sympathy” as a term itself falls back to the emotional contagion.

Sympathy as Benevolent (optimal) Responsiveness

The debate goes on. On the one side, we have C. Daniel Batson (2012) with the empathy-altruism hypothesis. This basically means that empathy is essentially pro-social and, all other things being equal, tends to motivate altruistic behavior. Although all the details are different, Michael Slote (2007) elaborates

an ethics of care based on empathy along the same lines. On the other side, we have Heinz Kohut (1971) who maintained that the scientific use of empathy was indifferent to an active response to the other. Kohut’s famous example was the way that the Nazis attached sirens to their Stuka dive bombers the better to terrify the innocent civilians they were bombing. This was actually based on an empathic moment, albeit a distorted one, to get inside the heads of the victims in an uncanny way and further increase their distress.

Simon Baron-Cohen (1995) cites diseases of empathy, such as autism and criminality based on psychopathy, as further evidence of the independence of morality and empathy. Under this interpretation, empathy such as that envisioned by Kohut would entail an optimal response different than benevolence. The neutrality and anonymity of the psychotherapist are designed to allow the patient’s autonomy to grow rather than be taken away as the would-be helper jumps in and “solves” the problem. The patient needs to learn how to fish, not be given a fish. The gracious and generous listening of the friend without giving advice would indeed be pro-social, but not altruistic. The potential for negativity — the misuse of empathy to diabolically increase suffering — would always still be present.

Ultimately, Hume lines up with Batson regarding sympathy as pro-social, but not without engaging in many dynamic intellectual gymnastics. Whether we are aware of it or not, many of these gymnastics still inform our contemporary research and debates today. How so?

Without perhaps entirely appreciating the consequences for his use of “sympathy”, Hume starts transforming the idea in the direction of “benevolence,” the latter being specific optimal responsiveness that interests us in the good of mankind: “‘Tis true, when the cause is compleat, and a good disposition is attended with good fortune, which renders it really beneficial to society, it gives a stronger pleasure to the spectator, and is attended with a more lively sympathy” (Hume, 1739/1973, p. 585).

Virtue in rags is still virtue, as Hume famously notes, and sympathy interests us in the good of all mankind (“society”) (Hume, 1739/1973, p. 584), including communities distant from us in location or time. In answering the objection that “good intentions are not good enough for morality”, Hume argues back in so many words that good intentions are indeed good enough, granted that good intentions plus good consequences (results) are even better. However, “sympathy” has now taken on the content

² Even if a reader did not see the connection with Aristotle, I learned much from it thanks to Ted Cohen (1973, 2008). Metaphor is a talent, which, if you do not have an innate ability, is hard if not impossible to develop. In effect, Aristotle considered that you must be born with it.

of benevolence, i.e. an interest in the well being of mankind. By the time Hume's *Enquiry into the Principles of Morals* is published in 1751, "sympathy" had been downgraded to the power of suggestion and nothing more; and the basis of morality is shifted to such sentiments as benevolence that display qualities useful and agreeable to oneself and others.

In the following passage in *Treatise*, we witness Hume's migration of the meaning of "sympathy" from a communicability of affect, which, as noted, includes the concept of the other that aligns with the modern idea of "empathic understanding," towards a narrower, but not exclusive, sense of emotional contagion. Within the context of the *Treatise*, it is consistent of Hume to build a full-blown sense of sympathy out of the contagiousness of the passions by adding the idea of the other to the communicability of affect. It is just that in subsequent publications, in particular the *Enquiry* (1751), contagiousness of the passions is all that will remain of sympathy:

'Tis remarkable, that nothing touches a man of humanity more than any instance of extraordinary delicacy in love or friendship, where a person is attentive to the smallest concerns of his friend [...] The passions are so *contagious*, that they pass with the greatest facility from one person to another, and produce correspondent movements in all human breast. Where friendship appears in very signal instances, my hart catches the same passion, and is warmed by those warm sentiments, that display themselves me (Hume, 1739/1973, pp. 604-605).

When put in context, this points to a remarkable development in Hume's thinking: his displacing of sympathy from the center to the periphery of his account of moral judgments (approbation and disapproval) is complimented by the contrary movement of taste from the periphery to the center. The social advantages of sympathy in forming human relationships — friendship, enjoyment of the "characters of men," fellow-feeling, and sensitivity to how one's actions have an impact on others — are shifted elsewhere, amazingly enough, in the direction of the aesthetic sense of taste.

By 1741, the abilities that make men more sociable in the sense of being able to make endur-

ing friendships come under "delicacy of taste", while most of the disadvantages of increased sensitivity (associated with being easily upset, irritable, choleric) come under "delicacy of passion". No separate analysis of "delicacy of sympathy" is made an explicit theme by Hume. As we shall see, there is one parenthetical reference to a "delicate sympathy", in 1739. But by 1741 no separate reference occurs. The obvious question, using today's language is "what are these "delicacies" if not an enhanced capacity for sympathy in the sense of "empathy", access to the sentiments of the other individual? It is an excess of empathy that results in irritability and over-sensitivity. The advantages of empathy, such as being an attentive friend, having a sense of humor, and being entertaining company at a party are attributed to delicacy of taste.

Hume juxtaposes "taste" in the aesthetic sense with moral qualities. In the *Treatise*, he wrote: "The approbation of moral qualities [...] proceeds entirely from a *moral taste*, and from certain sentiments of pleasure or disgust, which arise upon the contemplation and view of particular qualities or characters" (Hume, 1739/1973, pp. 581-582). Again, consider Hume's discussion of "virtue in rags" and how sympathy is a source of our esteem for virtue. The contemporary reader is amazed suddenly to be reading about the esteem shown beautiful houses and the handsome physical qualities of a strong man (Hume, 1739/1973, pp. 584-585) in what seemed to be sustained argument about moral worth. Where did this material about beauty come from? In some second thoughts documented in a manuscript amendment to the *Treatise's* original edition, Hume asserts that sympathy is too weak to control the passions but has enough power to influence our taste (Hume as cited in Darwall, 1995, p. 305). This switch is also explainable by the strong analogy Hume finds between our sentiments of approval in the cases of virtuous action and beautiful artifacts. But not all of it, since Hume explicitly writes:

Thus the distinct boundaries and offices of reason and of *taste* are easily ascertained. The former conveys the knowledge of truth and falsehood; the latter give the sentiment of beauty and deformity, *vice* and *virtue* (Hume, 1751/1968, p. 112).

Thus, Hume is engaging in what we might describe a journey back from morality to its infrastructure in taste. By 1751, “sympathy” has been reduced in Hume’s work to “natural sympathy,” which overlaps substantially with what we would today call the power of suggestion: “others enter into the same humor and catch the sentiment, by a contagion or natural sympathy” (Hume, 1751/1968, p. 74). The merit of benevolence and its utility in promoting the good of mankind through attributes agreeable and useful to oneself and others looms large in founding morality (e.g., Hume, 1751/1968, p. 241).

Hume explicitly mentions that the method of his experiments is to focus on the “cautious observation of human life [...] [and] men’s behavior in company, in affairs, and in their pleasures” (Hume, 1739/1973, p. 19). To be sure, he does just that and more. He engages in detail with the ideas and impressions to be found in his own awareness and consciousness. He is introspective. In the course of elaborating the distinctions in human nature and morals, Hume made extensive use of introspection that is a source of both strength and weakness in his philosophizing. Of course, a major limitation was his implicit belief that introspection could see “all the way down” in the context of his Cartesian consciousness. Hume had no idea of mirror neurons, or any neurons for that matter. One might argue that is to Hume’s credit or that, at least, it prevented him from being distracted. Still, in spite of this limitation, Hume makes advances in the deployment of introspection in controlled and regulated ways, which are equal to any phenomenologist and have not been surpassed even nowadays. That is especially so in the perception of art and taste. What is the point? These lessons are easily transferable to the multidimensional process of empathy as we use the word today (previously noted).

The argument is that much of the work done by what we today call “empathic receptivity” is captured by Hume as “delicacy of taste”. This rebounds in our direction today and, if we follow up the hint, breaks new ground in the analysis of empathy. It goes behind the scenes to explain the close connection between the appreciation of beauty and the enhancement of empathy. This is so even if, as indicated, in a close reading of Hume, there is no function of sympathy in relation to the violent passions parallel to that of taste in the calm passions. Furthermore, Hume leaves a logical place for a kind of “delicacy of sympathy [i.e., empathic re-

ceptivity]” corresponding to “delicacy of taste”, which enables us to discriminate feelings in others that less reflective observers would overlook.

As indicated, Hume mentions “a delicate sympathy” one time (Hume, 1739/1973, pp. 576-577), and then asserts: “Thus it appears, that sympathy is a very powerful principle in human nature, that it has a great influence on our sense of beauty, and that it produces our sentiment of morals in all the artificial virtues” (Hume, 1739/1973, pp. 577-578). This sets the stage for what can be best described as a dynamic interplay between sympathy in social, including moral, relations, and taste in the experience of beauty. In the course of the interplay, sympathy starts out with the lead in 1739 and in the process of twirling back and forth gets spun off, leaving taste as the leader and, mixing the metaphor, at the foundation.

References

- Abramson, K. (2000). Sympathy and the project of Hume’s Second Inquiry. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 83, 45-80.
- Agosta, L. (2010). *Empathy in the context of philosophy*. London: Palgrave Press.
- Baier, A. (2013). *The pursuits of philosophy: an introduction the life and thought of David Hume*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Baron-Cohen, S. (1995). *Mindblindness: an essay on autism and theory of mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Batson, C. D. (2012). The empathy-altruism hypothesis: issues and implications. In J. Decety (Ed.), *Empathy from bench to bedside* (pp. 41-54). Cambridge, MA: MIT Press.
- Capaldi, N. (1975). *David Hume: the Newtonian philosopher*. Boston: Twayne.
- Cohen, T. (1973). Aesthetic/Nonaesthetic and the concept of taste. *Theoria*, 39, 113-152.
- Cohen, T. (2008). *Thinking of others: on the talent for metaphor*. Princeton: Princeton University Press.
- Cunningham, A. S. (2004). The strength of Hume’s ‘weak’ sympathy. *Hume Studies*, 30, 237-256.
- Darwall, S. (1995). *The British moralists and the internal ‘ought’: 1640-1740*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Debes, R. (2007a). Has anything changed? Hume’s theory of association and sympathy after the Treatise. *British Journal for the History of Philosophy*, 15, 313-338.

- Debes, R. (2007b). Humanity, sympathy, and the puzzle of Hume's Second Enquiry. *British Journal for the History of Philosophy*, 15, 27-57.
- Decety, J. (Ed.). (2012). *Empathy: From bench to bedside*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hume, D. (1968). *Enquiry concerning the principles of morals* (C. W. Hendel, Ed.). New York: The Liberal Arts Press. (Original work published in 1751).
- Hume, D. (1973). *A treatise of human nature* (L. A. Selby-Bigge, Ed.). Oxford: Clarendon Press. (Original work published in 1739).
- Kohut, H. (1971). *The analysis of the self*. New York: International Universities Press.
- Laird, J. (1967). *Hume's philosophy of human nature*. London: Methuen/Hamden/Archon Books. (Original work published in 1932).
- Mercer, P. (1972). *Sympathy and ethics: a study of the relationship between sympathy and morality with special reference to Hume's Treatise*. Oxford: The Clarendon Press.
- Penelhum, T. (1992). *David Hume: an introduction to his philosophical system*. West Lafayette: Purdue University Press.
- Slote, M. (2007). *The ethics of care and empathy*. London: Routledge.
- Smith, N. K. (2005). *The philosophy of David Hume*. London: Palgrave/Macmillan. (Original work published in 1941).
- Stroud, B. (1977). *Hume*. London: Routledge.
- Vitz, R. (2004). Sympathy and benevolence in Hume's moral psychology. *Journal of the History of Philosophy*, 42, 261-275.
- Whytt, R. (1768). Observations on the nature, causes, and cure of those disorders which are commonly called nervous, hypochondriac, or hysteric. In R. Whytt (Ed.), *The works of Robert Whytt* (pp. 487-713). Edinburgh: Balfour, Auld and Smellie. (Original work published in 1764).

Corresponding address:

Lou Agosta
 5801 N, Sheridan Rd 8C – Chicago/IL – 60660
 E-mail: LAgosta@Argosy.edu

Recebido em 18/06/2013

Revisto em 22/03/2014

Aceito em 24/03/2014

Uma Resenha de Três Autores do Brasil Colonial a partir da Ótica Agostiniana da Temporalidade

A Review of Three Authors of Colonial Brazil from the Perspective of the Augustinian Temporality

Marina Massimi^I
Sérgio Peres de Paula^{II}

Resumo

O objetivo do artigo é evidenciar traços da concepção agostiniana de temporalidade presentes em obras de autores da cultura brasileira colonial. O estudo, desenvolvido na perspectiva da história dos saberes psicológicos, propõe uma resenha à luz do tema agostiniano da temporalidade dos textos dos autores escolhidos para análise: Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão e Nuno Marques Pereira. Neles, a análise evidencia a presença das quatro dimensões agostinianas da temporalidade: a diferença entre tempo e eternidade; o tempo psicológico; o tempo moral e o tempo histórico. Evidencia também a relação entre a noção de temporalidade e o dinamismo pessoal. Fica clara, portanto, a presença de aspectos do pensamento de Agostinho na concepção da temporalidade dos referidos autores.

Palavras-chave: Temporalidade; Agostinho; saberes psicológicos na cultura brasileira.

Abstract

This paper aims to investigate aspects of the temporality conception of Augustine of Hippo in the works of authors in the colonial Brazilian culture. The study, conducted from the perspective of history of psychological knowledge, proposes a review, in the light of the Augustinian theme, concerning the temporality of the authors of the texts chosen for analysis: Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão and Nuno Marques Pereira. In these, the analysis shows the presence of four dimensions of Augustinian temporality: the difference between time and eternity; psychological time; moral time and historical time. It also shows the relationship between the notion of temporality and personal dynamism. Therefore, it showed aspects of Augustine's thought in the conception of the temporality of these authors.

Keywords: Temporality; Augustine; psychological knowledge in the Brazilian culture.

^IDepartamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto), Brasil

^{II}Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (Franca), Brasil

O objetivo deste artigo é propor uma resenha, à luz do tema agostiniano da temporalidade, de textos de autores da cultura brasileira do período colonial na perspectiva da história dos saberes psicológicos. Os autores são: Antônio Vieira SI, Alexandre de Gusmão SI e Nuno Marques Pereira. Todos, de alguma forma, pertencem à tradição jesuítica; ou por sua direta inserção na Companhia de Jesus (Vieira e Gusmão); ou por ter sido aluno de escola jesuíta (Marques Pereira). Evidentemente, a escolha desta perspectiva de análise (focada na contribuição de Agostinho de Hipona) não implica negar que nos referidos textos haja a presença contemporânea de outras concepções de temporalidade difundidas no ambiente intelectual do Brasil colonial. Pretendemos apenas assinalar um dos fios que compõem a tessitura complexa e multivariada das fontes escolhidas e, especificamente, da concepção da temporalidade, especialmente no que diz respeito à sua dimensão subjetiva. Nem pensamos que deva se restringir tão somente a esses autores o alcance e a penetração do pensamento agostiniano no meio brasileiro. A escolha das fontes feita aqui depende de dois fatores: o primeiro é que nelas a temporalidade aparece como dimensão

estruturante da pessoa humana; o segundo é a presença de numerosas referências a Agostinho de Hipona.

As Fontes e Seus Autores

Do extenso sermonário de Antônio Vieira¹, analisaremos o conceito de temporalidade presente em alguns de seus sermões, levando em conta: a particularidade

¹ Antônio Vieira nasce em Portugal em 1608, vindo para o Brasil com seis anos de idade, em 1615. Entra para a Companhia de Jesus em 1623, ordenando-se padre em 1635. Em 1640, Vieira deixa a Bahia a caminho de Lisboa e lá serve a D. João IV, incumbindo-se de assuntos políticos. Em 1652, Vieira retorna ao Brasil, aos Estados do Pará e do Maranhão, até 1661, com exceção do período de 1654-1655, quando volta a Portugal para exigir da Coroa medidas para o governo dos índios. Em 1661, devido à expulsão dos jesuítas pelos colonos, Vieira retorna a Portugal. Com a ascensão de Afonso VI, o pregador perde seus favores junto ao trono e, em 1662, é enviado para o Porto, passando pelo julgamento da Inquisição; é condenado em 1667 e absolvido em 1668. No período de 1669 a 1675, Vieira permanece em Roma, buscando obter a anulação da sentença junto ao Tribunal do Santo Ofício. Em 1675, retorna a Portugal, distante das ocupações públicas. Em 1681, volta à Bahia, permanecendo no Brasil até sua morte, em 1697. A partir de 1679, sob ordem do Geral dos jesuítas, João Paulo Oliva, Vieira é incumbido de escrever seus sermões, organizando-os em 15 volumes, sendo os três últimos póstumos.

do gênero; a diferença com relação às outras duas fontes narrativas escolhidas; e as circunstâncias litúrgicas em que os sermões foram proferidos (Vieira, 1679-1748/2010).

Alexandre de Gusmão² é autor, dentre outros, da novela alegórica “História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito” (1682), grande metáfora da existência humana protagonizada por dois irmãos: Predestinado e Precito. Os lugares de destino do percurso dos dois peregrinos podem ser Jerusalém ou Babilônia: os dois protagonistas empreendem uma longa caminhada direcionada a alcançar a cidade onde pretendem estabelecer sua morada definitiva, cujo percurso é composto de ambientes geográficos de vários tipos: colinas, vales, centros urbanos etc. A novela é organizada em seis partes, as quais correspondem a seis lugares imaginários (cidades), encarnando uma espécie de topologia ideal desenhada pela imaginação e pela memória, conforme a longa tradição da arte da memória e o método inaciano da composição do lugar. A “peregrinação” adquire claro significado simbólico ao representar o percurso de cada existência humana marcado por uma temporalidade linear, ou seja, tendo origem e destino (Massimi, 2012). A novela é destinada à leitura e à escuta por parte de quem, não possuindo a instrução para ler, ouviria a narrativa pela boca de leitores mais cultos. O texto quer proporcionar ao destinatário “um roteiro de vida ou morte sempiterna, para que conforme a ele governe seus passos” (Massimi, 2012, p. 59), de modo a encontrar nele um espelho onde possa “ver” sua própria condição e, se necessário, posicionar-se para uma mudança de rumo. Nesse sentido, a novela, no gênero de texto escrito, desempenha função análoga à dos sermões: pretende deleitar, mover, ensinar.

² Padre Alexandre de Gusmão nasceu em Lisboa, em 1629, e faleceu na Bahia, em 1724. Chegou ao Brasil com dez anos de idade, entrou para a Companhia no Colégio da Bahia em 1646 e, nessa instituição religiosa, ocupou vários cargos importantes. Fundou nas proximidades de Salvador, à margem do rio Paraguaçu, perto do centro urbano de Cachoeira, um Seminário chamado de Belém, instituído como escola provincial no ano de 1686, primeiro internato estabelecido no Brasil, onde, ao longo de 73 anos, receberam a primeira educação e ensino cerca de 1.500 estudantes. Gusmão foi autor de numerosas obras que tiveram ampla difusão no Brasil da época; dentre elas: *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Lisboa, Deslandes, 1685); *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio* (Évora, Oficina da Academia, 1678); *Menino Christão* (Lisboa, Deslandes, 1695); *Maria Rosa de Nazaret nas montanhas de Hebron, a Virgem nossa Senhora na Companhia de Jesus* (Lisboa, Deslandes, 1715); *Eleição entre o bem e o mal eterno* (Lisboa, Oficina da Música, 1720); *O corvo e a pomba da Arca de Noé no sentido alegórico e moral* (Lisboa, Bernardo da Costa, 1734).

Quase cem anos depois, a proposta de Gusmão é retomada por Nuno Marques Pereira³ no “Compêndio narrativo do Peregrino da América” (1728). O compêndio é constituído por dois volumes; a primeira edição do primeiro volume remonta ao ano de 1728 (Lisboa), tendo sucessivas reedições ao longo do século (1731, 1752, 1760 e 1765). O segundo volume, escrito em 1733, foi impresso somente em 1939, quando ambos os tomos foram editados. As relações entre o compêndio e a novela de Gusmão são explicitadas pelo próprio Nuno, seja quando descreve as virtudes do “Muito Reverendo Padre Alexandre de Gusmão”, seja quando reconhece a influência de Gusmão na sua narrativa nos “apontamentos ao leitor”:

Uso das presentes humanidades, e moralidades, e histórias tão repetidas para melhor te persuadir deleitando-te o gosto, e entretendo-te a vontade; quis seguir alguns autores da melhor nota nesta minha escrita, que também usaram deste modo de escrever em diálogos, e interlocutores (Gusmão, 1728/1939, vol. II, p.4).

Dentre vários, destaca “o Padre Alexandre de Gusmão, no seu livro *Peregrino Predestinado*”, que, como “outros escritores” “debaixo destas mesmas metáforas insinuaram mui sólida doutrina espiritual” (1728/1939, vol. II, p. 4). Embora a novela seja alegórica, apresenta elementos significativos do cenário do Brasil colonial do século XVIII: construída como uma narrativa em primeira pessoa, tem por cenário espaço-temporal o percurso do protagonista, o Peregrino, da Bahia para Minas Gerais, no início do século XVIII. O encontro com um Ancião (o Tempo) — que se torna interlocutor e companheiro de caminho — oferece ao Peregrino a possibilidade de travar um diálogo em que relata os costumes da colônia e discute fatos presenciados ao longo do percurso, utilizando-se dos recursos retóricos de metáforas e exemplos. O compêndio traz instruções de como se deve viver para manter o corpo e a alma “saudáveis e salváveis”, sugerindo regras para um bem viver.

Para realizar o nosso percurso de análise será necessário, em primeiro lugar, apresentar de modo sucinto a visão da temporalidade em Agostinho, de modo a poder mais facilmente reconhecer os traços desta, presentes nas obras dos três autores brasileiros.

³ Nuno Marques Pereira nasceu na Bahia em 1652 e faleceu em Lisboa entre 1728 e 1733; possivelmente estudou no colégio jesuíta na Bahia e, depois, em Coimbra.

O Tempo no Pensamento de Agostinho

Ao analisar a concepção de temporalidade em Agostinho, sobretudo nos sermões, Paula (2011) evidencia a diferença entre tempo e eternidade tematizada pelo filósofo e alerta acerca da existência de quatro significados do tempo presentes nas suas obras. São elas: o tempo psicológico; o tempo físico; o tempo moral e o tempo histórico. Neste trabalho, nos ocuparemos das dimensões do tempo relacionadas à subjetividade, a saber: o tempo psicológico, o tempo moral e o tempo histórico, bem como a relação entre o tempo e a eternidade.

Tempo e Eternidade

Em “Confissões”, Agostinho diferencia o tempo da eternidade, por corresponderem a diferentes condições do ser (Agostinho, 400/1988b). O tempo tem duração e é composto por movimentos passageiros, por “instantes fugitivos”⁴ (400/1988b, p. 280); na eternidade, pelo contrário, “nada passa”⁵ (400/1988b, p. 276), ela é “um perpetuo hoje” (400/1988, p. 276).

Segundo Paula (2011), tal temática perpassa não somente os tratados (por exemplo, “A cidade de Deus”, 413/1990), como também a pregação de Agostinho. No sermão 16a, por exemplo, pregado em Cartago, no ano 411, Agostinho evidencia a diferença entre o tempo, o qual compara a uma breve viagem, e a eternidade, lugar sem tempo: “O tempo de nossa viagem pelo mundo é breve, porém nossa pátria carece de tempo. Entre o tempo e a eternidade existe uma grande diferença. Aqui se conquista a piedade; lá se descansa”⁶ (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 7, p. 257). Em outro sermão (n. 260c), pregado num domingo de Oitava da Páscoa, em Hipona, após 410, Agostinho diferencia o tempo e a eternidade ao comentar sobre a simbologia

do número oito. Compara a ordem circular do tempo à permanência imutável da eternidade e afirma que o número oito simboliza o mundo futuro “onde nada cresce ou decresce quanto ao volume do tempo, mas permanece perenemente em felicidade imutável”, ao passo que “o espaço temporal do presente século transcorre no círculo repetido de sete dias”⁷ (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 24, p. 268). A incomensurabilidade entre o tempo e a eternidade é preenchida pela esperança.

Tempo Psicológico

No livro 11º das confissões, Agostinho afirma que na mente existem três tempos: o “presente das coisas passadas”, o “presente das presentes” e o “presente das futuras”, que se evidenciam no dinamismo subjetivo como “lembrança presente das coisas passadas” (a memória), “visão presente das coisas presentes” (a atenção) e “esperança presente das coisas futuras” (a expectativa) (400/1988b, p. 284)⁸. Por isso é que se pode afirmar que o tempo consiste não no movimento dos astros ou dos corpos, mas sim em “certa distensão da alma” (400/1988b, p. 288): futuro, passado e presente existem “na alma”, moldados por atos psíquicos: o passado existe como “memória” e o futuro é atualizado “no presente” como “projeto” ou expectativa. De qualquer forma, os três tempos são o “presente”: o passado é um “re-

⁴ “*Et ipsa una hora fugitivis particulis agitur: quidquid eius avolvit, praeteritum est, quidquid ei restat, futurum*”. Livro XI, parágrafo 15. 20. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>

⁵ “*Non autem praeterire quidquam in aeterno, sed totum esse praesens; nullum vero tempus totum esse praesens*”. Livro XI, parágrafo 11.13. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>

⁶ “*Peregrinationis enim nostrae tempus brevissimum est, et patria nostra sine tempore est. Inter aeternitatem enim et tempus multum distat. Hic conquiritur pietas, illic requiescitur.*” Sermo 16/a Sermo habitus in Basilica maiorum die dominica XIV kal. Iul. De responsorio psalmi XXXVIII: “exaudi orationem meam et precem meam, domine”. et de muliere in adulterio deprehensa. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

⁷ “*Octonario itaque numero praefigurantur quae ad futurum saeculum pertinent, ubi nullo volumine temporum seu deficit seu proficit aliquid, sed stabili beatitudine iugiter perseverat. Et quoniam istius saeculi tempora septenario numero dierum per circuitum repetito dilabuntur, recte ille tamquam octavus dicitur dies, quo post labores temporales cum pervenerint sancti, nulla vicissitudine lucis et noctis actionem requiemve distinguunt; sed eis erit perpetuo vigilans quies, et actio non segnitur sed infatigabiliter otiosa*”. Sermo 260/C De Dominico Die Octavarum Sanctae Paschae. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

⁸ “*20. 26. Quod autem nunc liquet et claret, nec futura sunt nec praeterita, nec proprie dicitur: tempora sunt tria, praeteritum, praesens et futurum, sed fortasse proprie diceretur: tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris. Sunt enim haec in anima tria quaedam et alibi ea non video, praesens de praeteritis memoria, praesens de praesentibus contuitus, praesens de futuris expectatio. Si haec permittimur dicere, tria tempora video fateorque, tria sunt. Dicatur etiam: “Tempora sunt tria, praeteritum, praesens et futurum”, sicut abutitur consuetudo; dicatur. Ecce non curo nec resisto nec reprehendo, dum tamen intellegatur quod dicitur, neque id, quod futurum est, esse iam, neque id, quod praeteritum est. Pauca sunt enim, quae proprie loquimur, plura non proprie, sed agnoscitur quid velimus*”. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>

⁹ “*Video igitur tempus quamdam esse distentionem*. Livro XI, par. 23. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>

presente” (novamente presente); o presente é o instante fluido, que passa, e o futuro é um pré-presente. O fato de o tempo ser uma “distensão da alma” é comprovado por Agostinho por uma “experiência” retirada dos domínios, musical e retórico, a ele bem familiares: a percepção dos movimentos, do “longo” e do “breve” dos sons e do silêncio na música ou na oratória dá-se pela atividade psíquica. E conclui: “em ti, ó meu espírito, meço os tempos” (400/1988b, p. 292)¹⁰. As potências psíquicas envolvidas, portanto, são a expectativa, a atenção e a memória, sendo que o dinamismo todo é sintetizado por Agostinho desta forma: “aquilo que o espírito espera passa através do domínio da atenção para o domínio da memória” (400/1988b, p. 293). O exemplo da recitação de um hino decorado esclarece:

Antes de principiar, a minha expectativa estende-se todo ele. Porém, logo que o começar, a minha memória dilata-se, colhendo tudo o que passa de expectativa para o pretérito. A vida deste meu ato divide-se em memória, por causa do que já recitei, e em expectativa, por causa do que hei de recitar. A minha atenção está presente e por ela passa o que era futuro para se tornar pretérito. Quanto mais um hino se aproxima do fim, tanto mais a minha memória se alonga e a expectativa se abrevia, até que esta fica totalmente consumida, quando a ação, já toda acabada,

passar inteiramente para o domínio da memória (400/1988b, p. 294)¹¹.

Desta visão da temporalidade psíquica, Agostinho deriva a concepção do dinamismo pessoal em sua totalidade: “minha vida é distensão”. O homem tem a possibilidade de viver a distensão em seu movimento contínuo, como também de dispersar-se no tempo: a atenção tem por seu oposto a distração. A direção dos movimentos de distensão (atenção) e dispersão (distração) é determinada pelos objetos de afeição para os quais a vontade se volta. Tais objetos, segundo Agostinho, configuram-se por volta de dois “amores”, a concupiscência e a *caritas*: isso nos remete à terceira dimensão do tempo, que será abordada no item a seguir: o tempo moral. Agostinho descreve o movimento próprio de sua experiência como: “desprender-se dos dias em que dominou em mim a concupiscência”; “esquecer das coisas passadas”; “preocupar-se sem distração alguma não com as coisas futuras e transitórias, mas com aquelas que existem no presente” (400/1988b, p. 294)¹². Deste modo, pretende “alcançar a unidade do meu ser” (400/1988b, p. 294).

¹⁰ “27. 36. *In te, anime meus, tempora metior. Noli mihi obstrepere, quod est: noli tibi obstrepere turbis affectionum tuarum. In te, inquam, tempora metior. Affectionem, quam res praetereuntes in te faciunt et, cum illae praeterierint, manet, ipsam metior praesentem, non ea quae praeterierunt, ut fieret; ipsam metior, cum tempora metior. Ergo aut ipsa sunt tempora, aut non tempora metior. Quid cum metimur silentia et dicimus illud silentium tantum tenuisse temporis, quantum illa vox tenuit, nonne cogitationem tendimus ad mensuram vocis, quasi sonaret, ut aliquid de intervallis silentiorum in spatio temporis renuntiare possimus? Nam et voce atque ore cessante peragimus cogitando carmina et versus et quemque sermonem motionumque dimensiones quaslibet et de spatiis temporum, quantum illud ad illud sit, renuntiamus non aliter, ac si ea sonando diceremus. Voluerit aliquis edere longiusculam vocem et constituerit praemeditando, quam longa futura sit, egit utique iste spatium temporis in silentio memoriaeque commendans coepit edere illam vocem, quae sonat, donec ad propositum terminum perducatur: immo sonuit et sonabit; nam quod eius iam peractum est, utique sonuit, quod autem restat, sonabit atque ita peragitur, dum praesens intentio futurum in praeteritum traicit deminutione futuri crescente praeterito, donec consumptione futuri sit totum praeteritum.” Livro XI, par. 27. 36. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>*

¹¹ “28. 37. *Sed quomodo minuitur aut consumitur futurum, quod nondum est, aut quomodo crescit praeteritum, quod iam non est, nisi quia in animo, qui illud agit, tria sunt? Nam et expectat et attendit et meminit, ut id quod expectat per id quod attendit transeat in id quod meminerit. Quis igitur negat futura nondum esse? Sed tamen iam est in animo expectatio futurorum. Et quis negat praeterita iam non esse? Sed tamen adhuc est in animo memoria praeteritorum. Et quis negat praesens tempus carere spatio, quia in puncto praeterit? Sed tamen perdurat attentio, per quam pergat abesse quod aderit. Non igitur longum tempus futurum, quod non est, sed longum futurum longa expectatio futuri est, neque longum praeteritum tempus, quod non est, sed longum praeteritum longa memoria praeteriti est. 28. 38. *Dicturus sum canticum, quod novi: antequam incipiam, in totum expectatio mea tenditur, cum autem coepero, quantum ex illa in praeteritum decerpsero, tenditur et memoria mea, atque distenditur vita huius actionis meae in memoriam propter quod dixi et in expectationem propter quod dicturus sum; praesens tamen adest attentio mea, per quam traicitur quod erat futurum, ut fiat praeteritum. Quod quanto magis agitur et agitur, tanto breviate expectatione prolongatur memoria, donec tota expectatio consumatur, cum tota illa actio finita transierit in memoriam”.* Livro XI, par. 28, 37-38. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/confessionii/index2.htm>*

¹² “29. 39. *Sed quoniam melior est misericordia tua super vitas ecce distentio est vita mea, et me suscepit dextera tua in Domino meo, mediatore Filio hominis inter te unum et nos multos, in multis per multa, ut per eum apprehendam, in quo et apprehensus sum, et a veteribus diebus colligar sequens unum, praeterita oblitus, non in ea quae futura et transitura sunt, sed in ea quae ante sunt non distentus, sed extentus, non secundum distentionem, sed secundum intentionem sequor ad palmam supernae vocationis, ubi audiam vocem laudis et contempler delectationem tuam, nec venientem nec praetereuntem. Nunc vero anni mei in gemitibus, et tu solacium meum, Domine, Pater meus aeternus es; et ego in tempora dissilui, quorum ordinem nescio, et tumultuosos varietatibus dilaniantur cogitationes meae, intima viscera animae meae, donec in te confluum purgatus et liquidus igne amoris tui”.* Confissões, Livro XI, par. 29.39. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

A medição do tempo na “psique” tem como pano de fundo o tempo físico, cujo devir se fundamenta na “mutabilidade” das coisas e é mensurável pelo movimento dos astros, tendo seu início com a criação do mundo.

Tempo Moral

Já o tempo moral, ou seja, a maneira com que o homem constrói o tempo presente pelas suas ações, é o tempo presente no qual a ação é orientada para a realização do bem ou do mal. O tempo moral pode se tornar causa de vida ou de “morte” e “pecado” (ou seja, daquela condição de falta à qual o homem está submetido do início ao fim da vida). Disso decorre uma visão peculiar da existência humana: o caráter contingente e relativo da vida, o fato da morte como absoluta e necessária; o fato de que a vida é sempre “muriente” (mortal) e a morte sempre “vivente” e inerente ao dinamismo da vida. Com efeito, a vida é “muriente” pela sucessão de suas fases, sendo que cada uma implica o fim da anterior; e a morte é “vivente” pelo fato de a existência humana ser “morte em vida”, e a duração da existência ser “vida em morte” (Paula, 2011, p. 94). O ser humano é orientado para a morte, ao passo de que Deus é imortal, sendo este revelado em Cristo, cuja mediação liberta da morte o homem. Disso decorre que a ordem do tempo moral demanda que no presente a vontade se oriente para o amor de Cristo (*caritas*). A desintegração e a desordem do tempo moral, pelo contrário, deriva de uma “inversão da ordem”: amar o “temporal” em detrimento do “eterno” (concupiscência). Ocorre, assim, uma espécie de “temporalização” de “si mesmo”, sendo que a libertação do tempo moral acontece no movimento que se estende da “multiplicidade” do tempo ao “eterno”, podendo ser alcançada pelo “amor” ao Uno e Eterno Deus (Paula, 2011). Paula (2011) evidencia que no sermão 157, proferido em Cartago, em data ignorada, Agostinho alerta acerca da fugacidade do que buscamos possuir:

Que coisa há que não se torna fumaça antes de ser alcançada, se nem sequer uma hora do dia de hora podemos reter? A hora terceira lança fora a segunda, assim como a segunda o fez com a primeira. Ainda que a hora presente pareça que está presente, não é certo, pois todas as suas partes e todos

os seus momentos são fugazes (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 23, p. 483-484)¹³.

E ainda o sermão 38, pregado em local e data ignorados, alerta acerca do bem que se ama neste mundo: “Quando começar a desvanecer-se o que foi criado, onde se encontrará o amante do tempo que perdeu a eternidade?” (386-426/1988a, vol. 7, p. 556)¹⁴.

Em “A Cidade de Deus” (Agostinho, 413/1990), a escolha entre dois amores (“o amor próprio, levado ao desprezo de Deus”; e “o amor de Deus, levado ao desprezo de si próprio”, p. 169)¹⁵ é o que funda dois tipos diferentes de “sociedades de homens”, a que “misticamente damos o nome de cidades” (Agostinho, 413/1990, p. 173): a cidade “terrena e a cidade “celestial”¹⁶. Em “cada homem”, segundo Agostinho, existem “em luta”¹⁷ (p. 178) esses dois amores e a possibilidade dramática de escolher entre eles; e de substituir o primeiro amor pelo segundo e vice-versa. Daqui decorre a importância também do instante, como o lugar em que se trava esta luta.

Nos sermões, segundo Paula (2011), a referência ao momento presente constitui por Agostinho sempre um apelo à práxis cristã. O conhecimento dos preceitos não é suficiente para moldar uma vida cristã: é preciso vivenciá-los, colocá-los em prática no presente. O “agora” é o único tempo que o cristão tem para agir.

¹³ “*Quid non fugit pene antequam capitur, cum ex ipso hodierno die nulla possit vel hora retineri? Ita enim secunda excluditur a tertia, sicut prima exclusa est a secunda. Ipsius horae unius, quae praesens videtur, nihil est praesens: omnes enim partes eius, et omnia momenta fugitiva sunt*”. Sermo 157. De Verbis Apostoli (Rom 8, 24. 25): “*Spe Salvi Facti Sumus; Spes Autem Quae Videtur, Non Est Spes*”. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

¹⁴ “*Cum coeperit perire quod factum est, ubi erit amator temporis, qui perdidit aeternitatem?*” Sermo 38. De Verbis Ecclesiastici II, 1-5: “*Fili, Accedens Ad Servitutem Dei*” Etc. Et De Verbis Psalmi 38,7: “*Quamquam In Imagine Ambulat Homo*”. De Continentia et Sustinentia. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

¹⁵ “*Fecerunt itaque civitates duas amores duo, terrenam scilicet amor sui usque ad contemptum Dei, caelestem vero amor Dei usque ad contemptum sui. Denique illa in se ipsa, haec in Domino gloriatur.*” De Civitate Dei Livro XIV, cap. XXVIII. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/cdd/index2.htm>

¹⁶ “*ad hominum civitatem; ad civitatem Dei*”. Idem, Livro XV, cap. I. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/cdd/index2.htm>

¹⁷ “*item pugnant inter se mali et boni: boni vero et boni, si perfecti sunt, inter se pugnare non possunt. Proficientes autem nondumque perfecti ita possunt, ut bonus quisque ex ea parte pugnet contra alterum, qua etiam contra semetipsum; et in uno quippe homine caro concupiscit adversus spiritum et spiritus adversus carnem*”. Livro XV, cap. VI. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/cdd/index2.htm>

Paula (2011) comenta que a imagem do rio que corre é comum nos sermões de Agostinho, utilizada como metáfora do tempo fluído e irreversível. No sermão 109, sobre os sinais dos tempos, Agostinho refere-se à fluidez do tempo: “E ainda que estas desgraças não se façam presentes, o tempo corre! (*tempus ambulat*)” (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 10, p. 778)¹⁸.

No correr do tempo, a ação que cabe ao homem brota do colocar-se na posição certa: a de peregrinos. Paula coloca que no sermão 124, proferido em lugar ignorado, antes de 410, Agostinho usa a palavra *“salus/salutis”* para referir-se à condição da permanência, da eternidade em contraposição à brevidade do tempo da existência humana: o homem consciente vive sua condição humana como a de um peregrino: “Aprendamos, portanto, irmãos, a conhecer e amar essa Saúde, que não é deste mundo. Ou seja, a Saúde Eterna, e vivamos neste mundo como peregrinos”. Tal condição implica que “vivamos bem neste curto espaço, para que no fim possamos ir onde nunca passamos” (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 23, p. 60-61)¹⁹. No Sermão 11, proferido por volta de 411/412, em lugar ignorado, Agostinho aborda o tempo presente como o tempo em que urge a ação, a “semeadura das boas obras”: “no tempo presente semeamos com suor a semente das boas obras, porém, só iremos recolher seus frutos com alegria no tempo futuro” (386-426/1988a, vol. 7, p. 191)²⁰. Trata-se do “tempo da laboriosidade, do esforço; a recompensa

vem depois” (386-426/1988a, vol. 7, p. 192)²¹. Portanto, ao tempo presente Agostinho associa a imagem do “caminho”. No sermão 31/4, pregado antes do ano 405, em lugar ignorado, Agostinho diz: “desde que nascemos, estamos em marcha. Quem permanece quieto? Quem não se vê obrigado a colocar-se em marcha desde que entrou nesta vida? Uma criança nasce e, ao crescer, está em marcha”. (386-426/1988a, vol. 7, p. 463)²².

Esta caminhada pelo tempo presente implica sempre, para Agostinho, esforço, luta, trabalho, fadiga. A luta consiste no fato de o tempo presente ser o tempo dos desejos desordenados; luta esta que Agostinho descreve no Sermão 151, em Cartago, por volta de 418-419: “a vida do justo, enquanto existe neste corpo, é uma batalha” (386-426/1988a, vol. 23, p. 377-378)²³. No sermão 128, proferido entre 412 e 416, em lugar ignorado, insiste: “O agora é tempo de lutar!” (386-426/1988a, vol. 23, p. 133)²⁴.

Tempo Histórico

O tempo histórico, por Agostinho, define as modalidades da condição humana tais como vividas e protagonizadas pelos homens das diferentes gerações. O significado da história é sagrado e humano ao

¹⁸ “*Nos ergo fragiliores et infirmiores sumus: quia et casus omnes qui non cessant in rebus humanis, fragilitate utique nostra quotidie formidamus; et si ipsi casus non accedant, tempus ambulat: vitat homo ictum, numquid vitat exitum? vitat quae extrinsecus eveniunt, numquid quod intus nascitur pellitur? Denique nunc lumbricos gignunt interiora, nunc morbus quilibet subito occupat: postremo quantumvis homini parcat, novissime senectus cum venerit, non est quo differatur*”. Sermo 109 *De Verbis Evangelii Lc12,56-59: “Faciem Coeli Et Terrae Nostis Probare”* Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

¹⁹ “*Salutem itaque in hoc mundo peregrinam, hoc est, sempiternam, fratres, agnoscamus et diligamus, et in hoc mundo tanquam peregrini vivamus. Transire nos cogitemus, et minus peccabimus*”. Sermo 124 *De Verbis Evangelii Ioannis (5, 2- 4): “Est Autem Ierosolymis Probatica Piscina”, Etc.* Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

²⁰ “*Ideo hoc dixi, ut seminationis nostrae mercedem, non isto tempore quo seminavimus speremus. Hic enim bonorum operum messem cum labore serimus, sed in futuro fructus illius cum gaudio colligemus*”. Sermo 11. *De Sancto Elia et de patientia Iob.* Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

²¹ “*Tunc enim laboratura erat, expectatura agri fructus, collectura. Quando autem non pluebat, victus eius de facili veniebat. Signum hoc quod Deus illi ad paucos dies praestiterat, signum erat futurae vitae, ubi merces nostra deficere nescit. Farina nostra Deus erit. Quomodo illa per illos dies non defecerunt, sic ille non deficiet in aeternum. Talem mercedem speremus, quando bona facimus, ne forte aliquis vestrum tentetur tali cogitatione, et dicat: “Pascam aliquem servum Dei esurientem, ut lagena mea non deficiat, aut in cupa mea semper vinum inveniam”. Noli hoc hic quaerere. Semina securus, messis tua serius veniet, tardius veniet, sed cum venerit, finem non habebit*”. Sermo 11. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

²² “*Ex quo nascimur, imus. Quis enim stat? Quis non ex quo vitam intravit, cogitur ambulare? Infans natus est, crescendo ambulat. Mors finis est. In fine iam veniendum est, sed cum exultatione. Quis enim non hic plorat in via ista mala, quando ipse infans inde incipit? Utique infans, quando nascitur, de angustiis uteri in huius mundi latitudinem funditur, de tenebris procedit ad lucem. Et tamen de tenebris veniens ad lucem, plorare potest, ridere non potest. Est enim vita ista, ut quando gaudetur hic, time ne fallat. Quando hic ploratur, roga ut evadas. Et transit tribulatio, et venit tribulatio. Et rident homines, et plorant homines. Et quod rident homines, plorandum est*”. Sermo 34. “*Qui seminant in lacrymis...*” Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

²³ “*vitam iusti in isto corpore adhuc bellum esse*”. Sermo 151. ...” Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

²⁴ “*Lucta est enim in isto corpore*”. Sermo 128. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>

mesmo tempo. A história é interpretada por Agostinho como um drama, tendo “começo” (criação), “meio” (redenção) e fim (juízo final). Esta ordem do tempo, marcada pela tensão escatológica, é captada pela fé.

Agostinho frequentemente refere-se ao seu próprio tempo histórico como um “tempo de murmurações”. As murmurações são daqueles que criticam os “tempos cristãos” como sendo os responsáveis pela queda do Império Romano. Essas referências encontram-se, sobretudo, nos sermões pronunciados por volta do ano 410, após o saque de Roma pelas tropas de Alarico. No sermão 25, pronunciado em Hipona, entre os anos 410–412, Agostinho critica aqueles que atribuem aos tempos passados uma condição irreal de felicidade, e cultivam o saudosismo acerca de um passado que nunca existiu: “os dias são amargos. Acaso não vivemos dias infelizes desde que fomos expulsos do paraíso? Nossos antepassados se lamentam de seus tempos e o mesmo os seus antecessores. Nenhum homem gosta dos tempos em que vive”. E traz um exemplo: “a cada ano, ordinariamente, quando sentimos o frio, costumamos dizer: ‘Nunca fez tanto frio! Nunca o calor foi tão grande’, sendo que se faz o mesmo de sempre” (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 7, p. 396)²⁵.

Ainda contra a nostalgia de um passado ideal e irreal como justificativa para as murmurações acerca do tempo presente, no sermão 346C, proferido também por volta de 410, em lugar ignorado, Agostinho questiona: “pensas que os tempos passados foram bons porque não são os teus. Por isso são bons!” (386-426/1988a, vol. 26, pp. 131-132)²⁶. Numa alusão ao saque de Roma, e contestando aqueles que murmuravam dos males do tempo presente, Agostinho relaciona o tempo à vida moral e afirma o homem como “construtor” do tempo: o tempo é aquilo que os homens são e fazem dele. Não cabe imputar ao tempo uma responsabilidade que é própria daqueles que o constroem.

No sermão 80, proferido em local ignorado, por volta do ano 410, após o saque de Roma, Agostinho afirma: “Oxalá não abundassem os maus e assim não abundariam os males! ‘Maus tempos! Tempos estafantes!’ Assim dizem os homens. Vivamos bem e os tempos serão bons. Os tempos somos nós! Quais somos, assim são os tempos”. (Agostinho, 386-426/1988a, vol. 10, p. 451)²⁷. No sermão do dia 14 de setembro de 405, festa de São Cipriano, em Cartago, reitera o mesmo conceito: “Costumais dizer: ‘Os tempos são difíceis! Os tempos são duros! Os tempos abundam em miséria!’ Vivei bem e mudareis os tempos com vossa boa vida. Mudareis os tempos e não tereis do que murmurar.” (386-426/1988a, vol. 25, p. 526)²⁸.

O tempo não é só uma entidade que existe por si; é também uma construção da ação humana no mundo, e é cada homem o seu responsável.

Temporalidade e Dinamismo da Pessoa nos Sermões de Antônio Vieira

Nos sermões de Vieira, evidenciamos dimensões do tempo análogas às que foram assinaladas em Agostinho: a diferença entre tempo e eternidade; o tempo psicológico; o tempo moral e o tempo histórico.

Tempo e Eternidade

A diferenciação entre tempo e eternidade encontra-se no sermão pregado por Vieira na ocasião da festa de Nossa Senhora do Ó (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 4, pp. 207-236), quando se afirma que “o eterno e o temporal são tão opostos como a eternidade e o tempo” (p. 207).

Análoga distinção aparece no sermão pregado na quarta-feira de Cinzas de 1673: Vieira define a morte como “o instante” que separa o tempo da eternidade, distinguindo o instante da morte e os instantes da vida:

Os instantes da vida [...] unem a parte do tempo passado com a parte do futuro. O instante da morte é um instante que se desata do tempo que foi, e não se ata com

²⁵ *“Maligni dies sunt. Numquid istic, ex quo de Paradiso proiecti sumus, malignos dies agimus? Et maiores nostri planxerunt dies suos, et avi eorum planxerunt dies suos. Nullis hominibus dies placuerunt quos vivendo egerunt. Sed posteris placent dies maiorum: et illis iterum illi dies placebant, quos ipsi non sentiebant, et ideo placebant. Quod enim praesens est, acrem habet sensum. Non dico, propius admovetur, sed cor tangit quotidie. Omni anno plerumque dicimus quando frigus sentimus: ‘Numquam fecit tale frigus. Numquam fecit tales aestus’. Semper ‘facit’ ipse qui facit. Sermo 15. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>*

²⁶ *“Quae enim putas tempora bona fuisse praeterita, quia iam non tua sunt”. Sermo 346/C. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>*

²⁷ *“Bene vivamus, et bona sunt tempora. Nos sumus tempora: quales sumus, talia sunt tempora” Sermo 80. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>*

²⁸ *“Et dicitis: Molesta tempora, gravia tempora, misera tempora sunt. Vivite bene, et mutatis tempora vivendo bene: tempora mutatis, et non habetis unde murmureti”. Sermo 311. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/discorsi/index2.htm>*

o tempo que há de ser, porque já não há de haver tempo (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 1, pp. 619-620).

Assim como o fez Agostinho, Vieira relaciona o tempo ao afeto, à vontade e aos seus objetos, e no Sermão do Mandato de 1643 estabelece a relação entre o amor temporal e o amor perfeito (a agostiniana *caritas*). Se o tempo é “remédio” para o amor humano²⁹, pelo fato de que “tudo cura o tempo, tudo faz esquecer, tudo gasta, tudo digere, tudo acaba” (1679-1748/1993, vol. 2, p. 293); no caso do “amor perfeito, e que só merece o nome de amor”, que “vive imortal sobre a esfera da mudança”, “não chegam lá as jurisdições do tempo”. Neste passo, Vieira se refere explicitamente a Agostinho em seu comentário ao livro bíblico dos Provérbios:

Quis-nos declarar Salomão — diz Agostinho — que o amor que é verdadeiro tem obrigação de ser eterno, porque, se em algum tempo deixou de ser, nunca foi amor. [...] Deixou de ser? Pois nunca foi. Deixastes de amar? Pois nunca amastes. [...] É como a eternidade, que se, por impossível, tivera fim, não teria sido eternidade (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 2, p. 293).

Assim, para Vieira, assim como já dissera Agostinho, “isento da jurisdição do tempo é o verdadeiro amor”, que somente pode ser divino. Com efeito, continua Vieira, “o tempo começou com a criação do mundo, porque antes do mundo não havia tempo” (1679-1748/1993, p. 296).

O Tempo Psicológico

Esta dimensão do tempo de inspiração agostiniana encontra-se no quinto discurso das Cinco Pedras da Funda de Davi (1676), que Vieira preparara para ser pregado em Roma (1679-1748/1993, vol V, pp. 695-718), cujo tema remete-se à precedente distinção entre tempo e eternidade e busca responder à questão: “por que razão o gosto da bem-aventurança do céu faz da eternidade tempo?” (1679-1748/1993, p. 695). O afeto da esperança, segundo Vieira, é

capaz de realizar esta que, de outro modo, seria impossível operação: “a esperança é um afeto que do tempo faz eternidade” (1679-1748/1993, p. 679). Ao comentar que quem serve a Deus pela esperança do prêmio “serve e espera juntamente”, afirma que “a mesma duração, que no servir é tempo, no esperar é eternidade”. (1679-1748/1993, p. 697). Assim, por exemplo, “os patriarcas e profetas esperavam, os outros homens não esperavam: a vida dos que não esperavam era tempo, a vida dos que esperavam era eternidade” (1679-1748/1993). É possível, portanto, que o afeto da esperança possa transformar “um tormento, que do tempo faz eternidade, com um gosto, que da eternidade faz tempo” (1679-1748/1993, p. 697).

O Tempo Moral

No sermão da Primeira Domingo de Advento (1679-1748/1993, vol. 1, pp. 177-226), Vieira assemelha o tempo ao nada devido à sua fugacidade: “Que coisa mais veloz, mais fugitiva, e mais instável que o tempo?” (1679-1748/1993, p. 189) e evidencia essa característica pelo uso retórico da repetição do verbo: “Passam as horas, passam os dias, passam os anos, passam os séculos” (p. 189). A fugacidade do tempo está relacionada à das coisas temporais:

E como o tempo não tem, nem pode ter, consistência alguma, e todas as coisas desde seu princípio nasceram juntamente com o tempo, por isso nem ele, nem elas podem parar um momento, mas com perpétuo moto, e revolução insuperável passar, e ir passando sempre (Vieira, 1679-1748/1993, p. 190).

Ao evidenciar esta “perpétua instabilidade”, Vieira cita uma afirmação de Agostinho sobre o fato de não podermos nos considerar senhores nem da casa de nossa propriedade:

Esta casa de que vos jactais ser senhor, por que é vossa? Porque a herdei de meu pai; e vosso pai de quem a houve? De meu avô; e de quem a houve vosso avô? De meu bisavô; e vosso bisavô de quem? De meu trisavô. Já não tendes palavras com que prosseguir de quem mais foi, e a quem mais passou essa casa, que chamais vossa. Pois assim como ela passou, e, vossos antepassados passaram por ela, assim ela

²⁹ Neste ponto, é interessante observar que se, para Vieira, o tempo pode curar, pelo contrário, segundo Agostinho, o tempo nunca pode curar, sendo único remédio eficaz a relação com a eternidade.

e vós também haveis de passar. Por este modo sem firmeza, nem estabilidade alguma, estão sempre passando neste mundo, as casas, as quintas, as herdades, os morgados. [...] Não há pedra, nem telha, nem planta, nem raiz, nem palmo de terra na Terra, que não esteja sempre passando, porque tudo passa (Vieira, 1679-1748/1993, p. 193).

E considerando o fato de que “deste tudo que está sempre passando, é o homem não só a parte principal, mas verdadeiramente o tudo do mesmo tudo”, é preciso que ele aprenda a não viver no engano de viver “como se não passáramos” (Vieira, 1679-1748/1993, p. 194). Com efeito, comparando a vida a uma nau, pode-se afirmar que “todos navegamos com o mesmo vento, que é o tempo” e “ainda que o não pareça, insensivelmente vamos passando sempre, e avizinhandose cada um ao seu fim” (1679-1748/1993). Vieira evoca Ambrosio, Heráclito, Sócrates, o bíblico Jó, Filo Hebreu, Paulo de Tarso e, mais uma vez, Agostinho, o qual assinala que Adão não conseguira responder à pergunta de Deus (“onde estás?”), pois “se dissera estou aqui (como sutilmente argúo Santo Agostinho) entre a primeira sílaba e a segunda já o estou não seria estou, nem o aqui seria o mesmo lugar; porque como tudo está passando, tudo se teria mudado”. Cita Eusébio de Cesaréia, Sêneca e “os sábios da Grécia”, os quais afirmam “que todo homem que chega a ser velho, morre seis vezes”, por ser um contínuo morrer passar pelas idades da vida (1679-1748/1993, pp. 195-196).

Diante desta condição, “desenganar-se” significa ter a clara consciência de que, depois da vida que passa, “segue-se a conta”, “sendo a conta que se há de dar, de tudo o que se passou na vida”. E, paradoxalmente, “passando tudo para a vida, nada passa para a conta” (Vieira, 1679-1748/1993, p. 196). “Porque os passos passam, as pegadas ficam; os passos pertencem à vida que passou, as pegadas à conta, que não passa”. Com efeito, “nós deixamos as pegadas detrás das costas, e Deus tem-nas sempre diante dos olhos, com que as nota e observa: as pegadas para nós apagam-se, como formadas em pó, para Deus não se apagam, como gravadas em diamante” (1679-1748/1993, p. 196). Assim, “a consideração dos pecados na nossa memória logo se perde, e na ciência divina sempre está presente” (1679-1748/1993, p. 199). Mais uma vez, Vieira evoca uma Homilia de Agostinho (n. 42), na qual afirma que “havendo de ficar cá tudo aquilo por que pecaste, o

que só hás de levar contigo é o pecado (Homilias 42). Toda a matéria dos pecados cá há de ficar, porque passou com a vida, e só o pecado há de ir conosco, porque não passou para a conta” (1679-1748/1993, p. 223). Esta constatação abre caminho à consciência de que “ainda temos tempo e vida”, e que este tempo deve ser usado para o “desengano” ainda “neste mundo”: aqueles que fizerem isto serão “prudentes”, ao passo de que os outros serão “insensatos” (1679-1748/1993, p. 225).

Nesse sentido, o tempo do desengano, o tempo moral, deve efetivamente ser considerado como “o nosso tempo”: é o que Vieira prega em outro sermão da quarta-feira de cinzas de 1673 (1679-1748/1993, vol. 1, p. 601-635). Aqui esclarece:

O tempo meu é o tempo antes da morte; o tempo não meu é o tempo depois da morte. E guardar, ou esperar a morte para o tempo depois da morte, que não é tempo meu, é ignorância, é loucura, é estultícia (Vieira, 1679-1748/1993, p. 627).

Nesse tempo “nosso”, é possível ainda resgatar o tempo perdido, como prega o Oitavo Sermão do Rosário (1679-1748/1993, vol. 4, pp. 527-552). Podemos “vender” o tempo que é nosso pelo pecado e resgatá-lo pela vida boa:

Quando gastamos o tempo em boas obras compramos o mesmo tempo, e tornamos a fazer nosso o que tínhamos vendido. E deste modo os dias que foram maus se convertem em bons, e os que pertenciam ao mundo e ao inferno pertencem ao céu (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 4, p.548).

Desse modo, cada um está diante da escolha que irá determinar sua condição definitiva, conforme prega Vieira no Sermão da Terceira Domingo de Advento: “nas ações se háo de segurar as predestinações”. Com efeito, o homem não é um ser determinado: “cada um de nós espiritualmente é o que há-de-ser; o que há-de-ser cada um, ninguém o sabe”. Nisso consiste “a maior miséria, a maior perplexidade, a maior aflição do espírito que há na vida humana”, pois um homem pode ser “ou eternamente ditoso, ou eternamente infeliz”, “e não saber qual destas duas há-de ser: não saber um homem se é precito, ou se é predestinado” (Vieira, 1993, vol. 1, p. 293). Todavia, pela ação o homem pode determinar-se a si mesmo: “fazei boas obras e estai moralmente seguros que sois

predestinados”. O mesmo tema é retomado por Vieira no Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma de 1644: “o amor desta vida e deste mundo é uma morte, que só tem precitos, e não tem predestinados: é uma morte, pela qual sempre se vai ao inferno, e nunca ao paraíso” (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 1, p. 714).

O Tempo Histórico

Nos sermões, as referências de Vieira ao seu tempo histórico são inúmeras. Basta aqui citar a contida no Terceiro Discurso, As pedras da funda de Davi (Vieira, 1679-1748/1993, vol. 5, pp. 647-668):

Os pecados em outro tempo eram cometidos, e envergonhavam-se de ser vistos; hoje é corte e parte de fidalguia o ser mau publicamente. Saem os vícios à praça, e até se metem pelos lugares sagrados, com a cara tão descoberta, como se na rua foram gala, e no templo sacrifício. Ó tempos, ó costumes! Contra este monstro batizado irão atiradas hoje, com toda a força que eu puder, as minhas razões e as suas afrontas (Vieira, 1679-1748/1993, p. 647).

Com efeito, é um dos objetivos da prática da pregação lograr a reforma dos costumes individuais e coletivos, sendo ela recurso significativo de intervenção e mudança do tempo histórico (Massimi, 2012).

A Temporalidade e o Dinamismo da Pessoa na Novela História do Predestinado Peregrino e de seu Irmão Precito (1682) de Alexandre de Gusmão SI

A irreversibilidade do tempo (e a importância do bom emprego dele) e o tema da escolha humana como determinante da pessoa tornar-se predestinado, ou tornar-se precito, constituem o núcleo central da novela do jesuíta Alexandre de Gusmão, que é uma grande metáfora do tema agostiniano dos dois amores e das duas cidades. O emprego do tempo em ações orientadas para o bem é o que torna a pessoa um “predestinado”, ao passo que o desperdício do tempo que é nosso, em ações inspiradas pelos afetos desordenados, torna a pessoa um “precito”. Eis aqui delineadas as figuras dos dois irmãos protagonistas da novela de Gusmão.

A educação da vontade assume função decisiva para que a pessoa seja predisposta ao bem. Enquanto aborda a

prática da leitura, Gusmão cita Agostinho ao afirmar que tal prática não pode ser um passatempo (pois assim seria “tempo perdido”), e sim alimentação do espírito, “porque como diz Santo Agostinho, a lição espiritual nos ensina a aborrecer o terreno e a amar o celestial” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 88).

Gusmão contrapõe o “caminho dos mandamentos de Deus” ao “caminho da liberdade de consciência” e retoma uma citação de Agostinho para afirmar que uma vontade depravada pelas afeições desordenadas dirige o percurso humano para um triste desfecho: “aonde, ó miseráveis Precitos, vos leva o ímpeto de vossa depravada Vontade? Não é esse o caminho de Jerusalém senão o de Babilônia” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 107). Agostinho é também citado ao afirmar que “só a Obediência sabe o caminho de Jerusalém, só a Inobediência sabe o de Babilônia” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 113).

A necessidade de resgatar o tempo “nosso”, não só pela mudança da conduta presente, como também pela purificação do passado, é sustentada por mais uma referência a Agostinho, proposta como “uma receita de um grande médico por nome Agostinho Bispo”: “não basta a emenda da vida onde não há penitência do passado” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 134).

O fato de a morte ser o marco entre o tempo nosso e o tempo de Deus é colocado por Gusmão por meio de uma citação de Agostinho: “*Penitentia in sano, sana, in infirmo, infirmas, in morte, morta*, quer dizer a penitência no enfermo é enferma, na morte morta” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 142). A importância do resgate do tempo pela ação implica, segundo Gusmão, ressalvas acerca da penitência e do arrependimento de última hora: segundo ele, não teriam eficácia. Novamente neste ponto, o autor apoia-se em Agostinho e sua visão do tempo moral:

Se na mocidade não podes com o rigor, como poderás na velhice? Se no discurso de tantos anos de vida não fizeste digna penitência, como a poderás fazer dignamente em espaço de uma só hora da morte? Se no tempo da saúde não podes com o trabalho, como hás de poder no tempo da enfermidade? Por isso disse bem Santo Agostinho, que na penitência no são é sã, no enfermo enferma e na morte morta (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 150).

Nos capítulos finais da novela, Gusmão enfatiza o tema do valor do tempo como caminho rumo à salvação ou à perdição, sinalizadas pelas duas cidades de Jerusalém e Babilônia, e exorta os leitores a se lembrarem de que “sois Peregrinos e não tendes aí cidade permanente”. O jesuíta contrapõe a visão da eternidade de que o protagonista Predestinado agora goza à vivência da condição de desterro marcada pela fugacidade do tempo: “porque a vossa pátria é esta de que gozo e não essa em que viveis, e não é bem que tenhas o desterro por pátria, nem a peregrinação por descanso”. O autor reitera aos seus leitores que, “se conhecesteis quão doce pátria vos espera” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 195), seria possível o desengano com relação aos valores de seu tempo presente: “quão breve, quão sujos, quão falsos todos os deleites, honras e riquezas desta vida!”. Desse modo, os leitores teriam a possibilidade de realizar um verdadeiro juízo (“tomar o peso às coisas”), que nasce da comparação entre o temporal e o eterno. Pois o engano consiste no fato de que os “precitos [...]” pesam as coisas eternas pelas temporais, devendo pesar as temporais pelas eternas. Querem pesar as coisas eternas, que não alcançam, com as temporais, que gozam, e nunca chegam a conhecer seu valor”. Pelo contrário, “deviam pesar as temporais com as eternas e logo alcançarão quão loucas, quão leves e de nenhum valor são todas” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 196).

A importância do tempo presente, do “agora”, é reafirmada por Gusmão ao finalizar a novela recomendando aos leitores que se lembrem que, como “todos somos nesta vida Peregrinos e algum dia há de chegar o fim de nossa peregrinação”, este desfecho ser a “salvação ou a condenação eterna” decorrerá de como cada um agir no tempo presente: “se tu queres saber qual desses dois fins te espera, examina os passos de teu caminho”. Tudo dependerá se a ação no presente for determinada pela vontade orientada pela razão ou pela vontade orientada pelos afetos desordenados: “se segues os passos de Predestinado, bem pode esperar o de salvação, se segue os passos de Precito, bem podes temer o da condenação” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 197). Com efeito, questiona Gusmão, “isto que em parábola te represento não é o que na verdade passa entre nós?” [...] “Não é certo que todos nesta vida, e enquanto nela vivemos, somos como Peregrinos ou como desterrados, e que a nossa pátria é o Céu e a Terra desterro? Não é de Fé que todos nós, que somos peregrinos, uns são Precitos, outros Predestinados?” (Gusmão, 1682, como citado em Massimi, 2012, p. 198).

A função da novela é, portanto, exortar os leitores ao desengano, de modo a bem empregar o tempo da vida. Em suma, na obra de Gusmão, a tematização do tempo moral é prevalente, e neste horizonte se coloca também a reflexão sobre a diferença entre tempo e eternidade.

Nuno Marques Pereira: O Tempo Bem Empregado na Novela *Compêndio Narrativo do Peregrino de América*

A exigência de que o tempo seja bem empregado, tendo em vista a possibilidade de a pessoa viver uma “boa vida” na perspectiva da eternidade, constitui-se também no enredo da outra novela objeto desta pesquisa, de autoria de Nuno Marques Pereira. O tempo bem empregado é justamente o interlocutor do percurso que o protagonista, o Peregrino de América, realiza pelo Brasil, em busca, como ele mesmo diz, não de ouro e riquezas materiais, e sim da salvação, ou seja, da realização do destino eterno de sua caminhada terrena.

Tempo e Eternidade

O tempo é sempre comparado à eternidade, sendo estas duas dimensões qualitativamente diferentes e incomensuráveis: o tempo é finito, tendo duração, ao passo que a eternidade não tem nem princípio nem fim.

Em um dos capítulos finais do primeiro volume da novela, a personagem “tempo bem empregado” revela-se a si mesma:

De mim têm falado vários autores sagrados e humanos; e que existo no mundo, desde o primeiro século em que Deus me fez e toda esta máquina do Universo. E sabeis que também hei de ter fim e que será a minha duração tão somente até se acabar o mundo (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 400).

No fim do tempo, “não haveria mais tempo”, pois “dali por diante não haverá mais que eternidade, a qual durará enquanto Deus for Deus, que será para sempre sem fim” (1728/1939). Portanto, empregar bem o tempo significa que, em sua duração, deve-se cuidar da eternidade:

Esta eternidade é necessário cuidarem nela os homens, pois por falta desta consideração

estão já muitos precipitados no inferno penando para sempre. E por contraposição, todos aqueles que na eternidade cuidaram e cuidam, estão e estarão gozando da Bem aventurança para sempre sem fim (Pereira, 1728/1939, p. 401).

Desse modo, a qualidade da vida, o “bem viver” depende deste cuidado, ao passo que o descuido gera a dispersão, a desordem, a perda. Na novela de Nuno, volta também a ênfase ao fato de que cuidar, ou descuidar, leva a dois destinos diferentes, que dependem do posicionamento da vontade humana diante do bem: “a experiência ocularmente nos está mostrando que toda a criatura racional, depois que morre, com uma das duas eternidades se vai encontrar. Ou com a da Glória, cuja grandeza é inexplicável, pelo incomparável bem de que gozam os que a ela vão: ou com a do Inferno”, onde “nunca se acaba de morrer, por serem as penas eternas na duração”. Desse modo, o recado do texto consiste no “aviso que da eternidade nunca vos descuideis (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 401).

Neste ponto, Nuno cita Agostinho ao argumentar que a presença de Deus é o “Sumo Bem que se pode desejar”, “pela razão de ser o céu nossa Pátria”. E coloca que “S. Agostinho diz que toda a privação da Pátria é penosa e violenta, e sendo nossa Pátria o céu, onde juntos se cifram todos os bens, quem haverá que deseje buscar outra vez o mundo, onde tudo são penas, dores, aflições, trabalhos e desterro?” (Pereira, 1728/1939, vol. 2, p. 275).

Tempo Psicológico

Nuno retoma o argumento agostiniano de que a escolha da vontade acerca do objeto do amor direciona o afeto amoroso para posses temporais (e, neste caso, trata-se da concupiscência) ou para as posses eternas (e, neste caso, trata-se da *caritas*) e cita, para ilustrar esta questão, exemplos usados por Agostinho: “Santo Agostinho diz que mais atormenta o temor de perderem a fazenda que possuem, do que foi o gosto que tiveram em adquiri-la” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 220).

Tempo Moral

Por isso, o fato de que a ação que acontece no tempo tenha como horizonte a eternidade é

decisiva. A metáfora da peregrinação é utilizada justamente com este objetivo. Na parte inicial da novela, no primeiro volume, Nuno coloca que “é este mundo estrada de Peregrinos, e não lugar nem habitação de moradores; porque a verdadeira Pátria é o Céu”. Desta tematização da condição humana decorre, do ponto de vista moral, o fato de que “neste mundo não ha mais que uma virtude da qual se compõem as outras: e é o ter-se por Peregrino nesta vida, e por Cidadão da Glória” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 21). Portanto, convém na vida temporal “comprar, com trabalhos de uma breve vida na terra, os gostos eternos na Glória, onde deve sempre ter o seu pensamento e o coração” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 21). Nuno define assim as características da experiência modelar, alvo da persuasão de seus leitores: mais uma vez apoiando-se em Agostinho, afirma a importância da consciência de si mesmo como ser caminhante (“tendo-se neste mundo por Peregrino e desterrado”) e dos afetos serem voltados para o destino final (“fugindo de empregar o seu coração na terra; porque, como aconselha Santo Agostinho, onde estão fixos e permanentes os nossos corações, ali estão os nossos gostos”) (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 21). Esta característica da condição humana é assinalada também pela observação da experiência de vida: “se bem repararmos que cousa é a vida de um homem neste mundo”, vemos que ele vive sempre “apetecendo glórias até possuí-las, e na mesma posse temendo perdê-las” (Pereira, vol. 1, p. 22). Nuno retoma aqui o tema agostiniano da fugacidade e da instabilidade que caracteriza a vida humana: “não há no homem firmeza, nem estabilidade, que por muito tempo dure; por andar sempre em uma perpétua mudança” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 21).

Tal concepção da ontologia do homem remete imediatamente à questão ética: “tenho-vos falado espiritualmente: agora vos quero advertir moralmente o como se deve observar o Peregrino político e cristão” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 22). A insistência deste aviso se funda no papel decisivo do tempo que é “agora”, pois no fim da vida não adianta mais buscar emenda do tempo que já se gastou: “Santo Agostinho diz que a penitência na enfermidade é enferma, e na hora da morte é morta” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 191). Neste sentido, a “repetida lembrança” de que a condição humana mortal e submetida ao desgaste do tempo é essencial, e mais uma vez inspirada na pregação de Agostinho:

É também muito necessário que vos não esqueçais de que haveis de morrer [...]. E diz Santo Agostinho que esta lembrança há de ser de todos os dias, para que estejam os homens aparelhados para quando Deus os chamar a dar contas de suas vidas (Homilia 13. interrog. 5.) (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 402).

Enquanto isso, o esquecimento da morte é obra diabólica.

A conexão entre tempo e saúde (entendida como saúde da alma e do corpo), que vimos presente em Agostinho, aparece também na novela de Nuno: “também vos advirto que se não tomares os meus conselhos e avisos, perdereis três cousas: tempo, saúde e salvação. Tempo, porque não achareis mais; saúde, porque enfermareis no pecado; salvação, porque vos deixareis ir ao inferno”, sendo esta a sorte daqueles que “desperdiçarem o tempo” dado por Deus “para o empregarem no seu santo serviço e bem de sua salvação” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 413).

No segundo volume da novela, Nuno aborda novamente a questão do tempo bem empregado para a emenda da conduta e da necessidade da lembrança constante da morte “para vivermos uma vida reformada, e termos uma morte preciosa”, sendo ela “um poderoso meio para sarar todos nossos males espirituais, e para pôr a alma em perfeita saúde” (Pereira, 1728/1939, vol. 2, p. 237).

O tempo serve para a correção; se não o fizermos, nos restará a lamentação: “Oh quem tivera um dia de todos aqueles que tão desaventuradamente perdi, ou uma hora do tempo, que tão mal empreguei, ao menos se me fora concedido um quarto” (Pereira, 1728/1939, vol. 2, p. 251).

Tempo Histórico

A tematização agostiniana do tempo histórico pela expressão “nossos tempos”, ou “tempos presentes”, comparece no compêndio com análogo significado. Citaremos alguns exemplos: ao se referir à condição precária do clero brasileiro, assim discute o texto: “está hoje o mundo (e principalmente este Estado do Brasil) em tais termos, que mais parecem alguns Sacerdotes mercadores negociantes que Ministros de Deus e Curas de almas. E se não, vede o que está sucedendo nos tempos presentes” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 365). Cita-se o interesse dos

sacerdotes nas rendas das igrejas, mais do que na vida espiritual de seus fiéis:

A primeira cousa que procura é saber o quanto rende cada ano e o que tem de benesses, se são ricos os fregueses e se dão boas ofertas. Sendo que só deviam procurar, se havia bons paramentos na igreja, e se eram devotos e zelosos os fregueses de obrar bem no culto Divino (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 365).

Como Agostinho, Nuno também se refere às murmurações e aos murmuradores: “São tais os murmuradores que até das obras de Deus murmuram: queixam-se dos tempos, da falta das novidades, da pouca saúde e de serem pobres”. E coloca: “Pôde haver maior atrevimento, que chegar um homem a murmurar daquilo que Deus fez?” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 262).

Em outra parte do texto, ao abordar a mentalidade “mundana” de sua época, o autor escreve que a condição do “homem mundano”, “estamos experimentando nos tempos presentes, por se lhe não ver mais que pompas, galas, folhas, flores e nenhum fruto: e por fim, brevemente se vem a murchar com os anos da velhice ou com o golpe da morte” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 213).

Ao lembrar-se do que Bernardo de Claraval observa acerca dos tempos em que vivera, quando “a moeda corrente entre os homens não era mais que o amor desordenado dos bens temporais”, Nuno estabelece uma comparação com os “tempos presentes”: “tempos tão perversos, e cheios de tantos vícios, como estamos vendo e experimentando!” (Pereira, 1728/1939, vol. 1, p. 35). Ainda refere-se às catástrofes dos tempos presentes: “em nossos tempos, varias têm sido as ruínas que têm acontecido nos Reinos das índias, especialmente no Chile. Em Roma, e outras muitas partes, tem havido muitos terremotos, e incêndios de fogo”; avisa que o mesmo poderá acontecer no Brasil: “Isto mesmo pode suceder a esta terra pelos seus enormes pecados, por causa do pouco temor de Deus, e de seus justos juízos” (Pereira, 1728/1939, vol. 2, p. 130).

Conclusão

Estes primeiros resultados abrem caminhos para ulteriores e mais sistemáticas investigações sobre o tema

a serem conduzidas no âmbito das fontes escolhidas. O percurso que fizemos evidenciou como as concepções de temporalidade encontradas nos sermões de Antônio Vieira e nas novelas de Alexandre de Gusmão e de Nuno Marques Pereira são similares e apresentam traços que parecem próximos da visão agostiniana, sobretudo no que diz respeito à ênfase para a dimensão subjetiva do tempo. O fato de os três autores terem algum tipo de relação com o pensamento jesuítico pode, em parte, constituir-se numa explicação deste fato, já que, unidamente ao referencial filosófico aristotélico tomista, a doutrina de Agostinho, nas suas dimensões filosófica, retórica e teológica, é amplamente difundida, estudada e transmitida pelos pensadores da Companhia de Jesus (Carvalho, 2007). Por outro lado, Agostinho é também um dos autores mais significativos da tradição ocidental, e seu pensamento é discutido, interpretado e transmitido ao longo das diversas épocas da história (Przywara, 2007).

Cabe também frisar que, em um horizonte mais amplo, a ênfase na temporalidade como elemento marcante da condição humana não é exclusiva de Agostinho, pois tem sua matriz no pensamento judaico-cristão (Berdiaev, 1931/2008). Evidentemente, a indagação acerca das modalidades em que estas temáticas se enraizaram no solo intelectual brasileiro não se limita apenas aos aspectos abordados na presente pesquisa. De modo geral, o fato de a temporalidade e a concepção da existência humana como peregrinação serem tópicos recorrentes da visão antropológica difundida no universo cultural brasileiro, no período colonial, assim como na atualidade — sendo este um tema constante da literatura, da arte e da música — (vale lembrar os motivos de tantas composições da música popular brasileira), é um dado cuja análise demanda investigações amplas e continuadas em diversos domínios culturais.

Referências

- Agostinho, A. (1988a). Sermões. In C. Victorino (Trad.), *Obras Completas De San Agustín* (Vols. 1 a 41). Madri: Biblioteca de Autores Cristianos (Trabalhos originais escritos entre 386-426).
- Agostinho, A. (1988b). *Confissões*. Petrópolis: Vozes (Trabalho original de 400).
- Agostinho, A. (1990). *A cidade de Deus. Contra os pagãos*. Petrópolis: Vozes (Trabalho original de 413).

- Aurelii Augustini Opera Omnia. Editio Latina. Roma: Città Nuova Editrice. Acesso em 13 de Outubro de 2013, em <http://www.augustinus.it/latino/index.htm>.
- Berdiaev, N. (2008). *El sentido de la historia*. Buenos Aires: La Editoria Cultural, edição eletrônica. (Original publicado em 1931).
- Carvalho, M. S. (2007). Aos ombros de Aristóteles (sobre o não-aristotelismo do primeiro curso aristotélico dos Jesuítas de Coimbra). *Revista Filosófica de Coimbra*, 6(32), 291-308.
- Gusmão, A. (1682). *História de Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*. Lisboa: Miguel Deslandes.
- Massimi, M. (Org.) (2012). *A novela História do Predestinado peregrino e de seu irmão Precito* (1682). São Paulo: Loyola.
- Pereira, N. M. (1939). *Compêndio narrativo do Peregrino da América* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira.
- Paula, S. P. (2011). 'Os tempos somos nós'. História, memória e tempo nos sermões de Santo Agostinho. *Mayeutica*, 37, 67-103.
- Przywara, E. (2007). *Agostino informa l'Occidente* (P. Cevasco, Trad.). Milano: Jaca Book.
- Vieira, A. (1993). *Sermões* (Vol. 5). Porto: Lello & Irmão (Trabalhos originais publicados entre 1679-1748).
- Vieira, A. (2010). *Índice das coisas mais notáveis* (A. Pécora, Org.). São Paulo: Hedra (Trabalho original publicado entre 1679-1748).

Endereços para correspondência:

Marina Massimi
Rua Américo Brasiliense – 1.340/111
CEP 14015-050 – Ribeirão Preto/SP
E-mail: mmassimi3@yahoo.com

Sérgio Peres de Paula
Rua São José, 743 – Centro
CEP 14010-160 – Ribeirão Preto/SP
E-mail: sergioppaula@uol.com.br

Recebido em 01/07/2013

Revisto em 16/10/2013

Aceito em 01/11/2013

Visualidade Moderna: Reflexões acerca da Obra de Goethe e Schopenhauer

Modern Visuality: Reflections about Goethe's and Schopenhauer's Works

Rômulo Ballesté¹
Francisco Teixeira Portugal¹

Resumo

Este artigo indica a importância da *Doutrina das cores* (1810), de Johann Wolfgang von Goethe, para o surgimento de um novo regime de visualidade no século XIX, o modelo de visão subjetiva na cultura ocidental. Sua postura radicalmente nova diante do fenômeno cromático defende o olho como um órgão vivo e, com isso, funda a visualidade como produto da ação fisiológica do olho. Schopenhauer, influenciado pelo trabalho de Goethe, desenvolverá a visão subjetiva por meio da divisibilidade retiniana. Embora Goethe tenha realizado um trabalho inovador, a historiografia da Psicologia moderna, ao se apoiar epistemologicamente no método positivo das ciências naturais, não o incluiu em seu domínio, restringindo-o a uma espécie de excentricidade do espírito do poeta. Acreditamos que a história da Psicologia possa ser repensada.

Palavras-chave: Psicologia da percepção; modernidade visual; Goethe; Schopenhauer.

Abstract

This article points out the value of the Johann Wolfgang von Goethe's *Theory of Colours* (1810) for the emergence of a new visuality regime in the 19th century, the pattern of subjective vision in the Western culture. His radically new attitude towards the chromatic phenomenon stands that the eye is a living organ and, therewith, it founds the visuality as a product of the physiological action of the eye. Schopenhauer, influenced by Goethe's work, will develop the subjective vision through the retinal divisibility. Although Goethe carried out an innovative work, the historiography of the modern Psychology, by supporting itself epistemologically on the positive method of the natural sciences, did not include Goethe's work in its domain, restricting it to a sort of eccentricity of the poet's spirit. We believe that the history of Psychology can be rethought.

Keywords: Psychology of perception; visual modernity; Goethe; Schopenhauer.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasil

Este artigo pretende discutir a compreensão subjetiva de óptica a partir da crítica de Johann Wolfgang von Goethe (1749–1832) à concepção física elaborada por Isaac Newton (1642–1727) e contribuir para a revalorização do trabalho do primeiro para a Psicologia moderna. A crítica de Goethe incide diretamente sobre a proposta mecanicista que concebe a produção das cores como efeito do grau de refringência dos raios luminosos. A separação entre interior e exterior pressuposta na óptica newtoniana é abolida pela formulação goetheana de cor. Nela, as cores são produzidas por uma ação do próprio olho concebido como órgão vivo em unidade com a luz. A tese newtoniana da segmentação das cores resulta da compreensão de que elas derivam de ações da luz realizadas no espaço exterior ao observador, exterior ao olho, portanto. Para Goethe, em contraste, as cores tornam-se uma realidade por uma ação fisiológica, isto é, por uma ação corporificada que necessita do olho do observador. Há uma atividade de fabricação própria e intrínseca ao olho. Deste modo, segundo Goethe, “o olho se põe em atividade logo que percebe a cor e é de sua natureza produzir imediatamente, de forma tão

inconsciente quanto necessária, uma outra [cor] que, juntamente com a primeira, compreende a totalidade do círculo cromático” (Goethe, 1810/1993, p. 146).

Essa ideia formulada por Goethe exercerá impacto no pensamento do jovem Arthur Schopenhauer (1788–1860), que pretenderá dar continuidade ao trabalho do poeta de Weimar. Schopenhauer, diferentemente da concepção doutrinária de Goethe, tentará desenvolver uma espécie de teoria matematizada da divisibilidade da ação retiniana. Além da opção pela teorização que o distanciava da preferência de Goethe pela doutrina das cores, Schopenhauer sofrerá ainda influência de fisiólogos e filósofos do materialismo francês de sua época.

Dessa forma, nosso trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiro, apresentaremos a concepção newtoniana de óptica e a decomposição dos raios luminosos em diferentes cores; em seguida, exporemos a crítica feita por Goethe à elaboração de Newton e a originalidade da posição defendida no *Doutrina das cores* ao encarnar no organismo a atividade da produção das cores. Por fim, indicaremos como Schopenhauer, além do esforço de teorização, aprofunda a ruptura realizada por Goethe em relação

ao trabalho de Newton ao enfatizar, curiosamente, a divisibilidade retiniana na produção das cores.

Devemos ressaltar que, ao indicarmos esses trabalhos relativamente raros na história da Psicologia, pretendemos ampliar o campo de discussão da Psicologia da percepção, possibilitando, assim, um diálogo com a visualidade moderna por diferentes visadas: estética, histórica, epistemológica e de ensino da Psicologia.

A Óptica de Isaac Newton

Por volta de 1666, Sir Isaac Newton, aos 23 anos de idade, realiza alguns experimentos em óptica quando se dedicava à tarefa de polimento de diferentes formas de lentes e produz um dos grandes livros científicos, o *Óptica*, publicado somente em 1672. As experiências constituem demonstrações que ele exhibe como prova para seus teoremas e suas proposições. A experiência óptica realizada em seu próprio quarto consiste em escurecê-lo e fixar um prisma triangular em um pequeno orifício (*foramen exiguum*) de sua janela a fim de permitir tão somente a entrada de uma pequena quantidade da luz do sol. No quarto escuro, o prisma refrata a luz que entra pela fenda e forma a imagem na parede oposta a essa pequena abertura. Os aspectos então problematizados percorrerão um caminho que vai da natureza das cores à própria natureza da luz a que Newton atribuirá uma condição corpuscular e material. Nessas considerações há, para Newton, uma invariância das propriedades da luz: elas não são alteradas, quaisquer que sejam as refrações, reflexões ou inflexões dos raios luminosos e essa invariância pode ser verificada pela permanência da cor. Assim, é da natureza das cores ser propriedade original e inata da luz.

Os estudos newtonianos, de certo modo, reproduziam o modelo da câmara obscura, bastante conhecido desde o século XIV. É nas demonstrações realizadas nessas experiências que ele atribui às propriedades intrínsecas dos raios luminosos a geração de diferentes cores em detrimento da ideia tradicionalmente aceita de que elas são fruto da mistura de luz e sombras. Na demonstração da sexta experiência, desenvolvida desde 1666 — mais tarde, conhecida como *experimentum crucis* (experiência crucial) —, ele conclui que a cor não é uma mistura de luz e sombra. A experiência foi assim descrita por Newton:

Numa sala escura coloquei em um orifício circular de $\frac{1}{3}$ de polegada de diâmetro que fiz na folha da janela um prisma de

vidro por onde o feixe da luz solar que entrasse pelo orifício pudesse ser refratado para cima em direção à parede oposta da sala, formando ali uma imagem colorida do sol (Newton, 1704/2002, pp. 54-55).

O trabalho da Óptica, de Isaac Newton, está incontornavelmente apoiado na divisão entre uma representação interior e uma realidade exterior ao observador. O aparato da câmara obscura é materialmente exterior ao próprio observador e a formação da imagem deve-se ao jogo geométrico dos raios visuais. Cabe ao observador a passividade da recepção dos raios luminosos, pois todo o trabalho de produção perceptual da imagem deriva da exterioridade artificial da formação da imagem na câmara escura plasmada por meio dos raios luminosos que penetram a câmara obscura em relação ao observador. Jonathan Crary aponta que,

A atividade física que Newton descreve com o pronome em primeira pessoa refere-se não à operação de sua própria visão, mas antes ao seu emprego de [sic] um instrumento de representação transparente e refrativo. Newton é menos o observador e mais o montador de um aparato, de cujo funcionamento real ele está fisicamente separado. Embora esse aparato não seja estritamente uma câmara escura (é possível substituir um prisma por uma lente plana ou um pequeno orifício), sua estrutura é fundamentalmente a mesma: a representação de um fenômeno exterior ocorre dentro dos limites retilíneos de um aposento escurecido, uma câmara ou, nas palavras de Locke, uma “cabine vazia” (Crary, 2012, pp. 46-47).

O quarto escuro constitui, conseqüentemente, o instrumento produtor da representação. Vale insistir que tal representação resulta do comportamento mecânico da própria refringência dos raios luminosos, nada devendo ao observador. Para ilustrar a relevância dos segmentos geométricos na concepção newtoniana, reproduziremos a seguir a passagem do Axioma VII do Livro I, parte I (seguida de uma figura extraída da edição brasileira do próprio livro de Newton):

Assim, sendo *PR* a representação de um objeto qualquer sem aberturas e *AB* uma

lente colocada em um orifício feito na folha da janela de um quarto escuro, por onde os raios que provêm de qualquer ponto Q desse objeto são convergidos e se reúnem de novo no ponto q ; e segurando em q uma folha de papel branco para que a luz incida sobre ela, a imagem desse objeto PR aparece no papel com a própria forma e as próprias cores. Pois assim como a luz provém do ponto Q se dirige para o ponto q , assim a luz que provém de outros pontos P e R do objeto se dirigem para tantos outros pontos correspondentes p e r ; de modo que todo ponto do objeto iluminará um ponto correspondente do quadro e por esse meio fará um quadro como o objeto em forma e cor; salvo que o quadro será invertido. [...] Analogamente, quando uma pessoa olha para qualquer objeto PQR , a luz que provém de vários pontos do objeto é refratada pela pele transparente e pelos humores do olho (isto é, pelo revestimento externo EFG , ou *tunica cornea*, e pelo humor cristalino AB que fica depois da pupila mk), de modo a convergir e se reunir de novo em vários pontos do fundo do olho, onde forma a imagem do objeto na pele (que se chama *tunica retina*) que recobre o fundo do olho. Pois os anatomistas, quando retiram do fundo do olho a película externa e muito espessa que se chama *dura mater*, conseguem ver através das películas mais finas as imagens dos objetos vividamente formadas delas. E essas imagens, que se propagam para o cérebro por um movimento que acompanha as fibras dos nervos ópticos, são a causa da visão (Newton, 1704/2002, pp. 47-48).

A Figura 1 ilustra bem, ainda que de forma esquemática, a concepção geométrica de raios luminosos incidindo sobre o olho para formar a imagem. Tais raios luminosos provenientes de um ponto exterior atravessam as diferentes partes que constituem anatomicamente o interior do globo ocular e sofrem, conseqüentemente, as alterações próprias à refração das diferentes densidades para atingir pontualmente o interior do olho.

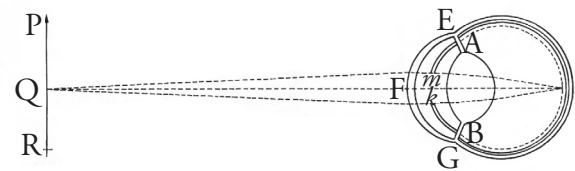


Figura 1. Analogia da câmara escura com o olho humano. Retirada de Newton (1704/2002, p. 48)

O Olho Goetheano

Johann Wolfgang von Goethe, após uma viagem à Itália, em 1791, realiza uma série de experimentos sobre a natureza das cores, sua relação com a luz e as condições de manifestação das cores utilizando prismas e lentes. As conseqüências desses estudos cromáticos estão na sua *Farbenlehre* (Doutrina das Cores) e apresentam uma posição crítica em relação à concepção do matemático inglês Isaac Newton, cuja teoria da divisibilidade da luz é taxada de artificialista por Goethe. Tal crítica constitui um passo de extrema importância para a constituição de um novo regime da visualidade no qual as cores são produzidas de três maneiras: física, química e fisiológica.

Ao priorizar a ação fisiológica na produção cromática, Goethe encarna no próprio olho, isto é, na ação do organismo, a gênese das cores. A separação entre interior e exterior decorrente do funcionamento da câmara escura no qual a luz penetra e realiza a imagem será radicalmente criticada pelo escritor alemão. Alguns anos mais tarde, o trabalho do filósofo Arthur Schopenhauer enfatizará esse aspecto fisiológico da visão desenvolvido na obra de Goethe, propondo a divisibilidade retiniana. Para podermos situar o leitor quanto à importância do trabalho de Goethe e tornar mais clara a virada que a percepção encarnada no olho do observador, percepção fundada na noção de visão subjetiva, promovemos na história da visualidade ocidental, apresentaremos brevemente alguns traços característicos da doutrina elaborada por Goethe. No entanto, não é somente um deslocamento do observador externo que o trabalho de Goethe realiza. Segundo Jonathan Crary, Goethe abandona o modelo/regime epistemológico e óptico da câmara escura e, dessa maneira, “dissolve a distinção entre espaço interno e externo” (Crary, 1988, p. 4). É agora, no interior do próprio corpo, que as imagens se produzirão; é na corporeidade do observador que a percepção será gerada. “A subjetividade corporal

do observador, que foi *a priori* excluída da câmera escura, repentinamente torna-se o lugar em que um observador é possível” (Crary, 1988, p. 4).

O interesse de Goethe pela atividade científica é amplo e vem desde os tempos em que, embora fosse um jovem estudante de Direito, assistia às aulas de química, medicina e anatomia, além de vasculhar numerosos estudos do século XVIII sobre cores. Tais estudos podem ser agrupados em duas tendências (Roque, 1995, 1996, 2009).

De um lado, tomou corpo uma tendência “científica” levada a cabo por *naturalistas* que pretendiam desenvolver um sistema lógico que articulasse as cores entre si a partir de uma irreducibilidade fundamental, a saber: as cores primárias expressas nos círculos cromáticos de cores opostas. A tendência *naturalista* inaugurada por Buffon desenvolve a ideia de *cores acidentais*, isto é, cores formadas por pares de cores opostas como nos fenômenos de contraste. O médico Robert Waring Darwin, pai de Charles Darwin, produzirá uma reflexão sobre as *cores acidentais* de Buffon, sugerindo uma explicação sistemática dos fenômenos subjetivos da cor a partir da existência de fibras musculares que atuariam como agentes na retina. Outros naturalistas que desenvolverão estudos importantes sobre o fenômeno cromático são Moses Harris e Schiffmüller.

De outro lado, edificou-se uma tendência *estética*, realizada por aqueles que se envolviam de forma prática com o trabalho com as cores. Dentre os artistas do século XVIII interessados pelo estudo das cores, encontramos o gravador alemão Le Blon e o pintor francês Claude Boutet. Tanto a tendência *naturalista* quanto a *estética* se fortaleceram no século XIX e o conceito de cores complementares marcará o ponto histórico desse cruzamento. A complementaridade cromática estará presente, a partir do século XVIII, em diversas teorias e círculos cromáticos tanto dos *naturalistas* quanto por parte dos teóricos da pintura, na tentativa de composição de uma melhor harmonia entre as cores. A propagação da questão das cores complementares é claramente encontrada no trabalho de Michel-Eugène Chevreul¹ *Lei de Contraste Simultâneo das Cores* (1861). Nele, a

estreita ligação das cores complementares com a visão subjetiva é elaborada principalmente no que diz respeito ao fenômeno de pós-imagem. A concepção de cor formulada por Goethe não se enquadra em nenhuma dessas duas tendências do século XVIII. Seu trabalho caminha por uma via bastante diferente e se esforça para afastar a *Doutrina das Cores* da exigência de matematização e de formalização geométrica corriqueira na óptica inglesa. O distanciamento da matemática proposto no livro leva a uma aproximação dos coloristas e de suas técnicas de tingimento. “Se nos distanciamos do trabalho do matemático, procuramos, ao contrário, a técnica do colorista” (Goethe, 1810/1993, p. 130).

Kestler (2006) destaca o aspecto científico da obra de Goethe como condição fundamental para a compreensão da obra poética. Dessa forma, podemos ver que é

no estudo da botânica, nas investigações anteriores sobre a anatomia, a geologia e a zoologia, e posteriormente na investigação sobre a luz e as cores em sua *Farbenlehre*, que vai se revelando e delineando o propósito de Goethe de tentar apreender o processo formativo da natureza viva como modelo de qualquer forma artística (Kestler, 2006, p. 46).

As conversas com seu secretário Johann Peter Eckermann demonstram que o interesse de Goethe pelo fenômeno cromático não está restrito àquilo que foi desenvolvido no seu *Doutrina das Cores*, mas se inscreve em um conjunto não sistemático de trabalhos acerca de diversos temas científicos. O comentador Günter Kollert (1992), investigando textos originais de Goethe, revela a dimensão desses trabalhos sobre as cores. Kollert afirma que o trabalho cromático de Goethe está dividido em três partes: uma parte didática — *Doutrina das Cores*, publicada em 1810, uma parte polêmica — *Revelações sobre a Teoria de Newton*, não publicada por Goethe em decorrência da crítica demasiadamente pesada e com tom de escárnio (o *Revelações* só veio a público em 1831 pouco antes de sua morte em 1832), e uma parte histórica, totalizando mais de 700 páginas (Kollert, 1992, p. 10).

Para compreendermos o passo dado pela *Doutrina das cores* na constituição de um modo de visibilidade, faz-se necessário entendermos a experiência realizada por Goethe. Apesar de utilizar

¹ A respeito do trabalho do químico francês Michel-Eugène Chevreul e da lei dos fenômenos de contrastes de cores a partir do tingimento de tecidos, bem como o desdobramento científico e artístico que esse trabalho teve, pode-se consultar o livro: Roque, G. (2009). *Art et science de la couleur*: Chevreul et les peintres, de Delacroix à l'abstraction. Paris: Éditions Gallimard.

o quarto escuro, assim como Newton, o princípio de funcionamento da câmera escura foi subvertido. Extraímos o trecho em que o autor descreve o experimento e demonstra o efeito fisiológico na produção de imagens circulares.

Num quarto o mais escuro possível, deixe que o sol brilhe, por uma fresta de três polegadas de diâmetro na janela, sobre um papel branco e olhe de certa distância fixamente para o círculo iluminado. Quando fechamos a abertura e olhamos para a parte mais escura do quarto, vemos diante de nós uma imagem circular. O meio do círculo parecerá claro, incolor, tendendo moderadamente ao amarelo; a borda, entretanto, logo parecerá púrpura. Demora certo tempo para que essa cor púrpura possa encobrir, da borda para o centro, o círculo inteiro, eliminando finalmente por completo o centro claro. Assim que o púrpura aparece no círculo inteiro, a borda começa a se tornar azul, encobrendo por sua vez gradualmente a cor púrpura. Quando a imagem está completamente azul, a borda se torna escura e incolor, demorando muito para que a borda incolor expulse o azul e todo o espaço se torne incolor (Goethe, 1810/1993, p. 62).

O efeito constatado por Goethe decorre do fechamento da pequena entrada de luz e da manutenção da observação do local em que a luz incide na parede oposta. O experimento mostra certa permanência das cores mesmo na ausência da luz. A ação visual, sob a forma de transformações cromáticas, requer que o olho — agora orgânico, corporificado — seja corresponsável pela produção das cores. O enraizamento da visão no corpo humano encarna o observador na materialidade orgânica e fisiológica do organismo e desloca em direção a uma ciência da visão tanto os esforços intelectuais e a discursividade sobre a visão como a elaboração dos aparatos mecânicos da luz. Um novo estatuto de visualidade se instaura “quando o visível escapa da ordem incorpórea e atemporal da câmera obscura e se torna apresentado em outros aparatos, dentro da instável fisiologia e da temporalidade do corpo humano” (Crary, 1988, p. 5). Veremos mais adiante que a passagem da visão subjetiva encontrada em Goethe para a fisiologia dos sentidos não será direta ou contínua.

A visão subjetiva confere mais importância à participação ativa do aparato fisiológico do observador do que às qualidades sensíveis próprias ao objeto perceptual. Ela desarticula a dependência restrita aos *stimuli* externos para a produção do percepto. Há um deslocamento da exterioridade do objeto perceptual para a subjetividade do observador e tal deslocamento representa uma mudança de paradigma de visualidade. Isto é, há uma modificação de uma óptica ou física da percepção para uma Psicologia da percepção².

A visão subjetiva significa, principalmente a partir dos estudos de cores de Goethe, um modelo de visão que remete ao aspecto fisiológico do corpo. Podemos definir visão subjetiva como a “[...] noção de que a qualidade de nossas sensações depende menos da natureza dos estímulos e mais da constituição e funcionamento de nosso aparato sensorial” (Crary, 1994, p. 21). O trabalho de Goethe possui uma diferença de natureza em relação ao realizado por Newton, o que aponta para um corte radical no que diz respeito ao estatuto da visualidade clássica. Goethe pretendeu investigar as condições necessárias para a manifestação do fenômeno das cores. Isto é, não realizou nem uma física do fenômeno luminoso nem uma lógica das cores, como fez o matemático inglês. A existência da cor se realiza como um fenômeno que não se restringe à Física, sendo pensada, portanto, como algo que escapa a esse domínio. O fenômeno da cor, no sentido goetheano, deve ser articulado com a própria experiência da cor:

As cores que vemos nos corpos não são algo completamente estranhas ao olho, como se de algum modo fosse a primeira vez que tivesse tal sensação. Ao contrário, esse órgão sempre se dispõe a produzir, por si mesmo, as cores, e desfruta de uma sensação agradável, quando externamente se apresenta algo adequado a sua natureza e se fixa de modo significativo sua capacidade de ser determinado numa certa direção (Goethe, 1810/1993, p. 140).

² O detalhamento histórico que permite compreender as diferenças existentes entre uma física da percepção, uma fisiologia da percepção e uma Psicologia da percepção demandam um trabalho bem mais extenso em relação aos propósitos deste artigo e serão objetos de estudos ulteriores.

Sobre esse ponto incidirá a produção discursiva de um sujeito psicológico da percepção pelas disciplinas empíricas ao longo do século XIX, dentre as quais se encontra a Psicologia da percepção. Tais disciplinas, que Foucault (2007) chama de “ciências empíricas”, produzem não apenas um objeto, mas diferentes objetos que surgem, se transformam, coexistem e se articulam num “espaço comum”, cujas relações delimitam e especificam os próprios objetos. Esses sistemas de relações são as regras mesmas que caracterizam um discurso sobre a visualidade, no século XIX; uma formação discursiva através de diversos documentos científicos, filosóficos, pictóricos, que configuram um saber acerca da visualidade moderna. Portanto, uma série de práticas discursivas instaurou a visualidade na própria organicidade. Esse sujeito psicológico será inseparável de um observador ativo, produtor autônomo dos conteúdos percebidos por ele. A visão subjetiva realizará a inseparabilidade entre esse observador posicionado e ativo e um sujeito psicológico. Isso será levado adiante pelos trabalhos da Fisiologia e da Psicofísica, que proliferarão durante o século XIX, sob os temas da atenção, percepção, memória, pensamento que compõem os processos mentais básicos.

Para Cray, é própria do modelo moderno da visão uma espécie nova de observador. Ele é forjado no encontro dos novos discursos disciplinares a respeito da visão com novos aparatos técnicos, produzindo, com isso, a dimensão de um espaço interno autônomo e também, de forma ativa, da própria realidade visual. A visão possuirá um caráter dissociado do mundo objetivo e seu resultado, portanto, não é proveniente exclusivamente dos dados que afetam o aparelho sensorial, pois é a atividade do organismo que confere o efeito da visão. Para Cray, “se os discursos do visível, nos séculos XVII e XVIII, abafaram e esconderam tudo o que ameaçasse a transparência do sistema óptico, Goethe assinala uma inversão, por afirmar a opacidade do observador como condição necessária para o aparecimento do fenômeno” (Cray, 1988, p. 6).

As experiências de Goethe interlaçam a criatividade das formas científica e estética acerca do fenômeno cromático, levando a cabo um processo investigativo diferente do modelo anglo-saxão. Goethe apresenta uma contraposição às teorias ópticas defendidas 100 anos antes por Isaac Newton. Assim, contrário à posição físico-matemática defendida por Newton, é que Goethe

lançará sua crítica ao reducionismo inerente ao modelo científico de explicação da visão a partir de um conjunto de prismas e lentes. A *Doutrina das Cores* pertence a esse espírito, que se funda numa grave crítica ao mais rigoroso cientificismo e mecanicismo presentes em toda a física newtoniana. Na concepção de polaridade da cromatogênese, termo usado por Kollert (1992, p. 34), Goethe retira o aspecto negativo da não luz (trevas) que a ciência da óptica afirmava e concebe uma solidariedade qualitativamente própria à não luz e à luz na produção da cor. A cor é um atributo fenomênico.

A análise de Tantillo (2007) examina as qualidades dinâmicas inerentes à polaridade, a partir do desenvolvimento do olho goetheano presente na *Doutrina das Cores*. Pares de opostos que habitam a divisão clássica na Filosofia são reinterpretados pelo pensamento de Goethe, quando ele postula uma relação de fluidez na ligação entre os polos que contempla a possibilidade de reversibilidade das posições. Os polos “Sujeito x Objeto”, “Sensualidade x Razão”, “Ideal x Real”, dentre vários outros, tornam-se inseparáveis, como nas polaridades de um ímã. A presença da exterioridade é dada no interior do corpo próprio, cabendo ao olho mesmo fabricar a realidade exterior num dinamismo intrínseco à visualidade. No desenvolvimento da obra sobre cores, isso fica claro, pois, como nos diz Tantillo,

Toda a estrutura de *Farbenlehre* de Goethe está baseada no princípio polar. O texto começa descrevendo as cores como ‘*Taten und Leiben*’ (‘ações e paixão’) da luz. Logo se torna evidente que toda a natureza participa de polaridades, que se caracterizam como o ‘*Sprache*’ [‘linguagem’] da natureza (Tantillo, 2007, p. 271).

Como “paixões e ações” da luz, as cores se constituem na ação do próprio olho que as produz. Goethe desfaz a exterioridade própria à contemplação clássica do observador. Não há um mundo de objetos, ou mesmo a natureza, a servir à contemplação. As cores estão por toda parte, desde as superfícies dos objetos visíveis, e existem na coexistência de polaridades na atividade fisiológica do observador, através dos fenômenos de pós-imagem, da permanência da imagem, contrastes cromáticos e outros que serão abordados no último capítulo da *Doutrina das Cores*,

bem como também na cultura como um todo, por meio de seus aspectos sensíveis e morais.

No ensaio intitulado *Goethe and Kantian Philosophy*, Ernst Cassirer (1970) mostra, em determinado momento, que a ideia de morfologia concebida por Goethe representa uma importante modificação metodológica para a Biologia do século XVIII e marca o início da Botânica. Tal concepção de morfologia culmina em sua teoria da metamorfose. Nesta, a transformação e formação da natureza orgânica está diretamente ligada à transição da visão genérica das plantas, ou seja, há uma passagem da clássica expressão do sistema da natureza de Linnaeus em sucessivos arranjos para a visão genética da natureza orgânica enquanto produtora, isto é, dotada de uma capacidade interna de produtividade num processo de autoengendramento. Cassirer afirma que “a ideia de metamorfose torna-se o guia neste grande processo de produtividade interna da natureza” (1970, p. 92.). Portanto, o olho goetheano, que é a própria ação da retina enquanto respondendo ativamente pela imagem produzida, está em sintonia com a capacidade de formação e transformação da natureza orgânica que Goethe chama de morfologia. A cromatogênese está diretamente ligada a sua ideia de morfologia.

A noção goetheana de visualidade funde aspectos poéticos, científicos e literários e realiza um olhar que é a possibilidade de unificação da exterioridade na subjetividade. Um monismo ontológico ocorre a partir da ação orgânica do olho na produção das cores. Ao defender o olho como um órgão vivo e não separado da natureza, Goethe inaugura uma postura radicalmente nova em relação ao fenômeno cromático. Ele compreenderá que um fundamento da experiência sensível é intrinsecamente ligado à experiência da cor. Por essa razão, Goethe acusará o trabalho de Newton de artificialismo, pois este, ao tomar a cor como um fenômeno puramente físico, desconsidera a organicidade e a atividade própria ao órgão na atividade perceptual. A efetividade da ação sobre o mundo está diretamente implicada no pensamento do literato alemão numa unidade entre luz, olho e natureza; portanto, a equivalência da retina à parede do quarto escuro revela um completo afastamento da vida. O olho goetheano do qual fala a sua *Doutrina das Cores* é o olho responsável pela visão subjetiva. Isso quer dizer que a percepção está encarnada no próprio olho do observador. O olho é produzido pela luz, ele “[...] deve a sua existência à luz [...] a luz produz um órgão que se torna seu semelhante. Assim, o olho

se forma na luz e para a luz” (Goethe, 1810/1993, p. 44). Para Goethe, “as cores são ações e paixões da luz” (1810/1993, p. 35) e, dessa forma, relacionam-se numa harmonia imanente.

Mais uma vez, no ensaio de Cassirer sobre Goethe (1970), fica explícito, em algumas correspondências pessoais, o esforço que faz Goethe para evitar qualquer forma de simbolismo numérico na compreensão e no entendimento dos fenômenos da natureza; é tão forte a sua repulsa ao caminho da matemática que ele afirma ter planos de substituir uma notação numérica pelas notas musicais (Cassirer, 1970, p. 81). É nesse ponto, sobretudo, que Goethe irá discordar do trabalho de Schopenhauer, como discutiremos logo adiante.

A Divisibilidade de Schopenhauer

O tratado *Sobre a Visão e as Cores* (1816/2003), de Schopenhauer (1788-1860), foi publicado em 1816, seis anos após a publicação *Doutrina das Cores*, e sofreu explícita influência do trabalho de Goethe. Como afirmamos anteriormente, Goethe era crítico da posição cientificista acadêmica que pretende tomar uma posição de exterioridade em relação ao fenômeno estudado. O próprio título do trabalho de Goethe afirma essa posição, pois o vocábulo *doutrina* (*Lehre*)³ apresenta o fato de que as cores não devem ser analisadas teoricamente, mas sim experienciadas na realidade da vivência cromática. No entanto, a primeira consideração de Schopenhauer em relação ao *Doutrina das Cores* diz respeito à sua incompletude decorrente, ainda segundo o autor, do fato de Goethe ter se restringido à dimensão da experiência.

É importante enfatizarmos a diferença entre doutrina e teoria, no sentido estabelecido por Goethe, para pensarmos a relação entre visualidade e Psicologia moderna. O termo doutrina aponta para a

³ A tradução brasileira de Marco Giannotti (1993) adverte para esse aspecto e toma o termo alemão *Lehre* como doutrina, isto é, o toma na sua acepção mais próxima da pensada por Goethe, que inclusive faz um uso pejorativo do termo *Theorie* ao longo de seu escrito. Diversas edições traduzem *Farbenlehre* como “Teoria das Cores”, mas seguiremos a tradução citada anteriormente por julgarmos a coerência na adoção do vocábulo doutrina com o restante da obra. Como o tradutor da obra de Goethe faz a apresentação da tradução brasileira do livro *Sobre a visão e as Cores*, de Arthur Schopenhauer, encontramos uma nota referida à questão da tradução do título do livro de Goethe. Essa opção toca diretamente num ponto de crítica feito por Schopenhauer e que nos parece um pouco distante do que se propõe a filosofia goetheana. Schopenhauer pretende completar o trabalho de Goethe, realizando uma *teoria* que ele esperava, mas que nos parece que não caberia mesmo ser realizada por Goethe.

experiência psicológica que o indivíduo — de forma intuitiva ou espontânea — pode ter, enquanto o termo teoria captura a experiência como experimentação analítica, repetitiva e artificial que deve ser postulada necessariamente pela linguagem matemática. Para Goethe, a experiência não era separável da teoria numa relação mútua entre os fenômenos e as explicações desses fenômenos. Assim, embora a sua investigação científica seguisse o método intuitivo, ela não era uma investigação “*naïve*”, pois toda proposição científica deve ter seu lugar fixo, num sistema definido e objetivamente fundado.

A influência do consagrado poeta de Weimar sobre Arthur Schopenhauer, jovem filósofo então, surge durante seus encontros nos salões literários que eram organizados pela mãe do filósofo. Essa influência e admiração é expressa no ensaio intitulado *Sobre a Visão e as Cores* (1816/2003), de Schopenhauer, que pretende conciliar determinado aspecto de teorização e quantificação do fenômeno cromático com uma certa continuidade da visão subjetiva desenvolvida por Goethe. Schopenhauer segue a nova via aberta por Goethe ao atribuir à capacidade orgânica da retina a produção das cores. É importante destacar esse aspecto do trabalho do filósofo para nosso argumento. Assim, devemos atentar para a ênfase atribuída por Schopenhauer ao papel da retina na produção das cores, ou ainda, para o aspecto subjetivo da visão cromática. Dessa forma, ele partirá das cores fisiológicas desenvolvidas por Goethe para afirmar a atividade qualitativamente dividida da retina. Schopenhauer pretende completar a doutrina de Goethe, formulando uma teoria sistemática.

Schopenhauer estabelece as cores como atividade qualitativamente dividida da retina. As cores são modificações do olho percebidas de modo imediato, são atividades plenas da retina e, por isso, permitem estabelecer as determinações de números inteiros, indicando as cores na totalidade espectral, assim como as menores frações indicam as gradações, matizes e nuances que escapam às delimitações. O conceito de divisibilidade qualitativa da retina compreende tanto a divisibilidade “intensiva” (dinâmica) quanto a “extensiva” (mecânica). A divisibilidade intensiva pode ser definida pela influência da luz ou mesmo pelo grau de atividade atenuada da retina gerado pela ação do branco. Assim, a atividade atenuada da retina pode ser penumbra (cinza) ou obscuridade (preto). Por outro lado, a divisibilidade extensiva decorre da recepção de múltiplas impressões que afetam pontos

da retina e, em consequência, a retina, agindo com toda a força sobre os outros pontos, produz a cor complementar à cor que inicialmente afetou o olho.

Algumas experimentações simples são propostas por Schopenhauer para apresentar sua teoria. Um primeiro experimento a que o autor se refere é a observação atenta e prolongada de um círculo branco sobre um fundo preto. Após a observação por cerca de 30 segundos, deve-se desviar o olhar para um fundo de cor cinza claro e, então, a imagem que permanece nos olhos é um círculo negro sobre um fundo branco. Ele chama esse fenômeno de “divisibilidade *extensiva* da atividade da retina” (Schopenhauer, 1854/2003, p. 58, grifo do autor). A retina é afetada pelo disco branco e a exaure nesse ponto por alguns instantes; isso se deve à completa inatividade da retina. Ele complementa a experiência sugerindo que se coloque um disco amarelo no local do disco branco. E ao ser feito isso primeiro e depois dirigindo o olhar para a superfície cinza-claro, observamos o efeito de um disco violeta. Nas palavras de Schopenhauer, buscamos a explicação para o fenômeno que acabamos de descrever:

Expondo ao olho o disco *amarelo*, como há pouco fizemos com o *branco*, a atividade *plena* da retina não foi excitada, nem ficou mais ou menos exaurida, ao contrário, o disco amarelo conseguiu provocar apenas uma parte dela, deixando a outra para trás, de modo que tal atividade da retina se *dividiu* então *qualitativamente*, separando-se em duas metades, em que uma delas se mostrou como disco *amarelo* e a outra, ao contrário, ficou de fora, e por si mesma segue adiante, sem qualquer estímulo externo novo, como espectro *violeta*. Ambos, o disco amarelo e o espectro violeta, como metades qualitativas da atividade plena da retina separadas neste caso, são em conjunto iguais a ela: por isso e *nesse sentido*, chamo-os de *complemento* um do outro (Schopenhauer, 1854/2003, pp. 59-60, grifo do autor).

O fenômeno da complementariedade das cores será fruto da visão fisiológica nos termos goethianos ou ainda da ação direta da divisibilidade que é própria à retina, segundo Schopenhauer. É por essa

razão que Jonathan Crary afirmará a existência de uma “[...] proximidade imediata de Schopenhauer com um discurso científico sobre o sujeito humano” (Crary, 2012, p. 78). Assim, a saturação de parte da retina por uma cor permite a ação da porção restante da retina como cor complementar a essa primeira. Dessa maneira, Schopenhauer afirma que “[...] *as metades qualitativas*, nas quais se divide aqui a atividade da retina, não são iguais entre si, sendo a cor amarela uma parte qualitativa desta atividade bem maior do que o seu complemento, a cor violeta” (Schopenhauer, 1854/2003, p. 60, grifo do autor).

Além de buscar completar a *Doutrina das Cores*, o ensaio de Schopenhauer reafirma como um engano a tese de Isaac Newton da divisão do feixe de luz solar proporcionada pelos graus da refração que o raio sofre. Nesse aspecto, Schopenhauer apresenta as críticas a Newton de forma mais clara do que Goethe o fez. Destacamos o parágrafo 8, em que fica clara a consideração feita à óptica de Newton. Para Schopenhauer:

Não se pode negar que em todos os equívocos, como também no de Newton, tenha havido um análogo distante, uma procura da verdade, o que resulta justamente a partir do ponto de vista de nossa observação. É que de acordo com ela, ao invés do *raio de luz dividido*, temos *uma atividade dividida da retina*; [...] Dessa maneira, de uma *divisão do raio solar* passaríamos para uma *divisão da atividade da retina*. Foi possível escolher esse caminho para a observação, porém — que retorna do objeto observado para o observador, do objetivo para o subjetivo (Schopenhauer, 1854/2003, p. 77, grifos do autor).

Ainda sobre o ponto da ação da luz e a natureza das cores, ele afirma uma posição segundo a qual “[...] partimos da luz para o olho, de modo que as cores para nós não passam de ações do próprio olho perceptíveis em oposições polares” (Schopenhauer, 1854/2003, p. 78). Schopenhauer continua sua crítica a Newton afirmando que

Uma diferença essencial entre a minha teoria e a de Newton consiste no fato de que esta (como já mencionei) apresenta

cada cor como uma mera *qualitas occulta (colorifica)* de uma das sete luzes homogêneas, dando-lhe um nome e abandonando-a depois, deixando sem qualquer explicação a diferença específica das cores e o efeito peculiar de cada uma. Minha teoria, por outro lado, esclarece tais peculiaridades e nos faz compreender onde reside a razão da impressão específica e do efeito causado por cada cor, ensinando-nos a reconhecê-la como uma parte bem determinada da atividade da retina, expressa por uma fração e, além disso, como pertencente ao lado maior ou ao menor da dispersão de tal atividade (Schopenhauer, 1854/2003, p. 79, grifos do autor).

Schopenhauer dedica-se a realizar um trabalho como um complemento ao de Goethe, levando à radicalidade a noção de um corpo que tem um papel ativo, de um organismo corporificado na opacidade fisiológica. Contudo, Goethe enxergou no esforço do jovem filósofo uma diferença tão grave e uma deturpação na interpretação do seu trabalho que rompeu laços de amizade. Em toda a obra, Schopenhauer reconhece a originalidade e a importância do trabalho de Goethe, mas faz, em um capítulo final, algumas correções à doutrina de Goethe acerca do surgimento das cores físicas:

Apenas em dois pontos minha teoria obrigou-me a divergir de Goethe, a saber, no tocante à verdadeira polaridade das cores, tal como já foi exposto, e com referência à produção do branco a partir das cores, fato do qual Goethe nunca me perdoou, sem nunca também me ter apresentado, verbalmente ou por carta, qualquer argumento contrário (Schopenhauer, 1854/2003, p. 138).

Para nós, o mais importante aqui está no corte produzido pela visão subjetiva e os efeitos no campo da percepção bem como na Psicologia moderna. Esse corte aponta para a visualidade moderna interiorizada no corpo fisiológico e como efeito da atividade desse corpo. A Psicologia moderna, no seu projeto de ciência, será compreendida por nós nessa posição que produz a percepção moderna.

É importante pensarmos que afirmar a visão subjetiva implica produzir um corpo enquanto local no qual reside o observador ao mesmo tempo em que o próprio observador é possível enquanto tal. Nesse sentido, Schopenhauer buscará uma genuína aproximação com os fisiólogos de seu tempo. Para Cray, “[...] é importante afirmar a proximidade imediata de Schopenhauer com o discurso científico sobre o sujeito humano” (2012, p. 78). Nessa mesma direção, Lauxtermann (1987, p. 275) afirmará que Schopenhauer, ao identificar o mundo fenomênico com *Vorstellung* (Representação), faz um acordo com o realismo físico do materialismo francês de Cabanis e, portanto, o interesse de Schopenhauer pelos estudos da óptica caminhará na direção da fisiologia dos órgãos dos sentidos e do próprio cérebro. Se o fenômeno do aparecimento das cores diz respeito às frações da atividade retiniana, o passo seguinte será conceder a existência de um papel crucial do cérebro no processo de transformação do material sensorial numa percepção e, para isso, Schopenhauer articulará sua filosofia com trabalhos dos fisiólogos de seu tempo, por exemplo, Georges Cabanis, Xavier Bichat e François Magendie. As palavras de Lauxtermann deixam isso claro:

Se a sensação de cor (ou, por extensão, qualquer outra sensação) já não é algo puramente passivo, mas sim a *atividade* (provocada, sem dúvida, por um estímulo externo, neste caso, a luz) de um pequeno pedaço de tecido nervoso na parte de trás do globo ocular, quanto mais isto deve ser verdadeiro para as funções de um órgão infinitamente mais complicado como o cérebro humano! Para isto, é necessário um passo decisivo para reconhecer a cor, que a princípio nada mais é do que a sensação do olho, como uma *qualidade* de um *objeto* externo que atua sobre o olho. Na sensação do “vermelho”, não há nada que nos permita dizer “*este objeto é vermelho*”. Tal objeto existe apenas para o *Entendimento* (*Verstand*), o que é uma função do *cérebro* (1987, p. 283, grifos do autor).

Conclusão

O olho goetheano marca o aparecimento de um corpo que, na sua dimensão fisiológica, é responsável

pela produção ativa da visão, das cores, das formas, do espaço e produziu uma importante ruptura com o modelo clássico de visão ao fornecer as bases para as duras críticas à concepção newtoniana. Os fenômenos da percepção visual, conforme defendidos por Goethe, tornam-se possíveis a partir da sua experiência qualitativa e não podem, portanto, ser apreendidos em termos quantitativos e matematizáveis. Mesmo em Schopenhauer, que buscou as evidências fornecidas pelo materialismo da fisiologia de sua época, ainda vemos um aspecto da experiência qualitativa da própria atividade retiniana. É importante destacarmos, no entanto, que a materialidade da Psicologia moderna, encarnada no organismo, não é da mesma ordem que a proposta por Goethe.

O encaminhamento dessa discussão na Psicologia da percepção nos leva a pensar que a apropriação do organismo de forma mecânica é incompatível com o caráter de transformação e formação do organismo entendido pela visão genética de Goethe. A colocação goetheana é desfeita quando se propõe um corpo como efeito do esquadramento proposto pela atividade experimental que estabelece parâmetros e verifica a atuação desses parâmetros em situações artificiais às quais essas variáveis são submetidas.

O trabalho de Goethe foi negligenciado pelas psicologias norte-americana e anglo-saxônica ao se apoiarem epistemologicamente no método positivo das ciências naturais. Em geral, as investigações de Goethe são citadas na história das ciências ou na história da Psicologia científica, restringindo-as a uma espécie de excentricidade do espírito do poeta. Sua doutrina é fruto de experiências individuais e subjetivas que podem ser repetidas por qualquer pessoa, mas essas contribuições sequer são lembradas pelo discurso cientificista que predomina na história da Psicologia da percepção, como uma maneira positiva de pensar os fenômenos cromáticos. Manuais de Psicologia científica (Boring, 1950; Guillaume, 1966; Schultz & Schultz, 2005) instituem, frequentemente, a origem desse saber, apoiada em uma recusa radical a qualquer pensamento filosófico, estético ou artístico.

Certamente, a crítica do afastamento da vida por parte da artificialidade encontrada no mecanicismo e que, como já afirmamos anteriormente, organiza certo discurso cientificista da Psicologia moderna, contribui para pensarmos os fenômenos visual e cromático. Portanto, aproximar a noção da produção de uma espécie de organicidade ativa e produtora da visibilidade subjetiva, encontrada nos trabalhos de

Goethe e de Schopenhauer, dos estudos do fenômeno visual é uma boa oportunidade para repensarmos alguns equívocos que reiteradamente são repetidos pela história da Psicologia, bem como para permitir a ampliação do diálogo da Psicologia, da experiência cromática, com a produção artística visual, a pintura e a história da arte.

Referências

- Boring, E. (1950). *A History of Experimental Psychology* (2ª Ed.). New York: Appleton.
- Cassirer, E. (1970). *Rousseau, Kant, Goethe: Two Essays*. Princeton: Princeton University Press.
- Chevreul, M. E. (1861). *The law of contrast of colour: and their application to the arts of painting, decoration of buildings, mosaic work, tapestry and carpet weaving, calico printing, printing, military clothing, illumination, landscape, and gardening, &c.* London: Routledge.
- Crary, J. (1988). Techniques of the Observer. *October*, 45, 3-35.
- Crary, J. (1994). Unbiding Vision. *October*, 68, 21-44.
- Crary, J. (2012). *Técnicas do Observador: Visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Foucault, M. (2007). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (9ª Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Giannotti, M. (1993) Advertência do Tradutor. In J. W. von Goethe, *Doutrina das Cores*. São Paulo: Nova Alexandria. (Original publicado em 1810).
- Goethe, J. W. von (1993). *Doutrina das Cores*. São Paulo: Nova Alexandria. (Original publicado em 1810).
- Guillaume, P. (1966). *Manual de Psicologia*. São Paulo: Editora Nacional.
- Kestler, I. M. F. (2006). Johann Wolfgang von Goethe: arte e natureza, poesia e ciência. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 13, 39-54.
- Kollert, G. (1992). *O Cosmos das Cores: um compêndio da Teoria das cores segundo Goethe, baseado em textos originais*. São Paulo: Edições Religião e Cultura.
- Lauxtermann, P. F. H. (1987). Five decisive years: Schopenhauer's epistemology as reflected in his theory of colour. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, 18(3), 271-291.
- Newton, I. (2002). *Óptica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1704).
- Roque, G. (1995). Les couleurs complementaires: un nouveau paradigme. *Reveu d'histoire des sciences*, 47(3), 405-434.
- Roque, G. (1996). Chevreul and Impressionism: A Reappraisal. *The Art Bulletin*, 78 (1), 27-39.
- Roque, G. (2009). *Art et science de la couleur: Chevreul et les peintres, de Delacroix à l'abstraction*. Paris: Éditions Gallimard.
- Schopenhauer, A. (2003). *Sobre a Visão e as Cores*. São Paulo: Nova Alexandria. (Original publicado em 1816).
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2005). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Tantillo, A. O. (2007). The Subjective Eye: Goethe's Farbenlehre and Faust. In E. K. Moore, & P. Simpson (Eds.), *The Enlightened Eye: Goethe and Visual Culture* (pp. 265-277). Amsterdam; New York: Rodopi.

Endereço para correspondência:

Rômulo Ballesté
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Avenida Pasteur, 250, Pavilhão Nilton Campos –
 Praia Vermelha
 CEP 22290-902 – Rio de Janeiro/RJ
 E-mail: romuloballesté@gmail.com

Revisto em 30/07/2013
 Revisado em 18/01/2014
 Aceito em 19/01/2014

Algunas Referencias de Lacan a la Psicología del Desarrollo de Charlotte Bühler (1936–1948)

Some Lacanian References to Charlotte Bühler Developmental Psychology (1936–1948)

Federico Corniglio¹

Resumen

Este trabajo explora las referencias de la obra temprana de Jacques Lacan (1936–1948) a la psicología del desarrollo de Charlotte Bühler y puntualmente a sus estudios acerca de la sociabilidad temprana en el niño, publicados en *Soziologische und Psychologische Studien über das erste Lebensjahr* (1927). El trabajo se propone específicamente: a) un relevamiento de las referencias del joven Lacan a la obra de Charlotte Bühler; b) la exploración de los modos de apropiación de dicha fuente en el marco de la noción de transactivismo infantil y de las primeras formulaciones lacanianas acerca de la formación del yo y del registro imaginario; c) la exploración de las vías por las cuales Lacan puede haber accedido a dicha fuente.

Palabras clave: Lacan; Bühler; historia del psicoanálisis; psicología del desarrollo; transactivismo.

Abstract

This paper explores the references in Jacques Lacan's early work (1936–1948) to developmental psychology of Charlotte Bühler and, particularly her studies on early socialization of children, published in *Soziologische Psychologische und Studien über das erste Lebensjahr* (1927). This paper specifically aims to: a) conduct a survey of young Lacan references to the work of Charlotte Bühler; b) explore the modes of Lacan's appropriation of such source under the notion of child transactivism and the first Lacanian formulations about the formation of the "I" and the imaginary register; c) the exploration of the ways in which Lacan may have accessed that source.

Keywords: Lacan; Bühler; history of psychoanalysis; developmental psychology; transactivism.

¹Facultad de Psicología, Instituto de Investigaciones, Universidad de Buenos Aires (Buenos Aires), Argentina

El presente trabajo se enmarca en un proyecto de investigación más amplio, abocado a la indagación histórica de las referencias del joven Lacan a diversas fuentes provenientes de la psicología del desarrollo y del psicoanálisis de niños. Si en gran parte de sus primeros trabajos y seminarios, Jacques Lacan se dedicó a forjar una noción particular de *yo* — de la que hallamos una neta formulación en su clásico escrito sobre el estadio del espejo (Lacan, 1949/2003d)—, sostenemos que ese trabajo de elaboración teórica y clínica no estuvo exento de interlocuciones y de referencias explícitas de Lacan al campo de las prácticas psicológicas y psicoterapéuticas con niños. En este sentido, la producción de una noción definida de *yo* — y finalmente de *sujeto* — no excluirá una *interrogación* sobre la infancia y sobre la constitución subjetiva. Algunas preguntas orientan entonces nuestra indagación: ¿qué niño interesó a Lacan, en el marco de sus primeros escritos y en la construcción de conceptos que serían de largo alcance en el desarrollo de su producción? ¿Cuáles son las fuentes, y cuáles los modos de apro-

piación de esas fuentes para la construcción de un "niño lacaniano", si nos permitiésemos jugar con una noción semejante?

En este punto, el objetivo específico de este trabajo consiste en indagar las referencias de Jacques Lacan a la psicología del desarrollo de Charlotte Bühler y a sus estudios y observaciones acerca de la sociabilidad temprana en el niño. Situamos estas referencias en sus primeros trabajos, entre la presentación preliminar al Congreso Internacional de Psicoanálisis de Marienbad en 1936 y sus escritos de fines de la década de 1940. En lo fundamental veremos aglutinarse estas referencias en torno a la noción de transactivismo infantil, en el marco de las primeras formulaciones lacanianas acerca de la formación del yo y del registro imaginario.

A estos fines, dividiremos el trabajo en cuatro apartados. El primer apartado, se hallará dedicado a explorar brevemente el interés temprano de Lacan — puntualmente en su tesis de 1932 —, en el fenómeno de los celos, el transactivismo y la especularidad. En un

segundo apartado se realizará una breve presentación de la figura de Charlotte Bühler y de la fuente y las observaciones que Lacan cita en sus primeros trabajos y escritos; finalmente, un tercer apartado estará dedicado a la indagación no sólo de los lugares privilegiados en que aparecen las referencias a Bühler sino también de los modos en que Lacan se refiere a dichos estudios y observaciones, es decir, al modo en que Lacan se apropia de las observaciones de Bühler y al marco conceptual en el cual éstas aparecen insertas. En este tercer apartado señalaremos tres problemáticas en torno a las cuales se aglutinan las referencias a esas fuentes:

- a) la relevancia de las observaciones de Bühler en cuanto daban cuenta para Lacan de la importancia de las características especulares de la imagen del semejante en su teoría sobre la constitución del yo;
- b) el modo en que Lacan utiliza la dialéctica hegeliana del Amo y el esclavo como clave de lectura para las observaciones de Bühler referidas a los gestos de despotismo y subordinación entre niños;
- c) consideraciones acerca de las posibles vías por las cuales Lacan accede a las observaciones y los escritos de Bühler y en torno al modo en que Lacan agrupa la serie de fenómenos descritos por Bühler bajo la noción de transitivismo infantil, que hallamos ausente en la obra de la autora, pero presente en el vocabulario psiquiátrico de la época y en la obra de Wallon.

Resulta necesario señalar, por último, la casi nula importancia brindada por la historia del psicoanálisis a la obra de Bühler como fuente legítima de algunas de las nociones acuñadas por el joven Lacan, a diferencia de las referencias e interlocuciones con Wallon y Dolto, que han merecido extensos estudios (Jalley, 1998; Guillereault, 2005). Por otro lado, consideramos relevante la indagación histórica de esta referencia en cuanto podría iluminar también, aunque sea en este trabajo de modo preliminar, algunos modos en que Lacan empleó efectivamente fuentes psicológicas para sus propios desarrollos, teniendo en cuenta que las relaciones entre psicoanálisis y psicología han constituido clásicamente una zona problemática al interior del movimiento psicoanalítico mismo (Ohayon, 1999).

Preludio: El Yo y su Sombra

Desde su tesis de 1932 hasta su trabajo sobre los complejos familiares en 1938 los deslizamien-

tos conceptuales de la obra del joven Lacan serán múltiples. Las distancias entre una tesis en psiquiatría — que sin embargo tiene ya mucho de psicoanálisis (Allouch, 1994) — en la que encontramos el trabajo detallado sobre un caso clínico, y un trabajo en el que Lacan llega a postular un modo de pensar la formación entera de la personalidad en el seno de la familia como constelación concreta serán desde ya significativas. Sin embargo, en la medida misma en que Lacan — bajo el ascendiente de las obras criminológicas de Alexander (Lacan, 2003e, p. 60) — califica el caso Aimée como el de una paranoia de *auto-punición*, resulta esperable hallar presente en su desarrollo las temáticas del desdoblamiento y la especularidad. En este sentido, podemos formular en este apartado el siguiente interrogante: ¿qué elementos de la tesis y de los trabajos de los tempranos años 1930 podemos emplear como vías para acercarnos al problema que nos convoca?

Aunque un análisis detallado de la tesis exceda los objetivos de nuestra indagación, recortaremos como punto de inicio para ésta algunas imágenes o figuras palpables del interés de Lacan por la problemática de la especularidad y los fenómenos transitivistas que podemos hallar en la tesis misma. Antes de abordar esas imágenes o figuras, señalaremos el interés temprano de Lacan por la paranoia como entidad clínica, en cuanto constituía ya un terreno de disputa acerca de la posibilidad de reducir su etiología a una clave puramente orgánica. Así, será patente en Lacan, por ejemplo, la posibilidad de hacer inteligibles algunas características del delirio a partir de relaciones de comprensión, noción que Lacan tomaba claramente de la psiquiatría jasperiana (Allouch, 1994).

Yendo a los pasajes de nuestro interés, al referirse a las características de C. de la N., amiga de Aimée que sería colocada por ésta en el origen de las persecuciones, Lacan emplea los tipos kretschmerianos para definirla como una *intrigante refinada*, y afirma:

Todo esto quiere decir que su actividad y sus reacciones, tal como lo escribe Kretschmer acerca de los tipos correspondientes, se opone a las de nuestra paciente “a la manera como se opone al objeto su imagen invertida en el espejo (Lacan, 1932/1975, p. 205).

Es por boca de esta amiga, “la única que se salía un poco de lo ordinario, en medio de todas aquellas muchachas fabricadas en serie” (Lacan, 1932/1975,

p. 206) por quien entrarán en escena las dos perseguidoras principales. Lacan agrega, “De las dos amigas, la una es sombra de la otra” (Lacan, 1932/1975, p. 206). Esta “dominadora” entrará según Lacan, por el mecanismo de esas “identificaciones iterativas” en la serie de sucedáneos de esa figura de la hermana que se ubica en la base del delirio¹. ¿No hallamos aquí un primer reflejo del espejo — en este caso, un reflejo que invierte las características de la imagen reflejada — que Lacan empleará tantas veces en sus producciones posteriores?

Aparecen así en escena esos dobles, triplete y tirajes de un *prototipo* con los que Aimée se encontrará sucesivas veces hasta su última internación. Es la envidia el afecto que marca según Lacan su relación con la amiga, envidia que supone una parte de identificación. Por último, la identificación dará la pista para llegar al contenido representativo de esa figura: la mujer de letras independiente, que goza de cierta libertad y poder social frente a su medio. Será esa la imagen ideal y el objeto del odio.

Otro elemento relevante que hace su aparición en la tesis es la primera mención a la noción de *transitivismo*. Al referirse a la noción de estructura en psicopatología, Lacan subraya el trabajo de Minkowski de 1929, “Jalousie pathologique sur un fond d’automatisme mental” (Minkowski, 1929). Afirma entonces la necesidad de entender los fenómenos transactivistas en el marco de una modificación de la estructura mental del enfermo. Y agrega a continuación:

Para comprender, por ejemplo, un delirio de celos, es preciso cuidarse de imputar a la enferma, celosa de otra mujer, una construcción deductiva o inductiva más o menos racional: lo que hay que hacer es comprender que su estructura mental la fuerza a identificarse con su rival cuando la evoca (Lacan, 1932/1975, p. 125).

¹ Ofrecemos una breve descripción de las características de esta amiga de Aimée, que nos interesarán más adelante: “Estamos antes de la guerra de 1914. La señorita C. de la N. pertenece a una familia noble que ha decaído socialmente desde no hace mucho y que no ha perdido del todo sus lazos con familias de parientes que siguen conservando un rango elevado. Ella considera el trabajo que está obligada a desempeñar como muy inferior a su condición moral [...]. Toda su actividad está consagrada a mantener bajo su prestigio intelectual y moral al mundillo de sus compañeras de trabajo: es ella quien guía sus opiniones, es ella quien gobierna sus tiempos libres, y por cierto que no descuida acrecentar su autoridad mediante el rigorismo de sus actitudes” (Lacan, 1932, p. 206).

Vemos aparecer aquí la figura de los celos y el interés de entender el fenómeno transactivista, entre otros, como el producto de determinada estructura mental. Subrayamos a su vez una pertenencia y un uso psiquiátrico de la noción de transactivismo, acuñada por Wernicke (1900), que veremos aparecer más adelante, desplazada al contexto de sus referencias a la psicología del desarrollo de Charlotte Bühler.

Charlotte Bühler: Estudios sobre el Comportamiento Social del Niño. El Instituto Psicológico de Viena

Charlotte Malachowski, nacida en 1893, había realizado estudios en filosofía y psicología en diversas universidades. Así, en Freiburg seguiría los cursos de Husserl, en Berlín los de Georg Simmel. Su tesis sobre “procesos psicológicos de pensamiento” sería dirigida por Carl Stumpf, quien la recomendaría a Oswald Külpe, en Munich (Woodward, 2012).

Ya en el seno de la Escuela de Würzburg realiza investigaciones sobre la psicología del pensamiento y sobre construcción de oraciones. Conoce también a Karl Bühler, con el que se casa en 1916. Karl era ya un reconocido investigador en psicología, que bajo la dirección de Külpe se había opuesto a Wundt en la ruidosa polémica en torno a los pensamientos sin imágenes y a los límites impuestos por Wundt a la introspección como método experimental (Danziger, 1980).

En 1918 Karl escribe *Die geistige Entwicklung des Kindes* (El desarrollo espiritual del niño) (Bühler, 1934). Sus múltiples ediciones y traducciones harán de esta obra un clásico de la psicología del desarrollo en el ámbito alemán. De todos modos, sus investigaciones tendrán incidencia fundamentalmente en la lingüística, siendo reconocido como uno de los precursores de ciertos desarrollos de Jakobson².

A partir de 1920 y hasta su abandono de Austria en 1938, Charlotte lleva a cabo una amplia investigación en torno a la psicología infantil. En 1922, Karl Bühler queda a cargo de la dirección del Instituto Psicológico de Viena, fundado ese mismo año, y Charlotte es invitada a investigar, entre otras cosas, características del desarrollo infantil a fin de llevar a

² Algunos de los elementos de su teoría de la comunicación serán citados por el mismo Lacan en su seminario de 1935, por ejemplo, cuando realice su revisión del caso Dick de Melanie Klein (p. 135).

cabo reformas en el área educativa por el gobierno local (Ash & Woodward, 1987; Ash & Söllner, 1996; Hacothen, 2000). Poco después de su radicación en Viena, Charlotte recibe la beca de la Laura Spellman Rockefeller Foundation para realizar una estadía en Estados Unidos, donde visita — entre 1924 y 1925 — a Thorndike en Columbia y a Gesell en Yale. A pesar de su intenso contacto con la producción psicológica estadounidense notamos, tanto respecto de la importancia otorgada al estudio del comportamiento total del niño como respecto de la relevancia otorgada por Bühler al estudio de las metas en sus análisis sobre el curso de la vida, la inscripción de la producción de la psicóloga bajo la órbita de premisas metodológicas generales de la *Gestalttheorie* y de la fenomenología (Bühler, 1927, 1933).

A su regreso a Viena, en 1925, el Instituto psicológico se halla dividido en tres secciones: una de psicología experimental, dirigida por Karl Bühler; otra de Psicología económica y social dirigida por Paul Lazarfeld; y otra de Psicología de la niñez y juventud que queda a cargo de Charlotte. El Instituto Psicológico de Viena llegará a ser el único centro de investigaciones europeo, en este momento, en recibir subsidios de la Rockefeller Foundation.

El gobierno de Viena otorga a Charlotte la posibilidad de llevar a cabo sus investigaciones en el centro de adopción de la ciudad (*Kinderübernahmestelle*), en el que tendrá acceso a alrededor de 2500 niños cuya crianza se hallaba a cargo del estado. Por otro lado, se le otorga la posibilidad de ejercer la docencia en la Universidad de Viena. A pesar de haber realizado algunas investigaciones vinculadas a los objetivos reformistas que habían motivado la fundación del instituto, las investigaciones de Bühler se orientarán fundamentalmente hacia sus intereses en psicología, quedando la pedagogía y los objetivos de la reforma en un segundo plano (Ash & Woodward, 1987).

En el centro de adopción de Viena lleva a cabo investigaciones acerca del desarrollo biológico y psicológico del niño, en las que aplicará métodos de observación sistemática de los pequeños durante 24 horas. En algunos casos estas investigaciones estarán orientadas por objetivos específicos (por ejemplo, trabajos dirigidos a la prevención del abuso sexual de niños en las clases trabajadoras), y en otros se tratará de estudios sobre el desarrollo general del niño.

Finalmente, los Bühler emigrarán de Austria en 1938. En ese año, luego de ser arrestado por los nazis,

Karl Bühler aceptará una invitación que se le había hecho en repetidas ocasiones para establecerse en los Estados Unidos.

Los Experimentos acerca del Comportamiento Social de los Niños

Durante su estancia en Nueva York Bühler llevará a cabo observaciones sistemáticas sobre el comportamiento social del niño durante el primer año de vida, publicadas en 1927 bajo el título de *Soziologische und psychologische Studien über das erste Lebensjahr*³ (Estudios sociológicos y psicológicos del primer año de vida).

Serán éstas las observaciones citadas por Lacan en *La Familia* (1938) y en “Acerca de la causalidad psíquica” (1946). Esta obra y sus “exquisitas observaciones” recibirán también numerosas referencias de Wallon cuando publique en 1934 *Los orígenes del carácter en el niño*, texto reconocido frecuentemente como fuente de muchos desarrollos de Lacan acerca del estadio del espejo. Veremos también referencias a las observaciones de la autora, por ejemplo, en Merleau-Ponty y sus cursos acerca de la imagen del cuerpo en el niño (Merleau-Ponty, 1951/1997).

Las observaciones correspondían a 114 niños de un consultorio de lactantes neoyorkino. Los niños eran observados durante diez minutos, colocados uno frente a otro en una cuna. El volumen se acompaña con numerosas ilustraciones de los niños enfrentados, gesticulando miméticamente, colaborando entre sí, luchando por algún objeto. El rango de edad de los niños y niñas observados se limitaba entre los tres meses y el año y diez meses (Bühler, 1927; Lucile, 1928).

En el trabajo, merecen un tratamiento especial los indicios de los primeros contactos sociales humanos referidos a la sonrisa ante la voz o el rostro humanos, así como las primeras reacciones sociales entre niños, terreno del que Charlotte dará uno de los primeros estudios sistemáticos. En el marco del estudio de esas primeras relaciones entre niños, merecerá un lugar destacado el estudio de las jerarquías sociales entre los niños.

³ Se trata de uno de los volúmenes de una colección más amplia sobre psicología infantil y de la juventud dirigida por la misma Charlotte: *Quellen und Studien zur Jugendkunde*. Será ésta la única referencia bibliográfica que Lacan dé acerca de la autora y una de las pocas que encontramos en su producción temprana.

Bühler reconocerá respecto de este asunto la inspiración de los trabajos en psicología animal de David Katz y Schjelderup-Ebbe. Los estudios acerca del comportamiento social de los pollos y de la estructura jerárquica de los gallineros aparecen citados como modelo para sus investigaciones acerca del despotismo en los niños (Bühler, 1927, p. 84). Estos estudios subrayaban, por ejemplo, la modificación de las estructuras jerárquicas en el gallinero a partir de la modificación del número de animales: la inclusión de nuevos animales suponía modificaciones en la estructura del conjunto del gallinero. Por otro lado, Schjelderup-Ebbe sostenía que en los pollos pequeños no podían verificarse conductas despóticas, y que estas tenían aparición a partir de determinado grado de desarrollo del animal. Por último, esas conductas no eran analizadas sólo en términos de las características individuales de cada animal, sino que resultaban función de las relaciones que se establecieran entre los mismos (Piéron et al., 1924, p. 311; Schjelderup-Ebbe, 1924).

El espectro de actitudes señaladas por Bühler será amplio. Merecerán un tratamiento especial las relaciones de rivalidad y despotismo entre los niños, relaciones que no vemos subrayadas con el mismo énfasis en investigaciones posteriores de la autora (Bühler, 1933).

Bühler señalará como una primera forma no intencional del despotismo el grito del niño. Según Bühler, esta actividad irá asumiendo las formas del despotismo sólo una vez que sea puesta en relación con los cuidados ofrecidos por el entorno familiar. De todos modos, las actitudes de despotismo o de subordinación aparecerán fundamentalmente hacia los 6 meses y se hallarán presentes en la mayor parte de los niños estudiados a partir de esa edad. Bühler denominará “entrada en el orden de rangos” (Bühler, 1927, p. 53) a este ingreso en el universo de la rivalidad o el despotismo. Respecto de la fase inmediatamente previa Bühler señala que si uno de los niños es aún muy pequeño se contentará con mirar, “el mirar en este período es incluso más placentero que el agarrar” (Bühler, 1927, p. 55), señalando más adelante:

Aunque a los más pequeños les sea quitado un juguete, se hayan tan ocupados en mirar que tener o agarrar la cosa no significa ninguna pérdida y de ninguna manera parecen perjudicarlos (Bühler, 1927, p. 55)

Es con el agarrar, señala Bühler, que se inician decididamente los primeros contactos sociales. Será la mano el instrumento por excelencia de esos primeros contactos, luego de un “estadio más temprano” en el que la contemplación amistosa prima sobre las otras actitudes.

Bühler distinguirá para el “período de prensión” dos tipos de actitudes fundamentales: la rivalidad y el despotismo. En el caso de la rivalidad, pueden encontrarse golpes mutuos entre los niños o la disputa por un objeto. En el terreno de las actitudes despóticas, en cambio, Bühler encuentra la subordinación de uno de los miembros de la pareja, y formas o gestos despóticos en el otro miembro. Estas formas del despotismo serán variadas: despotismo en el sentido más lato del arrebatamiento brutal de un objeto, despotismo de la burla (ofrecer y despojar de un objeto al niño subordinado), despotismo “elegante” de la ayuda dosificada hacia el subordinado y despotismo de la “seducción” (Bühler, 1927, pp. 84-85). Finalmente Bühler pondrá en comparación estas formas (*gesten*) del despotismo en los niños con las descritas por Schjelderup-Ebbe en sus estudios acerca del comportamiento animal, para señalar una mayor variedad y riqueza en sus formas humanas.

Por otro lado, Bühler sostendrá que las características de la relación (despotismo, rivalidad o indiferencia) se hallarán determinadas por la diferencia de edades entre los niños⁴. Diseñará en consecuencia gráficos y tablas para un estudio estadístico de esas diferencias. En el caso de las relaciones de rivalidad, la diferencia de edades no superará en la muestra los dos meses y medio. En las relaciones de despotismo encontraremos diferencias de edad más marcadas. A partir de una diferencia de tres meses Bühler no halla en estas parejas relaciones de rivalidad. Bühler concluye — a pesar de que señala excepciones — que el tipo de relación es función de la diferencia de edades y por lo tanto de la maduración relativa de cada uno de los miembros de la pareja.

En textos posteriores, Bühler realizará estudios acerca del número de relaciones que, de acuerdo a su edad, un niño puede establecer con otros. Señalará para el período de las relaciones de despotismo y rivalidad iniciales que el niño no puede establecer en este momento relaciones sociales más que con un solo

⁴ Exceptuará algunos casos en que el tipo de relación no parece sólo determinado por la diferencia de edad entre los niños, sino por características de su personalidad (Bühler, 1927, p. 85).

niño, es decir, no habrá en este momento posibilidad de establecer relaciones grupales (Bühler, 1933/1960).

Las Referencias de Lacan a Charlotte Bühler

Como fue señalado más arriba, estos estudios psicológicos y sociológicos del primer año de vida serán citados por Lacan a la hora de brindar referencias bibliográficas acerca de los fenómenos transitivistas. A su vez, las referencias a la misma obra ocuparán un lugar relevante en las obras de Wallon de los años 1930 dedicadas al estudio del desarrollo del carácter en el niño.

Ha sido subrayada ya la posible presencia de Lacan en los seminarios que Henri Wallon dictara en la Sociedad de Psiquiatría entre 1928 y 1932, seminarios que conducirían a la publicación de *Les Origines du caractère chez l'enfant* en 1934 (Roudinesco, 2000; Dreyfuss, 1987). La segunda parte de esta obra contenía de hecho desarrollos publicados ya por Wallon en 1931 (Wallon, 1931/1963). Lacan encontraría allí las referencias a la experiencia del niño frente al espejo, que Wallon tomaba a su vez de Darwin y de Preyer. La apropiación que realiza Lacan de estos desarrollos ha merecido ya estudios detallados (Roudinesco, 2000; Jalley, 1998).

Excede a los motivos de este trabajo un abordaje de esas referencias de Lacan a la obra de Wallon. No obstante, nuestra indagación no se verá eximida, luego del recorrido propuesto en este apartado, de realizar algunas observaciones acerca no sólo del modo en el que Lacan lee las observaciones de Bühler (observaciones que Wallon, por otra parte, reproduce fielmente en sus obras), sino también de las posibles vías por las que Lacan accede a esas observaciones.

El Niño y su Sombra: La *imago*

A fin de abordar el valor de las referencias a Bühler, resulta preciso ubicarlas en el contexto de su lectura y utilización. Es en el marco de la teoría de la *imago* en el que aparecen las primeras menciones a las observaciones de la psicóloga alemana. La primera de ellas se encuentra en las notas que Françoise Dolto toma en la exposición de Lacan preliminar al Congreso de Marienbad, dada en el marco de la Société Psychoanalytique de Paris en 1936 (Guillerault, 2005). Luego de un desarrollo que subraya en cada momento la importancia de la expresividad de la forma humana y de la figura del doble, Lacan hace referencia a Wa-

llon y a su noción de “sincretismo indiferenciado”, es decir, aquella situación en la que los niños se hallan igualmente cautivados y confundidos entre sí por la situación de sus contactos recíprocos. Es decir, en esta exposición es Wallon la referencia que en otros textos ocupará Bühler y la noción de transitivismo. Sin embargo, Bühler es también mencionada, justamente en relación a la importancia de la diferencia de edades entre los niños que establece en sus observaciones:

Ch. Buhler (parejas infantiles) condiciones de que la diferencia de edad no sea demasiado grande (3 meses máx. (*sic*)) es preciso que el sujeto entre en las caract. (*sic*) de la imagen especular del otro — correspondencia postural, simpática fisiológica necesarias (Guillerault, 2005, p. 295).

Encontramos aquí un elemento que aparecerá subrayado prácticamente en todas las referencias a la psicóloga alemana. La relevancia de esta diferencia de edad, leída en este caso en términos de la importancia de las características especulares de la imagen y de los movimientos del otro niño. En este sentido, se destaca el modo en que las observaciones de Bühler son incluidas y leídas por Lacan bajo la luz de una teoría de la *imago* y de la identificación mental como elementos y operaciones psíquicas claves en el desarrollo de la personalidad, de la que encontraremos clara expresión en *La Familia* (1938), texto escrito por encargo del propio Wallon. La noción de *imago* servirá para pensar los distintos jalones de la historia individual en términos de sucesivas “identificaciones ideales” que conducirían al sujeto a un progresivo adelanto en su “sentimiento de la realidad”. En esta teoría de la identificación, la *imago* puntual del semejante tendrá el efecto de ejercer una alienación esencial y primaria, a través de la cual el niño, sujeto a la prematuración propia de la especie, podrá anticipar su propia imagen unificada en la de su semejante. De ahí la relevancia de las observaciones de Bühler, en las que ante una pequeña diferencia de edad primaba la mimesis o la agresividad entre los niños. En *Acerca de la causalidad psíquica* hallamos especificaciones acerca de la función de la *imago* como “salvadora” de un desaliento orgánico que Lacan ubica en un interjuego entre los hechos biológicos de la inmadurez fetal en el nacimiento y los hechos relativos a la madurez precoz de la percep-

ción visual en la especie humana⁵. La identificación con esta imago abrirá en definitiva las posibilidades humanas de objetivación de sí, que separarán el mundo humano de la inmediatez y continuidad que unen al animal con su entorno.

Bajo este proyecto Lacan se encarga, en la sección de *La Familia* dedicada al complejo de intrusión y al estadio del espejo, de señalar una vez más la importancia de la diferencia de edad entre los niños aparejados. Se apropiará aquí de la distinción entre: 1) mimesis o actitudes en las que se verifica una rivalidad inmediata, propias de aquellas situaciones en las que la edad de los niños es similar; y 2) actitudes de prestancia, seducción, alarde y despotismo de un niño frente al otro. Subrayando el primer tipo de actitudes Lacan intentará definir las características puntuales que debe poseer la imago del semejante. Bajo este marco, Lacan señala:

Si se confronta en parejas, sin presencia de un tercero y abandonados a su espontaneidad, niños entre 6 meses y 2 años, se puede comprobar el siguiente hecho: en esos niños aparecen reacciones de diverso tipo en las que parece manifestarse una comunicación. Entre esas reacciones se distingue una en la que es posible reconocer una rivalidad objetivamente definible (Lacan, 1938/2003a, p. 45).

y señala más adelante:

Esta reacción está determinada por una condición hasta tal punto dominante que aparece como unívoca: nos referimos a la de un límite que no puede ser superado en la diferencia de edad entre los sujetos (Lacan, 1938/2003a, p. 46).

Se destaca, más allá de la relevancia que Lacan otorga a la diferencia de edades, el lugar privilegiado que ocupa la mirada en la lectura que Lacan hace de esas observaciones. Si para Bühler el advenimiento del “período de prensión” y “el agarrar” un objeto tercero resultaban determinantes para que los niños pudieran establecer esos primeros contactos sociales — en

tanto se verificaba en ellos ante todo una intrusión “manual” en la esfera vital del otro —, en Lacan la contemplación del otro se constituye en el organizador fundamental de la experiencia.

Este rasgo se verificará incluso cuando Lacan aborde, en la misma sección del texto, la problemática de los celos (en la que obviamente incluye la importancia del objeto que se cela). En su insistente referencia a la escena de celos entre dos hermanos descrita por San Agustín en sus *Confesiones*, Lacan fijará nuevamente su interés en la mirada que el niño mayor lanza a su hermano.

Niños Bühlerianos, Niños Kojévianos

Despotismo y subordinación serán en Bühler un tópico de cierta importancia en sus observaciones, aunque no agotarán en medida alguna las distintas actitudes que podemos señalar entre los niños. En definitiva, no interesarán tanto a Lacan las observaciones de Bühler que incluían también actitudes de colaboración y juego compartido entre los niños. Las “formas” del despotismo, que Bühler encuentra por ejemplo en la sonrisa *triumfal* del niño déspota al quedarse con el objeto (que, recordemos, Bühler consideraba fundamental para el establecimiento de un contacto que de otro modo parecía siempre amenazado por el desinterés mutuo) o en la mirada huidiza del niño subordinado hacia el adulto que observa la situación (Bühler, 1927, p. 87) son mencionadas por Lacan también en el texto de 1938, y veremos su reaparición en los escritos de fines de 1940. Señalamos ya el modo en que la misma Bühler encontraba este tipo de actitudes en los casos en que la diferencia de edad era mayor. A pesar de que Lacan toma una vez más en este caso las descripciones de Bühler, incluida la importancia de la diferencia de edad, no hallamos en la obra de la psicóloga alemana ninguno de los elementos que Lacan emplea para leer el material de la observación:

Aunque en ella figuren dos compañeros, la relación que caracteriza a cada uno considerada por separado no es, como la observación lo demuestra, un conflicto entre dos individuos sino un conflicto en cada sujeto, entre dos actitudes contrapuestas y complementarias. Por otra parte, esta partición bipolar es constitutiva de la situación misma (Lacan, 1938/2003a, p. 46).

⁵ Hemos señalado la relevancia de los aportes de la etología para la definición que Lacan dará a la “causalidad psíquica” (Corniglio, 2013) La psicología animal, en este punto, será un terreno absolutamente legítimo para la exploración de los efectos psíquicos del modo imaginario (Lanteri-Laura, 1994).

Y luego de algunos ejemplos destaca: “Por último, el niño que goza del dominio que ejerce y aquél que se complace en someterse a él: ¿Cuál de los dos es el más sojuzgado?” (Lacan, 1938/2003a, p. 47).

No interesan a Lacan las lecturas que Bühler da de estos fenómenos que, por otro lado, son siempre expuestos por ella con un halo de prudencia: fenómenos que permanecen hoy en día incomprensibles, fenómenos que encontramos también en investigaciones sobre animales en las que luego de un período de indiferencia entre los congéneres se da un ingreso en un orden de rangos o, a lo sumo, fenómenos en los que los niños no se perciben a sí mismos individualmente (Bühler, 1933).⁶

Para Lacan se tratará del esbozo de un primer ingreso al orden humano, que se dará a través de la operatoria de la *imago*. Aunque encontremos también este mismo “poder formativo” de la imagen en el mundo animal, en este caso la *imago* dará origen tanto a esa “formación pasional” y objetivada del yo como a un deseo que se particulariza, en principio, como deseo del objeto de deseo del otro.

Será en la tesis IV de “La agresividad en psicoanálisis” (1948), diez años después de esas primeras menciones, donde veremos aparecer la versión más depurada de este planteo en el marco de los escritos de fines de 1940. Los dos tiempos, el tiempo de la captación por la *imago* y el tiempo de las actitudes de despotismo serán expuestos con claridad como los estadios de una identificación objetivante que se ubicaría en la génesis mental del hombre (Lacan, 1948, p. 105). Vemos aquí esa promoción de la teoría de la *imago* tan propia de estos escritos encontrar otra de sus formas, en contraste con una posible captación empática del otro por vía de una *Einfühlung* que Lacan señala como ausente “de todas las maneras en la primera infancia” (Lacan, 1948, p. 105).

Añade en este punto otra mención a las reacciones de prestancia y ostentación que muestran los niños bühlerianos:

[...] es en una identificación con el otro como vive toda la gama de las reacciones de prestancia y ostentación, de las que sus conductas revelan con evidencia la ambivalencia estructural, esclavo identificado con el déspota, actor con el espectador, seducido con el seductor. (Lacan, 1948/2003c, p. 106).

⁶ Bühler no aventura ninguna explicación de este último hecho (Bühler, 1933).

El niño déspota (y que podría ejercer su despotismo en soledad, en tanto se halla identificado con el subordinado) parece ser ya aquí un niño kojéviano, que encuentra su deseo enajenado en el objeto del deseo del otro. Lacan agrega:

Esta forma se cristalizará en efecto en la tensión conflictual interna al sujeto, que determina el despertar de su deseo por el objeto del deseo del otro [...] de ella nace la tríada del prójimo, del yo y del objeto... (Lacan, 1948/2003c, p.106).

De este modo, Lacan formulará los primeros modos de emergencia de un objeto socializado. La contracción de un *pacto* extraerá finalmente al niño del universo de la agresividad.

¿Pero no vemos también, en los gestos de alarde, de seducción o despotismo del niño subrayados en tantos pasajes por Lacan, o bien en los gestos de un despotismo “elegante” elementos que resultaban de interés para Lacan antes de su encuentro con el Hegel de Kojève? En este punto, nos preguntamos en qué medida esos niños que llaman la atención de Lacan no traen consigo elementos de la novela de Aimée y del intrigante refinamiento de su amiga al que nos referimos en nuestro primer apartado.

¿Transitivismo?

“Acerca de la causalidad psíquica” y “La agresividad en psicoanálisis” introducen un hecho clínico puntual, que no aparece señalado en las fuentes anteriores. Nos referimos al fenómeno propiamente transitivista: “El niño que pega dice haber sido pegado, el que ve caer llora” (Lacan, 1948/2003c, pp. 105-106).

En muchas ocasiones el término será empleado por Lacan en un sentido amplio, que abarcará también los fenómenos previamente mencionados de la captación por la imagen del otro y de las actitudes de alarde, seducción y despotismo de un niño frente a otro.

Encontramos ejemplos de este “transitivismo normal” en “Acerca de la causalidad psíquica” (1946). Al referirse a la “reacción” transitivista Lacan afirma:

Se la comprueba, en efecto, como si dominara de manera significativa la fase primordial en la que el niño toma conciencia de su individuo, al que su lenguaje traduce

ce, como sabéis, en tercera persona antes de hacerlo en primera. Charlotte Bühler, por no citar más que a ella, observando el comportamiento del niño con su compañero de juego ha reconocido ese transiti- vismo en la forma asombrosa de una verdadera captación por la imagen del otro. (Lacan, 1946/2003b, pp. 170-171).

Para pasar luego a la mención de aquellas experiencias en las que el niño que pega atribuye el golpe al niño que fue pegado, y prácticamente a la exalta- ción de las experiencias de Bühler, que habría com- prendido toda la serie de estos fenómenos “en la serie que va desde los celos hasta las formas primeras de la simpatía” (Lacan, 1946/2003b, p. 171).

Por otro lado, Lacan hace una segunda mención bibliográfica a la obra de Bühler (la primera se halla- ba en *La Familia*) y añade también una referencia a *Die Persönlichkeit des dreijährigen Kindes* (1926) (La personalidad del niño de tres años) de Elsa Köhler, discípula de Bühler en Viena.

El arco de fenómenos a los que Lacan se refería desde 1938 será colocado en bajo la órbita de esta noción de transiti vismo⁷. Ahora bien, no encontra- mos en Bühler ni el uso ni la mención de ese térmi- no, como tampoco encontramos ejemplos de tales observaciones en sus obras. En cambio, se constata que los ejemplos pertenecen a la obra de Köhler — discípula de Bühler en el Instituto Psicológico de Viena — de 1926, que por otro lado recibe esta úni- ca mención en los textos de Lacan (Jalley, 1998). Recordemos que la obra de Köhler se hallaba dedi- cada al estudio no ya del comportamiento del *infans* sino de la personalidad del niño de tres años. A su vez, tampoco hallamos en Bühler un tratamiento de la temática de los celos y de la simpatía como tales. Aunque encontremos en sus observaciones el señala- miento de actitudes de ese orden, Bühler se referirá puntualmente a la agresividad, al despotismo, a cier- tas actitudes de colaboración entre los niños, pero no tematizará la problemática de los celos y la sim- patía en dichos términos. Hemos subrayado además el modo en que Bühler mostrará mantenerse ape- gada al valor mismo de las observaciones, recono-

ciendo su propia dificultad para enmarcarlas en un proyecto teórico y conceptual más amplio (Bühler, 1931/1959, p. 3). Sólo en una obra posterior a la citada por Lacan ensayará un planteo conceptual acerca de cómo pensar el desarrollo del niño y sus fases, que tampoco nos acerca a las nociones trabaja- das por Lacan (Bühler, 1931/1959).

Parece ser Wallon quien recibe esta noción desde el terreno de la psiquiatría. Se ha señalado más arriba la procedencia psiquiátrica de este concepto, acuñado por Wernicke y utilizado habitualmente por la psiquia- tría francesa de las primeras décadas del siglo (Jalley, 1998). Será también Wallon quien trate la temática de los celos y la simpatía como fenómenos “bisagra” entre un “sincretismo indiferenciado” y un “sincretismo dife- renciado” en el que el niño puede ya percibirse como una unidad relativamente autónoma respecto de su en- torno (Wallon, 1934/1964, pp. 202-217).

Recrudece de este modo el interrogante acerca de si Lacan leyó efectivamente a Bühler, o si más bien recibió sus observaciones a través de Wallon. Hemos señalado en nuestra indagación varios he- chos que suscitan esta última hipótesis. Cabe pre- guntarse si es un interrogante relevante, dado que Wallon refiere fielmente esas observaciones. En todo caso, el interrogante señala la necesidad de un es- tudio de las referencias de Lacan a Wallon, de las relaciones entre los desarrollos de ambos autores, y del hecho de por qué no lo cita al referirse a nociones trabajadas en su obra.

En este punto, por ejemplo, Jalley sugiere que posiblemente sean las obras de Wallon la única fuen- te que Lacan utiliza para el acceso a estas observa- ciones. No obstante, un mínimo detalle escapa a esa hipótesis. En “La agresividad en psicoanálisis” La- can cita la obra de “una Charlotte Bühler, una Elsa Köhler y la Escuela de Chicago a su zaga...” (Lacan, 1948/2003c, p. 104). Jalley admite no haber encon- trado a qué se refiere Lacan con la mención de dicha escuela, que sostenemos se refiera posiblemente a los desarrollos de Georges Mead y su escuela de socio- logía. Dado que esta referencia no se halla incluida en la producción de Wallon resulta evidente que el mapa de referencias de Lacan posiblemente excedie- ra el material citado por Wallon, quedando minada así la intención de reducirlas a una simple reproduc- ción de las referencias wallonianas.

Recordemos, por otro lado, que encontramos citados simultáneamente a Wallon y a Bühler en aquella primera presentación ante la SPP de 1936.

⁷ En la cita puede observarse también que el desplazamiento hacia la noción de transiti vismo se acompaña de la mención de un primer juego gramatical en los orígenes del yo: el niño se enuncia en tercera persona en vez de hacerlo en primera.

Encontramos en ella, en todo caso, la obra de Bühler citada como fuente de observaciones que llegarán a ser sumamente relevantes en cuanto se hallarán ligadas a las características de la *imago* del semejante planteadas en 1938. En definitiva, mostrarán tanto aquellas condiciones en las que esta *imago* opera, como aquellas en las que deja de operar — para dar lugar a otra serie de fenómenos. La mención de Wallon, en cambio, aparecerá referida al marco conceptual más amplio de la observación, es decir, a la indiferenciación propia de la situación de captación especular. Finalmente, será la “identificación” (noción ya propia del vocabulario psicoanalítico) la que Lacan utilice para leer ese “sincretismo indiferenciado”.

Conclusiones

A fin de no extraviarnos en los distintos modos de abordaje que las fuentes recorridas hasta aquí podrían encontrar, parece importante retomar las preguntas que formulamos como guía para nuestra indagación: ¿Qué figuras del niño interesaron a Lacan en los primeros años de su obra? ¿De qué modo se apropió Lacan de las referencias a la psicología del desarrollo? ¿Qué elementos nos sirven para trazar el boceto de un primer “niño lacaniano”?

En primer lugar, señalamos la relevancia dada por Lacan a las observaciones de Bühler referentes a la diferencia de edad como determinante del tipo de reacciones entre los niños. En este punto, una teoría que ubicaba en la identificación con la *imago* del semejante un jalón psíquico fundamental para una relectura de la noción freudiana de narcisismo, parecía encontrar en las investigaciones de Bühler una serie de observaciones sugestivas acerca de sus hipótesis y un material psicológico probatorio. Parece ser éste el estatuto fundamental que asumen para Lacan esas investigaciones: serán datos observacionales, materiales en los que — en el límite — sólo una lectura psicoanalítica podrá reintegrar la relación subjetiva (Lacan, 1948/2003c, p. 104). La observación psicológica parece ser así tomada como puro registro, en este caso, de los primeros modos de relación social entre los niños. Subrayamos sin embargo que en cualquier caso se trata de referencias múltiples a la psicología, y a una psicología afín a los intereses de Lacan por la *Gestalttheorie* y la fenomenología, que lo colocaba en las antípodas de cierta tradición asociacionista de la psicología francesa.

Por otro lado, intentamos señalar cómo la figura bühleriana del despotismo resultaba leída bajo una lente kojéviana que reemplazaba el “niño subordinado” de Bühler por el “esclavo”, y la sonrisa triunfal del “niño déspota” por aquella del Amo. En este caso, Lacan llega a atribuir a la observación misma — en lo que parece ser un giro retórico — elementos que se hallaban completamente ausentes del abordaje propuesto por Bühler. Mencionamos además el modo en el que, a diferencia de la experiencia del reconocimiento en el espejo, las observaciones de Bühler podían servir para poner en escena de un modo más patente la dinámica peculiar introducida por el objeto en la relación entre el yo y su semejante.

Respecto del interés que suscita en Lacan esta figura del despotismo señalamos también una fuente previa a los cursos acerca de la dialéctica del Amo y el esclavo que tomaría con Kojève. Parece abrirse así una vía de indagación que, en tanto el objetivo consiste en trazar los posibles “perfiles” de una figura lacaniana del niño, nos conduce a sus primeros trabajos psiquiátricos con adultos, a partir en este caso de los rasgos de los personajes de dicha clínica. Otro elemento que nos conduce en esa dirección, es el de los orígenes psiquiátricos de la noción de transítivismo: ¿Cómo acercarse a esa noción tan característica de las formulaciones lacanianas acerca del niño sin indagar esas primeras fuentes?

Por otra parte, señalamos en la atribución que Lacan hace a Bühler de la noción de transítivismo la necesidad de abrir una vía de exploración que contemple el uso de las citas, en tanto observamos que era Wallon el autor que aplicaba dicha noción a ciertos hechos de la psicología infantil, y en tanto que las observaciones mencionadas no pertenecían a Bühler sino a una de sus discípulas.

Señalamos ya la “fidelidad” del texto walloniano a las experiencias de Bühler que, como mencionamos arriba, parecían ser tomadas por Lacan en gran medida como puro dato observacional. En su exposición de 1936, hallábamos a Bühler citada *junto* a Wallon: ¿Cuál era el valor relativo de esas referencias? Al parecer, la mención de la psicóloga alemana remitía más bien a un sugestivo dato observacional (en el que, es necesario subrayarlo, la edad de los niños no importa en términos absolutos), mientras que la referencia a Wallon implicaba la apropiación más clara de cierto ordenamiento conceptual.

Podemos hacer también un breve señalamiento acerca de qué es lo que el primer espejo de refe-

rencias empleado por Lacan no refleja de las fuentes de la psicología del desarrollo a las que acude. En este punto, señalamos cómo Lacan descarta en cierta medida de las observaciones de Bühler el universo motriz del niño (aquel universo que habilitaba, según Bühler, la intrusión del niño en el espacio vital del otro): el “niño lacaniano” no será precisamente un niño “psicomotriz”, sino que se perfilará privilegiadamente como un niño que mira y es mirado⁸. En este punto, no interesará tanto a Lacan el modo en que Bühler ubica el período de prensión (en cuanto desarrollo motriz) como puntapié inicial para los contactos sociales entre niños, sino la manera en que dichos contactos (el intento de arrebatamiento de un objeto al tener ambos niños el mismo objeto, por ejemplo) podían dar cuenta, como se señaló, del despertar del deseo a través del deseo del otro.

Por último, no encontramos sino una referencia mínima de Lacan a las investigaciones de Bühler acerca de las primerísimas respuestas sociales humanas, que son también citadas por Wallon en su texto de 1934: las primeras sonrisas ante la voz humana y ante el rostro (fundamentalmente el de sus cuidadores), que en sus observaciones de 24 horas la psicóloga se había encargado de ubicar temporalmente. Un señalamiento de Winnicott será el que lo lleve años después a rescatar el rostro de la madre como primer espejo para los gestos del niño. En suma, Lacan parece apropiarse de las experiencias de Bühler en tanto le ofrecen un terreno privilegiado para el abordaje de las relaciones entre el yo y su semejante.

Referencias

- Allouch, J. (1994). Sobre el primerísimo viraje doctrinal de Jacques Lacan en el que también rompe con el discurso psiquiátrico más avanzado. *Litoral*, 16, 7-23.
- Ash, M., & Söllner, A. (1996). *Forced Migration and Cientific Change: Emigré German-speaking Scientist and Scholars after 1933*. London: Cambridge University Press.
- Ash, M., & Woodward, W. (1987). *Psychology in Twentieth Century. Thought and Society*. New York: Cambridge University Press.
- Bühler, C. (1927). *Soziologische und Psychologische Studien über das erste Lebensjahr*. Viena: Gustav Fischer.
- Bühler, C. (1933). *The social behavior of children*. A.P.R.: New York.
- Bühler, K. (1934). *El desarrollo espiritual del niño*. Madrid: Espasa-Calpe. (Original publicado em 1917).
- Bühler, C. (1959). *Infancia y juventud*. Buenos Aires: Espasa-Calpe. (Original publicado em 1931).
- Bühler, C. (1960). *El desarrollo psicológico del niño*. Buenos Aires: Losada.
- Corniglio, F. (2013) Dos referencias de Lacan a J. von Uexküll. *Perspectivas en Psicología*, 10 (4), 48-55.
- Danziger, K. (1980). The history of introspection reconsidered. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 241-262.
- Dreyfuss, J.-P. (1987). SIR, une ouverture que rien ne laissait prévoir. *Litoral*, 22, 11-23.
- Guillerault, G. (2005). *Dolto, Lacan y el estadio del espejo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Hacohen, M. (2000) *Karl Popper, the formative years, 1902-1945. Politics and Philosophy in interwar Vienna*. New York: Cambridge University Press.
- Jalley, E. (1998). *Freud, Wallon, Lacan: L'enfant au miroir*. París: EPEL.
- Lacan, J. (1975). *De la psicosis paranoica en sus relaciones con la personalidad*. México: Paidós. (Original publicado em 1932).
- Lacan, J. (2003a). *La Familia*. Buenos Aires: Editorial Argonauta. (Original publicado em 1938).
- Lacan, J. (2003b). Acerca de la causalidad psíquica. In J. Lacan, *Escritos I* (pp. 143-183). Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1946).
- Lacan, J. (2003c). La agresividad en psicoanálisis. In J. Lacan, *Escritos I* (pp. 94-116). Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1948).
- Lacan, J. (2003d) El estadio del espejo como formador de la función del yo [je] tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In J. Lacan, *Escritos I* (pp. 86-93). Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1949).
- Lacan (2003e) *Escritos I*. Buenos Aires: Paidós.
- Lanteri-Laura, G. (1994). Proceso y psicogénesis en la obra de J. Lacan. *Litoral*, 16, 25-44.
- Lucile, M. (1928). Psychologische und Soziologische Studien über das erste Lebensjahr. *Psychological Bulletin*, 25(2), 113-114.
- Merleau-Ponty, M. (1997). *Parcours 1935 – 1957*. Paris: Verdier. (Original publicado em 1951).

⁸ Respecto del marco conceptual más amplio, ese espejo tampoco reflejará elementos evolucionistas que encontramos presentes en Bühler en virtud de su interés acerca del ingreso del niño en un universo de jerarquías sociales (Bühler, 1933).

- Minkowski, E. (1929). Jalousie pathologique sur un fond d'automatisme mental. *Annales Médico-Psychologiques*, 2, 24-47.
- Ohayon, A. (1999). *L'impossible rencontre. Psychologie et psychanalyse en France (1919-1969)*. Paris: La Découverte.
- Piéron, H. et al. (1924). Zur Sozialpsychologie der Vögel. *L'Année psychologique*, 25(25), 311-313.
- Roudinesco, E. (2000). *Lacan*. México: Centro de Cultura Económica.
- Schjelderup-Ebbe, T. (1924). Instinctive Behaviour and Reactions of Peacocks, Turkeys, and Domestic Hens. *Scandinavian Science Review*, 3(2), 108-116.
- Wallon, H. (1960). Comment se développe chez l'enfant la notion du corps propre. *Enfance*, 16, 121-150. (Original publicado em 1931).
- Wallon, H. (1964). *Los orígenes del carácter en el niño*. Buenos Aires: Lautaro. (Original publicado em 1934).
- Wernicke, C. (1900). *Grundriss der Psychiatrie in klinischen Vorlesungen*. Leipzig: Thieme.
- Woodward, W. (2012). Charlotte Bühler: Scientific Entrepreneur in Developmental, Clinical, and Humanistic Psychology. In W. E. Pickren, D. A. Dewsbury & M. Wertheimer (Eds.), *Portraits of Pioneers in Developmental Psychology*. New York: Psychology Press.

Dirección institucional:

Federico Corniglio
Gral. Juan Lavalle 2353 (C1052AAA)
Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina
E-mail: fcorniglio@gmail.com

Recebido em 31/07/2013

Revisto em 14/01/2014

Aceito em 19/01/2014

El Pensamiento de Moisés Bertoni sobre el Origen y la Psicología de los Indígenas Guaraníes

The Thought of Moisés Bertoni on the Origin and Psychology of the Guarani Natives

José E. García¹

Resumen

El naturalista suizo Moisés Bertoni arribó al Paraguay en 1888 buscando cumplir algunos sueños de juventud y dedicarse a la investigación científica. Demostró interés en la investigación antropológica de las etnias americanas, especialmente los guaraníes, proponiendo teorías sobre el origen biológico y las características de su cultura, moral, religión y Psicología. Bertoni fue el primero en ocuparse de la psicología de los guaraníes aunque la exactitud y vigencia de sus ideas, así como su relevancia histórica, no fueron seriamente evaluadas. Este artículo persigue ese objetivo, ubicando las ideas de Bertoni en su contexto histórico y examinando la importancia de las mismas para la Psicología. La investigación es cualitativa y documental, con un examen de fuentes primarias y secundarias.

Palabras clave: Moisés Bertoni; psicología de los guaraníes; psicología cultural; Paraguay; historia de la psicología.

Abstract

The Swiss naturalist Moses Bertoni arrived to Paraguay in 1888 looking to fulfill some youth dreams and devote his efforts to scientific research. He demonstrated interest in the anthropological study of the American ethnic groups, especially the Guarani people, proposing theories on their biological origin and the characteristics of their culture, morality, religion, and Psychology. Bertoni was the first to deal with the psychology of the Guarani although the accuracy and validity of its ideas, as well as its historical relevance, were not seriously evaluated. This article pursues that goal, putting Bertoni's ideas in its historical context and examining their importance for Psychology. The research is qualitative and documentary, with a review of primary and secondary sources.

Keywords: Moisés Bertoni; psychology of the Guarani; cultural psychology; Paraguay; history of psychology.

¹Universidad Católica (Asunción), Paraguay

El nombre del naturalista suizo Moisés Santiago Bertoni (1857–1929) se halla unido a la investigación histórica sobre la psicología paraguaya en un grupo de artículos donde se menciona la especial relación que tuvo ese autor con el estudio de las características psicológicas de los guaraníes, antiguos habitantes autóctonos del Paraguay y las regiones vecinas de América del Sur (García, 2003, 2004, 2005, 2009, 2013b). Estos escritos, sin embargo, se encuentran más centrados en otras temáticas de mayor amplitud y solo hacen alusión a las ideas de Bertoni en términos generales, sin realizar en ellos ninguna profundización sobre las cuestiones tratadas por el autor y sin pretender una evaluación crítica sobre los potenciales aportes o inexactitudes que pudo contener su trabajo. El estudio sistemático de esta obra, sin embargo, es relevante para la Psicología al menos por un par de razones importantes: 1) Por una parte, la investigación que impulsó ese gran observador de la naturaleza que fue Bertoni es un esfuerzo precursor para vislumbrar el difícil y elusivo interrogante que plantea si la diversidad de las razas y grupos humanos o la

variedad de la cultura dentro de la que estos habitan posee la fuerza o el potencial de causar diferencias identificables al nivel de las variables psicológicas básicas en los individuos. 2) Por otra parte, establece la necesidad y la posibilidad de organizar este estudio en referencia a procesos y productos estrictamente psicológicos y de manera más específica sobre una amplia variedad de factores cognitivos, emocionales o comportamentales con relativa independencia de la dimensión puramente antropológica o lingüística y sin difuminarse por completo en ellas. Un tópico que ha estado presente con una relativa mayor frecuencia en las publicaciones que constituyen la historiografía de la psicología paraguaya es el *carácter* o la *identidad* nacional, sobre el cual algunos autores, y de manera particular el escritor Manuel Domínguez (1869–1935), han sido estudiados en publicaciones previas (García, 2012; 2013a; 2014 en prensa). Pero en todos ellos cuanto se analiza es la realidad que puede circunscribirse al hombre paraguayo, el que puebla la geografía actual de la nación y forma su cultura y además es el resultado final del mestizaje acumulado en los tres primeros siglos de

la era colonial. Pero las teorías o suposiciones que hayan surgido sobre los habitantes autóctonos del país y en especial las singularidades de su psicología permanecen todavía mayormente inexploradas.

Con frecuencia los pueblos autóctonos fueron víctimas de la explotación y la marginación, cuyos indicios más claros constituyen la institución de la *encomienda* practicada durante la época colonial o algunas leyes como las promulgadas durante el gobierno de Don Carlos Antonio López, entre 1842 y 1862, que limitaron severamente la capacidad de ser propietarios de sus tierras ancestrales (Pastore, 1972). El racismo de la sociedad paraguaya tampoco les resultó desconocido. Por más de un siglo, quienes han estudiado con mayor asiduidad a los guaraníes en el Paraguay fueron los antropólogos, tanto los de vocación como los de profesión. En las décadas precedentes existieron importantes representantes para esta área de estudio como León Cadogan (1899–1973), Miguel Chase-Sardi (1924–2001) y Branislava Susnik (1920–1996), a los que pueden agregarse otros que continúan produciendo libros y artículos en el tiempo actual, entre quienes destacan el jesuita Bartomeu Meliá (1932–) y el salesiano José Zanardini (1942–). Habiendo todos ellos trabajado con posterioridad a la época en que Bertoni escribió sus textos, muchos se constituyeron en críticos de distintos aspectos en la obra de aquél, sobre todo en la faceta antropológica, ya que las investigaciones que realizó en el área agrícola continúan cosechando elogios varios. Pero a comienzos del siglo la personalidad de Bertoni sobresalía nítidamente en los medios académicos de Asunción y era convocado con regularidad para dictar charlas y conferencias en distintos lugares. Algunas de sus publicaciones principales guardan una relación estrecha con esas actividades. Los escritos que habrán de interesarnos en las páginas que siguen fueron desarrollados en las aulas de una conocida y tradicional institución educativa de este país (Viola, 1977), el Colegio Nacional de Asunción, en tres conferencias dictadas a sus estudiantes en 1913. En vista de lo cual, el propósito general para este artículo consiste en examinar las ideas de Moisés Bertoni concernientes al origen biológico y antropológico de los guaraníes del Paraguay y regiones vecinas, al tiempo de evaluar de manera crítica las ideas que sostuvo respecto a las singularidades psicológicas de estos antiguos habitantes del continente americano. La metodología corresponde a una revisión de las fuentes publicadas, tanto primarias como secundarias, haciendo mayor hincapié sobre las primeras.

Cuando resulte pertinente para una clarificación del contexto de las ideas, habrá de considerarse la compilación epistolar de Bertoni. No se formularán hipótesis, por lo que la investigación es cualitativa y documental (Hernández Sampieri, Fernández Collado & Baptista Lucio, 2006). En general, el tema es denso y complejo e involucra numerosos aspectos y variables, por lo que para comprender en mejor manera el contexto en que afloraron las ideas que comentaremos será útil revisar, en primer lugar, las principales teorías del autor sobre el origen y diversificación del hombre americano y que forman el sustento principal para su concepción sobre las poblaciones primigenias del Paraguay.

El Hombre Americano Primitivo

Desde muy temprana edad Bertoni se interesó en el estudio de las ciencias naturales, convirtiéndose en la inclinación preponderante de su vida. En los años de juventud comulgó con los ideales anarquistas y fue en parte esta influencia intelectual lo que impulsó su aventura a América para fundar una colonia socialista en esta parte del mundo, acompañado de toda su familia. El primer destino fue la Argentina, hacia donde partieron en 1884, y luego el Paraguay, en 1888. Aquí fundó la Escuela Nacional de Agricultura en 1896, de la que fue director por varios años. Estableció Puerto Bertoni en la boscosa ribera del Río Paraná. Ese fue su hogar y centro de operaciones. Desde allí impulsó la investigación agrícola, de la flora, de la fauna y las etnias aborígenes (Baratti & Candolfi, 1999). Las ideas singulares que cultivó Bertoni sobre los habitantes primigenios del Paraguay se encuentran diseminadas en varios escritos diferentes, algunos de pequeño y otros de mayor porte, aunque principalmente en un par de libros que serán la base principal para nuestro análisis. Estas obras son el *Resumen de prehistoria y protohistoria de los pueblos guaraníes* (Bertoni, 1914) y el segundo volumen de *La civilización guaraní*, que llevaba el subtítulo de *Religión y Moral. La religión guaraní. La moral guaraní. Psicología*. Esta obra salió editada en forma póstuma (Bertoni, 1956). El *Resumen de prehistoria y protohistoria de los pueblos guaraníes* (Bertoni, 1914) constituye una presentación densa, con casi ninguna referencia bibliográfica de apoyo y donde a lo largo de sus ciento sesenta y cuatro páginas el autor procede a un repaso de la geografía física, los aspectos antropológicos y las peculiaridades sociales y psicológicas de los aborígenes guaraníes. Las diez primeras páginas que corresponden a la primera

de las conferencias incluidas en el texto describen de forma reseñada la naturaleza geológica del Paraguay y las formaciones rocosas más sobresalientes del continente en general. En ese punto Bertoni (1914) se excusa con modestia de no ser un experto en la materia de su discusión aunque por lo expuesto en el libro queda bien demostrado que poseía un conocimiento sobre estos asuntos que se encontraba, sin necesidad de mucha discusión, más allá de las posibilidades del común de las personas en su época.

El concepto que se tenga sobre el proceso de la evolución humana es otro punto cardinal. Bertoni, en cuanto a su visión sobre el origen del hombre, se inclinaba por la tesis de que la aparición de los primeros homínidos habría tenido lugar durante lo que, a comienzos del siglo XX, todavía era ampliamente aceptado como el *período terciario*. Como una probable evidencia en favor de las suposiciones sobre el origen del hombre durante este periodo menciona al — por entonces — reciente descubrimiento del *pithecanthropus erectus* realizado por el médico holandés Eugène Dubois (1858–1940) (Gundling, 2005). Al formular su teoría sobre la aparición de humanos en el continente americano, Bertoni no establece una fecha precisa y tampoco intenta dar respuesta al problema de la unicidad o multiplicidad en su clasificación como especie. Reconocía básicamente tres grupos de humanos. El primero y de mayor primitivismo era el tipo *dolicocéfalo* o de cabeza alargada, que Bertoni (1914) suponía presente en la geografía americana ya desde las épocas más arcaicas. Para él constituyó un grupo humano inferior, de talle bajo, y con el cráneo y la cara ligeramente alargados. Habrían existido tres o cuatro razas en este período, con diferencias en aspectos puntuales como la inteligencia. Su origen habría coincidido con la última glaciación en el norte. Por lo tanto la antigüedad sería de unos diez mil años. Bertoni (1914) pensaba que provenían del continente antártico y arribaron en una época remota, cuando este se hallaba unido a la Patagonia por unas prolongaciones de tierra firme que les permitieron el cruce. Sin embargo, hoy sabemos que la Antártida quedó como un continente separado hace unos sesenta y cinco millones de años (Long & Bowden, 2001), de manera que la eventualidad de un cruce por una hipotética franja de tierra firme entrando desde el sur en los milenios recientes resulta implausible. Siempre según Bertoni (1914), en un segundo momento aparece un tipo de homínido con características mongoloides. Esta variedad biológica,

de evidente aspecto asiático, es un emigrado hacia tierras sudamericanas. Desde luego, hoy se acepta de manera corriente que los primeros habitantes de América llegaron cruzando el istmo de Bering — convertido hoy en un estrecho de traicioneras aguas — hace unos veinte o veinticinco mil años (Madsen, 2004). Estos serían los antecesores de los indígenas *guaraníes* y *caraibes* (Bertoni, 1914). Las demás poblaciones provendrían de los humanos *dolicocéfalos* de origen antártico. Podría pensarse que esta diferencia entre acceder desde el sur al norte o moverse desde el norte hacia el sur como se piensa ahora podría ser un elemento que anule por completo las suposiciones de Bertoni y la trayectoria migratoria de los antiguos sudamericanos. Pero no tiene que ser así necesariamente.

Bertoni (1914) también apoyó la idea que algunas llegadas inmigratorias se hubieran dirigido desde la Polinesia hacia algunos puntos de América como la costa de Chile. Allí existen poblaciones aborígenes como los araucanos que muestran notables similitudes físicas con los polinesios, que fueron extraordinarios navegantes (Calder, Lamb & Orr, 1999; Couper, 2009). Pero el punto más controversial de la teoría sobre los orígenes del hombre americano radica en su convencida aseveración sobre la existencia de un continente perdido, hundido, por donde los antiguos peregrinantes del Asia habrían avanzado primero, antes de ubicar su cabecera de playa en América. No es que Bertoni desechara la posibilidad que algunos intrépidos hubieran ingresado desafiando las peligrosas corrientes de Bering y el frío extremo que azotaba el norte. Pero fueron pocos, su peso relativo en la genealogía americana habrá sido mínimo. La migración mayoritaria debió haber tomado su curso por una ruta más benigna, la de un presunto archipiélago en el Océano Pacífico sobre el que especuló Bertoni y al que denominó *Arquinesia*. Como puede sospecharse, no acercó evidencia geológica para este aserto. Se asume entonces que en el territorio de las Américas hubo numerosas oleadas de inmigración desde variados puntos y en muchas etapas, tanto durante la época cuaternaria como también en el tiempo moderno. Bertoni (1914), sin embargo, agregó un elemento singularmente controversial en su explicación al postular la existencia de la Atlántida, situada en algún punto entre América y África, y además otorgarle un lugar en la evolución de las razas americanas, junto a la *Arquinesia*. En la actualidad esta creencia se considera pseudocientífica (Stiebing Jr., 1984) y lo mismo ocurría en vida de Bertoni, como él mismo reconoció (Bertoni, 1914).

Pero esto no debilitó su convicción. Uno de los puntos de apoyo era que algunos pueblos de las Antillas o de Centroamérica mantienen tradiciones orales de visitantes blancos procedentes del Océano Pacífico. Estos serían oriundos de un continente hace mucho tiempo desaparecido. Otras historias como las de los egipcios que hablaron de la Atlántida y la relación geográfica que esta habría tenido con su reino, los escritos de Platón como *La República* (Platón, 1980) y otros semejantes eran tomados muy en serio por Bertoni. Creía que el contacto con los atlantes y los habitantes de este continente se produjo con las comunidades indígenas de América del Norte, lo que habría instalado en sus fenotipos los rasgos semíticos y de la raza blanca que aquéllos poseen y están ausentes en los habitantes del sur. Pese a su inquietante falta de evidencia convincente, la leyenda de la Atlántida completa el cuadro integrado por:

- a) los primeros humanos *dolicocéfalos* que arribaron desde la Antártida
- b) los del tronco asiático o mongol que llegaron por la *Arquimesia* más cálida o por el helado norte
- c) los navegantes polinesios que atracan en la costa chilena
- d) los atlantes que dieron origen a las poblaciones de América del Norte (Bertoni, 1914)

Tal la antropología que diseñó este autor. Sobre esta base, y en conexión directa con ella, se apoya la psicología de los guaraníes.

La Moral y la Psicología

Cuando Bertoni dejó de existir en 1929, solo dos de los tres volúmenes de la masiva obra sobre la *civilización guaraní* habían sido entregados a la imprenta: el primero, que versaba sobre los aspectos etnológicos, el origen, extensión y cultura (Bertoni, 1922) y el tercero, que estaba focalizado sobre la etnografía, la higiene y la medicina (Bertoni, 1927). Estos dos tomos los había publicado el mismo autor en su imprenta *Ex Sylvis*, instalada por él en medio de la densa espesura que forman los bosques del Alto Paraná, lugar donde, como antes se ha mencionado, edificó su casa para estudiar desde allí la naturaleza del Paraguay y adonde sólo podía llegarse en esa época por agua, subiendo la corriente del Río Paraná. Lo que había estado planificado para constituir la segunda parte de la trilogía quedó inconclusa y sin alcanzar una edición en su momento. Pero en

julio de 1954 la Sociedad Científica del Paraguay emprende la tarea de revisión del texto original así como de las notas manuscritas inéditas que el autor había agregado al cuerpo general de la obra para, con el rigor de las correcciones de estilo, emprender la publicación final de la segunda parte (Bertoni, 1956). El motivo real para esta demora en dar a conocer el segundo segmento del libro se debía, con la mayor probabilidad, a las estrecheces económicas de Bertoni durante la década de 1920 y a la reticencia de los sucesivos gobiernos paraguayos para brindarle el apoyo que solicitaba en su investigación y publicaciones. Hay numerosos ejemplos de ello en las cartas que escribía Bertoni y que Baratti y Candolfi (1994) se ocuparon en editar. Quien fue prologuista de la obra, Leopoldo A. Benítez, mencionó sin dar muchas precisiones que la tardanza tenía su causa en *razones especiales* (Benítez, 1956) y además en las negativas consecuencias del acoso que representaba la penuria económica por la que el autor atravesaba por aquéllos días. Esta infortunada situación le obligaba a priorizar otras tareas más perentorias para el logro de la manutención de su familia, dejando en suspenso indefinido todo cuanto se relacionara con la edición del libro, pese a su innegable importancia científica y práctica¹.

Las orientaciones filosóficas que se hallan implícitas a la visión de Bertoni, especialmente las que cuentan en su aproximación a los indígenas del Paraguay, fueron descritas como pensamientos congruentes con las líneas maestras que trazaron el positivismo y el evolucionismo vigentes a finales del siglo XIX y comienzos del XX, al menos en la opinión de un indigenista como Melià (2011). A decir verdad, sobre la adhesión de Bertoni a los preceptos del evolucionismo no hay mucho que discutir, en especial luego de consideradas sus teorías sobre el origen del hombre americano, en las que una visión de este tipo se encuentra claramente presente. Sin embargo, una advertencia que aparece al inicio de la segunda

¹ Los reproches son especialmente amargos con respecto a algunos gobernantes como Eusebio Ayala (1875–1942) por ejemplo, que ocupó la presidencia paraguaya por primera vez entre 1921 y 1923. En una carta dirigida a Leopoldo Benítez el 8 de agosto de 1928, menciona: "...Aquí no vamos muy bien, casi bajo ningún concepto, y los más graves problemas se juntan sobre de mi como nubarrones. Hoy no puedo escribirle más. Le mando por este correo el 3º tomo de *Civilización Guaraní*, mercedamente dedicado a mi discípulo preferido y leal amigo. *El 2º tomo (Religión y Moral)*, para 1929, si Dios quiere" (Bertoni, en Baratti & Candolfi, 1994, p. 688, las cursivas son nuestras).

parte del tomo dos de *La civilización guaraní* (Bertoni, 1956) y en que se argumenta, entre otras cosas, sobre la psicología de los aborígenes, deja expuesta con claridad no solo las dudas que motivaron el distanciamiento de Bertoni respecto a esta ciencia sino además la afirmación categórica de que la discordancia se debía a la misma naturaleza experimental que distinguió a la psicología en aquél momento. Los términos usados en esta argumentación no dejan espacio a dudas:

El título de esta obra debió ser “Religión y Psicología” como había pensado; pero, el desastre moderno del concepto de la psicología — hecha ciencia del alma estudiada en laboratorios, por medio de pesas y medidas, y variados dinamómetros — me impiden hacerlo.

Es necesario volver a lo que siempre se entendió por psicología, a la acepción idealista. La acepción materialista alemana es muy distinta — es otra ciencia — fisiología corrida. La fisiología ya no existe para aquéllos. Enorme absurdo. Existe recíproca incompreensión entre latinos y germanos; y es pésima la influencia de tales ideas sobre nuestra educación. Es necesario volver al puro concepto latino (Bertoni, 1956, p. 161).

Definitivamente estas no parecen las expresiones de un positivista doctrinario, al menos de uno que merezca ser considerado consecuente con su posición. En realidad, una lectura atenta de las obras de Bertoni transmite la impresión que las influencias intelectuales que jugaron un papel determinante sobre la formación de su pensamiento no son simples ni fáciles de precisar de manera unidireccional y en realidad responden a varias líneas diferentes. Baratti y Candolfi (1999), por ejemplo, recuerdan las aficiones anarquistas que se gestaron durante su juventud en Suiza y el giro posterior hacia un catolicismo no solo de práctica sino de convencimiento también, que se distingue como telón de fondo en sus escritos antropológicos. Más que buscar reduccionismos simples, es sobre estas bases como deben comprenderse las elaboraciones que realizó sobre la psicología de los guaraníes.

La inclinación de Bertoni por insertar el estudio de la psicología de los guaraníes en una relación estrecha con el análisis de sus concepciones religiosas se fundamenta en un principio compartido con el antropólogo y banquero inglés Sir John Lubbock

(1834–1913), citado de manera explícita al inicio mismo del segundo volumen de *La Civilización Guaraní* (Bertoni, 1956). Lubbock creía que los conceptos alcanzados por un pueblo cualquiera en lo relativo a su religión nos brindan una medida sobre el desarrollo intelectual y moral que le corresponde. En su concepción sobre la religión asumía que esta se había originado en la tendencia primitiva del hombre de atribuir vida animada a objetos inanimados (Chidester, 2005). Lubbock preparó varios libros que versaban sobre antropología y la evolución del hombre, un punto de vista sobre el cual recibió influencias muy determinantes de Charles Darwin (1809–1882), habiéndose contado entre quienes integraron su círculo de amistades íntimas y que además tuvieron acceso a la lectura de los borradores de los libros mayores del creador de la teoría evolutiva, incluso antes de que fueran publicados (Berra, 2008). También fue uno de los primeros en comprometerse con los esfuerzos iniciales para popularizar la ciencia en Gran Bretaña a finales del siglo XIX, mediante algunos de sus libros (Bowler, 2009). Aunque no haya sido el primero de los tratados que concibió sobre esta temática, fue posiblemente su obra *The origins of civilisation and the primitive condition of man* (Lubbock, 1879) la más determinante para fijar sus puntos de vista con relación a la naturaleza de la evolución humana, pese a que algunos biógrafos actuales como Patton (2007) puedan considerar que los temas sobre los que se desarrollaba Lubbock en este libro constituían su terreno intelectual más débil, por la ausencia de una familiaridad personal con los datos que reportaba. En cuanto a Bertoni, no eran pocas las dificultades que reconocía para el avance de sus estudios, no siendo la menor de ellas la extrema reserva que es característica de los guaraníes, que los hace casi impenetrables para conocer en profundidad sus secretos, en especial los que se relacionan a su pensamiento religioso. Esto no es en absoluto una dificultad menor y lo sabe muy bien cualquiera que en el Paraguay haya tenido que frecuentar el trato con los indígenas. A esta característica muy típica se suma otro motivo que la refuerza en una apreciable medida: la desconfianza hacia los extraños y el empeño de estos por imponerles sus creencias cristianas, de los cuales hay numerosos ejemplos históricos que enumerar, y no siempre agradables. El autor hacía interesantes deducciones sobre cómo esta condición se había trasladado culturalmente también a los paraguayos, cuyo carácter taciturno y callado los hace a menudo muy mal comprendidos.

Entre todas, la forma de religión que puede considerarse como la inferior es el *fetichismo*, a la que sucede, en cercana secuencia, el *animismo* o *misticismo*. De acuerdo con el análisis que hace Bertoni (1956), los guaraníes habrían superado hace mucho cualquier relación cultural identificable con los caracteres básicos del *fetichismo*, el *animismo*, el *totemismo* e incluso el *chamanismo*. Es por esto que los guaraníes cruzaron el estadio evolutivo de apelación a los poderes ocultos y sobrenaturales que concede la utilización de la magia. Esta condición se ve también aumentada por su creencia en la unidad e inmortalidad del alma y en la supervivencia de esta en el mundo material, aunque más no fuera por un tiempo limitado, luego de sobrevinida la muerte. Desde el momento en que un pueblo ha llegado a concebir que las ideas religiosas constituyen un fundamento y una sanción para la moral, y considerando que es la propia persona la que articula su destino y su futuro con la aceptación y sometimiento a los dictados que emanan de la divinidad, la aplicación de la magia y el supuesto poder atribuido a esta para torcer el orden de las cosas en beneficio directo de quien las evoca, pierde todo sentido. La práctica de la magia presume que, con independencia de los merecimientos reales del individuo en función a lo adecuado o no de su comportamiento en obediencia a la voluntad de Dios, podrán lograrse los cambios deseados en el orden natural mediante la correcta aplicación de los conjuros. Esta elaborada concepción es lo que Bertoni suponía la quintaesencia del pensamiento religioso en lo tocante a los antiguos habitantes de esta parte del continente, ya que “tal es el pensamiento guaraní y tal su lógica” (Bertoni, 1956, p. 41). Por eso puede afirmar que la condición de superioridad de este pueblo no consistía precisamente en la ausencia total de alguna sustanciación de la magia que aparece como resabio en algunas de sus costumbres. En realidad esto acontece con todas las culturas, incluso las más *avanzadas*, con las reservas que esta calificación requiere. El punto importante y esencial era que ellas habían dejado de constituir las ideas rectoras de su concepción religiosa. El modo como Bertoni describía la religión guaraní no puede menos que resultar llamativo para un grupo étnico que en todos los demás aspectos parece manifestar una existencia más bien sencilla. La religión practicada por los guaraníes se consideraba un completo sinónimo de mansedumbre, sentido de justicia y fuente de la moral más pura (Bertoni, 1956). En puntos como estos, que surgen en muchas partes de la obra

que estudiamos, es donde se vuelve más dificultoso el separar con seguridad los hechos reales de la mera interpretación doctrinaria que imponía el autor, uno de los problemas principales que afecta a toda esta visión antropológica.

Bertoni consideró más adecuado postular un *sentido místico* que un *sentido religioso* propiamente dicho. La razón estaba en que al segundo no lo estimaba como algo siempre presente en todas las personas, a diferencia del primero que no falta verdaderamente a nadie, aun cuando pudiera en algunos casos hallarse sumergido en el anonimato brumoso de la *subconsciencia*. Esto último podría sobrevenir, nos decía por ejemplo, como fruto de años de educación atea. La concepción sobre lo divino y su naturaleza intrínseca tenían mucho que ver con esta cualidad. Los guaraníes pensaban en Dios, a quien denominan *Tupá*, como la fuente de lo bueno y de lo malo al mismo tiempo. Es decir, la cultura guaraní primitiva no albergó la imagen del diablo como el origen último de la maldad en el mundo, aun cuando la enseñanza cristiana y la influencia continuada que esta ejerció pudo haber contaminado en gran medida este aspecto singular de la creencia. Es cierto que los guaraníes tenían la representación de *Añanga* o *Añá*, que Bertoni (1956) clasifica entre las *divinidades menores*. Pero este no era precisamente un símbolo del mal sino un dios justiciero y punitivo, que sabía castigar con severidad los desvíos en que los malos hombres incurrieran en ocasiones. Fueron los misioneros católicos y los jesuitas en especial quienes equipararon su perfil con el del diablo, y de este modo su concepto primitivo quedó permanentemente desdibujado y su significado genuino, completamente alterado.

El concepto de la naturaleza y del mundo que tenían los guaraníes era *fatal*, lo cual significa que las cosas se hallan determinadas y ocurren de la forma en que las vivimos y conocemos, sin que haya muchas posibilidades o tenga realmente sentido el intento de modificarlas o alterarlas. Por eso argumentaba Bertoni (1956) que no se encuentran usos como las oraciones o las maldiciones, cuyo fin es alterar la causalidad universal en favor o en contra, por el simple motivo de que no tendrían cabida ni consecuencia alguna. En el esquema general de las cosas que asumieron los pueblos guaraníes esas prácticas no ejercerían un verdadero efecto. De los preceptos y costumbres resaltaba el acatamiento a la ley natural, a cuya sujeción se orientaban tanto las diferentes creencias mantenidas como numerosas prácticas de la vida cotidiana.

La ley natural la entendían como sinónimo exacto de ley divina, pues entre sí no se diferencian en nada. *Tupã* en realidad no existe fuera de la naturaleza, sino dentro de ella. Vemos aquí a un Dios sujeto en apariencia a los efectos restrictivos de la causalidad. Por este motivo no siempre era capaz de modificarla conforme a su voluntad o capricho. Los preceptos básicos de la religión guaraní los compendió el mismo Bertoni refiriéndolos en los siete puntos siguientes, que son como el esqueleto principal que mantiene todo el sistema:

- 1) Hay un Dios supremo que todo lo creó y todo lo gobierna.
- 2) Dios es un puro espíritu siempre invisible.
- 3) Dios es la Causa de todo, de lo malo como de lo bueno.
- 4) Hay varios Semidioses; no son puros espíritus; son los agentes justicieros, tienen poder sobrenatural, pero carecen del poder creador.
- 5) El alma es inmortal.
- 6) El espíritu de los difuntos permanece cierto tiempo en su anterior morada, durante el cual tiene las mismas necesidades que en esta vida, y tenía gran poder sobre los vivos.
- 7) Cada uno de los seres viviente está bajo el amparo de su genio protector especial (Bertoni, 1956, p. 50).

El estudio de la psicología de los guaraníes guarda una relación estrecha con el concepto de moral que había incorporado Bertoni. A su vez, este se basaba en la definición que Paul Oltramare (1854–1930) discutió en su *Essai de Biosophic*, un libro donde exponía el principio que *la persona moral es la que, en el interés de los demás, sabe imponer límites a sus deseos* (Bertoni, 1956). La conexión que hace Bertoni sobre estas ideas no resulta necesariamente obvia y hasta podría ser discutible, aunque él supuso que de ellas podía colegirse que el sentido moral es incluso anterior al hombre. Afirmaba, por ejemplo, que podían señalarse algunos rudimentos en comportamientos como el del perro que vigila con celo los bienes que pertenecen a su amo. Este tipo de afirmaciones, que hoy no son frecuentes en la psicología comparada y hasta son desechadas sin mayor trámite como expresiones de un ingenuo y superado *antropomorfismo* (Mitchell, Thompson & Miles, 1997) aún eran relativamente comunes en los comienzos del siglo XX por la influencia que había ejercido el método anecdótico que George John Romanes (1848–1894), un amigo cercano de Darwin,

había introducido para el estudio comportamental de los animales en *Animal Intelligence*, su obra fundamental (Romanes, 1884). Solo unos años antes de publicarse los trabajos de Bertoni, el psicólogo comparativo británico Conwy Lloyd Morgan (1852–1936) había proscrito este género de suposiciones de la jerga de términos que conciernen al comportamiento animal (Morgan, 1896). Es lo que se ha llegado a conocer como el *Canon de Lloyd Morgan*.

Pero más importante aún que este detalle hasta marginal si se quiere es que la existencia de la moral, tal como se encuentra definida en la obra de Bertoni, antecede siempre a la religión. De acuerdo a este principio, sería válido pensar en individuos que acusen la presencia de un sentido moral concreto sin por ello abrazar manifestación religiosa alguna. Esta es la razón por la cual constituye un error el considerar a la sanción de la moral como la función primordial que cumple la religión. Al mismo tiempo, la moral es concebida de manera extensiva con el amor, pues no se admite su existencia separada. Por esta razón el sentimiento amoroso es siempre altruista, y por igual motivo excluye de su esfera particular al encuentro sexual, el cual no es amor, nos dice, porque necesariamente forma una práctica egoísta. Con respecto a las motivaciones básicas piensa que el hombre comparte dos tendencias opuestas que conviven en su interior: la una que corresponde a la esencia del ser reflexivo y que coincide con la elevación espiritual del individuo y la otra, opuesta, que es la del ser instintivo, al que llama *bestialmente atrasado*. De esta forma, la naturaleza verdadera de la cultura estriba en el grado de sujeción que sufre esta fracción instintiva por la reflexiva. Junto a esta última se identifica claramente la naturaleza intrínseca de la moral. Así también ocurre con la psicología de los pueblos. Hay que anotar, para quien pudiera percibir un eco psicoanalítico en alguno de estos conceptos, que Bertoni rechazaba el *pansexualismo* de Sigmund Freud (1856–1939), que fue calificado con el poco deseable rótulo de “brutal” (Bertoni, 1956, p. 167). Pero más allá de lo anecdótico, el uso de las herramientas interpretativas de las que hace uso extensivo el enfoque psicodinámico de Freud podría ser contraproducente, *peligroso* dirá Bertoni (1956), por otro motivo adicional. Y esto encuentra su razón en la extrema reserva de los guaraníes, que poco o nada comparten sus pensamientos con los extraños en lo relativo a la moral, religión y costumbres, al punto que su *psiquis* puede llegar a ser casi impenetrable. Para Bertoni (1956) esto obedecía a un par de

motivos fundamentales. Por una parte, está el pudor que genera la posesión de la virtud, cualidad típica en los espíritus con una moralidad elevada, como la que Bertoni atribuye a los guaraníes en todo momento. La segunda es la desconfianza hacia quienes no pertenecen a su grupo étnico, en particular los blancos, cuyo trato frecuente los ha alertado ante la posibilidad de ser víctimas de sus burlas o engaños. En cualquiera de los dos casos, el acceso al conocimiento de las particularidades psicológicas que identifican a estos grupos quedaba franqueado por severos límites.

Los tipos humanos igualmente se relacionaban de manera estrecha con las dos tendencias interiores explicadas con anterioridad, la de la reflexión y la del instinto. Para aquéllos que se agrupaban entre los *braquicéfalos* era esperado un mayor dominio sobre sí mismos y sus ímpetus, en tanto los *dolicocéfalos*, dotados de un carácter más intuitivo, habrían de experimentar una dificultad mayor para el autodomínio pleno de sus impulsos. Todo lo expresado nos deja entrever que la conexión entre moral y psicología resultaba muy fuerte para Bertoni y de ella se siguen muchas de las descripciones que esbozó a lo largo de sus páginas antropológicas. Por ello es significativo que la primera vez que menciona de manera explícita a la *psicología* de los aborígenes sea precisamente en este contexto. Creía que la singularidad psicológica de los guaraníes podía reconocerse sobre todo en lo pacífico y bondadoso del trato que estos dispensaron a los colonizadores europeos a su llegada a estas tierras, recibéndolos de una manera amigable. Como bien se conoce, esta actitud no fue lo corriente para todos los casos que involucraron encuentros de europeos con nativos americanos, muchos de los cuales derivaron en confrontaciones sangrientas. Los modales y comportamientos pacíficos tampoco fueron siempre recíprocamente correspondidos por los extranjeros, lo que dejó una indeleble mala impresión. No es que se niegue la posibilidad cierta de la venganza entre los guaraníes o la ocurrencia de esta en casos bien conocidos y documentados, pero en modo alguno constituía la regla de conducta de estos pueblos o lo que más los distinguía. Otro detalle importante es la resistencia que mostraban ante el dolor. Subrayó Bertoni que el efecto psicofisiológico de la experiencia dolorosa es el aumento proporcional de la sensibilidad. Esta debe entenderse en un sentido amplio, no sólo como la respuesta a los estímulos fisiológicos que provienen desde el exterior y que impresionan oportunamente los sentidos sino en el sentido moral como

cualidad. La capacidad de sentir el dolor y soportarlo sin hacer demostraciones es a la vez un indicador claro de la sensibilidad moral y Bertoni (1956) pensaba que los indígenas la tenían en abundancia. Debido a que ellos pueden padecer dolores morales muy intensos, se sigue que su sensibilidad psíquica es muy elevada. Otro rasgo que apunta hacia su pretendida condición superior. A este decir no deja de ser interesante recordar que uno de los primeros autores en escribir sobre el *carácter nacional* en el Paraguay, el ya mencionado ensayista Manuel Domínguez, algunas de cuyas obras fueron publicadas en las décadas previas a la aparición del primer volumen de *La Civilización Guaraní* (Bertoni, 1922) también consideraba la capacidad de resistir el dolor como uno de los distintivos sobresalientes en la personalidad de los paraguayos (Domínguez, 1903). Esta fue demostrada con creces en escenarios tan adversos como el de las guerras con las que debió lidiar el país en muchos momentos trágicos de su historia (García, 2012, 2013a).

En la descripción que nos ofrece Bertoni, los guaraníes aparecen como un pueblo de características profundamente sentimentales, pero a la vez muy cuidadosos de no mostrar con facilidad sus sentimientos. Esa actitud obedece sobre todo al propósito de no dar espacio a ninguna expresión que pudiera interpretarse como una muestra indeseada de vanidad. Una condición semejante también puede a veces tomar la apariencia de una marcada indiferencia, aunque tal impresión podría ser errónea en este caso. Para Bertoni (1956) ese comportamiento se traducía incluso como un *pudor en los sentimientos*. Las dotes en el trato humano que ostentan los indígenas, por otra parte, quedan resumidas en tres palabras muy descriptivas: *reflexivo, tranquilo y reservado*. En efecto, el guaraní dista de ser bullicioso como lo es el negro, por poner un ejemplo, y de aquí resalta que su manera de conducirse es en todo punto la de un proceder sobrio. En la enunciación de todas estas características, es más que evidente la simpatía del autor hacia el pueblo de sus estudios, aspecto que él mismo había reconocido sin reparos (Bertoni, 1914). Quizás por ello sus descripciones evocan un poco el perfil del *buen salvaje* de Rousseau cuando retrata a los aborígenes como poseedores de una nobleza natural que constituye el fondo más reconocible en la conformación de su carácter. Esta se hallaba asentada sobre un profundo sentido de la dignidad que no decae aún en las situaciones en que se descubre sumido en la más profunda decadencia. Con dignidad por ellos mismos conferida, la cabeza

la llevan siempre activa. A ello se suma que la vida cotidiana de los guaraníes era vista como coincidente con un estado de felicidad que, a juzgar por las caracterizaciones que se ofrecen, parece verdaderamente idílica. Es una existencia sin tensiones en la que se divierten, regocijan y pasan sus días sin el tormento de las penas. La tristeza no está en ellos. El goce de esta envidiable condición humana se halla basada, en la presunción que de ella hace Bertoni (1956), sobre la certeza que los acompañaba respecto a la superioridad que es inherente a su raza, y que él asumía sin discusión, atribuyendo este reconocimiento a la percepción de sí mismos que tenían los guaraníes. Su felicidad estaba fundamentada en la bondad y en la honradez de su conducta, así como en la satisfacción de las prácticas sencillas y desinteresadas, como el placer que significa prodigar un bien a los demás en cualquier situación que lo hubiese de requerir. No buscaban ni gustaban de las emociones violentas. Tanto los guaraníes, como también otros grupos étnicos que habitan toda la extensión de las Américas, tenían en su sentido de independencia uno de sus bienes más preciados. Ellos se mostraban contrarios al trato severo e injusto que otros pudieran ejercer en su perjuicio, nos revela Bertoni (1956). Lo contrario ocurre al recibir un buen trato de los blancos, a través del cual casi todo favor o servicio puede obtenerse de ellos.

Al considerar la psicología de los guaraníes se alude también a una forma de individualismo que, por un curioso sentido de oposición, no califica en forma alguna como egoísmo. La definición que esboza Bertoni se refiere a la tendencia de actuar sin la necesidad de coordinar las acciones propias con los demás, obrando sólo en función a las decisiones tomadas personalmente y anteponiendo el criterio individual por encima de cualquier otra consideración. Se avanza más lejos inclusive sobre este punto para argumentar en función a un individualismo que es no sólo personal, sino colectivo e incluso nacional. Es decir, el fenómeno considerado habría de rebasar los límites estrictos de lo psicológico para adentrarse en el contexto más amplio que forman lo social y lo cultural. Sobre este aspecto que resulta peculiar en el estudio de aquéllos grupos étnicos resulta pertinente la comparación del criterio de Bertoni con lo que hoy reporta la investigación social respecto a estas mismas variables. En tal sentido el psicólogo Harry C. Triandis desarrolló este concepto en el ámbito de la psicología cultural e inter-cultural (Triandis, 2000a, 2000b). El diferenció dos tipos de culturas y las di-

vidió en *individualistas* y *colectivistas*. A la constelación de características que ellas forman las designó al mismo tiempo como *síndromes culturales* (Triandis, 2001). Gelfand, Triandis y Chan (1996) reportaron evidencia de que estos constructos pueden ser estimados como factores ortogonales más que bipolares cuando se caracteriza a la personalidad humana. Estas categorías culturales, cuando se trasladan al nivel psicológico, constituyen dimensiones que se identifican como *alocentrismo* versus *idiocentrismo* (Triandis, Bondtempo, Villarreal, Asai & Lucca, 1988). En las culturas colectivistas las personas se comportan de maneras que resultan muy interdependientes con los miembros de su conglomerado, ya se trate de la familia, la tribu o la nación. Otorgan prioridad a los fines compartidos con el colectivo social respectivo y modelan su comportamiento sobre las bases de las normas que establecen aquéllos grupos de pertenencia, actuando por ello en formas que podemos llamar *comunales*. Corrientemente se admite que las culturas indígenas así como las de organización más simple reflejan estructuras colectivistas. En las culturas individualistas las realidades son del todo opuestas. La competitividad es alta y el sujeto busca ser el mejor en orden a escalar en las jerarquías sociales. La autoconfianza, la independencia de los demás y el sentido de ser único en comparación con los otros individuos son aspectos fundamentales de la personalidad (Triandis & Suh, 2002).

Comparados estos criterios modernos con los que esbozó Bertoni hace casi un siglo, es patente que los guaraníes poseían tanto rasgos colectivistas como individualistas. Se trata en verdad es una amalgama interesante por lo infrecuente, que de ser plenamente correcta les daría a los guaraníes un sentido de singularidad muy acentuado. También es importante para la comprensión de la estructura social porque se trata de una forma de individualismo cooperativo y no el primitivo en que el grupo absorbe y difumina al individuo bajo el gran peso de su influencia. La que aquí se refiere es una organización donde cada uno conserva inalterada su autonomía como persona, lo que le permite disponer de la libertad suficiente para debatir de manera directa cada orientación o decisión que afecta al colectivo e incluso oponerse a ellas, de tal forma que el interés particular no se vea afectado. Bertoni (1956) lo veía incluso como un tipo de *cooperación comunista* que no representa coacción moral ni material sobre los integrantes del grupo. Al estimar la amplitud mayor o menor de la estructura social que forjaron los guaraníes se puede apreciar fácilmente la

fuerza rectora que han jugado los aspectos atinentes a la organización global en la sociedad que formaron. Estos, según apreciaba Bertoni (1956), son un producto directo de su psicología y de sus concepciones morales y religiosas. De allí emerge la síntesis de pensamiento, comportamiento y cultura que solo en la perspectiva de su combinación simultánea y compleja en la vida cotidiana de las personas adquiere aquél sentido real y único que, más allá de cualquier crítica posible, le ha conferido nuestro autor en la amplitud de su pensamiento antropológico.

Conclusión

No hace mucho se ha escrito respecto a otro protagonista importante en la historia de la psicología paraguaya, el maestro Ramón Indalecio Cardozo (1876–1943), que resulta más fácil encontrar quienes lo mencionan con expresiones que denotan algún grado de admiración que individuos capaces de probar un conocimiento a fondo de sus ideas o que hayan leído críticamente algunos de sus libros y escritos (García, 2011). Con Bertoni ocurre casi exactamente lo mismo. Se lo conoce de nombre y en algunos círculos culturales se manifiesta un gran respeto hacia su persona, aunque en realidad muy poco es lo que se sabe respecto al contenido de su trabajo, en especial el etnológico. A excepción, claro está, de los antropólogos que lo analizaron con algún detenimiento. Como señalan Baratti y Candolfi (1999), Bertoni es posiblemente el único personaje de los que han ganado un carácter legendario en este país al cual se asocia con el conocimiento y la ciencia. Indudablemente hay buenas razones para ello. El representó la figura del *sabio* emigrado desde la vieja Europa que llega al país munido de un gran conjunto de conocimientos que muy pocos — si es que alguien — en el Paraguay de comienzos del siglo XX podían exhibir, para construir su hogar y un centro de investigación enclavados en la plena espesura de la selva, dedicándose allí al estudio de cuestiones importantes y profundas por décadas enteras. En un país poco habituado al cultivo de la ciencia, esta era la base perfecta para la edificación del mito. Pero hay otras razones menos idealistas y más cercanas a las realidades del juego político. En vida de Bertoni, y especialmente en la época de publicado el *Resumen de prehistoria y protohistoria de los pueblos guaraníes* (Bertoni, 1914), comenzaba a configurarse en el Paraguay un cambio radical en la percepción colectiva hacia los indígenas, que se ha-

llaba muy contaminada de prejuicios racistas y que la intelectualidad de comienzos del siglo XX había asumido como esencialmente negativa, reproduciendo en buena medida la visión despectiva que absorbieron de las potencias invasoras luego de culminada la Guerra contra la Triple Alianza. Según menciona Baratti (2002–2003), hacia 1915 se había verificado un giro absoluto en aquella apreciación y el elemento indígena, de estar desterrado a la periferia de la inferioridad racial pasó a integrar una parte indisoluble de la identidad nacional. Desde luego, este giro arrastraba al mismo tiempo un evidente componente ideológico y político, pues la nueva visión instalada sobre los habitantes autóctonos del país contrastaba vivamente con una orientación de corte más liberal que habían introducido los gobiernos de la posguerra, que en casi todos los aspectos resultaban afines al pensamiento prevaleciente, sobre todo, en los círculos intelectuales de la capital porteña (Bogado Rolón, 2011).

En esta perspectiva antropológica los guaraníes constituían una raza superior a los demás pueblos americanos, tanto en inteligencia como en sensibilidad y cultura. Por ello Bertoni, con su descripción de los guaraníes en los términos de una raza superior, estuvo en el centro de esta suerte de *revolución copernicana* en la visión que se asignaba a los indígenas del Paraguay. Pero a diferencia de aquella gran hazaña en la concepción astronómica que era fruto de la ciencia en el siglo XVI, la *revolución* de Bertoni se encontró muy cimentada sobre un sistema muy sesgado y arbitrario de interpretaciones, que además coincidió con los intereses y las necesidades intelectuales en el Paraguay de aquella época. Por ello no extrañan los juicios de valor que se han extendido sobre su obra en las décadas siguientes. Se ha reconocido a Bertoni como el iniciador de un auténtico movimiento vindicatorio de los indígenas en la cultura paraguaya (Benítez, 1967) que, por lo menos en su tiempo, fue asumido por muchos como un elemento positivo. Pero en la apreciación que fue surgiendo en las décadas siguientes, los méritos de Bertoni en el campo de la antropología fueron devaluándose con rapidez, contrastando agudamente con sus investigaciones en las ciencias naturales, que nunca fueron cuestionadas. Algunos juicios son importantes. Entre ellos el de Bareiro Saguier (1990), para quien Bertoni debe considerarse el formulador “científico” de la teoría indigenista. Este autor estima que fue el mismo positivismo evolucionista utilizado por los autores de la generación de 1900 cuya finalidad era probar la inferioridad

del indio guaraní frente al blanco el que enarbó Berton para sostener el argumento contrario, al destacar la superioridad de la raza. En este sentido no reconoce mérito científico en Berton, sino solo influencias de carácter ideológico. Palabras más palabras menos, esta es la opinión que ha predominado entre los antropólogos y otros escritores que se ocuparon del tema. Se ha argumentado que los puntos de vista de Berton o bien eran ingenuos (Baratti, 2002–2003), o aportaron poco o nada a la investigación antropológica, resultando inservibles para la misma (Chase-Sardi, 1990). En la óptica de un antropólogo de nuestros días como Melià (2011), para quien Berton constituye una figura *desconcertante*, el concepto de *civilización guaraní* es atrayente aunque espurio y responde a motivaciones emocionales y patrióticas, nunca científicas. Es evidente que la balanza de la crítica científica especializada no es en absoluto favorable a Berton. Además es infortunado que, más allá del ámbito estrictamente científico, y aunque las diferentes etnias hayan logrado un mayor amparo legal en las décadas siguientes, estas ideas tampoco fueron determinantes para mejorar sus vidas o al menos integrarlos de manera más estrecha a la sociedad nacional.

Aún hay otros puntos significativos que señalar. Por ejemplo, en varios pasajes de *La civilización guaraní* (Berton, 1956) se descubren amonestaciones de Berton ante la costumbre, mantenida por generaciones de individuos que investigaron a los guaraníes o intervinieron en la evangelización, de interpretar los detalles de su religión a partir del prisma aventajado que ofrece el cristianismo. Sin embargo, él mismo no pudo escapar a esta tendencia. Por mucho esfuerzo que Berton haya puesto en organizar sus datos de una manera objetiva y creíble, no dejan de parecer discordantes ciertas inclinaciones en la exposición de sus argumentos. Existe un sesgo muy acentuado en considerar a la fe cristiana como la expresión religiosa más elevada y ello se torna aún más evidente cuando se comprueba el intento de conducir la presentación de las prácticas de los guaraníes hacia una comparación constante con aquélla. El autor llevó adelante este empeño tanto como le fue posible. Como además expresaba una inocultable simpatía hacia este pueblo, reconocida por él de manera explícita en sus publicaciones antropológicas mayores (Berton, 1914, 1956), queda claro que su visión de la religión aborígena, así como su apreciación respecto a la moral y la psicología — que en ella se encuentra basada —, adolecen de los mismos sesgos e inclinaciones. Y por

ello es posible que pierdan mucho de su valor al ser terreno donde se mezclan los hechos legítimos con la subjetividad del observador, quien en muchos casos incluso transmite la impresión de presuponer aquello que desea demostrar.

Pero, si la situación es esta, entonces ¿qué importancia puede asignarse a la obra de Berton con relación a la psicología? ¿Son completamente prescindibles sus observaciones acerca del comportamiento de los aborígenes? En realidad no es necesario adoptar una conclusión tan negativa y radical, pues no todo es desechable. Sin embargo, hay que entender muy bien el contexto en que surge la antropología de Berton, y junto a ella, sus apreciaciones psicológicas. La teorización referida a la evolución del hombre americano, su diversificación racial, la formación y ascenso de la cultura guaraní hasta convertirse en una civilización superior y su consecuente alto grado de desarrollo de la conciencia religiosa parecen los más atados al norte ideológico del autor, y es sobre estos puntos donde parece más elocuente su presumible distorsión de la realidad. Sin embargo las descripciones psicológicas, concernientes a las prácticas cotidianas de los aborígenes, su reconocida reserva en la comunicación, el espíritu pacífico y otros aspectos semejantes están más cercanos a la experiencia cotidiana, y quienes frecuentan el trato con estas colectividades están en mejores condiciones de corroborarlas. Todas estas observaciones pueden constituir elementos útiles para orientar investigaciones futuras, y es allí donde radica su mayor valor. En cierto modo Berton se anticipó a su tiempo al considerar la idiosincrasia psicológica en función a la diversidad étnica y la cultura. Pero cuando sea considerado el análisis serio de estas variables no debe olvidarse, sin embargo, el flanco más débil de las elaboraciones teóricas de Berton, esto es, su explicación de la naturaleza esencialmente superior de los guaraníes, comparados con los demás pueblos. Esto es esencialmente reconstrucción especulativa, su valor para la psicología es limitado, por decir lo menos. Frente a esto podríamos encontrarnos ante el hecho paradójico que, aun permaneciendo críticas de peso que son muy difíciles de rebatir, sean las construcciones psicológicas de Berton en relación a los guaraníes lo más rescatable en el conjunto de su trabajo. Pero más allá de cualquier juicio sobre la científicidad de estos alegatos tenemos el hecho cierto que, sin ser la psicología su orientación principal, él fue el primero en este país en ocuparse de comprender la mentalidad de los guaraníes, aún con las limitaciones reconocidas por él mismo y que antes hemos destacado. Este hecho por sí sólo ya

lo convierte en un personaje digno de un análisis histórico detallado. Bertoni fue para la construcción de una psicología de los guaraníes lo que Manuel Domínguez para el estudio del carácter nacional de los paraguayos (Domínguez, 1903). Tras su muerte, quienes continuaron el trabajo de esclarecer las características de los guaraníes nativos fueron antropólogos en todos los casos. Los investigadores de la psicología no han entregado aportes. Este es también otro de los signos valiosos de Bertoni: les ha señalado a los psicólogos un camino por recorrer, y que no es para nada algo trivial o superfluo sino por el contrario, conlleva la mayor trascendencia. Y los psicólogos modernos, ya sea para confirmar estas ideas o para corregirlas en los aspectos que sean requeridos, deberán considerar como una de sus asignaciones más importantes para con la cultura paraguaya y los habitantes de este país el avanzar por este camino abierto un siglo atrás.

Referencias

- Baratti, D. (2002–2003). Moisés Santiago Bertoni y la generación nacionalista-indigenista paraguaya. *Société suisse des Américanistes/Schweizerische Amerikanisten-Gesellschaft Bulletin*, 66-67, 41-47.
- Baratti, D. & Candolfi, P. (1994). *L'arca di Mosè. Biografia epistolare di Mosè Bertoni*. Bellinzona: Edizioni Casagrande.
- Baratti, D. & Candolfi, P. (1999). *Vida y obra del sabio Bertoni*. Asunción: Helvetas.
- Bareiro Saguier, R. (1990). *De nuestras lenguas y otros discursos*. Asunción: Universidad Católica, Biblioteca de Estudios Paraguayos.
- Benítez, J. P. (1967). *Formación social del pueblo paraguayo*. Asunción; Buenos Aires: Ediciones Nizza.
- Benítez, L. A. (1956). Prólogo. In M. Bertoni, *La civilización guaraní*. Parte II: Religión y Moral. La religión guaraní. La moral guaraní. Psicología (pp. 11-14). Asunción: Indoamericana.
- Berra, T. (2008). *Charles Darwin: The concise story of an extraordinary man*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Bertoni, M. S. (1914). *Resumen de prehistoria y protohistoria de los pueblos guaraníes*. Asunción: Establecimiento Gráfico M. Brossa.
- Bertoni, M. S. (1922). *La civilización guaraní*. Parte I: Etnología. Origen, extensión y cultura de la raza Karáí- Guaraní y protohistoria de los guaraníes. Puerto Bertoni: Ex Sylvis.
- Bertoni, M. S. (1927). *La civilización guaraní*. Parte III: Etnografía: conocimientos. La higiene guaraní y su importancia científica y práctica. La medicina guaraní: Conocimientos científicos. Puerto Bertoni: Ex Sylvis.
- Bertoni, M. S. (1956). *La civilización guaraní*. Parte II: Religión y Moral. La religión guaraní. La moral guaraní. Psicología. Asunción: Indoamericana.
- Bogado Rolón, O. (2011). *Sobre cenizas. Construcción de la Segunda República del Paraguay - 1869/1870*. Asunción: Intercontinental.
- Bowler, P. J. (2009). *Science for all: the popularization of science in early twentieth-century Britain*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Calder, A., Lamb, J., & Orr, B., (1999). Introduction. Postcoloniality and the Pacific. In A. Calder, J. Lamb & B. Orr (Eds.), *Voyages and beaches. Pacific encounters, 1769-1840* (pp. 1-24). Honolulu: University of Hawaii Press.
- Chase-Sardi, M. (1990). *El Derecho Consuetudinario indígena y su bibliografía antropológica en el Paraguay*. Asunción: Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología.
- Chidester, D. (2005). Animism. In B. Taylor (Ed.), *Encyclopedia of Religion and Nature* (pp. 78-81). New York: Continuum.
- Couper, A. (2009). *Sailors and traders: a maritime history of the Pacific peoples* (pp. 1-24). Honolulu: University of Hawaii Press.
- Domínguez, M. (1903). Causas del heroísmo paraguayo. *Revista del Instituto Paraguayo*, 4(38), 643-675.
- García, J. E. (2003). Orígenes da Psicología social no Paraguai. In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia Social. Relatos na América Latina* (pp. 85-122). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- García, J. E. (2004). La evolución de la Psicología en el Paraguay: una evaluación desde el modelo de Hiroshi Azuma. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación, Segunda Época*, 6(2), 25-36.
- García, J. E. (2005). Psicología, investigación y ciencia en el Paraguay: características resaltantes en el período preuniversitario. *Revista Interamericana de Psicología*, 39(2), 305-312.
- García, J. E. (2009). Breve historia de la Psicología en Paraguay. *Psicología para América Latina*, 17, Agosto 2009. Acceso en 15 de octubre de 2009, en <http://www.psicolatina.org>

- García, J. E. (2011). Ramón Indalecio Cardozo: entre la Psicología, la Pedagogía y la praxis social. In D. Sarah (Coord.), *Paraguay: ideas, representaciones e imaginarios* (pp. 17-52). Asunción: Secretaría Nacional de Cultura.
- García, J. E. (2012). El carácter nacional del paraguayo en la visión de Manuel Domínguez. *Revista Peruana de Psicología y Trabajo Social*, 1(1), 143-162.
- García, J. E. (2013a). Historia y perspectivas de la Psicología política en el Paraguay. *Les cahiers de Psychologie Politique*, 22. Acceso en 4 de febrero de 2013, en <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierpsychologiepolitique/index.php?Id2347>
- García, J. E. (2013b). El proyecto de una psicología política en el Paraguay o el equilibrio entre historia, cultura y comportamiento. *Les cahiers de Psychologie Politique*, 23. Acceso en 20 de marzo de 2014, en <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierpsychologiepolitique/index/index.php?id=2530>
- García, J. E. (2014), manuscrito sometido a publicación Publicaciones psicológicas en la *Revista del Instituto Paraguayo*.
- Gelfand, M. J., Triandis, H. C., & Chan, D. K. S. (1996). Individualism versus collectivism or versus authoritarianism? *European Journal of Social Psychology*, 26, 397-410.
- Gundling, T. (2005). *First in line: tracing our ape ancestry*. New Haven: Yale University Press.
- Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2006). *Metodología de la investigación* (4ª Ed.). México: McGraw-Hill Interamericana.
- Long, J., & Bowden, T. (2001). *Mountains of madness: a scientist's odyssey in Antarctica*. Washington DC: Joseph Henry Press.
- Lubbock, J. (1879). *The origins of civilisation and the primitive condition of man. Mental and social condition of savages*. New York: D. Appleton and Company.
- Madsen, D. B. (2004). Colonization of the Americas before the last glacial maximum: issues and problems. In D. B. Madsen (Ed.), *Entering America. Northeast Asia and Beringia before the last glacial maximum* (pp. 1-26). Salt Lake City: University of Utah Press.
- Melià, B. (2011). *Mundo guaraní*. Asunción: Banco Interamericano de Desarrollo.
- Mitchell, R. W., Thompson, N. S., & Miles, H. L. (Eds.). (1997). *Anthropomorphism, anecdotes, and animals*. Albany: State University of New York Press.
- Morgan, C. L. (1896). *An introduction to Comparative Psychology*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Pastore, C. (1972). *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Montevideo: Editorial Antequera.
- Patton, M. (2007). *Science, politics and business in the works of Sir John Lubbock: a man of universal mind*. Abingdon: Ashgate Publishing Group.
- Platón (1980). *La República o el Estado*. Madrid: Edaf.
- Romanes, G. J. (1884). *Animal intelligence*. New York: D. Appleton and Company.
- Stiebing Jr., W. H. (1984). *Ancient astronauts, cosmic collisions and other popular theories about man's past*. New York: Prometheus Books.
- Triandis, H. C. (2000a). Culture and conflict. *International Journal of Psychology*, 35(2), 145-152.
- Triandis, H. C. (2000b). Dialectics between cultural and cross-cultural psychology. *Asian Journal of Social Psychology*, 3, 185-195.
- Triandis, H. C. (2001). Individualism-collectivism and personality. *Journal of Personality*, 69(6), 907-924.
- Triandis, H. C., Bontempo, R., Villareal, M. C., Asai, M., & Lucca, N. (1988). Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives of self-ingroup relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (2), 323-338.
- Triandis, H. C., & Suh, E. M. (2002). Cultural influences on personality. *Annual Review of Psychology*, 53, 133-160.
- Viola, A. (1977). *El Colegio Nacional de la Capital. Su creación y sus primeros años de vida*. Asunción: Departamento de Producción de Material Educativo del Ministerio de Educación y Culto.

Dirección institucional:

José E. García
Casilla de Correo, 1839 – Asunción, Paraguay
E-mail: joseemiliogarcia@hotmail.com

Recebido em 25/07/2013

Revisto em 22/01/2014

Aceito em 23/01/2014

Psicología Experimental Francesa y Cultura Científica en los Inicios de la Carrera de Psicología de la Universidad Nacional de Cuyo (San Luis, Argentina)*

French Experimental Psychology and Scientific Culture in the Beginnings of the Psychology Program at the National University of Cuyo (San Luis, Argentina)

María Andrea Piñeda¹

Resumen

Se debate sobre el establecimiento de culturas científicas en carreras de psicología argentinas. Se analizan el aporte de la psicología experimental francesa y la obra de Paul Fraise a dicha causa. Se indaga la influencia que este modelo tuvo en el Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de la Universidad Nacional de Cuyo (San Luis, Argentina), donde en 1958 se inició una peculiar carrera de psicología. Se establecen puntos de contacto entre el programa experimental francés, la obra de Paul Fraise, y la tarea institucionalizadora de Plácido Horas en el Instituto y la carrera de psicología de San Luis en el período 1956–1972. Se destaca la centralidad de la psicología como ciencia de la personalidad y del comportamiento en dicha institución.

Palabras clave: Psicología experimental francesa; Paul Fraise; carreras de psicología; evaluación de la personalidad; Argentina.

Abstract

We discuss about the settling of a scientific culture within Argentine Psychology Programs. It is analyzed the contribution of French experimental psychology and Paul Fraise's work to this cause. It is explored the incidence this scientific approach had at the Psychopedagogic Research Institute of the National University of Cuyo (San Luis, Argentina), where a peculiar psychology program was created in 1958. We characterize the connections between the french experimental program, the Paul Fraise's work, and the Plácido Horas' institutionalization work at the Institute and the Psychology Program, in the period of 1956–1972. Psychology as a personality and behaviour science is highlighted as the main model resulting at this institution.

Keywords: French experimental psychology; Paul Fraise; psychology programs; personality assessment; Argentina.

¹Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Facultad de Psicología de la Universidad Nacional de San Luis (FaPsi-UNSL), (San Luis), Argentina

El presente trabajo pretende contribuir al campo de la historia de la formación en psicología, los modelos de psicología y perfiles de psicólogo. Se analiza la recepción (Dagfal, 2004) y el aporte de la psicología experimental francesa y la obra de Paul Fraise a la construcción de una cultura científica en los inicios de las carreras de psicología argentinas. Dado un autor, una obra y un público, entendemos la *recepción*, en sentido dialéctico, como el proceso de apropiación activa que transforma lo que recibe. Este se produce en la medida que, a partir de una carencia, se despliega un horizonte de expectativas de una respuesta novedosa y satisfactoria, pero también en función de que lo nuevo guarde alguna semejanza con los esquemas previamente adquiridos (Dagfal, 2004). En ese sentido, especialmente, estableceremos los puntos de contacto de este modelo francés con la obra institucionalizadora de Plácido Horas en el Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas (1956–1972) donde se creó una peculiar carrera de psicología en 1958, dando lugar a una cultura científica que favoreció el desarrollo de una psicología experimental.

La psicología experimental argentina de principios del siglo XX ha sido muy estudiada y celebrada (Ardila, 1975; Klappenbach, 1996, 2006a; Lores Arnaiz, 2005; Papini, 1976, 1978; Talak & García, 2004), y desde diversas perspectivas se ha descrito su decadencia después de la segunda década del siglo XX cuando predominaron enfoques filosóficos sobre la persona humana y la personalidad (Cortada, 1978; Klappenbach, 2002; Papini, 1978). Más tarde, se ha señalado la emergencia de la ciencia psicológica aplicada de las décadas de 1940 y 1950 enmarcada en la psicotecnia y la orientación profesional. Bajo esta impronta se organizaron las primeras carreras de Psicología a mediados de 1950 (Klappenbach, 2000). Sin embargo, en la década siguiente se produjo cierto viraje en las prácticas que, junto con los debates sobre el rol del psicólogo, legislación y luchas gremiales, se fueron focalizando hacia el área clínica, entrando en conflicto con el campo médico y psicoanalítico. En ese contexto, la impronta de los iniciadores de las carreras fue quedando marginada de la mayoría de ellas (Dagfal, 2009; Klappenbach, 2006a; Rossi et al., 2001).

Desde esa perspectiva, nos preguntamos *¿qué destino tuvo el desarrollo de la psicología experimental en Argentina?* Al iniciarse el proceso de profesionalización de la Psicología, *¿tuvo lugar la psicología experimental en las carreras de Psicología?*

En estudios anteriores (Piñeda, 2012a) hemos analizado las carreras de Psicología argentinas entre 1957 y 1982, sus condiciones políticas, económicas y académicas. Hemos comprobado en ellas un sesgo profesionalista, clínico y psicoanalítico del perfil de graduado y una limitada capacidad para producir investigación científica y formar recursos humanos competentes en este aspecto. Las investigaciones de los docentes de las carreras de Psicología obedecían a la iniciativa personal o a los intereses de las asociaciones científicas y profesionales a las que pertenecían, y no a una política académica o de Estado planificada, coordinada y sostenida. Así, por ejemplo, en la Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Universidad Nacional de Córdoba (UNC) y Universidad Nacional de Cuyo/San Luis (UNCY/UNSL), hemos establecido que la masa de docentes de Psicología que publicaban investigaciones oscilaba entre el 43 y el 66%. En general, las áreas predominantemente desarrolladas eran la psicología clínica y la evaluación de la personalidad, mientras que las producciones en procesos psicológicos básicos u otras áreas, en algunos casos eran ínfimas. Con todo, hay que señalar algunos matices, en la UNC, donde tuvo gran importancia un programa de orientación profesional organizado por la Dra. Hermelinda Fogliatto, la evaluación de la personalidad se orientó hacia este campo. Por su parte, en la UNCy/UNSL la psicología clínica ocupaba un lugar menor y la evaluación de la personalidad era una práctica troncal desde la que se abordaban diversas áreas como la educacional, social, jurídica y psicofisiológica (Piñeda, 2012a).

Rubén Ardila (1975), desde una aguda mirada que reunía una perspectiva norteamericana y latinoamericana, así como el conocimiento de la psicología argentina por haber sido por unos meses profesor visitante en San Luis, describía el atraso que sufría la psicología experimental argentina, otrora tan promisoría. En ese contexto, señalaba tres centros de investigación que habían tomado un curso excepcional, y sólo uno de ellos estaba vinculado a una carrera de Psicología. Se refería al Laboratorio de Investigaciones Sensoriales (LIS), dirigido por la Dra. Miguelina Guirao. Recordemos que el mismo fue creado en 1968 en el seno de la Facultad de Ingeniería, pasando luego

a depender de la Facultad de Ciencias Médicas de la UBA, fue asumido en 1972 como Centro dependiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Guirao introdujo en el país los estudios interdisciplinarios sobre mecanismos neurobiológicos y psicofísicos de los procesos sensoriales y perceptivos (Guirao, 2008). En segundo lugar, Ardila rescataba el Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental (CIIPME) organizado por el Dr. Horacio Rimoldi en 1971 en convenio entre la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la UBA y el CONICET. Rimoldi y miembros de su equipo como Nuria Cortada y Carla Sacchi, estuvieron vinculados a la Universidad Nacional de Cuyo y al Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de San Luis (Rimoldi, 1995). Por último, Ardila destacaba el equipo dirigido por Plácido Horas en San Luis. El mismo estaba conformado por docentes de la carrera de Psicología. Éstos, se habían formado como investigadores en el antiguo Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas organizado en 1956, que dejó de funcionar en 1972 al crearse la Universidad Nacional de San Luis (UNSL) y pasar a depender de ésta la carrera de Psicología. Algunos de ellos, organizaron el Laboratorio de Psicología Experimental en 1980 -antecedente directo del actual Laboratorio de Investigaciones en Ciencias del Comportamiento. Ellos también se contaron entre los organizadores de la Asociación Argentina de Ciencias del Comportamiento (AACC) en 1987, entonces presidida por la sanluiseña Claribel Barbenza (Piñeda, 2010).

Sostenemos que es impensable el desarrollo de una psicología experimental sin el adecuado montaje de laboratorios dotados de la tecnología necesaria. En efecto, si comparáramos el desarrollo de la psicología experimental argentina con la brasileña en el contexto de la profesionalización de la Psicología, visualizamos que en Brasil donde tempranamente se ha contado con laboratorios de Psicología, en torno a ellos se ha constituido una comunidad científica, se ha organizado la carrera de psicología y se ha configurado un claro rol científico del psicólogo (Cirino, Miranda, & Souza Júnior, 2012). Respecto al desarrollo de la psicología experimental argentina, el ya clásico y detallado informe de Papini y Mustaca (1979) eran contundentes demostrando que la misma estaba marginada en las carreras de Psicología donde se apuntaba mayoritariamente a la formación de psicoterapeutas. Antes bien, la psicología experimental crecía en diversos laboratorios instituidos y financiados en Hospitales de Buenos

Aires (Ej. Hospital de Neurofisiopatología del Hospital Neuropsiquiátrico Borda) y en Facultades de Medicina y Ciencias Naturales de la UBA y la UNLP, algunos en convenio con CONICET, como el CIIPME y el LIS. Cabe que puntalicemos que, desde su fundación por el Premio Nobel Bernardo Houssay, el CONICET privilegió políticas de desarrollo de las ciencias bio-médicas. Justamente, Houssay fue mentor de Guirao (2008) y Rimoldi (1995) y la psicología que creció con su apoyo inicialmente se orientó en esa dirección.

En efecto, Papini y Mustaca (1979) tenían en cuenta solo tres centros universitarios de investigación vinculados a las carreras de Psicología. Primero, el Instituto de Psicología de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA que había sido creado en 1930 por Enrique Mouchet, y que a diez años de haber sido organizada la carrera de Psicología en ella, las investigaciones del Instituto eran escasas (construcción de pruebas objetivas a cargo de Friedrich Kaufmann; estudios psicopedagógicos de alumnos ingresantes a la Facultad por Osvaldo Luna; percepción del color y postimágenes en relación a figuras significativas por Virginia Prosdocimi) hasta desaparecer entre 1969 y 1973. Segundo, el grupo de investigadores dirigido por Fogliatto (M. Bruno, M. González, E. Rojo), al que ya nos hemos referido, y al Centro de Investigaciones Acústicas y Luminotécnicas (CIAL) que dependía de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo, dirigido por el Ingeniero Fuchs, y que en conjunto con docentes de la carrera de Psicología, realizaban investigaciones aplicadas sobre percepción del color y del ruido en el contexto de desarrollo industrial de Córdoba (Universidad Nacional de Córdoba, 1970). Por último, coincidentemente con Ardila (1975), Papini y Mustaca (1979) destacaban el grupo sanluisense, cuyos estudios en general eran caracterizados como *descriptivo-exploratorios* y en algunos casos *experimentales*. Estos últimos eran llevados adelante por Eva Mikusinski y Jorge Rodríguez (estudios de correlatos neurovegetativos y fisiológicos de las dimensiones de Personalidad de Eysenck y de algunas variables psicológicas subyacentes) (Papini & Mustaca, 1979, p. 355) y también por Claribel Barbenza (funciones individuales de percepción del sonido) (Piñeda, 2010). Aquí señalaremos que Mikusinski llegó a ser Investigadora Principal del CONICET, y esta entidad financió la formación doctoral en el exterior de Barbenza, y también otorgó algunas otras becas de iniciación. Sin embargo, pese a algunos intentos de Horas durante la década de 1960, el Instituto de San Luis nunca fue incorporado a CONICET.

Confirmando esta situación de marginación de la psicología experimental en las carreras de psicología, Plácido Horas — que también fue uno de los principales promotores de la creación de las mismas en el Primer Congreso Argentino de Psicología (1954) —, lamentaba que la psicología experimental era abiertamente despreciada aún cuando inicialmente hubo acuerdo de incorporarla en sus planes de estudio (Horas, 1981).

Por todo lo expuesto, el grupo de investigadores de la carrera de Psicología de San Luis que se había formado en el Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas, merece ser historiográficamente estudiado para comprender los factores que confluyeron en su excepcionalidad. En otros trabajos se ha analizado la figura de los dos Directores del Instituto: Plácido Horas (Piñeda, 2007a) y Eva Mikusinski (Piñeda, 2012b), los factores socio-políticos y académicos que fueron configurando una comunidad científica en torno a la psicología como *ciencia del comportamiento* en San Luis (Piñeda, 2010), y su diferenciación de una comunidad psicoanalítica (Piñeda, 2007b). En esta oportunidad, quisiéramos analizar el papel del Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas (1956–1972) en la constitución de una cultura científica que fue condición de tales desarrollos, y el aporte de las vertientes experimentales francesas de mediados del siglo XX a dicha causa.

Finalmente, respecto de esta última variable, quisiéramos advertir que, si bien los fuertes lazos entre cultura, filosofía, psiquiatría, psicoanálisis y psicología argentina y francesa ya han sido considerados respecto de diversos períodos del siglo XX (Dagfal, 2009; Klappenbach, 1996; 2006b) siempre ha sido en orden a explicar el énfasis clínico o psicoanalítico de la psicología argentina. En este caso, nos queremos referir a otra variante del intercambio entre los dos países, que discute un aspecto complementario al anterior. Por otra parte, Paul Fraise ha sido un psicólogo de enorme relieve más allá de las fronteras francófonas. Para ilustrar la difusión que alcanzó en Latinoamérica apuntaremos que la *Revista Latinoamericana de Psicología* inauguró las páginas de su primer número con su artículo “Hacia la unificación de la ciencia psicológica” (Fraise, 1969). También es digno de mención que durante 1976 fue invitado tres veces a dictar conferencias y a recibir menciones honoríficas en Brasil (Fraise, 1983a, 1983b). Su figura, acaso olvidada, no ha sido estudiada en relación a la psicología argentina en proceso de profesionalización. Por eso, con el propósito de contribuir al estudio de los modelos de

psicología y perfiles de psicólogo que se construyeron desde mediados de 1950, deseamos ilustrar con Fraisse un perfil difundido y también marginado, como ocasión para explicar las causas de tales sucesos.

Metodología

Se analizó literatura historiográfica sobre la psicología experimental francesa procurando una descripción de la misma: supuestos básicos, temas de interés, instituciones en que se desarrolló, autores que se considerarían dentro de esta vertiente. Se decidió que se incluirían tanto autores franceses como aquellos que desarrollaron su obra en países francófonos (ej. belgas, suizos) que por proximidad geográfica y cultural han estado ligados a los principales autores franceses (ej. Piéron, Fraisse) por filiación institucional, relación de discipulado y/o co-autoría, y que siguieron los mismos supuestos básicos y abordajes metodológicos, y abarcaron el mismo espectro de temas de interés. En dicho contexto, a partir de fuentes primarias y secundarias se analizó la relevancia de la figura de Paul Fraisse.

Por otra parte, realizamos una reconstrucción historiográfica de la organización del Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de la Universidad Nacional de Cuyo, la obra institucionalizada de Plácido Horas, su legado intelectual en la carrera de Psicología de San Luis, y el proceso de constitución del equipo de investigadores que compusieron dicho Instituto. Nos basamos en diversidad de fuentes primarias y secundarias, entre las que se cuentan investigaciones propias previas.

Para evaluar el proceso de recepción de la psicología experimental francesa y la impronta de Paul Fraisse en la obra intelectual e institucionalizadora de Plácido Horas, se siguieron diversas vías complementarias:

- Se analizó el legajo docente de Plácido Horas, donde constan por ejemplo, diversos viajes de estudio, sus publicaciones, correspondencia, tramitaciones de compra de equipamientos, etc.
- Se analizaron publicaciones de Horas referidas al objeto de estudio de la psicología, a sus aplicaciones psicotécnicas y también algunas descriptivas de las carreras de psicología argentinas de su tiempo.
- Se relevaron contenidos y referencias bibliográficas de los cursos introductorios a la psicología de San Luis dictados por Horas, y de otras uni-

versidades nacionales en el período 1958–1972 a los fines de registrar la introducción de contenidos y citas de autores de la psicología experimental francesa y/o a Paul Fraisse.

- Se analizó el contenido del *Manual Práctico de Psicología Experimental* de Paul Fraisse editado por Kapelusz en 1960 y el listado de aparatos de laboratorio de psicología experimental que proporciona.
- Se constató la citación del *Manual* en los programas de los cursos dictados por Horas en la década de 1960, y se comparó su listado de aparatos con los citados en dichos cursos.
- Se relevaron y analizaron tests mentales y aparatos de evaluación psicológica adquiridos por el mencionado Instituto, conservados por el Laboratorio de Psicología Experimental de la UNSL, que hoy son parte del patrimonio del Museo de Historia de la Psicología de dicha universidad.
- Para la interpretación historiográfica de dichos instrumentos se realizaron entrevistas a informantes clave, cuyos datos se utilizaron en forma exploratoria para conocer de dónde y cómo habían llegado dichos instrumentos al Instituto y cuál había sido su uso. Así, se entrevistó a la Doctora Eva Mikusinski, docente auxiliar de Plácido Horas en los cursos introductorios a la psicología, y su sucesora como segunda Directora del Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas. Por otro lado, se contó con el testimonio de la Doctora Claribel Morales de Barbenza, miembro del Instituto y posteriormente Directora del Laboratorio de Psicología Experimental.
- Estos datos fueron contrastados con diversas fuentes escritas que se analizaron: legajos, normativas de la universidad, informes de investigación y docencia, correspondencia, notas, órdenes de compra, inventarios de patrimonio.

Resultados

La Psicología Experimental Francesa

La psicología francesa de entreguerras ha despertado un nuevo interés historiográfico que ha revalorizado su aporte original al estudio del comportamiento (Carroy, 2013; Eisenbruch & Kazdin, 2000b; Fruteau de Laclos, 2013). Como analizaremos, si bien el “es-

tudio de la conducta a la francesa” (Dagfal, 2002), o comportamentalismo francés (Fraisse, 1970), reconoce algunas raíces en la psicología gestada en Inglaterra a partir del evolucionismo (Plas, 2013), en nada es deudora de los enfoques funcionalistas y conductistas norteamericanos. Antes bien, se diferencia ampliamente de éstos por su enfoque global del comportamiento referente a una personalidad y el acento en las bases neurofisiológicas del mismo. Así, en el contexto de expansión industrial, se destacó en Francia — y países francófonos de influencia — un nuevo modelo de psicología experimental orientado al estudio del comportamiento, alejado de los clásicos problemas de desagregación de la personalidad y la enfermedad mental.

Entre los exponentes de este nuevo campo, se destacó la figura de Henri Piéron, quien reconocía en su pensamiento la impronta de Théodule Ribot, Pierre Janet y George Dumas (Piéron, 1952). Contribuyó a los campos de la psiquiatría, la neuro-psicopatología, y la psicología animal, pero sus aportes más sostenidos fueron en psicología experimental y psicofisiología. Recordemos que fue Director del Laboratorio de Psicología Fisiológica creado por Ribot en la Universidad de París. En dicha universidad organizó en 1920, el primer Instituto de Psicología de una universidad francesa (Piéron, 1952) al que asoció el Laboratorio de Psicología Experimental y Fisiología de las Sensaciones (1925). Éste estaba en íntima conexión con otras escuelas científicas de alto prestigio como la *École Pratique des Hautes Études* y el *College de France*. Fundó el “Instituto de Orientación Profesional” de París (1928) donde impulsó la psicotecnia que siguió desarrollando durante la Segunda Guerra Mundial al servicio de la Fuerza Aérea francesa. Trabajó incansablemente por la institucionalización en Francia de una psicología científica independiente de la filosofía y la medicina (Piéron, 1952) abocada al estudio de las leyes del comportamiento global. Así, aunque enfatizó la neurofisiología del comportamiento, reconocía la importancia de estudiar sus bases socio-históricas, y otorgaba a la conciencia el papel de síntesis de la personalidad, evaluable a partir del comportamiento. Sus tempranas contribuciones (Piéron, 1908) sobre los aspectos cognitivos de la personalidad intervinientes en las respuestas anticipatorias, acaso dejaran en deuda a la reflexología rusa y al conductismo watsoniano, y se anticiparan al neoconductismo (Fraisse, 1970).

Entre los colegas de Piéron que aportaron a esta vertiente experimental desde diversos ángulos, citamos a Henri Wallon, que estudió los aspectos cultu-

rales y hereditarios, afectivos y cognitivos en la génesis del comportamiento infantil; René Zazzo, en a psicología diferencial infantil; Paul Guillaume, desde la psicología social y la introducción de la Teoría de la Forma en Francia (Eisenbruch & Eisenbruch, 2000b), a Henri Delacroix, y su sucesor Maurice Pradines que, habiendo partido de la filosofía, viraron hacia la psicología experimental (Pizarroso López, 2013). También es necesario referirse al suizo Jean Piaget, y desde luego, al sucesor de Piéron, Paul Fraisse.

Por otra parte, nos resultan evidentes los nexos entre el grupo francés antes descrito y autores de la Escuela de Lovaina (Misiak & Staudt, 1954; Piñeda, 2005a, 2005b) que organizaron los primeros laboratorios de psicología experimental en Bélgica. Fueron influyentes en idéntica tarea de organización de la psicología experimental y psicotecnia italiana de la Escuela de Milán encabezada por Agostino Gemelli. Incluso en España, incidieron en la psicotecnia catalana legada por Georges Dwelshauvers (Siguán & Kirchner, 2001), y más tarde también fueron valorados por quienes emprendieron la organización científica de la psicología en Madrid, como Mariano Yela (Yela, 1996). Los nexos entre franceses y belgas primero se advierten en el común marco cultural francófono. Segundo, porque ambos programas se inscribían dentro del abordaje experimental del comportamiento global en el contexto de la personalidad. Por último, porque mantuvieron relaciones de discipulado y de co-autoría. En ese sentido, Desiré Mercier el impulsor del grupo de Lovaina, fue discípulo de Ribot, al igual que el gran maestro de Fraisse, Albert Michotte. También recordamos a Joseph Nuttin, co-autor de Fraisse, y a Georges Dwelshauvers, colaborador de Piéron (Siguán & Kirchner, 2001). Por haber sido catedráticos lovainenses, incluimos al neerlandés especialista en psicología comparada Frederik J. J. Buytendijk, co-autor de Fraisse, y al neurofisiólogo francés Paul Chauchard dedicado al estudio sobre el cerebro y la sexualidad humana, y Director de Investigaciones en la *École Pratique des Hautes Études* de París.

La Contribución de Paul Fraisse

Paul Fraisse (1911–1996) fue un psicólogo que dedicó gran cantidad de estudios experimentales al problema de la percepción del tiempo y de los ritmos (Fernández & Travieso, 2006). Desde 1943 fue Profesor de Psicología Experimental en la

Sorbona y en la *Ecole Pratique des Hautes Etudes*. En 1952 sucedió a Piéron en el Laboratorio de Psicología Experimental y Fisiología de las Sensaciones que reorganizó como Laboratorio de Psicología Experimental y Comparada. Desde 1965 también lo sucedió en la dirección de la *Année Psychologique*. Fue autor de numerosas publicaciones, destacándose sus tratados y manuales traducidos a varias lenguas. En las carreras de psicología argentinas, especialmente se difundieron las versiones castellanas de *Tratado de Psicología Experimental* (original de 1963, editado en 1966 por Paidós) que dirigió junto a Jean Piaget, y de *Manual Práctico de Psicología Experimental* (editado en 1960 por Kapelusz cuatro años después que su original en francés). El citado *Manual* que se presentaba como continuidad de la obra Toulouse y Piéron, *Technique de Psychologie Experimentale* (1911), perseguía fines pedagógicos. Reconociendo el aporte de Michotte, Piéron y Guillaume en su contenido, Fraise describía tests y métodos psicofísicos para el estudio experimental de la personalidad y el comportamiento en relación a variaciones ambientales (aparatos), explicaba su uso y aplicación proponiendo experiencias, y aportaba referencias a fabricantes y proveedores franceses y belgas de los mismos (Fraise, 1960).

Tras un período de formación filosófica y teológica en el marco de una primera vocación sacerdotal que no prosperó, Fraise adquirió una sólida formación en psicología experimental en la Universidad de Lovaina que inició en 1935 bajo la dirección de Albert Michotte, investigando sobre la percepción. Más tarde, continuó bajo el patrocinio de Piéron e investigó sobre la memoria inmediata. Al sucederlo, reorganizó el *Laboratorio de Psicología Experimental y Comparada* (1952–1979) donde constituyó un amplio grupo de investigadores provenientes de diversas latitudes, y organizó el *Institut de Psychologie* de París. Sus estudios sobre la percepción, lo llevaron a investigar procesamiento de la información, psicolingüística, memorización y neuropsicología. De su impresionante labor institucionalizadora, destacaremos que Fraise colaboró en la creación de la Asociación de Psicología Científica de Lengua Francesa (de la que fue Secretario entre 1952 y 1970) de cuya constitución también participaron Michotte, Piéron y Piaget. Entre 1960 y 1965, presidió la Comisión de Psicología de la *Centre National de la Recherche Scientifique* (de la que formó parte entre 1950–1966; 1970–1975), y también fue presidente de la Unión Internacional de Psicología Científica (IUPsyS) (1966–1969) y del *Comité Consultatif des*

Universités (1969–1975). Presidió el XXI Congreso Internacional de Psicología en París en 1976 (Ardila, 1997; Fraise, 1983b).

Desde el punto de vista filosófico, Fraise se reconocía heredero del Personalismo de Emile Mounier que lo llevó a comprometerse socialmente en diversas causas: su servicio en el ejército francés, su militancia en el socialismo, su participación en luchas sindicales, y la defensa de causas estudiantiles como la del Mayo Francés. Sus raíces filosóficas no eran ajenas a su consideración de la psicología como la ciencia de las personas. Sin embargo, se posicionaba desde el laboratorio “decididamente como un positivista” (Fraise, 1983a, p. 17). Procuraba el estudio objetivo y metodológicamente riguroso, partiendo del comportamiento observable para abordar la personalidad a todo nivel: biológico, familiar, histórico y socio-cultural, integrando la representación en nosotros mismos en el *yo* como factor de unicidad y el *acto* de toma de conciencia. Si bien Fraise comprendía que aún la ciencia psicológica no llegaba a ese nivel de complejidad, reconocía que era necesario avanzar desde el análisis hacia la síntesis.

El Contexto Nacional de Recepción

En Argentina, con el proceso de industrialización acontecido tras la Segunda Guerra Mundial, y las sucesivas gestiones del peronismo (1945–1955) en cuyo marco aconteció la Reforma constitucional de 1949 que declaraba a la orientación profesional como un derecho del trabajador, las prácticas psicotécnicas se extendieron notablemente. Así, se evidenció la necesidad de formar y graduar psicólogos capaces de responder a la creciente demanda de estas necesidades. En este sentido, a partir de 1950 se crearon en Universidades Nacionales una serie de Institutos de Psicología dedicados a la Psicotecnia: Tucumán, San Luis y Rosario. Allí se crearon carreras de psicología, en un proceso iniciado en Rosario a partir de 1955, antes del derrocamiento del Presidente Juan Domingo Perón y que se continuó después del mismo, aún en el clima de ruptura con el proyecto político anterior (Gentile, 2003; Klappenbach, 2003).

En dichas carreras, si bien comenzaron a ingresar nuevos modelos y prácticas psicológicas, la psicotecnia y orientación profesional siguieron teniendo cierta vigencia. Así, diversos textos circularon en nuestro país como el *Nuevo Tratado de Psicología* de George Dumas (1948–1961) y el *Manual de Psicología Aplicada* de Piéron (1952–1961), ambos editados

por Kapelus (Klappenbach, 2001a). El segundo, se constituyó en emblema de la psicología experimental y la profesionalización de la psicología en Argentina. Cabe destacar, que la dirección de la edición de los Tomos IV y VI del mismo estuvo a cargo de Plácido Horas (Klappenbach, 2001b).

Por otra parte, al estudiar los modelos de psicología en los cursos introductorios a la psicología de la UBA y UNLP dictados entre 1957 y 1982, hemos constatado las referencias a Dumas, Piéron y a otros autores vinculados a la psicología experimental francesa que hemos descripto: Buytendijk, Chauchard, Delacroix, Guillaume, Michotte, Nuttin, Piaget, Pradines, Wallon, Zazzo, y por supuesto, Paul Fraisse, que generalmente era leído desde sus obras: Fraisse, 1960, y Fraisse y Piaget, (1966). Este último tratado había sido traducido a nueve idiomas, incluido el español (Ardila, 1997).

San Luis, Educación y Tecnología Psicológica

Durante las décadas de 1940 y 1950, mientras la industrialización crecía en las grandes ciudades argentinas, San Luis era una provincia de baja densidad poblacional, escasos recursos económicos y pobre industrialización. En cambio, crecía la obra pública y era abundante el empleo en reparticiones del Estado Provincial y Nacional. En este sentido, un ámbito clave para la planificación estatal era el educativo. La larga tradición normalista sanluisense, se jerarquizó tras la creación de la Universidad Nacional de Cuyo en Mendoza, al organizarse en San Luis el Instituto Pedagógico (1941) bajo la Dirección de José Arévalo (Klappenbach, 2011). Dicho Instituto estaba destinado a la especialización docente así como a la investigación educativa, y años más tarde sería la base organizacional para la creación de la primera Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de Cuyo (San Luis). Tras la partida de Arévalo de Argentina en 1943, el flamante director fue el joven Plácido Horas, recientemente graduado como profesor de Filosofía de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA. Influidado por las dos vertientes representadas en sus maestros de psicología: el filósofo Coriolano Alberini (Klappenbach, 2002) y el médico Enrique Mouchet (Rossi et al., 2001), planteaba una psicología que filosóficamente comprendía al hombre como totalidad y unidad: sin reduccionismos espiritualistas ni materialistas, a la vez que la proyectaba como ciencia autónoma y útil para la sociedad.

En ese sentido, la educación era un terreno propicio para que en San Luis la psicología diera sus primeros pasos.

Horas rebautizó el Instituto como *Instituto de Investigaciones Pedagógicas*. En éste se realizaba la triple tarea de docencia (en diversas especialidades), investigación y servicio a la comunidad en el campo educativo. Se brindaban cursos de psicología del aprendizaje y se prestaba el servicio de evaluación psicológica mediante tests mentales.

Conjuntamente con esta primera labor científica en dicho Instituto, Plácido Horas emprendió una sistemática tarea de divulgación científica, dictando conferencias y escribiendo artículos en revistas culturales y de interés general sobre la utilidad de la psicología y de los tests mentales (Horas, 1949). Definía a la psicología como *la ciencia de la conducta total humana* (Horas, 1955), y la erigía como la base científica de la “Escuela Nueva” que podía proporcionar las leyes evolutivas del comportamiento del niño y del aprendizaje humano en general, así como las respuestas a los problemas de aprendizaje, el asesoramiento para la didáctica y la psicohigiene del estudio. Procuraba explicar a la sociedad puntana, que la psicología contaba con cierta tecnología: técnicas objetivas y estandarizadas llamadas “tests”, que servían para evaluar las características de la personalidad (aptitudes, estilos de aprendizaje) del niño a los fines de registrar en una ficha personal evolutiva propicia para el seguimiento de su desarrollo, que al finalizar su etapa escolar sirviera para orientarlo profesionalmente. En definitiva, la psicología era una ciencia que podía contribuir al bienestar del hombre en el campo educativo, laboral-industrial (orientación y selección de personal, psicohigiene del trabajo) y clínico (salud mental) (Horas, 1949).

Para 1956, la psicología parecía haber ganado suficiente prestigio social en San Luis. Mientras preparaba el terreno para abrir la carrera de Psicología en 1958, el Instituto siempre dirigido por Horas, volvió a reorganizarse como *Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas*, mostrando el claro rol ya hegemónico de la psicología. Desde el mismo, se celebraron varios convenios institucionales con el Gobierno de la Provincia de San Luis para brindar servicios psicológicos a la comunidad en sus diversas dependencias de educación, salud y trabajo. Se organizó un gabinete psicopedagógico provincial, se realizaron tareas de orientación y capacitación profesional (Piñeda, 2010). Ya graduados los primeros psicólogos, éstos también se fueron insertando en las instituciones hos-

pitalarias (Piñeda, 2007b). Hacia la década del setenta, los servicios se ampliaron al área jurídico-criminológica para la evaluación psicológica de los procesados ante la Justicia y de los internos del Servicio Penitenciario Provincial.

Estos servicios fueron posibles porque entre fines de 1950 y mediados de 1960, el Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas adquirió una serie de tests. También importó aparatos de evaluación psicológica que compró en Francia a los Establecimientos Dufour, que estaban descriptos en el mencionado *Manual* de Fraisse. Más aún, en 1967, cuando Horas era Vice-Presidente de la Sociedad Interamericana de Psicología, visitó varios laboratorios franceses, entre ellos el de Fraisse, en un programa de perfeccionamiento financiado por la OEA.

El amplio conjunto de aparatos comprados (ej. taquidigitímetro, gravímetro, conflictógrafo, estereómetro, cronoscopios, dinamógrafos, termómetros, dexterímetros, etc.) posibilitaba la evaluación de diversos aspectos del comportamiento: reflejos, habilidades manuales sencillas y coordinadas, hasta procesos complejos como la atención, inteligencia, percepción visual y auditiva, y percepción de la causalidad.

Cuando se abrió la carrera de Psicología, los cursos introductorios estuvieron a cargo de Horas y Mikusinski. En sus contenidos y bibliografía se advierte esta impronta francesa, entre otras. En efecto, el curso de Psicología I de 1961 y 1962, en sus contenidos teóricos definía la psicología como “ciencia de la conciencia y la conducta”, se orientaba al análisis del “comportamiento” desde sus expresiones reflejas hasta las más complejas manifestaciones de la vida intelectual, abordando las leyes del mismo. Desde el punto de vista teórico, la visión era plural. La misma era profundizada y analizada historiográficamente en el curso de Psicología II que también estaba a cargo de Horas (Piñeda, 2007a). Entre las referencias bibliográficas del primer curso, registramos tratados y manuales de Dumas, Fraisse, Guillaume y Pradines, entre otros.

Los trabajos prácticos de la asignatura se organizaban en dos tipos de actividades: seminario de lectura de textos y entrenamiento en el uso de tests mentales y aparatos de evaluación psicológica. Las lecturas mostraban gran diversidad de autores como Eysenck, Mira y Lopez, Bergson y Anna Freud. La batería de tests mentales incluía: Inteligencia de Terman–Merill, Weschler–Bellevue, Goodenough, Raven, psicomotricidad de Otzeresky, visomotora de Bender, perfo-

mance Pintner–Patterson–Alexander y pensamiento conceptual de Hanffmann–Kasanin. El entrenamiento en utilización de los aparatos mencionaba aquellos para evaluar psicomotricidad, tiempo de reacción con cronoscopios, tremómetros, dexterímetros; atención con el aparato de Riccosay, y el test de Zazzo. Es decir, al igual que ha sucedido con los primeros laboratorios de psicología experimental argentinos organizados por Piñero (Klappenbach, 1996), e incluso con otros laboratorios de Sudamérica de la época que estamos estudiando (Cirino, Miranda & Cruz, 2011), estos aparatos de laboratorio francés montados en el instituto sanluiseño, sirvieron a los fines didácticos, para que los alumnos experimentaran fenómenos y comprendieran los fundamentos teóricos que los explicaban, y se mantuvieran permeables a una cultura científica.

Así, señalaremos cinco puntos de contacto entre la concepción de la psicología de Horas y la psicología experimental francesa y de Fraisse. Primero, la concepción monista que enfatizaba la unidad bio-psico-social de la persona. Segundo, el objeto de la Psicología: la Personalidad (Persona/s) y el papel de síntesis de la conciencia, lo cual se puede evaluar mediante el comportamiento desde sus bases fisiológicas, cognitivas, socioculturales, e históricas. Tercero, la visión de pluralidad y unidad de la psicología. Cuarto, la importancia del método experimental en la búsqueda de leyes del comportamiento, y de los tests mentales como aplicación de la ciencia psicológica en diversas áreas. Quinto, la tarea institucionalizadora de una ciencia psicológica autónoma de la filosofía y la medicina, y en el caso de Argentina, también del psicoanálisis.

En este mismo período, el Instituto dirigido por Horas estaba llevando a cabo una fuerte política de formación de recursos humanos en el exterior o con profesores extranjeros visitantes, que se sostuvo al menos entre 1958 y 1975, con mayor intensidad entre 1962 y 1966. De dicha política resultaron los primeros doctorados en psicología, nuevos modelos psicológicos y campos de investigación. Esa “nueva guardia” puntana recibió aportes de la Psicología Experimental Inglesa en el campo de la evaluación de personalidad (Mikusinski–Eysenck) y de los procesos psicológicos básicos y la audición (Barbenza–W. Tempest), de la psicología experimental norteamericana, incorporando a los instrumentos de evaluación del comportamiento la caja de Skinner (Alaggia), la exploración de actitudes desde el enfoque de Robert

Kastenbaum y también de las técnicas Proyectivas como Rorschach y Test de Relaciones Objetales de Philipson (Mikusinski). Por la vía de movimientos estudiantiles locales que Horas supo capitalizar, se recibieron enfoques conductistas, neoconductistas y autores rusos y soviéticos (Calabresi & Polanco, 2008). Mediante cursos de posgrado con profesores visitantes (Rubén Ardila, Ricardo Rojas, Antonio Battro), se conoció el análisis experimental del comportamiento y la psicología cognitiva (Piñeda, 2010).

Discusión

En síntesis, en Argentina fue significativa la recepción de la psicológica básica y aplicada y la tecnología de laboratorio francesa, por cuya vía ingresaron cuantiosos textos de psicología. Algunos de éstos ayudaron a la difusión las prácticas psicotécnicas en torno a las cuales se fue formando y desarrollando inicialmente una comunidad científica. Sin embargo, el comportamentalismo francés no parece haber seguido siendo el hilo conductor de los modelos de psicología construidos en las carreras de psicología argentinas donde, en general, los modelos experimentales fueron marginados.

Sin embargo, en San Luis, desde el enfoque troncal de la evaluación de la personalidad, esta vertiente abrió camino a la institucionalización de la psicología como ciencia y profesión, primero en el campo educativo, y luego en otras áreas. Los aparatos de laboratorio franceses utilizados didácticamente, introdujeron en San Luis una cultura científica y un modo peculiar de comprensión de la personalidad y del comportamiento global que luego se fue enriqueciendo desde otras perspectivas. Dada la continuidad del núcleo docente organizador de la carrera de Psicología durante más de tres décadas, el modelo de la evaluación de la personalidad y del comportamiento acuñado bajo el molde psicotécnico, siguió siendo el basamento de la investigación científica en San Luis aún cuando se recibieron nuevos aportes de otras vertientes experimentales. Este hecho a su vez pudo haberse visto reforzado, porque en el período que estamos analizando el rol indiscutido propiamente del psicólogo — al que le era vedado “curar”, lo cual estaba reservado al médico —, era psicodiagnosticar, o en otros términos: evaluar.

Cabe interrogarse si este patrón también se mantuvo en los pocos centros de investigación psicológica que existían, en la época en que la psicología argentina hecha por psicólogos era esquivada a los laboratorios.

Referencias

- Ardila, R. (1975). La Psicología en Argentina. Pasado, presente, futuro. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 11(1), 71-1.
- Ardila, R. (1997). Paul Fraisse (1911–1996). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 29 (1), 179-180.
- Calabresi, C., & Polanco, F. (2008). Un precedente de la Psicología conductual en la Universidad Nacional de San Luis (Argentina). *Memorandum*, 15, 52-60.
- Carroy, J. (2013). Alfred Binet visto desde Francia en la primera mitad del siglo XX. *Revista de Historia de la Psicología*, 43(1), 25-38.
- Cirino, S. D., Miranda, R. L., & Cruz, R. N. (2011). The beginnings of behavior analysis laboratories in Brazil: a pedagogical view. *History of Psychology*. Advance Online Publication. Doi: 10.1037/a0026306
- Cirino, S. D., Miranda, R. L., & Souza Júnior, E. J. (2012). The laboratory of experimental Psychology: establishing a psychological community at a Brazilian university. *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 135-142.
- Cortada, N. (1978). La Psicología en la República Argentina. In R. Ardila (Ed.), *La profesión del psicólogo* (pp. 30-42). México: Trillas.
- Dagfal, A. (2002). La naissance d'une 'conduite à la française': de Ribot à Janet. *L'Évolution psychiatrique*, 67(3), 591-600.
- Dagfal, A. (2004). Para una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. *Frenia*, 4(2), 7-16.
- Dagfal, A. (2009). *Entre París y Buenos Aires: La invención del psicólogo (1942-1966)*. Buenos Aires: Paidós.
- Eisenbruch, R., Eisenbruch, M., & Kazdin, A. E. (Eds.). (2000a). Fraisse Paul. In *Encyclopedia of Psychology* (Vol. 3, pp. 391-395). Washington DC: American Psychological Association; Oxford University Press.
- Eisenbruch, R., Eisenbruch, M., & Kazdin, A. E. (Eds.). (2000b). France. In *Encyclopedia of Psychology* (pp. 391-395, Vol. 3). Washington DC: American Psychological Association; Oxford University Press.
- Fernández, M., & Travieso, D. (2006). Paul Fraisse y la Psicología del Ritmo. *Revista de Historia de la Psicología*, 27(2/3), 31-43.
- Fraisse, P. (1960). *Manual Práctico de Psicología Experimental*. Buenos Aires: Kapelusz.

- Fraisse, P. (1969). Hacia la unificación de la ciencia psicológica. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 1(1), 1-12.
- Fraisse, P. (1970). French origins of the Psychology of Behaviour: the contribution of Henri Piéron. *Journal of the History of Behavioral Science*, 6, 111-119.
- Fraisse, P. (1983a). Autobiografía. *Revista de Historia de la Psicología*, 4(1), 5-20.
- Fraisse, P. (1983b). Datos biográficos y bibliográficos. *Revista de Historia de la Psicología*, 4(2), 179-188.
- Fraisse, P., & Piaget, J. (1966). *Tratado de Psicología Experimental*. Buenos Aires: Paidós.
- Fruteau de Lacos, F. (2013). La epistemología de los psicólogos. Piaget y los Meyerson. *Revista de Historia de la Psicología*, 34(1), 59-80.
- Gentile, A. (2003). *Ensayos históricos sobre psicoanálisis y psicología*. Rosario: Fundación Ross.
- Girao, M. (2008). Mi experiencia en carrera científica: Historia de un proyecto pionero. Encuentro Hispano-Argentino de Científicas. *Mujeres de la Ciencia: dos continentes*. Mimeo. Retirado de: http://www.lis.secyt.gov.ar/referencias/2008_MiExperienciaEnCarreraCientifica.pdf
- Horas, P. (1949). Ambición y limitaciones del los tests psicológicos. *Revista de la Asociación de empleados del Banco Mixto de San Luis*, 2(6), 1-6.
- Horas, P. (1955). El hombre total como motivo de la Psicología contemporánea. *Actas del Primer Congreso Argentino de Psicología* (pp. 245-254). Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.
- Horas, P. (1981). Current status of Psychology in Argentina. *Spanish Language Psychology*, 1, 357-364.
- Klappenbach, H. (1996). Prólogo a "La psicología experimental en la República Argentina" de Horacio Piñero. *Cuadernos Argentinos de Psicología*, 2(1/2), 239-268.
- Klappenbach, H. (2000). El título profesional de psicólogo en Argentina. Antecedentes históricos y situación actual. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 32(3), 419-446.
- Klappenbach, H. (2001a) Dos editoriales en los comienzos de la profesionalización de la Psicología en Argentina. *Memorandum*, 1, 61-71. Acceso en 20 de marzo de 2014, en: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos01/klappenbach01.htm>
- Klappenbach, H. (2001b). *La Psicología en Argentina: 1940-1958. Tensiones entre una psicología de corte filosófico y una psicología aplicada*. Tesis doctoral no publicada, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.
- Klappenbach, H. (2002). La psicología en la Argentina en el período de entreguerras. *Saber y Tiempo. Revista de Historia de la Ciencia*, 13, 133-162.
- Klappenbach, H. (2003). La globalización y la enseñanza de la psicología en la Argentina. *Psicología em Estudo*, 8(2), 3-18.
- Klappenbach, H. (2006a). Recepción de la psicología alemana y francesa en la temprana psicología argentina. *Mnemosine*, 2(1), 75-86.
- Klappenbach, H. (2006b). Periodización de la psicología en Argentina. *Revista de Historia de la Psicología*, 27(1), 109-164.
- Klappenbach, H. (2011). Historias locales de la psicología. Plácido Horas y las primeras investigaciones en Psicología en San Luis, Argentina. *Memorandum*, 21, 62-74.
- Lores Arnaiz, M. R. (2005). Un aporte original: la concepción de la psicología en el positivismo argentino. *Anuario de Investigaciones*, 8, 227-233.
- Misiak, H., & Staudt, V. (1954). *Catholics in Psychology. A Historical Survey*. New York: McGraw-Hill.
- Papini, M. (1976). Datos para una historia de la psicología experimental argentina (hasta 1930). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 8(2), 319-335.
- Papini, M. (1978). La psicología experimental argentina durante el período 1930-1955. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 10(2), 227-258.
- Papini, M., & Mustaca, A. (1979). La psicología experimental argentina entre 1956 y 1978. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 11(3), 349-361.
- Piéron, H. (1908). L'évolution du psychisme et l'étude objective du comportement. *Revue du Mois*, 3, 291-310.
- Piéron, H. (1952). Henri Piéron. In E. Boring, H. Werner, H. Langfeld & R. Yerkes (Eds.), *A history of Psychology in autobiography* (Vol. IV, pp. 97-121). Massachusetts: Clark University Press.
- Piñeda, M. A. (2005a). El concepto de conducta y la psicología neoescolástica argentina: 1930 y 1960. *Revista Perspectivas en Psicología*, 2(2), 89-97.
- Piñeda, M. A. (2005b). El impacto de la psicología neoescolástica experimental en la psicología argentina a través de textos de psicología de circulación en el país: 1935-1965. *Memorandum*, 8(1), 88-105.
- Piñeda, M. A. (2007a). Plácido Alberto Horas, los cursos de Psicología I y II y los inicios de la carrera de Psicología en San Luis. *Revista de Psicología*, 3(5), 89-97.
- Piñeda, M. A. (2007b). Recepción e impacto del psicoanálisis en San Luis en los inicios de la profesionalización de la Psicología. *Revista Universitaria de Psicoanálisis*, 7, 247-262.

- Piñeda, M. A. (2010). Inicios de la Psicología como ciencia del comportamiento en San Luis (Argentina). *Revista Argentina de Ciencia del Comportamiento*, 2(1), 24-33.
- Piñeda, M. A. (2012a). Psychology publications by professors at Argentine Psychology Programs: 1958–1982. *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 111-122.
- Piñeda, M. A. (2012b). Modelos de formación en Psicología y perfiles de psicólogo. El caso de Eva Mikusinski. *Revista Diálogos*, 3(1), 7-21.
- Pizarroso López, N. (2013). De la historia de la filosofía a la psicología del misticismo. Los primeros trabajos de Henri Delacroix. *Revista de Historia de la Psicología*, 34(1), 81-110.
- Plas, R. (2013). ¿Un momento spenceriano en los orígenes de la psicología “científica” francesa? La herencia psicológica de Théodule Ribot. *Revista de Historia de la Psicología*, 34(1), 9-24.
- Rimoldi, H. (1995). Testimonio autobiográfico. *Cuadernos Argentinos de Historia de la Psicología*, 1(1/2), 275-300.
- Rossi, L., Falcone, R., Kirch, U., Rodríguez Sturla, P., Luque, E., Diamant, A., & Sommer, V. (2001). *Psicología: su inscripción universitaria como profesión*. Buenos Aires: Eudeba.
- Siguán, M., & Kirchner, M. (2001). Georges Dwelshauvers. Un psicólogo flamenco en Cataluña. *Anuario de Psicología*, 32(1), 89-108.
- Talak, A. M., & García, P. (2004). Las mediciones estadísticas en la producción de conocimientos psicológicos en Argentina (1900-1930) y sus vinculaciones con las investigaciones psicológicas en Europa y Estados Unidos. In R. A. Martins, L. A. C. P. Martins, C. C. Silva & J. H. M. Ferreira. (Eds.), *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC (pp. 36-46).
- Universidad Nacional de Córdoba. (1970). Guía de Investigaciones. *Boletín de la Escuela de Psicología*, 1, 7-41.
- Yela, M. (1996). La estructura de la conducta. Estímulo, situación y conciencia (Discurso de recepción pública de Mariano Yela como Académico de número de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, 5/11/74). *Psicothema*, 8, 89-147.

Dirección institucional:

Ejército de los Andes 950, Edif. Plácido Horas (4to Bloque), 2º piso, box 71
 CP 5700 – San Luis/Argentina
 E-mail: mapineda@unsl.edu.ar

Recibido em 04/06/2013

Revisto em 25/01/14

Aceito em 27/01/14

* Este trabajo se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación “Incidencia de publicaciones periódicas y colecciones editoriales de psicología en la formación del psicólogo en Argentina: 1954-1984”, dirigido por el Dr. Hugo Klappenbach (CONICET – Universidad Nacional de San Luis), subsidiado por la Secretaría de Ciencia y Técnica de la Universidad Nacional de San Luis; Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, y Proyectos de Investigación Plurianuales (PIP) del CONICET.

O Trabalho Antropológico de Max Wertheimer e a Psicologia da Gestalt

Max Wertheimer's Anthropological Work and Gestalt Psychology

Flávio Vieira Curvello¹
Arthur Arruda Leal Ferreira¹

Resumo

Este artigo pretende considerar a maneira como é habitualmente apresentada a ruptura do gestaltismo com a Psicologia que o precede e encontrar no trabalho antropológico de Max Wertheimer, especificamente no texto *Über das Denken der Naturvölker*, elementos que possam enriquecer esta narrativa e nos permitam olhá-la de maneira um pouco diferente. Para tanto, consideraremos como Wertheimer descreve as maneiras ditas primitivas de compreensão da quantidade e como ele encontra nelas propriedades específicas de todo. Essas propriedades de todo mostram claramente que ele já estava preocupado com problemas que seriam mais explicitamente apresentados depois, nos bem conhecidos trabalhos da Escola de Berlim em Psicologia da percepção.

Palavras-chave: Psicologia da Gestalt; antropologia; Psicologia experimental; história da Psicologia; matemática.

Abstract

This paper aims at considering the manner through which the rupture between Gestalt Psychology and the psychologies that precede it is usually presented. It aims also at finding in Max Wertheimer's anthropological work, more specifically in the text *Über das Denken der Naturvölker*, some elements which may enrich this narrative and allow us to look at it in a slightly different way. In order to do that, we will consider how Wertheimer describes the so-called primitive ways of comprehending quantity and how he finds out in them distinctive whole-properties. These whole-properties clearly show that he was already concerned with problems that would be more explicitly presented later, in the well-known works of the Berlin School in Psychology of perception.

Keywords: Gestalt Psychology; anthropology; experimental Psychology; history of Psychology; mathematics.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasil

Considerações Preliminares

Como diversos manuais de história da Psicologia bem indicam, um dos critérios centrais da oposição feita pelo gestaltismo, tal como formulado pela Escola de Berlim, à Psicologia que o precede é a defesa de uma compreensão dos dados gerais da experiência imediata que não reduza esta a um simples agregado de elementos sensoriais oriundos de excitações periféricas discretas. Se no médio dos psicólogos experimentais do fim do século XIX encontramos a afirmação de que a vida consciente não é senão um fluxo de dados materiais, empíricos, que se organizam por meio da ação de um fator psíquico associativo, que lhes imprime forma e permite surgir como objeto efetivo de uma dada experiência, nos trabalhos desenvolvidos por Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler, sobretudo, encontramos a posição, diametralmente oposta a esta, de que a experiência é algo sempre já organizado, que possui os seus próprios critérios

imanentes de estruturação, os quais não podem ser confundidos com nenhuma atividade sintética a partir de elementos prévios. A um modelo que entende a experiência como produto tardio de certas atividades psíquicas dirigidas a sensações, portanto, o gestaltismo opõe um modelo que entende a experiência como uma totalidade harmônica, econômica, fechada e que deve ser considerada antes nessa condição pela qual nos aparece — isto é, em sua configuração imediata, atual, da qual toda qualidade sensorial possível não passa de abstração. Não tanto uma composição meramente aditiva (*Undverbindung*), em que elementos discretos se somam uns aos outros sem que a sua própria inter-relação os altere, o objeto seria marcado pela suprassomatividade (*Übersummativität*), ou por um “ser categorialmente diferente de uma simples soma”, “ser algo cujas propriedades gerais são função expressa do conjunto dado”. Essa oposição, resumida na afirmação de que a experiência presente é uma *Gestalt* cujas partes são sempre dependentes do todo

e não um produto sintético em que as próprias partes são condição genética de uma totalidade, é usualmente tomada como o critério pelo qual o gestaltismo pôde romper com a Psicologia que o precede e se firmar como um novo paradigma nessa ciência no início do século XX.

Essa ruptura, vale salientar, não se deu apenas com os trabalhos oriundos da Psicologia elementarista, mas também com os próprios esforços iniciais de se fundamentar uma Psicologia gestaltista. Em seu artigo *Über Gestalqualitäten*, de 1890, Christian von Ehrenfels (2007), um dos responsáveis pela introdução do termo *Gestalt* nos estudos da percepção, considerou que determinados fenômenos que nos surgem à consciência, como uma melodia qualquer, possuem propriedades de conjunto, referentes a um determinado “arranjo” dos diferentes elementos sensíveis dados e irreduzíveis às propriedades oriundas de cada elemento individualmente considerado. Se percebemos uma melodia como algo contínuo, fluido, marcado por frases específicas, que nos comunica um tom afetivo qualquer e que possui pontos de tensão, condução e relaxamento, temos consciência justamente de suas propriedades de conjunto, as quais não podem ser reduzidas a uma nota qualquer que componha a melodia em questão. Apesar de reconhecer tal especificidade nos fenômenos acústicos citados, o psicólogo os explica ainda pelo recurso a elementos sensoriais prévios, a qualidade formal sendo resultado de certa intervenção da memória no campo perceptivo, a qual guardaria junto às sensações atualmente dadas vestígios representacionais das sensações há pouco dadas, alterando a simplicidade dos conteúdos daquelas e permitindo o seu reconhecimento como partes de uma totalidade que se desdobra no tempo. O esquema sintético e a ênfase em elementos materiais a partir dos quais essas sínteses são operáveis não é abandonado, portanto. Essa relação de afastamento parcial em relação ao modelo psicológico de seu tempo marcaria não apenas as ideias de Ehrenfels, mas também as primeiras correntes gestaltistas, como as Escolas de Graz e Leipzig (Penna, 1978). A interpretação berlinense do conceito, portanto, seria singular também em relação a estas.

O marco introdutório dessa nova posição teriam sido os *Experimentelle Studien über das Sehen von Bewegung*, de Max Wertheimer (2012a), publicados em 1912, nos quais a percepção visual do movimento foi estudada a partir dos chamados

fenômenos estroboscópicos. Nestes, bastante comuns em pequenos brinquedos já populares em fins do século XIX, como o fenacístoscópio, o taumatrópio e o praxinoscópio¹, bem como no cinema, o que teríamos seria uma curiosa percepção de movimento suscitada pela apresentação, a certa velocidade, de imagens ou estímulos estáticos. Perceberíamos como continuidade, sequência harmônica e orientada, o que não deveria se dar senão como intermitência, descontinuidade. Ao examinar as condições de ocorrência desse fenômeno, o qual foi batizado de “fenômeno *phi*” pelo pesquisador e no qual teríamos um claro descompasso entre as condições físicas de estimulação do aparelho sensorio e as percepções resultantes, Wertheimer teria efetuado o passo fundamental para que o dado psicológico (*das psychisch Gegebene*) fosse estudado antes a partir de seus critérios imanentes de estruturação do que por sua possível adequação a um estado de coisas físico, extrafenomenal, reputadamente mais legítimo. A sequência imediata disso foi a ampla realização de estudos experimentais, com forte orientação descritiva, nos quais as leis de organização da experiência seriam pouco a pouco descortinadas, surgindo nos diversos textos da escola escritos ao longo da década de 1920.

Ainda que breve, temos nessa narrativa a substância do que teria sido a ruptura e a possível superação da Psicologia elementarista e do gestaltismo incipiente pelas propostas berlinenses. Nosso propósito neste artigo, no entanto, não é considerar precisamente esse movimento ou qualquer um de seus impactos no cenário psicológico que o sucede, mas sim tomá-lo como ponto de partida para um movimento regressivo, o qual, em nosso entendimento, pode nos ajudar a compreender melhor as origens do pensamento daquela escola. Nosso propósito, portanto, é retornar a um dos trabalhos pré-gestaltistas de Wertheimer, a saber, *Über das Denken der Naturvölker: I. Zahlen und Zahlgebilde*, também de 1912, e buscar nele o instrumental para tanto. Dessa maneira, o que fazemos aqui é basicamente oferecer uma interpretação do texto supracitado e argumentar em favor da existência, já nos trabalhos antropológicos de Wertheimer, de concepções gestaltistas consideravelmente afins às que serão depois formalmente apresentadas em seus estudos sobre percepção. Essa tese geral já foi aventada por

¹ Para uma exposição abrangente desses instrumentos, conferir Cray (2012).

trabalhos recentes em história da Psicologia, como *Gestalt Psychology in German Culture (1890-1967)*, de Mitchell Ash (1998), e *Max Wertheimer and Gestalt Theory*, de Brett King e Michael Wertheimer (2009), sendo nosso propósito contribuir para a sua defesa. Sabemos do risco de uma leitura histórica retrospectiva, ao recuar a proposta de um conceito a um marco anterior apontando para intenções prévias, precursores ou antecipadores (Canguilhem, 1977). Sem buscar de qualquer modo uma intenção original, sem sequer vagamente apresentá-la, o que pretendemos é defender a nossa posição com elementos extraíveis de um exame denso do referido texto de Wertheimer.

As Estruturas do Pensamento Primitivo

O texto *Über das Denken der Naturvölker*, publicado no mesmo periódico e no mesmo ano em que os *Experimentelle Studien über das Sehen von Bewegung*, pertence a um período de transição do pensamento de Max Wertheimer. Entre os anos de 1905 e 1910, o pesquisador se afastou dos problemas criminológicos abordados em seu doutoramento — obtido em Würzburg sob supervisão de Oswald Külpe e inserido nas contribuições da tese do “pensamento sem imagem” à Psicologia experimental, consistindo basicamente na proposta de um método de interrogatório de suspeitos fundamentado pela Psicologia da associação. Naquele período, por ocasião desse afastamento, ele se dedicou a pequenos estudos sobre condições patológicas específicas — como a alexia, a afasia e a cegueira cortical — junto a instituições neuropsiquiátricas e neurológicas, bem como a estudos de caráter antropológico, dentre os quais se destaca a análise da música dos Veddas, uma tribo do Ceilão cujo sistema musical seria considerado um dos mais simples já observados (Ash, 1998).

O texto que buscamos analisar aqui se insere nesse momento do percurso intelectual de Wertheimer, anterior à sua dedicação prioritária ao estudo da percepção, consistindo em uma investigação antropológica acerca das formas características do pensamento matemático e da concepção de número entre as civilizações ditas primitivas — as quais se definem por hábitos, valores, tradições e crenças radicalmente afastadas daquelas difundidas entre os povos ocidentais. Seu ponto de partida é a afirmação da impertinência da pergunta acerca de quais, dentre os números e as operações matemáticas de *nossa* cultura, estão presentes no pensamento daquelas civilizações,

uma vez que tal perspectiva, essencialmente etnocêntrica, validaria já de saída os critérios pelos quais opera a *nossa* cognição e os tomaria como parâmetro para avaliar a correção dos critérios divergentes. Em oposição a isso e como fio condutor de toda a sua argumentação, Wertheimer busca defender a ideia de que nossas formas de pensar matematicamente — ou, ainda, nossas formas de pensar em geral — são derivadas de nossa inserção cultural, da estrutura e do conjunto de heranças sociais em que nos desenvolvemos. A diferença imposta pela cultura na gênese das formas de pensamento seria, nesse sentido, de princípio, e não de grau — seria uma diferença categorial e que autonomizaria completamente cada agrupamento social, permitindo-lhe ser avaliado apenas por seus critérios internos, e não a partir da admissão de um quadro referencial externo ao qual ele deveria se adequar. Desse modo, seriam inteiramente desinteressantes para os propósitos do psicólogo aquelas perspectivas antropológicas que veem no pensamento primitivo tão somente uma versão menos evoluída de nosso pensamento². E é exatamente por essa consideração das formas culturais distintas como objetos de análise *sui generis* que Wertheimer (1912/1969) busca orientar sua argumentação³. Vejamos como ela se desenvolve.

² De que é exemplo a chamada tese do pré-logismo dos povos primitivos, representada por Lévy-Bruhl (King & Wertheimer, 2009).

³ Devemos ressaltar aqui um problema de tradução que nos parece relevante para a devida compreensão dos argumentos de Wertheimer. Como já registra o próprio título do trabalho aqui analisado, o psicólogo se refere ao pensamento dos *Naturvölker*, ou dos povos cujo *modus vivendi* é mais estreitamente conectado com a natureza do que o modo tipicamente ocidental e contemporâneo. Em nossos estudos, encontramos três traduções distintas do termo *Naturvölker* para o inglês: Ellis, tradutor de Wertheimer (1912/1969), refere-se a *primitive people*, optando pela tradução mais imediata; Ash (1998), a “*primitive people*”, com aspas, ou a *naturally thinking people*, importando algo do tema do artigo — a análise do pensamento — para a própria expressão; e King e Michael Wertheimer (2009), a *aboriginal people*, empregando um adjetivo habitualmente de uso mais restrito como se ele fosse efetivamente um adjetivo geral. Optamos por manter a tradução “povo” ou “pensamento primitivo”, ainda que, tomados isoladamente, os termos possam sugerir um etnocentrismo ausente nas investigações de Wertheimer. Cremos que, se o psicólogo for levado a sério quando busca afirmar que o estudo das formas de pensamento culturalmente circunscritas deve se dar pela consideração de cada cultura como âmbito *sui generis* de análise, essa impressão será desfeita e não lançará dificuldades à leitura do presente artigo. Não haveria nada como uma diferença evolutiva entre as formas de pensamento dos primitivos e as nossas, como buscaria afirmar o já citado pré-logismo.

Pensamento Quantitativo Não Formal, Grupos Naturais e Estruturas

Seu primeiro passo é mostrar uma forma específica de experiência de quantidade que se afasta claramente do raciocínio matemático formal. Para tanto, Wertheimer não passa diretamente a exemplos culturalmente estranhos a nós, permanecendo, em vez disso, nos limites do pensamento não primitivo. De acordo com ele, a contagem como adições sucessivas de uma unidade ela mesma invariável (1+1+1...) não é o único fator na gênese dos números, da mesma maneira que o ideal de transferência universal do pensamento, a criação de uma linguagem inteiramente unívoca e intocada por parcialidades de quaisquer ordens, não é o ideal necessário de todo pensamento numérico. Há estruturas diferentes e menos abstratas que as nossas estruturas numéricas que são usadas em pensamentos que envolvem números, não havendo distanciamento delas em relação aos contextos naturais e ordinários de que derivam. Wertheimer oferece exemplos. Na construção de uma cabana, certa quantidade de vigas de sustentação é necessária para que a armação se erga, e essa quantidade surge como parte intrinsecamente ligada à ideia de cabana, não sendo, muitas vezes, necessário contá-la ou pensar abstratamente para verificar o seu pertencimento. O mastro de uma embarcação é erguido por três estais, colocados sempre em sentido longitudinal, e o navegador não precisa de nenhum desempenho intelectual ou de nenhum cálculo para reconhecer que a ideia de mastro traz em si a necessidade desse suporte. Um membro de uma determinada família que se ausenta do jantar tem sua ausência prontamente notada, não sendo necessário que nenhum dos presentes conte quantos membros estão ali para depois inferir a ausência de um deles em específico. Um quadrado é apreendido imediatamente como tal, sem que precisemos contar o número de lados e ângulos de uma figura a princípio irreconhecível, constatar que ambos são quatro e inferir daí que se trata de um quadrado. Em todos esses casos, Wertheimer explica, há uma espécie de compreensão tácita da quantidade presente em uma determinada ideia, e nunca uma exigência de atividade cognitiva para que se chegue à consciência daquela quantidade. *Compreendemos a quantidade pelo seu valor funcional dentro de uma totalidade já caracterizada por um sentido, e não pelo seu valor numérico puro, não por operações do pensamento formal que a ele se voltam.*

Dentre esses agrupamentos que simplesmente se nos mostram como tais, há os chamados “grupos naturais”, que expressam a união de um ou mais objetos a partir de uma relação significativa específica que se afirma em seu simples aparecer conjunto, abrindo espaço para uma ideia de mútuo pertencimento. A estrutura de “par” é exemplo disso, uma vez que ela pode dispor sobre relações de *simetria* entre objetos, como no caso de dois pingentes; relações de *utilidade*, como no caso de dois olhos ou dois sapatos ou, ainda, de quaisquer outros órgãos ou itens de mesma função; relações *familiares*⁴, como em um casal etc. Aparentemente, qualquer critério material que mostre duas coisas determinadas como duas coisas enlaçadas por um sentido comum, intimamente conectadas, irmanadas, é um critério que nos põe perante a estrutura de par. Ainda outros grupos naturais podem ser vistos quando os objetos experimentados aparecem em relações qualitativas ou espaciais específicas que favoreçam um dado agrupamento para eles. Objetos idênticos ou de natureza similar tenderiam a se agrupar naturalmente, da mesma maneira que objetos dispostos proximamente no espaço. Neste sentido, duas árvores situadas lado a lado e uma outra árvore um pouco mais distante não seriam um conjunto fechado, composto por três árvores, mas sim dois conjuntos, um composto por um par de árvores logo adiante e outro por uma árvore isolada mais além. Não será difícil observar aqui uma presença algo tímida dos pensamentos que, posteriormente formalizados, constituirão os fatores gestálticos de proximidade (*Faktor der Nähe*) e igualdade (*Faktor der Gleichheit*), introduzidos nas *Untersuchungen zur Lehre von der Gestalt II*, de Wertheimer (1923/2012b).

É a partir dessas primeiras elucubrações, misturadas a uma quantidade generosa de exemplos, que o psicólogo introduz a capital distinção entre *números e estruturas (Gebilde)*:

Números são aplicáveis a qualquer coisa e a todas as coisas, a quaisquer objetos, arranjos ou grupos arbitrários, e eles próprios são, em todos os casos, os mesmos. *Estruturas*, por outro lado, são relevantes apenas para agrupamentos ou relações naturais entre partes e seu todo (Wertheimer, 1912/1969, p. 266).

⁴ Wertheimer diz “biológicas”.

Trata-se, nas chamadas estruturas, de uma recondução do raciocínio que envolve a apreensão de quantidade às condições materiais em que ele ocorre ou sobre as quais ele se aplica. Essas condições definem o campo de alterações possíveis do raciocínio, os limites aos quais ele deve sempre se submeter, posto que, se não o fizer, excederá o que lhe confere origem, alienar-se-á de sua razão própria e deixará, portanto, de ser. Em uma formulação mais econômica, podemos dizer que o raciocínio ocorre se e apenas se estiver em íntima conexão com o plano empírico. Dois dedos, como o polegar e o indicador, dois homens quaisquer, dois guerreiros podem ser considerados pares, mas não um filho e sua mãe, não um homem e um cavalo. Aqueles constituem diferentes estruturas de par e têm o sentido dessa estrutura garantido por relações inteiramente específicas aos objetos conjugados, mas são, não obstante, todos eles pares. Nos dois últimos exemplos, essa relação de mútuo pertencimento não se afirma. Em um raciocínio extravagante, poder-se-ia dizer que dois homens juntos são um par, bem como dois cavalos juntos, mas que um homem e um cavalo só compõem um par necessariamente dessemelhante: o de um cavaleiro e sua montaria.

Após essas considerações sobre exemplos que podem se dar no seio de nossa própria cultura, Wertheimer passa a considerar mais precisamente o pensamento primitivo. Nesse movimento, ele parece diagnosticar que as formas de pensamento quantitativo que destoam do pensamento matemático formal, indicadas como uma *possibilidade* em nossa configuração cultural, são uma *necessidade* para outras culturas. A operação numérica ou intelectual em geral é impossível de ocorrer entre certos povos se não estiver enraizada em atualidades, em um mundo natural, empírico. Para introduzir adequadamente esse caso, o psicólogo busca ilustrar como outras dimensões do pensamento formal do primitivo também se encontram na mesma condição, dependendo estritamente das efetividades que as cercam. Uma situação que mostra esse constrangimento é encontrada no caso do professor que prescreve ao aluno primitivo uma tarefa que nos parece bastante trivial e de fácil execução, apenas para vê-lo aturdido e impossibilitado de cumpri-la. Pediu-se a um menino indiano que traduzisse a frase “O homem branco abateu seis ursos hoje” e ele se recusou, mostrando-se incapaz de fazê-lo simplesmente por crer que nenhum homem poderia abater seis ursos em um só dia. Ainda que o raciocínio aqui não seja

de caráter matemático, mas apenas uma operação linguística formal, ele indica a impossibilidade de a criança abstrair dos fatos mundanos para cumprir o que lhe era requisitado. Ser implausível, inverossímil, não ter lugar em um mundo efetivo implica necessariamente ser inconcebível, intelectualmente inexprimível: “Onde não houver relação natural, nenhuma conexão relevante e vividamente concreta entre as coisas mesmas, não há também conexão lógica e nenhuma manipulação lógica destas coisas é possível” (Wertheimer, 1912/1969, p. 267)⁵.

Outro exemplo, ainda que menos forte, pode ser encontrado em perguntas do tipo “Que são x e y ?”, em que ambas as variáveis são objetos que podem ser agrupados em uma categoria comum. Dirigidas ao primitivo, têm-se diversas respostas que agrupam as variáveis em uma categoria que poderia ser indicada também pelo homem civilizado, mas outras que não: se x é cão e y é gato, uma resposta recorrente em ambas as culturas seria “bichos de estimação”, mas o primitivo poderia, eventualmente, responder “inimigos”. Nesse caso, o valor culturalmente atribuído às duas espécies surge como mais relevante na significação do conjunto do que as outras formas possíveis de significação que têm menor especificidade cultural, que são frequentes também em outros grupamentos sociais. Trata-se ainda de um encerramento da cognição às condições concretas de vida de um povo, isto é, de uma aplicação claramente não abstrata do pensamento ao dado⁶.

Tipo, Outras Estruturas Numéricas e Operações com Estruturas

Esses exemplos conduzem Wertheimer a considerar as possibilidades gerais de se combinar ou arranjar itens em um determinado conjunto, realizando, em poucos parágrafos, um esboço

⁵ Luria (1976), de uma certa forma, também vincula a solução corriqueira de silogismos a situações concretas. À diferença de Wertheimer, esse autor vincula essa forma de solução de problema a um modo mais primitivo.

⁶ Consideramos esse exemplo menos forte porque ele não nos mostra uma impossibilidade concreta da cognição, como o exemplo anterior, mas sim uma dificuldade em abrir mão dos critérios materiais de significação mais imediatamente acessíveis em prol de outros critérios ainda materiais, mas que são menos próximos. A simples troca de critérios ou de conteúdos norteadores do pensamento nos parece menos relevante para mostrar a tese de Wertheimer do que o efetivo bloqueio intelectual apontado no caso anterior. Isso também limita o alcance do termo “abstração”, usado para caracterizar a possibilidade de troca em nossa última sentença.

de mereologia. Mais uma vez, ele introduz seu raciocínio por exemplos. Se quatro maçãs se encontram sobre uma mesa e uma quinta repousa sobre elas, podemos enxergar no conjunto perante nós a forma de um pentágono ou simplesmente um amontoado de maçãs, sem uma forma muito definida. De todas essas configurações possíveis — tanto aquela mais obediente à figuração geométrica quanto as tantas outras que lhe escapam —, seria possível, de acordo com Wertheimer, extrair um “tipo”, uma generalidade maior à qual elas estariam todas submetidas. Essa generalidade não se limitaria a prescrever a quantidade de variações reais possíveis na configuração do objeto, mas mostraria também algo como a existência de um valor intrínseco a certas configurações em detrimento de outras. É precisamente aqui que o psicólogo esboça algumas de suas primeiras considerações sobre as leis da forma:

Em geral, toda ‘*Gestalt*’ evidencia certa variabilidade, ou, como se diz em lógica, certa ‘latitude’. Um quincunce⁷ presta-se a uma grande variedade de intervalos, proporções, semelhanças entre suas partes materiais, etc., sem perder seu caráter original de quincunce. Mas algumas destas variáveis normalmente funcionam em conjunto de maneira mais adequada que outras. Um arranjo em particular tem seus graus de estabilidade e precisão de acordo com o predomínio de umas e não de outras variáveis. Não é verdade, entretanto, que daí se extrai um ‘conceito’ geral (isto é, através de eliminação lógica ou abstração de diferenças) que é mais pobre em conteúdo, isto é, com conotação mais estreita do que suas espécies. Em vez disto, há um ‘análogo conceitual’ geral e complexo da quinquidade em vários (mas não em ilimitados) arranjos. É o mesmo com o retângulo. Para percebermos um retângulo, não precisamos observar a retidão de seus ângulos e a existência de quatro lados nele. Em vez disto, percebemos o tipo ‘retângulo’, seja a

figura particular grande ou pequena, larga ou estreita, vertical ou horizontal (Wertheimer, 1912/1969, p. 268).

Que podemos depreender dessas afirmações? Parece-nos que, acerca dos “tipos” que podemos encontrar nas diferentes maneiras de organizar dado conjunto de objetos, duas características principais se fazem notar. A primeira delas é o fato de o tipo privilegiar determinada disposição de seus conteúdos parciais em detrimento de outras, ainda que esteja, perante as organizações mais adequada e menos adequada, da mesma maneira, desempenhando o mesmo papel. Isso quer dizer: *o fato de constituir uma generalidade que estabelece as condições mais basais da ordenação de algo não faz com que toda atualização possível dessas condições apresente o mesmo valor, expresse da mesma maneira o tipo de que deriva*. Há configurações mais adequadas e outras menos. Se já encontramos antes, na argumentação de Wertheimer, a aparente sugestão dos fatores de igualdade e proximidade, aqui nos parece possível encontrar um raciocínio similar ao que sustentará, em obras tardias, a ideia de *Prägnanzstufe* ou de boa forma. A segunda característica notável é a ênfase na completa independência do tipo em relação à atividade intelectual, o que Wertheimer busca sustentar ao afastá-lo de conceitos obtidos por derivação lógica ou por procedimentos de abstração. Não se trata de eliminar certos predicados e preservar outros por meio de qualquer espécie de exercício racional, fazendo, em um momento posterior, esses predicados que restam alçarem a condição de conceito. Tipo e conceito diferem basicamente pelo fato de o primeiro ser um puro dado, algo apreendido de forma imediata e que não exige, para surgir desse modo à experiência, nenhum desempenho intelectual. O segundo, por sua vez, depende estritamente dessas atividades, sendo sempre fruto de algum procedimento inferencial e, portanto, sempre mediato. O caráter objetivo a ser posteriormente conferido à *Gestalt* também já pode ser entrevisto aqui, posto que o tipo é algo que se impõe ao quadro de nossa experiência e não que esta produz por operações de qualquer natureza⁸.

⁷ Padrão geométrico em que quatro pontos formam um quadrilátero e um quinto ponto se situa exatamente no ponto em que ambas as diagonais do quadrilátero cruzam. Se o quadrilátero for um quadrado, a imagem será a da face número cinco de um dado de seis lados.

⁸ Há que se evitar a confusão dessa objetividade com uma existência natural, em si e por si, real em última instância, do tipo experimentado. Toda a argumentação de Wertheimer supõe a produção cultural das categorias descritas. Elas não são, portanto, naturais ou reais no sentido especificado. Isso não as impede, contudo, de serem objetivas: as estruturas sociais as criam e elas se nos impõem como dados que significam os objetos do mundo.

A especificação das estruturas numéricas continua, no entanto. O uso rotineiro de expressões que indicam conjuntos ou coletivos também a ilustra, uma vez que aquelas expressões veiculam ideias de pluralidades não quantificadas (claramente distantes da matemática, portanto), como “rebanho”, “tropa”, “punhado”, ou pluralidades seminúmericas, como “dúzia” (que nem sempre quer dizer efetivamente 12) e expressões que indicam época ou idade aproximada, como “na década de vinte” ou “em torno dos trinta”, nas quais o vocábulo evocado é numérico, mas a ideia, não plenamente. Caracterizar essas estruturas como inadequadas ou vagas por sua imprecisão numérica seria errado: são ideias que povoam nossas trocas cotidianas e têm sua eficiência assegurada por elas. Ainda exemplificam isso os advérbios de intensidade ou de quantidade como “muito”, “muitos”, “pouco”, “poucos”, que indicam gradações ou magnificações de algo sem precisar um valor numérico para as mesmas. Veicula certa ideia de quantidade, portanto, sem que esta surja em um caráter matemático estrito.

A função das estruturas numéricas não é ser abstrata, variável e adequada a preceitos matemáticos, portanto, mas sim *aplicável a casos concretos da vida ordinária*. Elas se baseiam em agrupamentos efetuados por outros critérios que não o intelectual. Escapam, assim, da estrita obediência a um plano uniforme de pensamento, que não admite variações e entende os números como agregados de uma quantidade única, agregados da ideia de unidade. Isso não é uma necessidade absoluta. Há culturas em que análogos numéricos servem também para a determinação de séries numéricas propriamente ditas: na Nova Guiné, por exemplo, conta-se de 1 a 5 com os dedos da mão esquerda, de 6 a 10 com os da direita, de 11 a 15 com os do pé direito e de 16 a 20 com os do esquerdo. A própria compreensão da contagem depende de condições materiais muito específicas, ligadas aos gestos e à anatomia humana. Do mesmo modo, há culturas em que se contam coisas diferentes de maneiras diferentes: certos povoados na Polinésia, por exemplo, contam peixes, frutas, homens, dinheiro etc. cada qual de uma forma. Mais uma vez, a cognição vem na esteira da materialidade.

Podemos ressaltar ainda um último aspecto que nos é relevante na argumentação de Wertheimer — as suas explicações sobre as operações que podem ser feitas com as estruturas numéricas. Se, em nossa matemática, temos nas diferentes operações aritméticas nada além de diferentes arranjos de unidades numéricas abstratas

e indiferenciadas, nas operações realizadas a partir de estruturas numéricas, o que temos é a formação de estruturas mais amplas a partir das estruturas básicas ou de estruturas mais básicas a partir de estruturas mais amplas, em um processo ordenado, que nada tem de arbitrário. As operações feitas em estruturas devem sempre se conformar às exigências naturais da estrutura de origem: “Certos arranjos predeterminam, através de sua forma, *certas* divisões” (Wertheimer, 1912/1969, p. 270). Podemos encontrar um corte claro da relação que números e estruturas numéricas desempenham com fatos empíricos nos exemplos seguintes:

Se eu quebro um graveto, o cálculo ordinário dirá que eu tenho ‘dois’ gravetos. Mas quando eu quebro uma lança, eu não tenho *duas* lanças. No primeiro caso, ‘dois’ é abstrato — eu comecei com uma unidade e mais tarde tive duas. No outro exemplo mais concreto, temos uma estrutura em que as partes ainda dependem do todo de que derivam (por exemplo, uma é uma parte de ponta; a outra, uma parte de haste) (Wertheimer, 1912/1969, p. 271).

É certo que posso ainda abstrair do surgimento de dois novos objetos no segundo exemplo e afirmar que, de *um* objeto, passei a *dois*, ignorando por completo quaisquer informações de conteúdo acerca das situações inicial e final. Isso é correto do ponto de vista matemático, mas não descreve a compreensão que somos instados a ter quando simplesmente vemos aquela transformação ocorrer. Essa compreensão é natural e definida pela passagem de uma estrutura a duas outras que lhe são subordinadas, que têm o seu sentido estritamente dependente do sentido originariamente dado. A condição necessariamente abstrata das partes, tema fundamental do gestaltismo tardio, pode ser encontrada já aqui e com muito mais clareza do que todas as demais ideias já pontuadas em nossa interpretação.

Conclusão

Sendo essa a argumentação de Wertheimer, o que podemos encontrar de relevante nela? Como ela pode nos oferecer recursos para melhor compreender os primeiros esboços da teoria da forma? Segundo as exposições do psicólogo, podemos dizer que,

entre as possibilidades de formação de estruturas que lidam com quantidade, mas não a tematizam matematicamente, encontram-se:

- ações, formas de relação interpessoal e sentidos objetivos culturalmente produzidos, cuja apreensão imediata traz tacitamente uma compreensão de quantidade;
- agrupamentos naturais, que se definem por alguma espécie de convergência entre objetos, seja por seu aspecto, função, familiaridade ou localização espacial, e que afirmam uma ideia numérica a partir desses critérios em nada intelectuais;
- estruturas que indicam pluralidades não quantificadas e pluralidades seminúmericas, que mostram possibilidades de lidarmos com quantidades sem saber seu valor preciso.

Em todos os casos, temos rupturas com o padrão matemático formal de se entender a lida com números e o pensamento numérico, bem como aparições, no horizonte de nossa experiência, de ideias articuladas, de totalidades significativas, *que trazem a quantidade como parte dependente de seu sentido*. A sobredeterminação da parte pelo todo, sustentamos, é já presente em *Über das Denken der Naturvölker* antes mesmo de sua enunciação mais explícita, encontrada na última passagem da exposição de Wertheimer anteriormente recuperada, quando ele fala das operações entre estruturas. Afirmar que, a partir de meu comprometimento com um sentido diretamente expresso pelo dado, posso inferir certas ideias de quantidade é estar já no registro da sobredeterminação, da mesma maneira que afirmar que o sentido de estruturas derivadas é definido pelo sentido de uma estrutura originária. E esse é precisamente o ponto de corte entre as teorias prévias da experiência e a teoria efetivamente gestaltista.

Por meio de informações como essas, parece-nos inteiramente razoável a crítica da afirmação tão frequente, já apresentada em nossa breve introdução, de que as teses gestaltistas da Escola de Berlim teriam tido início apenas nos estudos sobre o fenômeno *phi*. Muito do que posteriormente veríamos em seu arcabouço conceitual consolidado encontra-se já aqui, se não como tema explícito, pelo menos como etapa claramente identificável dos argumentos de Wertheimer. Para uma compreensão menos focal e, eventualmente, mais positiva desse problema, talvez valha o exame de textos ainda anteriores dos gestaltistas de Berlim (ou mesmo de Carl Stumpf) para encontrar vestígios de uma interpretação distinta do conceito de *Gestalt* e mesmo das tarefas da Psicologia.

Referências

- Ash, M. G. (1998). *Gestalt psychology in German culture, 1890-1967: Holism and the quest for objectivity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Canguilhem, G. (1977). *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70.
- Crary, J. (2012). *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Ehrenfels, C. (2007). Sur les qualités de forme. In D. Fissette & G. Fréchet, *À l'école de Brentano: de Würzburg à Vienne* (pp. 225-259). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. (Trabalho original publicado em 1890).
- King, D. B., & Wertheimer, M. (2009). *Max Wertheimer & Gestalt theory*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Luria, A. (1976). *Cognitive development: its cultural and social foundations*. Cambridge: Harvard University Press.
- Penna, A. G. (1978). *Introdução à história da Psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wertheimer, M. (1969). Numbers and numerical concepts in primitive peoples. In W. Ellis (Ed.), *A source book of Gestalt Psychology* (pp. 265-273). London: Routledge & Kegan Paul. (Trabalho original publicado em 1912).
- Wertheimer, M. (2012a). Experimental studies on seeing motion. In L. Spillman (Ed.), *On perceived motion and figural organization* (pp. 1-91). Cambridge: The MIT Press. (Trabalho original publicado em 1912).
- Wertheimer, M. (2012b). Investigations on Gestalt principles. In L. Spillman (Ed.), *On perceived motion and figural organization* (pp. 126-182). Cambridge: The MIT Press. (Trabalho original publicado em 1923).

Endereço para correspondência:

Flávio Vieira Curvello
 Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Avenida Pasteur, 250, Pavilhão Nilton Campos – Praia Vermelha
 CEP 22290-902 – Rio de Janeiro/RJ
 E-mail: fv.curvello@hotmail.com

Revisto em 23/07/2013

Revisado em 14/01/2014

Aceito em 19/01/2014

The Diagnostic and Statistical Manual: Historical Observations

Manual Diagnóstico e Estatístico: Observações Históricas

Cecilia Brown¹
Emily DePetro¹
Harry Whitaker¹

Abstract

A variety of social, political, and economic factors influenced the creation of the first *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) in 1952. Subsequent to DSM-I, cultural, medical, and economic factors shaped each successive version of the DSM; we discuss some of the more prominent controversies these editions have generated. Publication of the DSM-5 in May 2013 sparked a new round of debates concerning the possible impact on patients and society as a whole.

Keywords: History of Psychology; Diagnostic and Statistical Manual (DSM); mental illness.

Resumo

Uma variedade de fatores políticos e econômicos influenciou a criação do primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em 1952. Após o DSM-I, fatores culturais, médicos e econômicos formataram as versões sucessivas do DSM; discutimos algumas das mais prominentes controvérsias geradas por essas edições. A publicação do DSM-5, em maio de 2013, levantou um novo ciclo de debates relativos ao possível impacto nos pacientes e na sociedade como um todo.

Palavras-chave: História da Psicologia; Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM); doença mental.

¹Northern Michigan University (Marquette), United States of America

We considered all versions of the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) from the first one published in 1952 to the latest revision published in mid-2013. To review these versions of the manual, we performed an extensive literature search using terms such as [DSM], [history of DSM] [mental disorders] [mental health insurance] [International Classification of Diseases (ICD)] [anti-psychiatry], and [American Psychiatric Association] as well as the names of the major figures associated with the manual. Our particular focus was on the impact of health insurance on the development of the DSM. A secondary focus was on the changes in structure and disease classification. Our interest was piqued by the controversy beginning in 2010 that surrounded the introduction of DSM-5; in reviewing the earlier versions of the manual of course we discovered that controversy has surrounded the DSM from its inception. A complete review of the history of the DSM would, naturally, discuss the interrelationships between early versions of the DSM and the Census, as well as place the DSM in the context of earlier classifications schemes of mental disorders such as those developed by Emil Kraepelin and Jacques Bertillon. The interested reader may find the familiar

themes in Munsche and Whitaker's (2012) review of 18th century classifications of mental disease of interest in this regard.

DSM-I: Epidemiological and Social Impetus, Precursors, and Formation

19th Century – 1952

Although the first Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) was not published until 1952, there is a great deal of history and a collection of driving forces that are responsible for its publication. In the 19th century, the prevailing attitude in psychiatry was that mental disorders ran individual courses; many believed that generalizations and nosology were not helpful (Grob, 1991). Owing to the fact that little about the link between physical pathology and mental disorders was well understood, psychiatrists were typically skeptical of defining internal symptoms by behavior. Eventually, demographic accuracy for Census applications became a factor that required categorical diagnosis of mental disorders, and this was partially the motivation to develop further classification (Grob, 1991).

Although nosologies of mental illness have been published since the 18th century (Munsche & Whitaker, 2012), Kraepelin's classification system was one of the first of the 19th century to move toward a modern generalized notion of insanity and away from individual characteristics of mental illness. He collected data from a large group of patients, factoring out personal circumstances and focusing on general and overriding characteristics that brought them together. Kraepelin has had a widespread influence on psychiatric nosology for the past hundred years, and this influence is still seen in psychiatric manuals today (Decker, 2007).

One early impetus for the creation of the DSM lies in the advent of the Census in 1790, a year after George Washington's inauguration, by the marshals of the US judicial districts (United States Census Bureau, 2013) leading to gathering information about each member of society in a format amenable to statistical analysis. The natural extension of this was a desire for epidemiological and statistical data on mental illness. The *Bertillon Classification of Causes of Death*, published in 1893 by Jacques Bertillon, was an early expression of this desire, and a precursor to the *International Statistical Classification of Diseases*. In 1898, the American Public Health Association recommended the adoption of Bertillon's system to registrars of Canada, Mexico, and the United States. The name of Bertillon's manual was changed to the *International Statistical Classification of Diseases, Injuries, and Causes of Death* in 1949, to indicate the expansion to include mortality and morbidity statistics (World Health Organization, n.d.). This was published about the same time as the publication of the first DSM in 1952; the *International Classification of Diseases (ICD)* can be thought of as the trunk of a tree, with the DSM composing the mental and behavioral disorders branch of the system (World Health Organization, n.d.). Carolus Linnaeus (1707–1778) had done much the same thing in the 18th century. His 1759 book *Genera Morborum* arranged all human diseases into 11 classes, 37 orders, and 25 genera; the subsection of Class 5, *Mentales*, divided mental illness into 3 orders and 25 additional genera (Munsche & Whitaker, 2012).

The DSM classifications may be described as arising out of a combination of moral, social, political, and ideological viewpoints of clinicians and researchers during the 200 years preceding the publication of the first DSM manual (Grob, 1991).

It is also important to remember that DSM-I was created after World War II, and was partially a reaction to the return of military veterans from the war. Many veterans showed nonpsychotic but nonphysical disorders, and a number of military medical officers from World War II turned their attention to the treatment of these disorders (Baker & Pickren, 2007; Pickren & Schneider, 2005). The creators of DSM-I were influenced by the large number of these environmentally triggered disorders from the war, and in turn, described nonpsychotic disorders as reactions to environmental stimuli. Psychiatrists believed in the combined forces of psychological and environmental factors; for example, many disorders were characterized as arising from poor living conditions (Grob, 1991). The experience of World War II and the large number of veterans returning home with severe psychological trauma from the war brought many disparate areas of Psychology together (Wilson, 1993). Kraepelin's discrete categorical approach was gradually replaced by the environmentally based psychosocial and psychoanalytical approaches that dominated psychiatry at the time. The asylum approach and related ideas were declining in popularity whereas the psychosocial and psychoanalytic ideas of Freud, Meyer, and others came to dominate the field of psychiatry (Wilson, 1993). The ideas of Menninger, a major figure in psychosocial thought after World War II, clearly exerted an effect on the DSM; instead of Kraepelin's discrete categorical descriptions of disorders, Menninger viewed all disorders as a "failure to adapt to the environment" (Wilson, 1993). This description impacted the treatment and classification of many mental disorders. The influence of psychoanalytic or psychosocial approaches weighed heavily upon the creation of the first DSM, and prominent psychoanalysts such as Franz Alexander (Marmor, 2002) were involved in the DSM development committee. Alexander was the co-director of the Chicago Psychoanalytic Institute (Oken, 2007) and was influential in psychosomatic medicine and criminology, as well as psychoanalysis in the United States (Gay, 1988). Alexander is credited with influencing the DSM committee to theorize that "reactions" can occur in the brain, causing psychological distress. These reactions could occur with or without clear physiological or anatomical changes in the brain (Oken, 2007). This all occurred, of course, before the development of brain imaging. The use of the word "reactions" in the DSM heavily

reflected the psychosocial approach, as well as the psychological aftermath of World War II for many veterans and civilians.

DSM-II: The Rise of Antipsychiatry, Controversy, and Skepticism: 1965–1980

The DSM-II (1968) was developed in the 16 years after the 1952 publication of the DSM-I. The primary difference between the DSM-I and DSM-II was that mental conditions were no longer described by the term “reactions”; they were referred to as neurosis, psychosis, or disorders (Oken, 2007; Rogler, 1997). In the DSM-II, mental illnesses that were referred to as psychosomatic reactions by Alexander and others were now referred to as psychophysiological disorders. This began the shift to making DSM diagnoses more neurobiologically grounded. At the same time, psychoanalysis was being partially replaced with behaviorism and cognitive sciences, as well as more social approaches (Oken, 2007; Rogler, 1997).

By the 1960s and 1970s, the psychosocial and psychoanalytical approaches to psychiatry were deeply criticized for a failure to deliver promised results (Rogler, 1997; Wilson, 1993). There was a great deal of criticism of the lack of reliable research and conclusive definitions of mental illness using psychoanalytic and psychosocial approaches, and many psychiatrists wanted to move toward a biological, research-based model of mental illness that did not rely so heavily on social constructs and other subjective indicators (Wilson, 1993). A famous example of the antipsychiatry movement in Great Britain was the establishment of “Kingsley Hall” by R. D. Laing in 1965, a residential treatment center reminiscent of the somewhat apocryphal story of Philippe Pinel freeing the insane at the Hôpital Bicêtre in the 1790s (discussed in Pernaski et al., 2013, pp. 534-543).

One major example of the skepticism directed at the validity of psychosocial and psychoanalytic direction of psychiatry in the 1960s and 1970s was the “Rosenhan experiment”. In 1973, David Rosenhan developed this psychological experiment to determine the validity of psychiatric diagnosis. The experiment involved the use of mentally healthy pseudopatients, three women and five men. These participants were sent to twelve psychiatric hospitals in five different states and were told to fake a psychotic episode, primarily complaining of auditory hallucinations

during the episode (Rosenhan, 1973). All participants who faked a psychotic episode were admitted to the hospital; the participants were instructed to tell the hospital staff that they are fine and not experiencing any more psychotic episodes for the duration of their stay. However, the doctors would not release them in spite of this; all the participants were forced to admit to having a mental illness and were administered antipsychotic drugs. Almost all of Rosenhan’s mentally healthy participants were diagnosed with schizophrenia in remission, and their average stay was 19 days in the psychiatric unit (Rosenhan, 1973).

After reporting the results to the hospitals that participants visited, one hospital challenged Rosenhan to submit the “pseudopatients” to the psychiatric unit over a 3-month period. The hospital claimed that their well-trained staff should be able to differentiate Rosenhan’s participants from those who are actually afflicted with a mental illness. Despite the fact that Rosenhan did not send any participants to the hospital in the 12-week period, the hospital found 41 potential pseudopatients (Rosenhan, 1973).

The Rosenhan study indicated that the diagnosis of mental illness is often neither a valid nor a reliable process, and that certain structural components of the American psychiatric institution contributed to this lack of differentiation between sick and well. These implications lead Rosenhan and others to conclude that the process of diagnosis should be more straightforward, specific, and stringent (Rosenhan, 1973). The DSM-III, published in 1980, attempted to tackle this problem by being more accountable, detailed, and containing multiple axes of evaluation (Mayes & Horowitz, 2005).

In addition to the growing antipsychiatry movement, there was also a deep controversy over the diagnostic category that covered homosexuality. Protests were held at American Psychiatric Association’s annual conferences from 1970 to 1973 to fight for the removal of homosexuality as a mental disorder under the category of sexual deviance in the DSM-II (Spitzer, 1981). Homosexuality was originally listed in the first DSM as a Sociopathic Personality Disturbance until 1968, when it was changed to a Sexual Deviance Disorder. In 1974, the protesters’ voices were heard and in the seventh printing of the DSM-II, homosexuality was no longer listed as a mental disorder (Spitzer, 1981). However, due to the insistence of Robert Spitzer, who was the chairperson of the DSM development committee at the time, the

DSM replaced the homosexuality diagnosis with a disorder known as Sexual Orientation Disturbance (Spitzer, 1981). This diagnosis lasted until 1980 when the DSM-III was published with homosexuality being listed as Ego-dystonic Homosexuality. It was not until 1987 that the disorder was altogether removed from the DSM with only one related classification under the sexual disorders not yet specified category (Spitzer, 1981).

The Insanity Defense and the Legal Influence of the DSM

The rise of the DSM-III and the medical model also had effects on society at large and the perception of mental illness within the legal system. One compelling example of the growing influence of the DSM-III is illustrated by the two trials of Charles Heads (Slovenko, 2011). Charles Heads, a Vietnam Marine Corps veteran, had various “flashbacks”, depression, and nightmares for the 10 years following his return from Vietnam, and in an incident that he claims was a “reliving of duty” (Slovenko, 2011), attacked his brother-in-law’s home as if pursuing an enemy combatant. Heads shot and killed his brother-in-law with a rifle, and, in his initial 1978 trial, was charged with homicide that was characterized by domestic violence; he received a life sentence. Three years later, in 1981, Heads received a second trial due to a ruling that the judge had not conducted his initial trial properly. In the second trial, Jack Wellbourn, Heads’s attorney, pursued Heads’s symptomology as basis for an insanity defense. The insanity defense was based on information that Wellbourn came across in 1980, when he read that the APA classified the symptoms presented by Heads as a mental disorder, namely, post-traumatic stress disorder (Slovenko, 2011). Post-traumatic stress disorder was used as the basis for an insanity plea, and the jury found Heads not guilty in the second trial. For the first time, post-traumatic stress disorder was successfully used as the basis for an insanity defense in a capital trial (Slovenko, 2011). This case illustrates the growing influence of the DSM and psychiatric classification over the span of only a few years; it is noteworthy that Heads was found guilty in 1978, before the DSM-III came out, but was found not guilty as based on an insanity plea in 1981, a year after the DSM-III was published. This suggests that the classification system and medical model of the DSM-III impacted the

way that legal responsibility is viewed in relationship to mental illness and specific diagnoses in a more significant manner than the DSM-II (Slovenko, 2011). The more extensive and empirically based system that arose in the DSM-III had a major impact on how psychiatry, the legal system, and society at large viewed mental illnesses at the time.

More recently, neuroimaging has been a tool in assessing the basis of insanity pleas in criminal trials. Although neuroimaging offers evidence of a physical basis for mental disease that many professionals and laymen view as sufficient for an insanity plea to be established, several problems with this method have recently come to light; see Schweitzer and Saks (2011) for a discussion that neuroscience-based evidence is more persuasive than DSM classifications in a legal context.

Insurance Providers, the DSM, and Mental Health Treatment

While the Civil War Era saw the advent of accident insurance, which provided coverage in the event of steamboat or railroad-related injuries, such insurance did not extend to cover disease or disability until later in the 19th century (Preskitt, 2008; Random History, 2009). When insurance policies did expand to cover diseases, it was quite different than our modern conception of health insurance; it was, in fact, “sickness insurance”. Sickness insurance provided a fund to alleviate the financial burden of missing work due to illness or injury, and this type of insurance was frequently used in the early years of the 20th century. At this point, medical care was not sufficiently sophisticated nor modern enough to significantly change the outcomes for many patients, and the amount of need for medical care generally did not justify paying for insurance policies covering it (Random History, 2009; Thomasson, 2002). Although significant advances in both sanitation and medical practices became increasingly institutionalized and modern, many people still did not see the need for health insurance during much of the early 20th century through the 1920s.

Despite this, in 1929, a group of teachers in Dallas negotiated with a hospital to provide a set number of days of hospitalization for a flat rate that was prepaid by the insured individual or group (Preskitt, 2008; Random History, 2009; Thomasson, 2002). This type of plan became popular, and was encouraged by the American Hospital Association

because it provided a consistent source of funding for hospitals. Very quickly hospitals offering this type of flat-rate, prepaid service joined together, and became the Blue Cross in 1929 (Preskitt, 2008; Random History, 2009; Thomasson, 2002).

To create competition and choice in the health-care market (as well as retain some sense of independence), physicians quickly devised their own prepaid plans and organized together under the Blue Shield. This was partially due to a concern that compulsory national health insurance would be created by the legislation, and there was a fear that this might eliminate both choice and profit in the health-care market at the time (Preskitt, 2008; Random History, 2009; Thomasson, 2002). Owing to the fact that health-care benefits remained voluntary and relatively privatized, physicians under the Blue Shield were able to control to a large extent the prices paid for health care. Patients paid the difference between reimbursement and the costs of the health care provided, allowing health-care providers some judgment and control of prices (Random History, 2009; Thomasson, 2002). Despite the colossal growth of privatized health care through the Blue Cross and Blue Shield programs, governments encouraged employer-provided health-care plans, in which many of the Blue Cross and Blue Shield providers would eventually take part (Random History, 2009; Thomasson, 2002).

Although the advent of commercial health insurance carriers occurred at the end of the 1920s, mental illnesses and psychiatric treatment were not covered by these plans (Blostin, 1987). Many individuals with psychiatric disorders resided in State mental hospitals, as treatments for mental illness were not covered by insurance plans and most general hospitals did not offer psychiatric care (Blostin, 1987). This pattern continued until after World War II.

In late 1945, President Truman addressed Congress on the need for national health insurance, and in 1946, the revised Wagner–Murray–Dingell bill was introduced; this bill proposed a national health insurance system. In the same year, Truman signed the National Mental Health Act of 1946, which was a major step forward in the arena of funding and research for mental health issues, as it was the first time that federal funds were mandated for such purposes in history (Herman, 1995; National Institutes of Health, 2013; Pickren & Schneider, 2005). The establishment of the National Mental Health Act also

led to the creation of the National Institute of Mental Health in 1949. In addition to these advances in funding and research, there were other steps toward parity for mental health treatment. Many states enacted laws that required commercial insurance companies to cover psychiatric treatment and mental illness, and this contributed to increasing the amount of treatment available for those with mental illnesses (Blostin, 1987). It became increasingly common for general hospitals to offer psychiatric treatment; as a result, many opened psychiatric departments and hired a number of staff psychiatrists (Blostin, 1987). These steps are all indicative of the post-World War II impetus to provide greater access to both mental and physical health services for American citizens, and were likely related to the advent of the DSM and the consequent increase of standardized terminology and descriptions for mental illnesses.

In 1961, another move toward greater coverage and access to care for psychiatric illnesses was established. President Kennedy had asked the United States Civil Service Commission to establish a requirement for the Federal Employee Health Benefits Program to cover psychiatric disorders on a similar level to physical illnesses. This was a major step in the coverage of mental health issues, as most providers under the Federal Employee Health Benefits Program had followed the lead of the private health-care providers, which only covered limited, if any, access to mental health care (Barry, Huskamp & Goldman, 2010). In addition to this, the Blue Cross and Blue Shield plans began to offer mental health-care coverage, and by 1971, all of the Blue Cross and Blue Shield plans provided coverage for mental health care (Blostin, 1987). The move toward parity for psychiatric treatment was a groundbreaking step in the recognition of mental illness as a serious and debilitating ailment. It is likely that the framework set by the DSM provided infrastructure for modern psychiatric treatment, as by adding structure and classification, it allowed clinicians to provide more standardized diagnoses that can be recognized as requiring treatment and meriting coverage by health insurance (Barry, Huskamp & Goldman, 2010).

Despite the initial progress, by 1975, the Federal Employee Health Benefits Program was allowed to severely limit their mental health coverage options. It was also found that while health insurers may cover hospitalization for mental illnesses at a similar level

to physical ailments, outpatient psychiatric treatment was covered much less than outpatient treatment for physically manifesting disorders. Many plans restricted the number of days, or amount of money spent on psychiatric treatment, while not imposing such limits on many treatments for other illnesses. The limitations imposed on mental health care are often cited as being due to the occasionally indefinite nature of such treatment, and the lack of objective evidence of disease (Barry, Huskamp & Goldman, 2010).

Despite this, coverage of mental health care has been gradually increasing over time, as more insurance companies and health-care providers recognize mental illnesses and the DSM characterizes more mental health disorders. One example of this trend is the passage of the Mental Health Parity Act in 1996, which prevents insurance providers from placing annual or lifetime limitations upon coverage of mental health treatments for certain psychiatric disorders (Mental Health America, 2013). This was a major step forward and today organizations are still working toward gaining parity for more mental illnesses to be covered without strict impositions from insurance and health-care providers.

DSM-III: Toward a Research-Based Medical Model and Axial System of Diagnosis

1980–1994

In the DSM-III, there was a major attempt to combat the controversy and skepticism encountered by the DSM-II (and the psychiatric profession in general), and there was a shift toward more specific and biologically rooted diagnostic criteria. They also added the multi-axial approach to evaluation in the DSM-III (Williams, 1985). This multi-axial approach entails that the individual be evaluated under several different clinically relevant categories. The concept of multi-axial evaluation was introduced in the 1970s and was incorporated into the DSM's structure in the DSM-III (Williams, 1985). The shift to evaluating patients based on multiple clinically relevant axes added a new dimension to the DSM system. Axis I assessed clinically relevant disorders such as anxiety or depression, Axis II assessed personality disorders, Axis III assessed general medical conditions, and Axis IV assessed the psychosocial and environmental issues present. Axis V referred to a global assessment of functioning (American Psychiatric Association, 2000).

The DSM-III was published in 1980 and was credited for returning descriptive diagnosis and the medical model back to the manual and American psychiatry (Wilson, 1993). There was a shift from a putative bio-psycho-social model to a research-based medical model, and there was a return of Kraepelin-esque descriptive psychiatry that marked the re-medicalization of the DSM system (Blashfield, 1998). There was a major shift from placing the most emphasis on the input of clinicians to focusing on the input of researchers (Wilson, 1993).

One major catalyst for the DSM-III's research-based medical model of mental illness was the crisis of legitimacy for the psychiatric profession that occurred during the antipsychiatry movements of the 1960s and 1970s, as discussed earlier (Wilson, 1993). Another driving force behind a more discrete and specific classification criterion found in the DSM-III is the potential for more effective psychiatric medications in this time period. Explicit and unambiguous diagnostic criteria were needed to ensure homogeneity and validity of participant sampling for clinical trials of various psychiatric drugs (Wilson, 1993). Medications could be said to be an impetus for a more experimental and empirically based approach to psychiatry at the time, and the DSM-III is in line with this more research-based model of mental illness.

DSM-IV: New Additions and Future Directions

1994–2013

The DSM-IV, released in 1994, continued the multi-axial, empirically based tradition of the DSM-III. One major change in the DSM-IV was the addition of a new criterion to roughly half of the disorders in the manual (American Psychiatric Association, 2000, 2013a, 2013b). This new criterion was that the symptoms cause a clinically significant level of distress or impairment in the functioning of the afflicted individual. This impairment could be social, occupational, or otherwise (American Psychiatric Association, 2000). The addition of this criterion into the DSM-IV marked an important shift in recognizing that some symptomology may not be pathology if it is not creating significant distress, impairment, or harm in the life of the afflicted individual or others.

Major controversies and additions to the DSM-IV included the addition of Culture Bound Syndromes, as well as Gender Identity Disorder (replaced in DSM-5 with Gender Dysphoria) (American Psychiatric Association, 2000).

Reminiscent of the controversy in the DSM-II over homosexuality, there was a great deal of controversy over the inclusion of the new diagnosis of Gender Identity Disorder (GID) in the DSM-IV. The disorder requires that the patient insists they are internally another sex or that they have the desire to be another sex, without a concurrent physical intersex condition (American Psychiatric Association, 2000). In addition to this criterion, the individual must also meet the clinically significant distress or impairment condition for diagnosis of GID under the DSM-IV (American Psychiatric Association, 2000). There have been significant amounts of controversy about this diagnosis, as it may unduly pathologize the experience of many afflicted individuals (Lev, 2006). Many individuals with GID disagree with the diagnosis as they do not feel that identifying with a different gender constitutes a mental illness (Lev, 2006). However, individuals afflicted with GID also need a diagnosis in order to be able to receive the medical treatment that would allow the sexual reassignment surgery that many affected individuals seek (Lev, 2006). Without the diagnostic label, these individuals are ineligible for treatment and would not be able to undergo sexual reassignment surgery, which is highly politicized and often difficult to obtain. This makes the diagnostic label both helpful and harmful to those with GID, and afflicted individuals must struggle between the desire to be freed of a pathologizing label and the need for recognition of the disorder to receive the medical procedures that they need (Lev, 2006).

Another important addition to the DSM-IV was the collection of Culture Bound Syndromes (American Psychiatric Association, 2000). The Culture Bound Syndromes category refers to culturally localized disorders that occur in only in specific cultural and societal settings throughout the world (Guarnaccia & Rogler, 1999). These disorders cannot include any physiologically presenting symptoms, such as abnormal tissue growth or anatomical changes, and there should be little occurrence of the disorder outside of a specific cultural setting for it to be considered a Culture Bound Syndrome (Guarnaccia & Rogler, 1999).

Some examples of the Culture Bound Syndromes include Amok, *Bouffée délirante*, Pibloktoq, and Zar. Amok, found in the Malaysian culture, refers to the patient experiencing a dissociative episode that climaxes in a hostile, violent, and possibly homicidal outburst. Amok is generally preceded by a slight insult or minor grievance that gradually pushes the afflicted individual to a dissociative and eventually violent episode (American Psychiatric Association, 2000). *Bouffée délirante* is a disorder affecting individuals in West Africa and Haiti, and it is characterized by inappropriate, violent outbursts that are followed by confusion and psychomotor excitement. Visual or auditory hallucinations may also present in an afflicted patient, and these episodes share some resemblance to the Western diagnosis of brief psychotic episodes (American Psychiatric Association, 2000). Pibloktoq, a disorder found in Artic Eskimo communities, refers to a sudden episode involving a dissociative component that is immediately followed by roughly 30 minutes of extreme excitement. The excitement generally leads to seizures and a brief comatose period, and patients generally report complete retrograde amnesia of the incident (American Psychiatric Association, 2000). Zar refers to a disorder found in North African and Middle Eastern societies, in which individuals claim to experience possession by spirits, and common reactions include shouting, laughing, weeping, or hitting one's head repeatedly against a wall. These are generally acute, temporary dissociative episodes, but have been known to occur chronically in some individuals (American Psychiatric Association, 2000). Interestingly, many of these disorders have "folk" treatment methods that are generally well established in the given culture in which they are presented (Guarnaccia & Rogler, 1999).

The inclusion of these culturally specific disorders provides an interesting addition to the DSM-IV, as many of these syndromes are not directly linked to particular diagnoses in the DSM, and they provide a link back to the earlier psychosocial and environmental perspectives that were more prevalent in earlier versions of the DSM. The inclusion of these disorders seems to mark a move away from the trend of including only extensively validated medical models that rely on empirical research and psychopharmaceutical treatments.

DSM-5: Broadening the Definition of Mental Illness and the (Partial) Demise of the Axial System

2013–Future

The long-awaited DSM-5 is now published, and a great deal of controversy and discussion has occurred about the new diagnostic categories and criteria. One example of a change from DSM-IV into the DSM-5 is that Intellectual Disability (intellectual development disorder) is the new term for mental retardation. The levels of the individual's adaptive function, rather than IQ score, now measure the severity of the disorder. The reason that intellectual developmental disorders are in parentheses in the name is due to classification of disorders as diseases in the *ICD-10*. The classifications of disabilities are on a different scale than the DSM that measures international classifications of functioning, disability, and health. This name was a compromise reached to create a bridge between the two diagnostic classification systems.

Another change in the DSM-5 is in the communication disorders. Stuttering is now referred to as childhood-onset fluency disorder.

There has been controversy over the synthesis of four separate conditions now being considered the autism spectrum disorder (ASD). The conditions were originally autistic disorder, Asperger's disorder, childhood disintegrative disorder, and pervasive developmental disorder. Now, they will be referred to ASD; the disorder has different levels of severity and is divided into two domains. The first domain includes deficits in social communication and social interaction. The second domain in the diagnostic criterion for the disorder includes prevalence of restrictive repetitive behaviors, interests, and activities (American Psychiatric Association, 2013a, 2013b).

A study done by Ozonoff, South and Miller (2000) supports the DSM-5 synthesis of the four disorders. It was shown when children with high functioning autism and children with Asperger's disorders were observed and compared in three categories (early history, cognitive function, and current symptomology,) the core fundamental symptomology was the same, just with a different level of severity.

Amidst the changes in diagnostic criterion for the DSM-5, a startling 46.6% of the population

will fall under the classification for a mental disorder (Rosenberg, 2013). This astonishing number of Americans will fall under the label of mentally ill due to a variety of factors that have arisen in the decades since the DSM-IV was published.

One major contributing factor is that our medical and psychiatric institutions have placed a greater emphasis on the detection of mental illnesses, implementing increased awareness, detection, and treatment of disorders in the past few decades (Rosenberg, 2013). Another probable reason for the increase in individuals meeting the diagnostic criterion is that the population has actually become less mentally healthy in the past 40–60 years. Studies have compared anxiety levels in today's children to those of children in the 1950s, and it was shown that children today show higher levels of anxiety. In similar comparisons, it was demonstrated that adults score higher on neuroticism today than in the 1960s, and that the population has generally increased rates of narcissism (Rosenberg, 2013). A third reason for the increase in prevalence of individuals diagnosed with mental disorders is the loosened criterion for having a given diagnosis. One example of this is that in DSM-IV, three of six symptoms needed to be met for diagnosis with Generalized Anxiety Disorder, where in the DSM-5, only one of the criteria needs to be met for the diagnosis (Rosenberg, 2013). Yet another example of this is that Binge Eating Disorder was defined as being two episodes of binge eating per week over 6 months in the DSM-IV, whereas in the DSM-5, binge eating disorder is simply defined as binge eating once a week for 3 months (Frances, 2012). Another reason for the increase in individuals meeting diagnostic criteria is a shift in the perception of what is a normal emotional reaction. States that were once viewed as within the range of normal emotional reactions to a given situation are now being examined through a pathological lens, and this has major implications for diagnostic criteria in the DSM-5. This reclassification of what were once viewed as temporary and generally "normal" states into pathological states has widened the scope of mental illness diagnosis greatly. In addition to the pathologizing of some states that were once considered within the normal spectrum of human experience (Copeland, Angold, Costello & Egger, 2013), the DSM-5 has also added disorders that are far more medical than psychiatric in nature. One example of this is that Breathing Related Sleep Disorder is

now included, as well as Caffeine Intoxication and Withdrawal Disorders; these disorders are defined primarily by objective, physiological criterion rather than mental states (Rosenberg, 2013).

The ever-broadening scope of the DSM-5 diagnostic criterion leads to the question of why there are more diagnostic categories and why the criteria for diagnosis have been loosened so much. One reason for this is related to payment of insurance claims; often, a diagnosis is needed if a visit to a clinician or prescription to medication will be approved for coverage by insurance agencies (Rosenberg, 2013). Another reason for the increasing scope of diagnostic criteria is that many people may be able to get additional aid from governmental and community organizations if they have a diagnosis; these resources can be invaluable to those who are struggling with even minor mental or physical health issues. Pharmaceutical interests also play a role in the expanding number of individuals fitting a diagnosis, as when more individuals are diagnosed with a disorder, or if the DSM recognizes a new disorder, consumption of drugs treating such disorders increases. High rates of drug prescription and consumption are also related to the structure and expectations of our society; many patients and doctors favor prescription medications for treatment of mental health, partially due to the drive of consumerism and need for instant gratification in our modern society (Rosenberg, 2013).

As mentioned above, the diagnosis of mental disorders in the population has increased dramatically over the past 20 years. The number of people diagnosed with Attention Deficit Disorder has tripled whereas the diagnosis of autism has increased by 20 times. In addition to this, the prevalence of those diagnosed with childhood bipolar disorder has increased by 40 times (Frances, 2012). These increasingly diagnosed disorders are frequently treated with psychiatric medications. Many young children diagnosed with these disorders are heavily medicated, and some may be medicated unnecessarily (Frances, 2012). A study conducted by the Mclean Hospital and the National Institutes of Health using animals resulted in the findings that if a child is misdiagnosed with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) and is subsequently treated with stimulants, that child is at a higher risk of developing depressive symptoms in adulthood (Leo, 2005). The results of this study illustrate the likely need for more stringent criteria for diagnosis of these disorders and prescription

of medication, as there is a potential for negative future outcomes in the case of a wrong diagnosis or inappropriate course of medication.

Dr. A. J. Frances is spearheading the recent criticism of the direction of DSM-5 and is by no means going about it quietly (Frances, 2012, 2013). Frances is well qualified to mount this criticism; he helped to prepare the DSM-III and the DSM-III-R and was the chairperson of the task force in the development of the DSM-IV. Part of his criticism of the DSM-5 is his concern that the steady increase of psychological diagnosis will take much needed attention away from the severely mentally ill and redirect it at people who show normal behaviors that happen to have been added to the DSM-5 as medically treatable mental illnesses (Frances, 2013).

Another example of the shift toward looking at what were once “everyday difficulties” as mental pathology is that the DSM-5 will now include Disruptive Mood Dysregulation Disorder. Disruptive Mood Dysregulation Disorder is a diagnosis constructed in a manner that could frame frequent early childhood temper tantrums as a pathological syndrome in need of medication. Only one research group has produced information supporting this diagnostic category, which makes the validity (and reliability) of the construct somewhat questionable, as it is neither well described or established in empirical research (Copeland et al., 2013). Some have suggested that this new diagnosis may lead to further overmedication of children, which can have unforeseen negative consequences on their development (Frances, 2012).

In the DSM-5, Grief now overlaps with Major Depressive Disorder, which may lead to an increase in antidepressant use by those experiencing what was once considered normal grief. The DSM-IV TR had an exclusion criterion for bereavement in Major Depressive Disorder, but it was removed in the DSM-5. It is thought that the change is due to the recognition that bereavement can make individuals more susceptible to major depressive disorder, but it should be considered that many individuals progress through the stages of grieving and are then able to move past the bereavement period. This change in diagnostic criterion may see an increase in those seeking antidepressants during grieving periods, and this could have implications for the acceptable manner to deal with grief in our society (Frances, 2012).

It is also notable that although the criterion for diagnosis of ADHD in the DSM-5 is similar to that

of the DSM-IV, fewer symptoms need to be present in adults. One less symptom present is necessary for ADHD, and this lowering of requirements will include even more individuals in the diagnostic criterion; a potential result is that prescriptions for medications such as methylphenidate could rise even further (Frances, 2012).

Changes in the DSM-5 compared to the DSM-IV are rather significant in the category of eating disorders. In the DSM-IV binge eating contained the criterion that a person had to binge at least twice a week for 6 months in order to be diagnosed. In the DSM-5 this criterion is cut in half; a person only needs to overeat once a week for 3 months to be considered to have a binge eating disorder. One of the more prominent treatments for eating disorders is the use of selective serotonin reuptake inhibitors (SSRIs). This weakened criterion for the disorder could cause a sharp increase in sales of SSRIs, which, while good for the pharmaceutical companies, may be harmful to those diagnosed who may not have a serious issue (Frances, 2012).

There has also been concern over the new diagnostic criterion for autism in DSM-5. The main cause of apprehension regards the legal benefits that those previously diagnosed under the DSM-IV receive from the government and whether or not these new decisive factors concerning the disorder will have an effect on their initial diagnosis, and subsequently, the government aid individuals with autism will receive for their disability (Wright, 2013). Despite this initial apprehension, the DSM-5 clearly states that any individual with a legitimate and well-established DSM-IV diagnosis of autism will continue to receive the treatment and benefits that were previously established (Wright, 2013). In fact, the merger of Asperger's and Pervasive Developmental Disorder (Not Otherwise Specified) into the single diagnosis of ASD has allowed access to treatment and/or government aid for individuals who may have not qualified for these programs under the previous classification system (Wright, 2013). It is also noteworthy that the initial uproar about the ASD classification has settled after release of the DSM-5; many experts on autism have responded positively to the new classification (Wright, 2013). One important modification to the classification system for ASD is that there is now an acknowledgement of the different features shown by males and females who have ASD; this modification should aid health

professionals in recognizing distinctive symptoms of ASD that may be sex specific. Despite the generally favorable outlook upon the new classification of ASD at this time, a major criticism is the new classification of Social Communication Disorder, a new, separate diagnosis from ASD. To establish a diagnosis of ASD, a diagnosis of Social Communication Disorder must first be ruled out (Grzadzinski, Huerta & Lord, 2013). The controversy about this new diagnosis is based on the fact that there is little validity or reliability to support the existence of this disorder; this may create room for misdiagnosis of patients who have ASD but show symptomology that correlates more closely with Social Communication Disorder.

Final Considerations

In conclusion, the structure of all versions of the DSM must be viewed in the context of westernized, non-European social expectations and definitions of mental health, as well as both institutional and economic considerations of our time. The pathologizing of categories in the DSM-5 is an example; a notable earlier example is removing homosexuality from the disease categories. Like the versions of the DSM before it, the DSM-5 can be viewed as a response to a multitude of factors impacting the profession of psychiatry, methods of classification and mental health treatment that have occurred over the last two centuries. One of the less obvious changes between the DSM-IV and the DSM-5 is the change in disease classifications to better align them with biological approaches and pharmacological treatment. The concomitant development of brain imaging techniques in North America and Europe has, perhaps predictably, led to an increase in research identifying altered structural and functional brain correlates of psychiatric illness. One would expect this in turn to begin to influence legal as well as clinical applications of the DSM-5, despite trenchant criticisms such as that of Uttal (2013).

References

- American Psychiatric Association [APA]. (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th Ed.). Washington, DC : American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association [APA]. (2013a). *Summary of practice-relevant changes to the*

- DSM-IV-TR*. Accessed April 21st, 2012 at: <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/practice-relevant-changes-to-the-dsm-iv-tr>
- American Psychiatric Association [APA]. (2013b). *Highlights of changes from DSM-IV-TR to DSM-5* [American Psychiatric Publishing]. Accessed April 23rd, 2013 at: <http://www.psychiatry.org/File%20Library/Practice/DSM/DSM5/Changes-from-DSM-IV-TR-to-DSM-5.pdf>
- Baker, R. R., & Pickren, W. E. (2007). *Psychology and the Department of Veterans Affairs: a historical analysis of training, research, practice, and advocacy* (184 pp.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Barry, C. L., Huskamp, H. A., & Goldman, H. H. (2010). A political history of federal mental health and addiction insurance parity. *Milbank Quarterly*, 88(3), 404-433.
- Blashfield, R. K. (1998). Diagnostic models and systems. *Comprehensive Clinical Psychology*, 4, 57-80.
- Blostin, A. P. (1987). Mental health benefits financed by employers. *Monthly Labor Review*, 110, 23.
- Copeland, W. E., Angold, A., Costello, E. J., & Egger, H. (2013). Prevalence, comorbidity, and correlates of DSM-5 proposed disruptive mood dysregulation disorder. *American Journal of Psychiatry*, 170(2), 173-179.
- Decker, H. S. (2007). How Kraepelinian was Kraepelin? How Kraepelinians are the neo-Kraepelinians? — from Emil Kraepelin to DSM-III. *History of Psychiatry*, 18(3), 337-360.
- Frances, A. J. (2012, April). *DSM 5 is guide not bible — ignore its ten worst changes*. *Psychology Today*. Retrieved from: <http://www.psychologytoday.com/blog/dsm5-in-distress/201212/dsm-5-is-guide-not-bible-ignore-its-ten-worst-changes>
- Frances, A. J. (2013, March). Saving normal: Mental health and what is normal. *Psychology Today*. Accessed March 2013 at: <http://www.psychologytoday.com/blog/saving-normal>
- Gay, P. (1988). *Freud: A life for our time*. New York: WW Norton & Company.
- Grob, G. N. (1991). Origins of DSM-I: A study in appearance and reality. *American Journal of Psychiatry*, 148(4), 421-431.
- Grzadzinski, R., Huerta, M. & Lord, C. (2013). DSM-5 and autism spectrum disorders (ASDs): an opportunity for identifying ASD subtypes. *Molecular Autism*, 4, 12-18.
- Guarnaccia, P. J. & Rogler, L. H. (1999). Research on culture-bound syndromes: new directions. *American Journal of Psychiatry*, 156(9), 1322-1327.
- Herman, E. (1995). *The romance of American psychology: Political culture in the age of experts, 1940–1970*. Berkeley: University of California Press.
- Leo, J. (2005). Methylphenidate-induced neuropathology in the developing rat brain: implications for humans. *Ethical Human Psychology and Psychiatry*, 7(2), 107-110.
- Lev, A. I. (2006). Disordering gender identity: gender identity disorder in the DSM-IV-TR. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 17(3-4), 35-69.
- Marmor, J. (2002). Franz Alexander, 1891–1964. *American Journal of Psychiatry*, 159(8), 1305.
- Mayes, R. & Horwitz, A. V. (2005). DSM-III and the revolution in the classification of mental illness. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 41(3), 249-267.
- Mental Health America. (2013). *History of the organization and the movement*. Accessed May, 2013 at: <http://www.mentalhealthamerica.net/index.cfm?objectid=DA2F000D-1372-4D20-C8882D19A97973AA>
- Munsche, H. & Whitaker, H. A. (2012). Eighteenth century classification of mental illness: Linnaeus, de Sauvages, Vogel, and Cullen. *Cognitive and Behavioral Neurology*, 25(4), 224–239.
- National Institutes of Health. (2013, January). *National Mental Health Organization* [National Institutes of Health Almanac]. Accessed March 2013 at: <http://www.nih.gov/about/almanac/organization/NIMH.htm>
- Oken, D. (2007). Evolution of psychosomatic diagnosis in DSM. *Psychosomatic Medicine*, 69(9), 830-831.
- Ozonoff, S., South, M., & Miller, J. N. (2000). DSM-IV-defined Asperger syndrome: cognitive, behavioral and early history differentiation from high-functioning autism. *Autism*, 4(1), 29-46.
- Pernaski, C., Brown, C., DePetro, E., Fraire, N., Clark, T., Wagner, S., ... Moore, M. (2013). Approaches to a history of Western psychology [Published as an online pdf]. Accessed May, 2013 at: hwhitake@nmu.edu
- Pickren, W., E. & Schneider, S. F. (Eds.). (2005). *Psychology and the National Institute of Mental Health: A historical analysis of science, practice, and policy*. Washington, DC: American Psychological Association.

- Preskitt, J. T. (2008). Health care reimbursement: Clemens to Clinton. *Proceedings (Baylor University, Medical Center)*, 21(1), 40.
- Random History. (2009, July). *In sickness and in health: the history of health insurance*. Retrieved July 30th, 2013 at: http://www.randomhistory.com/2009/03/31_health-insurance.html
- Rogler, L. H. (1997). Making sense of historical changes in the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: five propositions. *Journal of Health and Social Behavior*, 38(1), 9-20.
- Rosenberg, R. S. (2013, April 12). Abnormal is the new normal. *Slate*. Retrieved from http://www.slate.com/articles/health_and_science/medical_examiner/2013/04/diagnostic_and_statistical_manual_fifth_edition_why_will_half_the_u_s_population.html
- Rosenthal, D. L. (1973, January). On being sane in insane places. *Science*, 179(4070), 250-258.
- Schweitzer, N. J., & Saks, M. J. (2011). Neuroimage evidence and the insanity defense. *Behavioral sciences & the law*, 29(4), 592-607.
- Slovenko, R. (2011). The DSM in litigation and legislation. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 39, 6-11.
- Spitzer, R. L. (1981). The diagnostic status of homosexuality in DSM-III: a reformulation of the issues. *American Journal of Psychiatry*, 138, 210-215.
- Thomasson, M. A. (2002). From sickness to health: the twentieth-century development of US health insurance. *Explorations in Economic History*, 39(3), 233-253.
- United States Census Bureau. (2013). *History: 1790 overview*. Accessed January 18th, 2014 at: http://www.census.gov/history/www/through_the_decades/overview/1790.html
- Uttal, W. R. (2013). *Reliability in cognitive neuroscience: a meta-analysis*. Cambridge: MIT Press.
- Williams, J. B. W. (1985). The multi-axial system of DSM-III: where did it come from and where should it go? *Archives of General Psychiatry*, 42(2), 175-180.
- Wilson, M. (1993). DSM-III and the transformation of American Psychiatry: a history. *American Journal of Psychiatry*, 150, 399.
- World Health Organization [WHO]. (n.d.). *History of the development of the ICD*. Accessed April 23rd, 2013 from <http://www.who.int/classifications/icd/en/HistoryOfICD.pdf>
- Wright, J. (2013, May 21). DSM-5 redefines autism. *Simons Foundation Autism Research Initiative*. Retrieved from <https://sfari.org/news-and-opinion/blog/2013/dsm-5-redefines-autism>

Corresponding address:

Harry Whitaker
 Department of Psychology, Northern Michigan University
 1401 Presque Isle Ave
 Marquette/MI 49855
 E-mail: whit@nmu.edu

Recebido em 01/07/2013

Revisto em 02/02/2014

Aceito em 04/02/2014

La Identidad Profesional como Problema: El Caso del “Psicólogo-Psicoanalista” en la Argentina (1959–1966)*

Professional Identity as a Problem: The Case of the “Psychologist-Psychoanalyst” in Argentina (1959–1966)

Alejandro Dagfal¹**Resumen**

En Argentina, la creación de las carreras de Psicología, a fines de los años 1950, fue seguida por la invención de un nuevo rol profesional: el del “psicólogo de orientación psicoanalítica”. Sin embargo, sus competencias en el campo de la clínica no estaban legalmente establecidas, y eran celosamente preservadas por los psiquiatras y psicoanalistas más conservadores. Al mismo tiempo, los creadores de las carreras con un perfil científico no tenían ninguna intención de que los psicólogos se dedicaran a las prácticas psicoterapéuticas. Así, la identidad profesional de esos primeros psicólogos-psicoanalistas se fue construyendo de manera reactiva, por oposición a las restricciones que suponía el rol auxiliar que les era propuesto, tanto desde el campo médico como desde las propias carreras. Por otra parte, los psiquiatras y psicoanalistas más progresistas funcionaron como modelo identificadorio “positivo” que les permitió forjarse una identidad profesional posible en el campo de la clínica. Este trabajo aborda este proceso desde un punto de vista histórico.

Palabras-clave: Historia de la psicología; identidad profesional; psicoanálisis; Argentina.

Abstract

In Argentina, the creation of psychology programs, at the end of the 1950s, was followed by the invention of a new professional role: that of the “psychologist with psychoanalytic orientation”. Nevertheless, its competences in the clinical area were not legally recognized and they were kept with zeal by the most conservative psychiatrists and psychoanalysts. At the same time, the program founders, scientifically oriented, did not expect psychologists to get into psychotherapeutic practice. Thus, the professional identity of the first psychologists was gradually built in a reactive manner, opposing the restrictions implied by the auxiliary role that was proposed to them both in the medical field, and in the psychology programs themselves. On the other hand, the most progressive psychiatrists and psychoanalysts acted as a “positive” model of identification, which somewhat allowed for the construction of a professional identity in the clinical field. This paper deals with this process from a historical point of view.

Keywords: History of psychology; professional identity; psychoanalysis; Argentina.

¹Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Buenos Aires), Argentina

El Psicólogo como Psicoanalista

La implantación del psicoanálisis en la Argentina es un fenómeno cuya magnitud ha sido destacada por los historiadores de la disciplina¹. Esto es aún más remarcable si se considera la realidad de otros países con fuerte tradición psicoanalítica, como Francia o Brasil, donde las ideas freudianas, a pesar de su popularidad, siempre han tenido que disputar un espacio con orientaciones psicológicas llamadas “científicas”, que también tenían una presencia de larga data (Dagfal, 2011; Ohayon, 1999; Roudinesco, 1986).

En Argentina, luego de la reacción antipositivista de los años 1930, la tradición experimental de principios de siglo apenas si tuvo continuadores reconocidos. Aunque en los años 1950 algunos de los fundadores de las carreras de Psicología

hayan querido reflotar esa tradición, su empresa se vio rápidamente condenada al fracaso, lo cual no

¹ Considerando que, en principio, el psicoanálisis no es una disciplina exclusivamente universitaria ni implica una titulación otorgada por el estado, existen pocos estudios *cuantitativos* confiables sobre el psicoanálisis y los psicoanalistas, tanto en la Argentina como en el resto del mundo. En el plano local, la mayoría de esos trabajos se refieren a la enorme incidencia del freudismo en las carreras de Psicología (AUAPsi, 1998; Di Doménico & Vilanova, 1990; Litvinoff & Gomel, 1975; Vezzetti, 1998b). Por ejemplo, uno de los primeros estudios sociológicos realizados con psicólogos graduados de la UBA (entre 1961 y 1969) mostraba que se habían dedicado a la práctica clínica en más del 90% de los casos. Aunque esta elección no hubiera excluido actividades profesionales en otras áreas, la proporción resultaba abrumadora, y se correlacionaba con la adopción del psicoanálisis en sus distintas vertientes (Litvinoff & Gomel, 1975). Por otra parte, desde un punto de vista *cualitativo* y comparativo, la importancia que reviste el psicoanálisis dentro del “campo psi” argentino es un dato internacionalmente aceptado, según veremos más adelante.

hizo más que acentuar la hegemonía de la clínica en general y del modelo teórico psicoanalítico en particular. En ese sentido, si bien en los años 1940 los primeros psicoanalistas oficialmente reconocidos fueron médicos en su gran mayoría, a partir de los años 1960, con el egreso de los primeros psicólogos, se fue conformando una nueva figura profesional, la del “psicólogo-psicoanalista”, en la medida en que, muy rápidamente, ellos adoptaron masivamente el psicoanálisis, no solo como *marco teórico* privilegiado, sino también como *modelo de práctica y referencia identitaria*. Y esto es particularmente llamativo, ya que esta adopción del psicoanálisis, según veremos, no solo se produjo sin ningún tipo de cobertura legal, sino que tuvo lugar de manera imprevista, contra los proyectos de casi todos los personajes involucrados en la organización del campo psi.

Con el paso del tiempo, cambiarían las modas teóricas y los autores de referencia. La fenomenología existencial cedería su lugar al estructuralismo y la escuela inglesa (Melanie Klein) a la francesa (Jacques Lacan). Sin embargo, el psicólogo argentino iba a seguir definiendo su identidad profesional en relación con el psicoanálisis, modelo que, en sus diversas variantes, ya ha guiado su práctica durante cerca de medio siglo.

En todo caso, la presencia del psicoanálisis como un elemento fundamental en la composición del panorama de las ideas psicológicas en la Argentina es un dato unánimemente reconocido, tanto por los cultores del freudismo como por sus adversarios más acérrimos². Ha sido objeto de numerosos trabajos, algunos de los cuales han sido muy exhaustivos y rigurosos (Balán, 1991; Plotkin, 2001; Vezzetti, 1989, 1996). Sin embargo, en lo que atañe específicamente al campo profesional de la psicología, los estudios que han tomado esta presencia privilegiada como un problema histórico a investigar son más escasos (Borinsky, 1998b, 1998c; Carpintero & Vainer, 2004; Dagfal, 2009a; González & Dagfal, 2012; Del Cueto & Scholten, 2003; Klappenbach, 2000; Vezzetti, 2004; Visacovsky, 2002). En general, la tendencia establecida en el seno de las “profesiones psi” ha sido considerar

esta hegemonía como un dato de la realidad, como un estado de cosas “normal”, sin preguntarse mayormente por las causas y las consecuencias de este fenómeno singular. En ese sentido, nuestra intención es recuperar el asombro ante el lugar central que las ideas freudianas ocupan en el ámbito profesional de las disciplinas psicológicas en la Argentina, valiéndonos para ello de un análisis histórico-crítico que incorpora algunas nociones de la sociología de las profesiones. De este modo, trataremos de valorar en toda su dimensión este elemento característico de los discursos y las prácticas psicológicas producidos en ese país.

La Cuestión de la Profesionalización y de la Identidad Profesional

Es sabido que el concepto de identidad no pertenece al psicoanálisis, sino más bien a un conjunto de disciplinas, entre las cuales la Psicología y la Sociología tienen un rol preponderante. De por sí, la “identidad personal” resulta una noción problemática, sobre la que pueden encontrarse infinidad de teorizaciones diferentes e incluso contrapuestas³. Otro tanto ocurre con la idea de “identidad profesional” que, pese a ser un elemento central de la Sociología de las profesiones, nunca llegó a generar consensos extendidos en lo que respecta a su definición. Por ese motivo, en este escrito nos manejaremos con una noción un tanto *sui generis* de la identidad profesional que engloba los aportes de diferentes autores.

Es indudable que cuando se habla de identidad profesional se está haciendo alusión a una dimensión colectiva que implica la auto-representación de un grupo profesional, es decir, a la idea que determinados profesionales se hacen de sí mismos. Y esta no es estática; no se basa en una suerte de foto congelada, sino que deriva más bien de un relato dinámico, construido con mitos y olvidos, con exaltaciones de ciertas regiones del pasado y con zonas menos nítidas. Como toda operación de la memoria colectiva, esta

² Un ejemplo de ello, a nivel internacional, es que el famoso *Libro negro del psicoanálisis* comienza afirmando que “Francia, junto con la Argentina, es el país más freudiano del mundo” (Meyer, 2005, p. 7). Al mismo tiempo, Élisabeth Roudinesco, refiriéndose al psicólogo argentino, ha escrito que se trata de “una *rara avis*, en la medida en que el psicoanálisis ha sido para él una referencia ineluctable durante cinco décadas (Roudinesco, 2009, p. 24).

³ Sin hablar específicamente de identidad personal, a partir del concepto de identificación (que justamente subraya las dificultades de toda identidad) dentro del psicoanálisis puede pensarse muy someramente en las contribuciones de Sigmund Freud, con su teoría del narcisismo, en Jacques Lacan, con su estadio del espejo como fundante de la realidad psíquica, o en Kohut, con su idea de *self*, tan expandida en el mundo anglosajón. Respecto de la Sociología, no pueden ignorarse aportes como los de George Mead y su teoría de los roles.

narración — que no puede dejar de compararse con una “novela familiar” — viene a responder ciertas preguntas, como “¿qué somos?”, “¿a qué nos dedicamos?”, “¿cuáles son nuestras prerrogativas?”, “¿qué filiaciones reconocemos?”, “¿quiénes son nuestros aliados?”, “¿cuáles son nuestros rivales?”, etc. La compleja trama estructurada con el conjunto de respuestas que se da a estos interrogantes implica cierto posicionamiento simbólico que orienta el accionar de cualquier grupo profesional. Poco importa si este relato es plenamente consciente, si opera de manera inconsciente o si combina elementos manifiestos con otros menos evidentes; lo cierto es que configura el sentido común con el que se manejan los miembros de un grupo profesional, tanto en sus relaciones entre pares como en lo tocante a otros grupos profesionales y al público en general. Según Abbott, se establece así una “jurisdicción cultural” que implica la apropiación y el control de una determinada zona de problemas (Abbott, 1988)⁴.

Dicho de otro modo, la conformación de una identidad profesional también trae aparejada la delimitación de una esfera de competencias. Y si pensamos la profesión con la lógica bourdiana del “campo”, se constata que no está exenta de luchas y relaciones de fuerza, en la medida en que quienes detentan posiciones dominantes, a partir de la acumulación de un capital simbólico que siempre es escaso — y que, por lo tanto, es fuente de disputa —, controlan el ingreso o el ascenso del resto de los miembros (Bourdieu, 1966, 1976). De este modo, se pone de relieve el carácter conflictivo de la legitimidad y lo reconocimiento en cualquier campo profesional, ya que sólo pueden provenir de pares que, a su vez, no dejan de competir por la obtención de legitimidad y reconocimiento, lo cual los sitúa en una posición de “juez y parte”. Para Abbott, sin embargo, la dinámica de las profesiones — que él entiende en términos de sistema — no viene tanto de la competencia entre pares sino de aquélla entre profesiones por la determinación de los límites de cada jurisdicción.

Las fronteras jurisdiccionales están continuamente en disputa, tanto en la práctica local como en el plano nacional.

⁴ Sobre este tema, ver también los textos ya clásicos de Elliott (1975) y Larson (1977). En cuanto al mundo francófono, pueden consultarse con provecho Dubar (1991) y Dubar y Tripier (1998). Para el contexto argentino, véanse Neiburg y Plotkin (2004) y Gómez Campo y Tenti Fanfani (1989).

Su historia es la verdadera determinación histórica de las profesiones. Los reclamos jurisdiccionales proveen el impulso y el modelo para los desarrollos organizacionales. Por lo tanto, una Sociología histórica de las profesiones, que pretenda ser efectiva, debe empezar por estudios de caso de las jurisdicciones y de las disputas jurisdiccionales (Abbott, 1988, p. 2).

En esta perspectiva, una profesión — es decir, “un grupo ocupacional exclusivo que aplica conocimiento abstracto a casos particulares” — se desarrolla cuando una jurisdicción queda vacante, sea porque acaba de ser creada o porque un antiguo ocupante la ha abandonado o ha perdido una parte considerable del control que ejercía sobre ella (Abbott, 1988, p. 8)⁵. Si bien esta visión es muy discutible, sirve para pensar cómo cada disciplina busca establecer un claro monopolio sobre determinada esfera de competencias, aunque, en la práctica, otras (profesionales y no profesionales) también aspiren al control de esa misma zona de problemas. Por ejemplo, si tomáramos el caso de la Psicología en EEUU, históricamente, según Abbott, el dominio en juego era el de los “problemas personales”, que entre 1850 y 1950 fueron abordados sucesivamente por la religión y la Neurología, para luego ser disputados, ya en el siglo XX, por la Psiquiatría, las Psicoterapias, la Psicología Clínica y el Trabajo Social. En esa zona, el monopolio nunca parece haber sido muy claro ya que siempre coexistieron reclamos convergentes de distintas disciplinas. Aunque algunas tuvieran mayor control en determinados momentos, nunca llegaron a afirmar sus pretensiones de manera excluyente⁶.

El Nacimiento de la Psicología: Una Disciplina y una Profesión Cuestionadas

Más allá del carácter mítico que adquirió el famoso laboratorio de Psicología experimental fundado por Wilhelm Wundt en Leipzig, si se

⁵ Para este autor, la capacidad de abstracción posibilita la supervivencia de una profesión, en la medida en que le permite definir viejos problemas de maneras novedosas.

⁶ Para Abbott, en EEUU, a partir de los años 1920, el psicoanálisis fue un elemento importante tanto en la constitución del dominio de la Psiquiatría como en el de las psicoterapias.

considera que las primeras carreras de Psicología y la primera asociación científico-profesional de psicólogos fueron creadas en EEUU a fines del siglo XIX, habría que afirmar, como lo hace Kurt Danziger, que “la Psicología como disciplina autónoma es una invención norteamericana” (Danziger, 1979, p. 25). A lo cual podría agregarse que el psicólogo, como un nuevo profesional, también es un invento norteamericano. Más aún si se piensa que, en ese país, a principios del siglo XX, los desarrollos de la Medicina y la Filosofía eran aún muy incipientes, y en todo caso menos importantes que los de la Psicología⁷.

Antes del siglo actual [se refiere al siglo XX en EEUU], las ideas psicológicas eran producidas e intercambiadas ampliamente entre filósofos, hombres de la medicina, economistas, políticos, historiadores, artistas y otros. Lo que en la historia más reciente resulta absolutamente novedoso es la aparición de grupos de especialistas que realizan demandas, crecientemente exitosas, de monopolio de la verdad psicológica. Los miembros de estos grupos se han instituido ellos mismos, y han sido gradualmente aceptados, como árbitros de lo que constituye o no un conocimiento psicológico válido [...]. Ciertas técnicas empíricas fueron aplicadas muy extensamente a problemas psicológicos en el siglo XIX por filósofos profesionales, naturalistas, médicos y aficionados. Pero los cambios cruciales no se dieron hasta que la aplicación de estas técnicas fue usada para legitimar la demanda del monopolio del conocimiento psicológico válido por parte de una comunidad de especialistas autoconsciente y organizada (Danziger, 1979, pp. 25-26).

Si bien, como hemos dicho, en EEUU el surgimiento de esa comunidad de especialistas fue muy temprano, no sucedió lo mismo en Latinoamérica, donde las primeras carreras universitarias de Psicología

(conducentes a un título habilitante) fueron creadas medio siglo más tarde: en Guatemala en 1946, en Colombia en 1947, en Chile en 1948, en Brasil en 1953, en Perú y Argentina en 1955 (Klappenbach & Pavesi, 1994). En cuanto a Europa, pueden mencionarse los casos de Francia (1947), Suiza (1965) y Rusia (1966) (Vilanova, 1993). Particularmente en Francia, la Psicología, como disciplina y profesión, fue muy criticada desde diferentes perspectivas filosóficas, que no dejaban de considerarla una mera provincia dentro de sus territorios (y ciertamente no la más respetable)⁸. Por ejemplo, en 1928, Georges Politzer comparaba los 50 años de historia de la Psicología con una “epopeya de desilusiones”, en la que primaban promesas incumplidas e investigaciones aisladas, como si se tratara de “un estanque de ranas” (Politzer, 1928/1966). En definitiva, la Psicología era una “ciencia hecha de paciencia”, que rechazando toda crítica estaba más cerca de su disolución que de cualquier forma de organización. Y su diagnóstico sobre ella era concluyente: no bastaba con podar algunas ramas de la Psicología; había que talar el árbol entero. En cuanto a la profesión, su visión no era más alentadora:

Lo característico en una ciencia es cierta sabiduría respecto de una materia determinada, y gracias a la cual se goza de cierto poder sobre las cosas pertenecientes a dicha materia [...]. Pero tomad un psicólogo: os hablará de las pretensiones de la Psicología; os contará la penosa historia de su ciencia; os dirá que se ha llegado a eliminar la noción de alma, la teoría de las facultades. Si le preguntáis en qué consiste su ocupación, os hablará de la vida interior [...]. Razón tenéis: el psicólogo no sabe nada y no puede nada. Es el pariente pobre en la inmensa familia de los servidores de la ciencia (Politzer, 1928, pp. 41-42).

Tres décadas más tarde, otro filósofo, Georges Canguilhem, iba a formular una crítica sin concesiones al proyecto de Daniel Lagache, uno de los artífices de la profesionalización de la Psicología en

⁷ De hecho, la célebre APA fue creada en 1892, 12 años antes que su homóloga alemana. Y la sociedad profesional de filosofía no fue más que un desprendimiento de la APA, producido en 1901. A diferencia de Alemania, la Psicología no era una rama de la Filosofía, sino que la Filosofía había tenido que diferenciarse del tronco de la Psicología.

⁸ Si nos detenemos particularmente en el contexto francés, esto se debe a la importancia que tuvo para “la invención” del psicólogo en la Argentina, según veremos más adelante.

Francia. Lagache, que era médico y psicoanalista, en 1947, en su clase inaugural como profesor de Psicología General en la Sorbona, había esbozado una “teoría general de la conducta” que trataba de hermanar los enfoques humanistas y naturalistas, las psicologías experimental y clínica, para sentar las bases de esa nueva profesión, en la que el psicoanálisis tendría un lugar de privilegio. Esta concepción, que pregonaba la unidad de la psicología, bajo la égida de la conducta, guió los pasos de los primeros psicólogos franceses — del mismo modo en que una década más tarde iba a tener una enorme incidencia en la formación de los primeros psicólogos argentinos. En consecuencia, la célebre crítica que le formularía Canguilhem, en 1956, apuntaba en realidad a un proyecto que estaba en vías de expansión; de allí, quizás, su virulencia. Según Canguilhem — que en este punto retomaba los argumentos de Politzer —, la pregunta por el ser de la Psicología resultaba particularmente incómoda para los psicólogos, cosa que no sucedía a los filósofos con los interrogantes sobre la Filosofía.

Pero para la Psicología, la pregunta por su esencia o, más modestamente, por su concepto, cuestiona también la existencia misma del psicólogo, en la medida en que al no poder responder exactamente sobre lo que es, se le hace muy difícil poder responder por lo que hace. Sólo puede, entonces, buscar, en una eficacia siempre discutible, la justificación de su importancia como especialista, de la cual él no se lamentaría en absoluto, pero que en el filósofo generaría un complejo de inferioridad.

Al decir que la eficacia del psicólogo es discutible, no se quiere decir que sea ilusoria; simplemente se desea destacar que esta eficacia está sin duda mal fundada, en tanto no hay pruebas de que ella se deba a la aplicación correcta de una ciencia; es decir, en tanto que el estatuto de la Psicología no está determinado de tal manera que se la deba tener por algo más y mejor que un empirismo compuesto, literalmente codificado para los fines de la enseñanza. En efecto, de numerosos trabajos se tiene la impresión

de que mezclan una filosofía sin rigor, una ética sin exigencia, y una medicina sin control (Canguilhem, 1958, p. 1)⁹.

En cuanto a la supuesta unidad de la que hablaba su amigo Lagache, Canguilhem no era menos incisivo, ya que la consideraba más “un pacto de coexistencia pacífica concertado entre profesionales” que una “esencia lógica”. Sin embargo, por esa misma época, otro filósofo — discípulo de Canguilhem —, que por entonces era profesor de Psicología, elaboraba una visión menos negativa de la disciplina. Nos referimos al joven Michel Foucault, quien difería en parte con las concepciones de Politzer y de su propio maestro, aunque se situaba en una perspectiva análoga, tratando de resumir la historia de la Psicología entre 1850 y 1950 (Foucault, 1957). En ese siglo, para Foucault, la Psicología había abandonado gradualmente los postulados naturalistas que habían signado su nacimiento, para poder adaptarse a la especificidad de su objeto de estudio. Tratando de ser precisa y objetiva, se enfrentó a su propia paradoja, y debió reconocer que el ser humano no podía ser abordado con los principios y métodos de las ciencias de la naturaleza. Así, entre el siglo XIX y el siglo XX, el filósofo francés esbozaba una suerte de dirección evolutiva para la disciplina, que iba del “prejuicio de la naturaleza” hacia el “descubrimiento del sentido”, alejándose del positivismo de sus orígenes. Este tránsito desde el orden natural hacia el plano de la significación se había realizado por diversas vías teóricas, entre las cuales el Psicoanálisis había sido la fundamental, al lado de la fenomenología (de Husserl a Jaspers) y del historicismo diltheyano. En el plano de la práctica, según Foucault, este pasaje había permitido a la Psicología una mejor aprehensión de su objeto, esto es, de lo anormal, de lo patológico, de los distintos niveles de contradicción del hombre consigo mismo. Se había apropiado así de nuevos dominios (educación, medicina mental, organización de los grupos) y se había interrogado sobre nuevos problemas (como el desempeño escolar, la inserción del enfermo en la sociedad, la adaptación del hombre a su trabajo, etc.). En todo caso, se había ofrecido como “fundamento científico-racional” para toda una serie de prácticas. No obstante, como ciencia y como profesión, la Psicología aún tenía muchas deudas, que Foucault se encargaba de convertir en programa:

⁹ Ver también Roudinesco (1993) y Braunstein (1999).

De modo que la Psicología se obligó a sí misma en el curso de su historia a una renovación total y al descubrir un nuevo status del hombre se impuso a sí misma, como ciencia, un estilo nuevo. Debíó buscarse nuevos principios y develar para sí misma un nuevo proyecto: doble tarea que los psicólogos no siempre han comprendido con rigor, y que intentaron muy a menudo completar con muy poco. Unos, aún comprendiendo la exigencia de proyectos nuevos, permanecieron atados a los antiguos principios del método: de eso dan cuenta los psicólogos que intentaron analizar la conducta, pero que utilizaron para hacerlo los métodos de las ciencias de la naturaleza. Otros no comprendieron que la renovación de los métodos implicaba la actualización de nuevos temas de análisis: de allí las psicologías descriptivas que permanecieron ligadas a viejos conceptos. La renovación radical de la Psicología como ciencia del hombre no es, por lo tanto, sólo un hecho histórico cuyo desarrollo pueda situarse en los últimos 100 años; es aún una tarea incompleta que queda por cumplir y, en ese sentido, permanece a la orden del día (Foucault, 1957, pp. 1-2).

En todo caso, estos debates sobre la Psicología (como disciplina de conocimiento y como profesión, como ciencia natural o como ciencia humana, como reino unificado o dominio fragmentado), que hemos seguido a través de algunos textos de filósofos franceses, iban a estar muy presentes en la Argentina de los años 1950 y 1960, período en el que se produciría el nacimiento del psicólogo como un nuevo profesional.

La “Invencción” del Psicólogo en la Argentina

Para comprender los avatares de la construcción de la identidad profesional del psicólogo argentino, es necesario recapitular, aunque más no sea brevemente, el proceso de profesionalización en ese país¹⁰. Podría afirmarse que los esbozos de ese proceso tuvieron lugar

a fines de los años 1940 y a principios de los años 1950, durante lo que se ha dado en llamar “el primer peronismo”. En efecto, en el transcurso de los dos primeros gobiernos de Juan Domingo Perón (1946–1952 y 1952–1955), con el apoyo del Estado, se desarrolló vertiginosamente una psicología aplicada — particularmente bajo la forma de la psicotecnia y la orientación profesional —, que resultaba particularmente apta para complementar los proyectos industrialistas del gobierno. La orientación profesional, por ejemplo (que servía para vincular el mundo de la educación al del trabajo utilizando toda una suerte de técnicas psicológicas), alcanzó rango constitucional. Ello implicó el nacimiento de numerosas instituciones destinadas a fomentarla y aplicarla, así como la creación de carreras menores destinadas a formar profesionales capaces de realizar esa tarea. Fue a partir de la iniciativa de algunas de esas instituciones que, en 1954, se organizó en la provincia de Tucumán el Primer Congreso Argentino de Psicología. Como los psicólogos aún no existían en tanto tales, los participantes eran en su mayoría profesores de psicología, filósofos de orientaciones diversas, sacerdotes, psicotécnicos, médicos psiquiatras e, incluso, algunos psicoanalistas (Dagfal, 1997). Lo cierto es que, en una sesión plenaria de ese evento, se aprobó una declaración tendiente a “la creación de la carrera universitaria del psicólogo profesional” a escala nacional:

El Primer Congreso Argentino de Psicología declara la necesidad de crear la carrera universitaria del psicólogo profesional con arreglo a las siguientes condiciones: I. Se establecerá como sección autónoma en las Facultades de carácter humanístico, aprovechando los institutos ya existentes y la enseñanza que se imparte en esas y en otras Facultades que puedan ofrecer su colaboración (Medicina, Derecho, Ciencias Económicas, etc.); II. La carrera comprenderá un plan completo de asignaturas teóricas y la debida intensificación práctica en las distintas especialidades de la profesión psicológica, otorgando los títulos de Licenciado en Psicología (previa tesis de Licenciatura) y de Doctor en Psicología (previa tesis de Doctorado); III. Establecerá además carreras menores de Psicólogos auxiliares

¹⁰ Este tema ya lo hemos tratado *in extenso* en otro trabajo (Dagfal, 2009a) y de manera muy resumida en otro más reciente (Dagfal, 2012).

en los distintos dominios de la terapia médica, pedagogía, asistencia social, organización industrial, y otros campos de aplicación a las necesidades de orden nacional y a las regionales servidas por las diferentes universidades argentinas (Anónimo, 1954, pp. 121-122).

Al margen del certamen se efectuaron diversas reuniones animadas por el propósito de organizar la licenciatura y doctorado en Psicología, volviendo a actualizar diversos antecedentes en ese sentido que no habían cristalizado por complejos factores. Así se trazó un programa de estudios para la carrera de psicólogo, cuyo comienzo debía surgir en las facultades de filosofía y letras de Buenos Aires y La Plata y desarrollarse en un ciclo de cinco años (Horas, 1961, p. 345).

Parece indudable que, en el ocaso del primer peronismo, quienes se dedicaban a la Psicología en la Argentina ya habían arribado a algunos consensos indispensables para la profesionalización de la disciplina. No obstante, en los meses subsiguientes, la mayoría de los proyectos presentados en las distintas universidades no llegaron a buen puerto, con lo cual cabe preguntarse sobre las diferencias entre el desarrollo de la Psicología en el ámbito académico y en el profesional¹¹.

Todo indica que, en ese período, si bien el ámbito profesional reclamaba una mayor legitimación del quehacer psicológico, el académico respondía a otro tipo de imperativos (lo cual resulta entendible si se piensa que las universidades más importantes habían sido una suerte de bastión de la resistencia antiperonista) (Mangone & Warley, 1984). Luego del derrocamiento de Perón, en septiembre de 1955, la dictadura que tomó el poder en cierto modo delegó el manejo de las universidades a los sectores intelectuales más liberales (progresistas y no progresistas), que durante el gobierno depuesto habían tenido que prosperar en las sombras. Las universidades nacionales comenzaron entonces una etapa de normalización institucional (no exenta

de proscripciones) y de modernización curricular que permitió el pleno desarrollo de las ciencias humanas y sociales. En ese marco universitario reformista, signado por un cierto humanismo laico, la Psicología se perfilaba como un saber indispensable.

En este nuevo período (autodenominado “Revolución Libertadora”) se generaron las condiciones académicas para la profesionalización de la disciplina, que vinieron a sumarse a las condiciones del ámbito profesional que ya parecían estar presentes desde la etapa anterior. Quizás de este modo sea más fácilmente entendible que, después de que las universidades recuperaran su autonomía, en sólo dos años — entre 1957 y 1959 —, la carrera de Psicología haya sido creada en cinco universidades nacionales: en Buenos Aires, en 1957; en La Plata, Córdoba y San Luis, en 1958 y en Tucumán, en 1959 (además de la de Rosario, que había sido reabierto en 1956). De este modo, al contar con un lugar específico de legitimación académica y de formación para los psicólogos, comenzaba en Argentina la historia de la Psicología como disciplina profesional. Sin embargo, el tipo que comenzó a desarrollarse en esas casas de estudios tenía muy poco que ver con aquella que había proliferado durante la era peronista. Aunque no se tratara en absoluto de una disciplina homogénea, ya que en cada carrera convivían múltiples proyectos, es claro que la psicotecnia y la orientación profesional no tendrían el mismo lugar de antaño.

Resumir qué pasó en cada una de las carreras recién creadas excedería los límites de este trabajo. Sin embargo, en este respecto, pueden señalarse algunas cuestiones. Por un lado, al no haber psicólogos titulados, el cuerpo profesoral de las carreras se fue conformando de manera no sistemática, con los recursos humanos disponibles en cada ciudad o en ciudades vecinas, lo cual resultó en un caleidoscopio de teorías, orientaciones y formaciones (Dagfal, 2009a; Monasterio, 2011). De hecho, los mismos fundadores reconocían filiaciones muy diversas, que mezclaban a médicos españoles con psiquiatras argentinos, a filósofos con pedagogos, y hasta había lugar para más de un autodidacta sin título universitario¹². En todo caso, según veremos, los proyectos disciplinares

¹¹ La única excepción fue la Universidad Nacional del Litoral, por lo que la primera carrera de Psicología argentina se creó en la ciudad de Rosario, el 6 de abril de 1955, aunque la duración de su estructura original sería efímera.

¹² Entre los fundadores, la única excepción era Nuria Cortada (1921-2013), quien ya contaba con un título de psicólogo obtenido en el extranjero. En 1949, luego de estudiar filosofía en Mendoza, había obtenido un “*Master of Arts in Clinical Psychology*” en la Ohio State University, bajo la tutela de Victor Raimy. En 1952, además, había pasado nueve meses en París, trabajando en el hospital Sainte-Anne, donde fue dirigida por Pierre Pichot.

y profesionales que guiaron a la mayoría de los fundadores tenían muy poco que ver con lo que sucedería después. Muchos definían la Psicología en términos científicos bastante tradicionales, ligados a problemas biológicos, filosóficos y antropológicos. En cuanto al rol profesional, había pocos acuerdos. La mayoría pensaba que la clínica no debía ser una orientación privilegiada en la formación de grado, ya que su ejercicio estaba legalmente reservado a los médicos¹³. Entre fines de 1958 y 1960, hicieron una tentativa de organizar en común el campo de la Psicología académica, para lo cual se reunieron en Buenos Aires en varias oportunidades. Frente al problema de la falta de profesores formados en las áreas que ellos querían privilegiar, en 1959 dejaban constancia de su impotencia por escrito:

Existen varias especialidades psicológicas para cuya investigación y enseñanza el país carece de expertos idóneos. Por su generalidad y su trascendencia, ello constituye un problema universitario y nacional. En esa situación se encuentran, con carácter de *primera necesidad*, las asignaturas siguientes: Psicología de Laboratorio, Psicología Industrial, Orientación Profesional [...]. Para Psicología de Laboratorio y Psicología Industrial, cabría orientar las consultas en particular hacia Italia, Bélgica y Francia (Departamento de Orientación Vocacional de la UBA, 1959, pp. 1-2).

La descripción del “estado de situación” más que reflejar la realidad de la disciplina, dejaba ver cuáles eran los ideales de los fundadores. Era obvio que, para esa época, en la Argentina, a diferencia de otros países, la “Psicología de laboratorio” prácticamente había desaparecido, al igual que otras formas de aquélla considerada científica u objetiva. Por otra parte, en la era post-peronista, la psicología

industrial y la orientación profesional tampoco estaban ya entre las ramas más populares. Y si no había profesionales formados en esas áreas era más bien porque habían quedado identificados con el gobierno depuesto en 1955. En todo caso, es claro que estos profesores rápidamente debieron asumir los límites de sus propias ambiciones, por lo que tuvieron que reformular sus proyectos. En ausencia de docentes capacitados para todas las áreas, acordaron que, después de una licenciatura común, cada carrera se especializara en la orientación más adaptada a su propia tradición, a las demandas del ambiente, y a los docentes de los que disponía. Siguiendo esa lógica, en los estudios de posgrado, la carrera de Buenos Aires debía especializarse en clínica y en psicología social, la de Córdoba en psicología industrial, la de Rosario en psicometría, la de San Luis en psicopedagogía y la de La Plata en psicología experimental¹⁴.

Este consenso venía anunciándose desde 1959, pero recién se plasmó en 1960, al cabo de una serie de reuniones en el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONICET), que había sido fundado en 1958. Sin embargo, la tarea iba a ser dificultosa, ya que las gestiones iniciadas en Europa para contratar un profesor de psicotecnia no tuvieron ningún éxito. Ni Dino Mazzei, de Florencia, ni José Germain o José Pinillos, de Madrid, ni Franziska Baumgarten, de Berna, aceptaron las invitaciones que se les cursaron para instalarse en Argentina (Monasterio, 1961). Si los diversos proyectos de los fundadores parecían acercarse a la idea de una formación científica para los futuros psicólogos, podría decirse que los alumnos tendrían otro tipo de expectativas. Lo cual no iba a dejar de incidir en el curso de los acontecimientos.

Para muchos de los fundadores, la Psicología se situaba de plano dentro de lo que Foucault denominaba “el prejuicio de la naturaleza” o de lo que Lagache, más conciliador, llamaba “enfoque naturalista”. Tan es así que, en un momento dado, surgió la discusión sobre la pertinencia de crear las carreras de Psicología en facultades de medicina (y no en las de filosofía y letras o humanidades, como

¹³ Jaime Bernstein, un pedagogo adleriano especializado en tests y pruebas proyectivas, fue una de las excepciones a esta regla. Desde un comienzo, promovió una psicología clínica que implicaba el ejercicio de las psicoterapias por parte de los psicólogos. Junto con Enrique Butelman (un estudiante de filosofía que nunca llegó a recibirse), en 1945 había fundado la editorial Paidós, especialmente dedicada a la Psicología y a las ciencias humanas. Ambos terminarían siendo algunos de los profesores más influyentes en las carreras de Buenos Aires y Rosario.

¹⁴ La especialización de la carrera de Buenos Aires en psicología clínica no debe ser pensada a partir de lo que sucedería poco tiempo después. En este proyecto no se trataba en absoluto de una clínica psicoanalítica, sino de una orientación cercana a las clínicas de conducta, al estilo norteamericano. Allí, la función del psicólogo no estaba tan vinculada con la psicoterapia como con el diagnóstico y la psicopedagogía.

finalmente sucedió) (Anónimo, 1954; Monasterio, 2011). Para otros profesores, particularmente los más jóvenes (y los que fueron llegando a las carreras con el transcurso de los años), ella debía ubicarse en el plano de la significación. Servía para interpretar, entre otras cosas, los cambios sociales e individuales, los procesos políticos, las transformaciones de la familia y el nuevo lugar asignado a la mujer. Lo cierto es que esta bipartición entre la Psicología concebida como ciencia natural o como disciplina del sentido, por sus consecuencias para el rol profesional, iba a ser una de las grandes divisorias de aguas en los primeros debates generados en el seno de las carreras, e incluso más allá de ellas.

A diferencia de Francia, donde el psicoanalista Daniel Lagache había desempeñado un rol muy importante en la creación de la carrera (Ohayon, 1999), los principales responsables de la profesionalización universitaria de la Psicología argentina no tenían ninguna intención de privilegiar el desarrollo de una psicología clínica de filiación psicoanalítica. Algunos de ellos, como Gino Germani, se interesaban en el psicoanálisis, pero no en el plano de la clínica, sino en vistas a una renovación más general de las ciencias sociales. Algunos filósofos, como Luis Juan Guerrero y Luis María Ravagnan, terminaron ocupándose del psicoanálisis, pero como teóricos que no tenían ningún proyecto profesional. Marcos Victoria, un neurólogo y literato, se había interesado en el psicoanálisis como disciplina médica, por lo que, al igual que Ángel Garma, se opondría tenazmente al ejercicio psicoterapéutico de los psicólogos. Si la médica española Fernanda Monasterio había incluido una rama clínica en la carrera de grado de La Plata, había definido las competencias del psicólogo, en ese dominio, de la siguiente manera: “el diagnóstico psicológico (con o sin pruebas técnicas), la ejecución de tests proyectivos, el consejo psicosocial, y el tratamiento verbal de los conflictos de la personalidad (funcionales y reversibles) *en cuanto colaborador del médico, como el radiólogo o el bioquímico*” (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1958, p. 24). Es decir que se trataba de un rol bastante limitado, que no se inspiraba en el psicoanálisis y quedaba subordinado a la tutela del médico en lo tocante a las psicoterapias. Considerando tales posiciones de algunos de los fundadores de las carreras, no resulta extraño que, en los primeros planes de estudio, el psicoanálisis apenas ocupara un lugar muy discreto. Bajo rótulos diversos, en principio, no se

le asignaban más de una o dos materias (*Psicología Profunda, Psicología de la Personalidad, Psicoanálisis*, etc.). Sin embargo, veremos que, contra la voluntad más o menos explícita de los fundadores, los primeros graduados de las carreras de Psicología, en su gran mayoría, se orientaron hacia la práctica clínica liberal, haciendo a menudo un análisis personal a lo largo de sus estudios.

El Ingreso del Psicoanálisis a las Carreras y el Rol de los Estudiantes

Si los fundadores de las carreras tenían un proyecto más bien científico para la disciplina (estuviera o no ligado a las prácticas de laboratorio), que no se centraba en la clínica y menos aún en el psicoanálisis, ¿qué sucedió en la Argentina que, muy rápidamente, el psicoanálisis adquirió un lugar de tanto privilegio en la formación universitaria? Nuestra hipótesis es que, por toda una serie de factores convergentes, ese giro ocurrió poco tiempo después de la creación de las carreras, aproximadamente entre 1959 y 1962, durante el transcurso de los estudios de los primeros ingresantes. Por un lado, hay que pensar que la Asociación Psicoanalítica Argentina (APA) – la única institución en el país reconocida por la *International Psychoanalytical Association* (IPA) – había sido creada varios años antes, en 1942 (Balán, 1991). Si bien había comenzado a desarrollarse tímidamente, casi como una sociedad secreta, a partir de 1955, en un marco de vertiginosa renovación social y cultural, en su seno se había desarrollado toda una “tendencia exogámica” que, a tono con los aires de la época, buscaba aplicar el psicoanálisis más allá del encuadre tradicional, proyectándose a nuevos espacios de práctica (como los hospitales públicos) y abriéndose a cruces teóricos originales (con la teoría de los grupos, la fenomenología existencial, el pensamiento sistémico, etc.).

Aunque el representante más ilustre de esta corriente “exogámica”, Enrique Pichon-Rivière, nunca haya sido docente en las carreras de psicología, sus enseñanzas llegaron a los claustros por una doble vía. En primer lugar, con el transcurso de los años, ese psiquiatra de origen francés se transformó en una figura cuasi mítica, de modo que sus teorías y experiencias innovadoras pasaron a formar parte del patrimonio colectivo de toda una generación de psiquiatras, psicólogos y psicoanalistas (por no decir de dos). En segundo lugar, sus discípulos más destacados

(José Bleger, Fernando Ulloa, David Liberman, Edgardo Rolla etc.) sí llegaron a ser profesores en las carreras de Buenos Aires, Rosario y La Plata, donde tuvieron una recepción más que favorable de parte de los estudiantes. Básicamente, Pichon-Rivière abogaba por un nuevo paradigma psicosocial, que en el plano teórico combinaba de manera heterogénea una concepción del inconsciente extraída de la llamada escuela inglesa (Melanie Klein pero también Wilfred Bion) y la articulaba con una definición de la conducta tomada de la psicología francesa (de Janet a Lagache pasando por el primer Politzer). Al mismo tiempo, no olvidaba la experiencia vivida de la fenomenología existencial (de Sartre a Merleau-Ponty), la psicología social elaborada en EEUU (Kurt Lewin, George Mead, etc.), ni dejaba de dotarse de un cierto barniz humanista, propio de los escritos del joven Marx (Fabris, 2007; Vezzetti, 1998a). El resultado era una mezcla ecléctica, que a nivel profesional se traducían en la definición del psicólogo como agente de cambio, lo cual estaba muy en sintonía con las demandas de compromiso social que venían del estudiantado. De allí que los discípulos de Pichon-Rivière, a pesar de su juventud, hayan sido tan bien recibidos en las nuevas carreras (Dagfal, 2000).

Por otra parte, no puede ignorarse que, a nivel internacional, el psicoanálisis fue un ingrediente fundamental del fenómeno que ha dado en llamarse “los años 60”. En efecto, en la Argentina, más allá de la asociación oficial y del ámbito académico, el psicoanálisis ya tenía una implantación en la cultura que, desde los años 1930, venía dándose por diversas vías y que a fines de los 1950 iba a acelerarse y multiplicarse de manera exponencial (Plotkin, 2001; Vezzetti, 1998a). La expansión de las clases medias iba a ser acompañada por una gran difusión de las ideas freudianas, que pasaron a formar parte de los nuevos consumos culturales, como el cine de Hollywood o la Coca-Cola. Al mismo tiempo, la renovación de la psiquiatría que había traído aparejada la segunda posguerra incluía el psicoanálisis como uno de los discursos fundantes del campo de la salud mental. De este modo, las prácticas inspiradas en la obra del maestro vienés hacían su ingreso en el dispositivo de salud pública, llegando incluso a los sectores menos pudientes (Dagfal, 2009b; Visacovsky, 2002). Y todo ese proceso, a su vez, era amplificado por editoriales como Paidós, que, sin dejar de tener una vinculación directa con la universidad, ponían a los nuevos

autores (incluyendo a los autores locales) al alcance de un público cada vez más amplio¹⁵.

Por último, para entender el auge del psicoanálisis en las carreras de Psicología, el rol desempeñado por los primeros alumnos no puede ser soslayado. Menos aún si se considera que, en esa época, la universidad pública había vuelto a regirse por los principios reformistas, los cuales implicaban el gobierno tripartito de docentes, graduados y estudiantes. En cierto modo, ante una oferta curricular muy heterogénea, ellos funcionaron como un filtro, reteniendo los profesores que más los atraían y contribuyendo a expulsar a aquéllos que no contaban con su simpatía, además de tejer alianzas para la designación de autoridades afines.

Respecto del perfil del alumnado, la primera cuestión destacable era la amplia primacía del género femenino, ya que entre 80 y 90% de los ingresantes eran mujeres. En cuanto a la edad, podría decirse que había dos tipos de estudiantes. Por un lado, las que tenían 17 o 18 años, que luego de terminar la escuela secundaria se interesaban en la Psicología por curiosidad o por aspiraciones profesionales diversas. Por otra parte, estaban las más experimentadas, que habiendo realizado — o al menos iniciado — otra carrera, de pronto habían decidido que la Psicología respondía mejor a sus expectativas. Dentro de las facultades, ambos grupos se encontraban con un ambiente altamente politizado, marcado por el debate intelectual y por la necesidad de pronunciarse frente a temas de actualidad. Como nos informó Rosalía Schneider, en un mensaje electrónico fechado el 8 de abril de 2008, según todos los actores de la época,

¹⁵ El caso de esta editorial es particularmente curioso, ya que sus dos fundadores, Enrique Butelman y Jaime Bernstein, terminarían siendo profesores — e incluso directores — de las carreras de Psicología de Buenos Aires y Rosario. Al combinar la labor editorial con la tarea de gestión universitaria, podían darse el lujo de elegir y convocar profesores afines a su propia concepción de las ciencias del hombre, cuyos libros ya habían publicado o esperaban publicar muy pronto. Ese fue, por ejemplo, el caso de José Bleger, cuyo libro *Psicoanálisis y dialéctica materialista* salió por Paidós en 1958, un año antes de que su autor comenzara a dar clases en Rosario y Buenos Aires (Bleger, 1958). Particularmente en Buenos Aires, la llegada de Butelman y Bernstein supuso todo un viraje respecto del proyecto de los fundadores, viraje que contó con el apoyo de los estudiantes. En Rosario, en cambio, Bernstein fue directamente convocado para la reapertura de la carrera, en 1956, y rápidamente convocó a su amigo y socio, Butelman (Gentile, 2003; Klappenbach, 2001; Vezzetti, 2008).

el clima de participación y la vocación de cambio eran denominadores comunes.

Entre los estudiantes de Psicología, de la UBA, habían lazos muy fuertes, de todo tipo (políticos, amorosos, etc.), con estudiantes y graduados de otras carreras de la Facultad, e incluso de la Universidad. Había algo que nos unía. Eran carreras nuevas (Psicología, Sociología, Antropología, Ciencias de la Educación) y todos estábamos aunados en abrir campos, en crear nuevas profesiones, en trabajar interdisciplinariamente, en ser críticos en la teoría y en la práctica, en incorporar el marxismo, en el compromiso político, en hacer la Revolución y en cambiar la sociedad.

Desde el comienzo nos dimos cuenta de que nuestra condición de alumnos implicaba varias cosas a la vez. Debíamos estudiar, pero, junto a eso — y ocupando un lugar más importante aun —, debíamos crear la carrera que teníamos que cursar [...]. El psicoanálisis picaba nuestra curiosidad. Nos dábamos cuenta, a medida que conocíamos algo más de nuestra ciencia, los comprometidos que estábamos como individuos con nuestra historia personal en aquello que se estaba construyendo. Muchos comenzamos a analizarnos, y con ello irrumpió otro gran momento de la carrera (Langleib, 1985, pp. 12-14).

Composición heterogénea del alumnado (de la carrera de Psicología de la UNLP). Gran expectativa. Entusiasmos. Apasionamientos. Gran politización del estudiantado. Asambleas y debate permanentes. Paros. Movilizaciones. Pasión. Lucha y decepción [...]. No caben dudas de que la propuesta del psicoanálisis fue, ya por entonces, la más rica, sistematizada, y coherente. La que nos aportó un conocimiento o una interrogación nueva sobre el ser humano.

Pero, a diferencia de lo que puede pasar hoy, era una no alienada, que incluía otros atravesamientos. Teoría de los grupos y de la comunicación, aportes de la filosofía existencial y hasta el estudio del funcionamiento neuro-endócrino y los efectos de los psicofármacos. Todo fue útil (Delucca, 1994, p. 2).

En este contexto, las “estudiantes primerizas”, que tímidamente comenzaban a dar sus primeros pasos en el campo de la Psicología, muy rápidamente se convertían en jóvenes intelectuales y profesionales en germen. Entre los ritos iniciáticos de esas “mujeres modernas”, además del primer cigarrillo o el primer pantalón, se agregaba también la primera sesión de análisis. Grupal, para las menos pudientes, o individual, para las más acomodadas, esa práctica empezaba a ser un ingrediente de la vida cotidiana. Del mismo modo, sus representaciones sobre la profesión fueron cambiando radicalmente. Aunque algunas hubieran comenzado la carrera pensando en modelos profesionales tradicionales, a medida que se iban modificando sus intereses intelectuales y existenciales, esos ideales difusos, en la mayoría de los casos, daban lugar a una vocación cada vez más definida. En realidad, se trataba de una elección que se conjugaba con la modificación del lugar de la mujer en la sociedad. En efecto, las estudiantes avanzadas ya no querían limitarse al dominio educativo o a la aplicación de tests, que implicaban roles más o menos clásicos, sino que preferían aventurarse también por territorios inexplorados. En el dominio de la clínica, por ejemplo, ellas consideraban poder asumir tareas más arriesgadas y de mayor reputación, como aquéllas ligadas a la cura, que generalmente se atribuían en exclusividad a los médicos. Si en un principio algunas de ellas (sobre todo las que no provenían de las grandes ciudades) se habían conformado con un rol menos prestigioso, comparable con el de las enfermeras, con el paso del tiempo, aspirarían a un reconocimiento semejante al de los médicos.

Cuanto más se formaban con profesores psiquiatras y psicoanalistas (que iban ingresando en todas las carreras en las materias más dispares), menos se resignaban estas jóvenes a no poder ejercer el mismo tipo de prácticas que ellos realizaban. Sobre todo considerando que ya habían establecido “relaciones transferenciales” con sus analistas (médicos en su gran mayoría), participaban en grupos de estudio

privados con miembros de la APA y realizaban sus prácticas en instituciones clínicas, como el Servicio de Psicopatología del Hospital Lanús (Dagfal, 2009b). De este modo, comenzaban a entender qué era atender a un paciente, supervisar un caso y trabajar en equipo. Una vez que esta máquina fue puesta en marcha, parecía muy difícil detenerla con discursos normativos sobre la verdadera función del psicólogo, sobre su falta de competencias en el campo clínico o sobre los obstáculos legales que le impedían el ejercicio de las psicoterapias. El mercado para el psicoanálisis parecía haberse ampliado de manera inexorable, bastante más allá del control de la asociación analítica. Aunque los miembros de la asociación oficial también se hubieran beneficiado con esta expansión, recibiendo numerosos pacientes y nuevas demandas de supervisión y formación, la APA, en su conjunto, como institución, iba a ser muy reticente a aceptar a los psicólogos como miembros hasta entrados los años 1980.

Según una alumna de la segunda promoción de la UBA, que terminó sus estudios junto con los miembros de la primera, Adela Leibovich de Duarte, en una entrevista inédita concedida a Martín Cremonte y Eduardo Sincofsky en 1995, “la carrera de Psicología mucho tuvo que ver con el crecimiento geométrico de la APA. Se generó una especie de mercado cautivo, ya que no se podía acceder formalmente a esa institución. La formación era paralela, lo cual era un elemento muy difícil de digerir”. Este punto de vista es compartido por otra alumna de la primera promoción de la UNLP:

Edgardo Rolla, titular de *Psicología Profunda*, también nos estimuló en el estudio del psicoanálisis y nos invitó a que nos incorporáramos a la APA. Antes de terminar la carrera, habíamos empezado a viajar a Buenos Aires a hacer seminarios. No a incluirnos en la institución, porque todavía no estábamos recibidos. Por esa época hicimos seminarios con Pichon-Rivière, Bleger, Liberman, Ulloa, Pavlovsky [...]. Cuando nos recibimos, invitados por Rolla, fuimos a hacer el intento [...]. En ese momento, fuimos a tener una entrevista para ingresar a la APA, con el que estaba de presidente [...]. Nos hizo una entrevista a media docena de psicólogos que habíamos ido y

nos dijo que no, que a los psicólogos no se los admitía. Que para ser psicoanalistas había que ser médicos [...]. Bueno, fue una equivocación de Rolla, y una desinformación nuestra. Claro, desde la formación que nosotros habíamos obtenido, él consideró que estábamos en condiciones de entrar. Realmente era un deseo de él que entráramos en la asociación; éramos sus primeros discípulos. Hicimos seminarios sueltos, pero no pudimos hacer la formación sistemática, porque estaba esa ley (la ley 12.912, reglamentada en 1954 por la ordenanza N° 2.282), que decía que para hacer psicoterapia o para ser psicoanalista tenías que ser médico. Esa fue la segunda gran desilusión. La primera fue la del artículo 28 (que autorizaba a las universidades privadas a otorgar títulos habilitantes) y la segunda fue la del rechazo de la asociación. Que en realidad nos enfrentaba al hecho de que se nos había formado como psicólogos clínicos para hacer psicoterapia, y la ley decía que sólo la podían hacer los médicos (Delucca, 2003, pp. 86-87).

De este modo, en el seno de las carreras, esos estudiantes que habían funcionado como filtros para dejar pasar un cierto psicoanálisis y excluir otras tendencias teóricas, rápidamente tuvieron que confrontarse con las consecuencias concretas del hecho de no ser médicos. En todo caso, eso reafirmaba sus lazos con un psicoanálisis por fuera de las normas, descentrado respecto del circuito oficial. En ese sentido, las enseñanzas de Bleger y Rolla, por ejemplo, no obtenían su legitimidad de ninguna pertenencia institucional, sino de sus propios contenidos y proyecciones profesionales. Ante la mayoría de los estudiantes, ellos tenían más crédito por su relación con Pichon-Rivière y por haber intervenido en experiencias innovadoras, que por ser miembros de la APA.

En resumen, podría decirse que, luego de la creación de las carreras de Psicología, en la consideración de los estudiantes, los proyectos científicos y profesionales (bastante difusos) del grupo fundador fueron rápidamente desplazados

por una concepción psicosocial que, si bien no era homogénea, por lo menos era novedosa. En ese proyecto alternativo, el psicólogo ya no aparecía como un científico riguroso, sino como un intelectual comprometido con el cambio social. Al mismo tiempo, el psicoanálisis se transformaba en la matriz teórica privilegiada toda vez que podía articularse en diferentes planos con todo tipo de experiencias y de concepciones innovadoras.

Los Debates Profesionales como Catalizadores de una Identidad Reactiva

Como era de esperar, los debates más acalorados sobre el rol del psicólogo no se dieron en el momento de la creación de las carreras, sino cuando los primeros estudiantes empezaban a obtener su título habilitante. Más específicamente, los médicos psiquiatras se percataron entonces de que la aparición de esta nueva figura profesional implicaba un riesgo inminente para el mantenimiento del monopolio médico en el dominio de las psicoterapias. En efecto, los médicos en general y los psiquiatras en particular habían sido los únicos profesionales legalmente habilitados para tratar las enfermedades “del espíritu”. Pero la aparición de psicólogos que aspiraban a competencias clínicas amenazaba con alterar ese *statu quo*. De tal suerte, no es extraño que la mayor parte de las disputas haya girado en torno del tema de “la cura por la palabra”. En mayo de 1959, en la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), un profesor del consejo directivo de la Facultad de Ciencias Médicas solicitó formalmente “la supresión de la rama clínica del ciclo superior de la carrera de Psicología”, ya que la práctica de la Psicología clínica implicaba para él una forma de “ejercicio ilegal de la Medicina” (UNLP, 1960, p. 43). Este acto marcaba el “inicio de las hostilidades” en el campo académico de la Psicología argentina. En el campo profesional, en el mes de octubre, el Colegio de Médicos de la provincia de Buenos Aires hizo publicar una solicitada en varios diarios locales, expresando su preocupación por la “práctica de la hipnosis” y por el “ejercicio ilegal de la Medicina” que las carreras de Psicología supuestamente favorecían. En realidad, se trataba de la presentación en sociedad de los mismos argumentos que iban a utilizarse, durante ese mismo mes, en la “Tercera Conferencia de Asistencia Psiquiátrica”, que se realizaría en Cuyo entre el 8 y el 10 de octubre de 1959.

Esta conferencia iba a representar el punto más álgido de estos conflictos profesionales. Sus temas principales fueron “la formación del personal psiquiátrico auxiliar” y los “títulos habilitantes para el estudio y el tratamiento del enfermo psíquico”. Allí tuvieron cabida diferentes exposiciones, que mostraban las diferentes perspectivas desde las cuales los psiquiatras analizaban el problema. Para Gregorio Bermann, por ejemplo, un notorio psiquiatra de izquierda (que en 1956 había presidido el Primer Congreso Argentino de Psiquiatría), los psicólogos, simples “técnicos” de la Psicología aplicada, no estaban en condiciones de ocuparse de la psicología llamada médica. Él se asombraba entonces de que, en la carrera de Psicología de Córdoba, creada en 1958, hubiera una cátedra de psicoterapia cuyo titular no era médico.

Hecho inusitado, tanto más cuanto que esta enseñanza falta por entero en la Facultad de Medicina de la misma Universidad [...]. En este semestre se están dictando cursos de psicoanálisis, dedicados principalmente a alumnos de este Departamento. Es notoria pues la tendencia invasora de la Psicología, apuntando hacia la psicoterapia. Y he sido testigo de la desilusión de algunos estudiantes de Psicología cuando se les hacía notar que no estaban facultados para ejercer la psicoterapia (Bermann, 1960, p. 176).

La perspectiva de Bermann, sin embargo, era mucho más moderada que la de los representantes de la psiquiatría tradicional, quienes fueron los encargados de exponer la “posición oficial”. Paradójicamente, a partir de 1958, con la asunción de un gobierno democrático, este sector había adquirido cierto poder dentro de las instituciones de salud mental, que hasta entonces habían estado en manos de psiquiatras reformistas¹⁶. De este modo, no es raro que la defensa

¹⁶ En 1958, Arturo Frondizi asumió como Presidente de la Nación, lo cual marcó el fin del régimen militar iniciado en 1955. No obstante, su poder fue muy restringido, teniendo que gobernar bajo tutela militar hasta el golpe de Estado de 1962. Contra todas las expectativas creadas, el gobierno de Frondizi fue, en muchos aspectos, tan o más conservador que el de los militares que lo habían precedido, particularmente en los dominios de la educación y la salud.

de las prerrogativas médicas haya sido presentada por Omar Ipar, el director del Hospital Neuropsiquiátrico de Buenos Aires; Carlos Sisto, el secretario de la Comisión Nacional Consultiva en Salud Mental, y Juan Dichiara, el responsable de la especialización en Psiquiatría que dependía del Instituto Nacional de Salud Mental, creado en 1957 (Borinsky, 1998a). En una presentación mordaz, intitulada “Encrucijada actual de la Psiquiatría”, se alarmaban “frente a la invasión de actores extraños a la Medicina, dispuestos a desvirtuar toda su historia, su técnica y sus penosas conquistas terapéuticas” (Ipar, Sisto & Dichiara, 1959, citado por Carpintero & Vainer, 2000). Ese discurso alarmista tenía una lógica simple, tendiente a despertar la conciencia corporativa y a reclutar nuevos adeptos:

¿Qué títulos pueden exigirse para tratar a un enfermo? [...]. Hasta ayer la pregunta era superflua y la respuesta obvia. Hoy, quizás más de un colega se sorprendería ante quien le planteara este interrogante. Ocupado en su quehacer cotidiano y ajeno a toda preocupación jurídica ignora una cantidad de irregularidades que por su misma repetición han creado un orden de cosas que a muchos parece natural y consagrado. Incluso desconozca que mañana egresarán de nuestras Facultades de Filosofía más de un millar de psicólogos que tendrán igual derecho que el suyo para el estudio y tratamiento de las enfermedades mentales (Ipar, Sisto & Dichiara, 1959, citado por Borinsky, 1998a, p. 66).

En realidad, lo que estaba en discusión no era solamente “quién está preparado para curar”, sino también, como trasfondo, “cómo se curan las enfermedades mentales”, sabiendo que las opciones disponibles no eran complementarias sino excluyentes. Si los profesionales que no eran médicos sólo se apoyaban en la palabra como instrumento de curación, de ello se deducía que, necesariamente, tenían una concepción de la enfermedad que contradecía la de la medicina orgánica. En último análisis, eso era lo que se discutía cuando se planteaba el problema de los títulos necesarios para el ejercicio de las psicoterapias. Si se admitía que estas últimas no eran apenas un complemento de las

terapias bioquímicas y orgánicas, y que obedecían a una lógica distinta de la de las ciencias naturales, ello implicaba el derrumbe de todo el edificio teórico de la psiquiatría contemporánea o la aceptación de que ésta no pertenecía al orden de la medicina llamada científica. Ambas posibilidades resultaban inadmisibles, por lo cual, para los psiquiatras, era crucial reafirmar el carácter subsidiario del trabajo psicoterapéutico de los no médicos. No obstante, no iban a estar solos en esta empresa, en la medida en que los profesores de Psicología que consideraban que esa disciplina era una ciencia natural (en su mayoría médicos) iban a sostener posiciones similares. Ese era el caso de Marcos Victoria, el primer director de la carrera de psicología de la UBA.

Hay un punto inatacable en la resistencia de los médicos a permitir la entrada de estos intrusos: es la existencia de la responsabilidad médica. El psicólogo no está vinculado por ningún juramento hipocrático al ejercicio de su profesión [...]. Una resolución inconsulta de la Universidad de La Plata, destinada a facilitar el ejercicio de la profesión a los futuros psicólogos que egresen de sus aulas, los autoriza a “ejercer la psicoterapia por medios verbales”. ¿Habrán pensado las autoridades de esa casa de estudios que un psicólogo inexperto (y a quien no obliga ningún juramento médico) puede provocar el suicidio de un deprimido ansioso por una conducta terapéutica mal conducida? ¿Habrán pensado lo que puede ocurrir en el seno de una familia, uno de cuyos miembros presenta trastornos de conducta, con la entrada de una psicóloga improvisada (eso ocurre todos los días entre nosotros), sin la debida experiencia para afrontar situaciones psicosociales complejas y que ponen a prueba a los médicos más fogueados? [...]. Pero la falta de responsabilidad de los psicólogos de pacotilla no se detiene allí [...] (Victoria, 1965, pp. 21-23).

Esta toma de partido de quien fuera uno de los fundadores de la carrera de Psicología de la UBA no hacía más que ilustrar las razones por las cuales había sido excluido de ella. No obstante, cabe recordar que,

con matices, sus ideas eran compartidas por muchos de los otros fundadores, que también se oponían al ejercicio autónomo de las psicoterapias por parte de los psicólogos. En ese contexto, es más fácil de entender a qué nos referimos cuando hablamos de la adopción de una identidad “reactiva” por parte de estos nuevos profesionales, que se sentían triplemente rechazados. En primer lugar, sus propios profesores les negaban competencia en un área en la cual ellos juzgaban que tenían mejor formación que la mayoría de los médicos (de hecho, en la carrera de Medicina apenas si había un par de materias que hicieran alusión a lo psíquico y a la cura de las enfermedades mentales). En segundo lugar, los psicoanalistas les negaban el acceso a la asociación oficial, aunque fueran “analistas oficiales” quienes los habían analizado y formado en las ideas freudianas. En tercer lugar, los psiquiatras querían relegarlos a un rol subalterno, amenazándolos incluso en el plano legal. Nuestra hipótesis es que, en gran medida, la identidad de los psicólogos se fue conformando como reacción ante estos roles menores (auxiliar de la psiquiatría, testista, psicotécnico, consejero) que les eran impuestos por figuras de mucho peso. Cuanto más se les negaba el reconocimiento de sus competencias en el campo de la clínica, más se aferraban al ejercicio de las psicoterapias desde una perspectiva psicoanalítica. En cierto modo, de manera dialéctica, la conciencia de un “nosotros” se fue constituyendo por oposición a la alteridad radical de “los otros” (Figura 1).

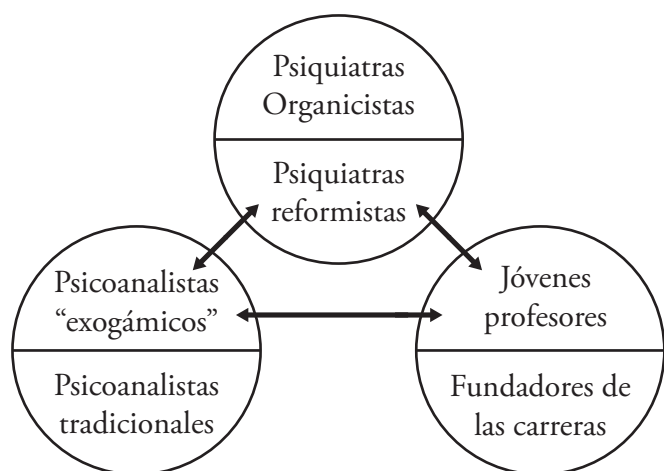


Figura 1. Alianzas y rivalidades en la conformación de una identidad profesional. Psicología como ciencia natural o disciplina del sentido

Comentarios Finales

Para concluir, sería justo reconocer que no todo fue reactivo en la construcción identitaria del psicólogo argentino. Hubo algunas figuras del “campo psi” que les sirvieron como referentes, esto es, como soportes para una identidad “proactiva”. El más importante, muy probablemente, haya sido José Bleger. Siguiendo a Pichon-Rivière, como ya mencionamos, este psiquiatra-psicoanalista, miembro del Partido Comunista, combinaba el atractivo de las ideas freudianas con los imperativos de cambio social. Por un lado, enseñaba los fundamentos de una Psicología de la conducta que hermanaba la respetabilidad académica de Daniel Lagache con el militatismo de Georges Politzer. Por el otro, llevaba a los estudiantes a las *villas miseria* [favelas], para mostrarles los rudimentos de una Psicología preventiva que por entonces denominaba “psicohigiene”.

Aunque no impulsara el rol clínico de los psicólogos, llegado el momento, pese a ser médico, los acompañó en su disputa con los psiquiatras. De hecho, pensaba que el psicólogo era el profesional mejor preparado para la actividad psicoterapéutica. Pero al mismo tiempo creía que “la carrera de Psicología tendría que ser considerada un fracaso desde el punto de vista social si los psicólogos quedan exclusivamente y en su gran proporción limitados a la terapéutica individual” (Bleger, 1962, p. 355, citado por Borinsky, 1998a, p. 68). Habría que ver en qué medida el golpe de estado del 1966 no fue el causante de que los psicólogos terminaran desoyendo esta segunda parte del credo bleggeriano. En un momento en que la actividad pública se tornaba riesgosa, ellos fueron refugiándose cada vez más en los consultorios, siguiendo el modelo médico de atención privada, lo cual los mantenía al margen de las regulaciones estatales.

Otro referente de esos primeros psicólogos (de Rosario y Buenos Aires), fue Jaime Bernstein. En realidad, encarnaba una de las raras líneas de continuidad entre la Psicología aplicada desarrollada durante el peronismo y la nueva Psicología clínica de “filiación psicoanalítica”. Bernstein había pasado de una orientación profesional ligada al trabajo y a la educación a una concepción clínica más integral, donde las técnicas proyectivas y su interpretación analítica ocupaban un lugar privilegiado. En esta dirección, todo indica que Bernstein tenía la determinación de contribuir a la constitución de este nuevo campo. Según el testimonio de una de las primeras ayudantes

que trabajaron con él en Buenos Aires a partir de 1958, Ercilia “Nenuka” Rosenberg, en una entrevista inédita concedida a este autor, el 23 de noviembre de 2004 se trataba de algo así como una causa militante:

En la primera reunión de cátedra, Bernstein nos dijo que no olvidáramos este momento que estábamos viviendo, ya que no sólo se trataba del comienzo de nuestra carrera como docentes, sino también del comienzo de un proceso irreversible, en el cual las carreras de Psicología de todo el país iban a ser dirigidas por sus propios graduados [...]. Esta dimensión de proyecto, de causa, tenía un nombre, que no era psicoanálisis. Era la psicología clínica.

Sea como fuere, ya sea que se hablara de psicología clínica, psicohigiene o psicoanálisis, tanto Bleger como Bernstein, entre otros jóvenes profesores, parecían dispuestos a seguir el programa esbozado por Foucault en 1957, que implicaba una “renovación radical de la Psicología como ciencia del hombre”. En esa empresa, en una jurisdicción profesional disputada, contarían con la ayuda de psiquiatras reformistas y de psicoanalistas “exogámicos”. Todos ellos, a su vez, suscitarían la adhesión masiva de los estudiantes, quienes rechazaban los roles profesionales prescriptos por los fundadores más cientificistas, los psiquiatras organicistas y los psicoanalistas considerados “ortodoxos”. De este modo, hace medio siglo, nacía en la Argentina la figura del psicólogo-psicoanalista, cuya existencia marca el panorama de la disciplina hasta la actualidad.

Referencias

- Abbott, A. (1988). *The System of Professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press.
- Anónimo (1954). Primer Congreso Argentino de Psicología. *Humanidades*, 34, 121-122.
- AUAPsi. (1998). *Programa de formación de especialistas en innovación curricular en psicología*. Informe diagnóstico de la situación actual. Buenos Aires: Mimeo.
- Balán, J. (1991). *Cuéntame tu vida: una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta.
- Bermann, G. (1960). *Nuestra psiquiatría*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleger, J. (1958). *Psicoanálisis y dialéctica materialista*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleger, J. (1962). El psicólogo clínico y la higiene mental. *Acta Psiquiátrica y Psicológica Argentina*, 8 (4), 349-357.
- Borinsky, M. (1998a). La disputa por la psicoterapia: la encrucijada de la psicología entre la crisis de la psiquiatría y el psicoanálisis. In *Informe parcial de beca de iniciación*. (pp. 65-82). Buenos Aires: CONICET.
- Borinsky, M. (1998b). Un corte sincrónico en el estudio de la conformación de un campo profesional: el 2º Congreso Argentino de Psicología. In *Informe parcial de beca de iniciación*. (pp. 83-97). Buenos Aires: CONICET.
- Borinsky, M. (1998c). Cuatro polémicas en la constitución de la psicología como profesión. In *Informe parcial de beca de iniciación*. (pp. 98-110). Buenos Aires: CONICET.
- Bourdieu, P. (1966). Champ intellectuel et projet créateur. *Temps modernes*, 246, 865-906.
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (2/3), 88-104.
- Braunstein, J. F. (1999). La critique canguilhemienne de la psychologie. *Bulletin de Psychologie*, 52 (2), 181-190.
- Canguilhem, G. (1958). ¿Qué es la psicología? (M. T. Poyrazian, Trad.). Acceso el 31 de julio de 2013, en www.elseminario.com.ar (Reimpreso de Qu'est-ce que la psychologie?, en *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1958, 1, y en *Cahiers pour l'Analyse*, marzo de 1966, 2).
- Carpintero, E., & Vainer, A. (2000). *La historia de la desaparecida Federación Argentina de Psiquiatras (FAP)*. Trabajo presentado en el XVI Congreso Argentino de Psiquiatría, organizado por APSA en Mar del Plata.
- Carpintero, E., & Vainer, A. (2004). *Las huellas de la memoria*. Buenos Aires: Topía.
- Dagfal, A. (1997). Discursos, instituciones y prácticas presentes en la etapa previa a la profesionalización de la disciplina psicológica en la Argentina (1945-1955). *Cuadernos Argentinos de Historia de la Psicología*, 3 (1/2), 173-195.
- Dagfal, A. (2000). José Bleger y los inicios de una “psicología psicoanalítica” en la Argentina de los años '60. *Revista Universitaria de Psicoanálisis*, Facultad de Psicología de la UBA, 139-170.
- Dagfal, A. (2009a). *Entre París y Buenos Aires. La invención del psicólogo (1942-1966)*. Buenos Aires: Paidós.
- Dagfal, A. (2009b). O ingresso da psicanálise no sistema de saúde pública na Argentina. *Psicologia em Estudo*, 14 (3), 433-438.
- Dagfal, A. (2011). *Psychanalyse et psychologie. Paris-Londres-Buenos Aires*. París: Campagne Première.

- Dagfal, A. (2012). Historias de la psicología en la Argentina (1890-1966). Entre ciencia natural y disciplina del sentido. *Ciencia Hoy*, 126, 25-29.
- Danziger, K. (1979). The social origins of modern psychology. In A. R. Buss (Ed.), *Psychology in Social Context* (pp. 25-44). New York: Irvington Publishers.
- Del Cueto, J., & Scholten, H. (2003). *Notas para una investigación sobre ideología y psicología en Argentina (1965-1972)*. Buenos Aires: Tekné.
- Delucca, N. (1994). Palabras de una veterana de la primera promoción de psicólogos a los estudiantes y futuros colegas. *Boletín de la Comisión de Estudiantes de psicología*, UNLP.
- Delucca, N. (2003). Reportaje a Norma Delucca (Autores varios). *Acheronta*, 17. Acceso el 31 de julio de 2013, en www.acheronta.org/deluca17.htm
- Departamento de Orientación Vocacional de la UBA (1959). *Memorándum de la Primera reunión de carreras de psicología*, 8 de marzo, 1-2.
- Dubar, C. (1991). *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Armand Colin: París.
- Dubar, C., & Tripier, P. (1998). *Sociologie des professions*. Armand Colin: París.
- Elliott, P. (1975). *Sociología de las profesiones*. Tecnos: Madrid.
- Fabris, F. (2007). *Enrique Pichon-Rivière, un viajero de mil mundos. Génesis e irrupción de un pensamiento nuevo*. Buenos Aires: Editorial Polemos.
- Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (1958). *Actas del Consejo Académico, tomo 12*. La Plata: UNLP.
- Foucault, M. (1957). *La Psicología de 1850 a 1950* (H. Scholten, Trad.). Acceso el 31 de julio de 2013, en www.elseminario.com.ar (Reimpreso de *La psychologie de 1850 à 1950*, en *Histoire de la philosophie européenne* (t. II), de D. Huisman y A. Weber, 1957, París: Librairie Fischbacher, y en *Dits et écrits* (t. I) (pp.120-137), de M. Foucault, 1994, París: Gallimard).
- Gentile, A. (2003). *Ensayos históricos sobre psicoanálisis y psicología*. Rosario: Fundación Ross.
- Gómez Campo, V., & Tenti Fanfani, E. (1989). *Universidad y Profesiones. Crisis y alternativas*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- González, E., & Dagfal, A. (2012). El psicólogo como psicoanalista: Problemas de formación y autorización. Entre la universidad y las instituciones. *Intersecciones Psi. Revista Electrónica de la Facultad de Psicología de la UBA*, 2 (5), 12-18. Acceso el 31 de julio de 2013, en http://intersecciones.psi.uba.ar/revista_ed_n_5.pdf#page=12
- Horas, P. (1961). La enseñanza de la psicología en la universidad argentina y otros comentarios. *Anales del Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de la Universidad Nacional de Cuyo*, 6, 339-354.
- Ipar, O., Sisto, C., & Dichiara, J. (1959). Encrucijada actual de la psiquiatría. In *Tercera Conferencia Argentina de Asistencia Psiquiátrica*. Buenos Aires: Ediciones I.T.E.M.
- Klappenbach, H. (2000). El psicoanálisis en los debates sobre el rol del psicólogo. Argentina, 1960-1975. *Revista Universitaria de Psicoanálisis*, 2, 191-227.
- Klappenbach, H. (2001). Dos editoriales en los comienzos de la profesionalización de la psicología en Argentina. *Memorandum*, 1, 61-71.
- Klappenbach, H., & Pavesi, P. (1994). Una historia de la psicología en Latinoamérica. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 26 (3), 468-469.
- Langleib, M. (1985). Crónica de la creación de la carrera de psicología. *Revista Argentina de Psicología*, 34, 12-14.
- Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism. A sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Litvinoff, N., & Gomel, S. (1975). *El psicólogo y su profesión*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Mangone, C., & Warley, J. (1984). *Universidad y Peronismo (1946-1955)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, Biblioteca Política Argentina.
- Meyer, C. (Ed.) (2005). *Le livre noir de la psychanalyse. Vivre, penser et aller mieux sans Freud*. París: Les Arènes.
- Monasterio, F. (1961). *Memoria del Departamento de Psicología*. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP.
- Monasterio, F. (2011). Entrevista a la Dra. Fernanda Monasterio Cobelo (por A. Dagfal). *Revista de Historia de la Psicología*, 32 (4), 37-64.
- Neiburg, F., & Plotkin, M. (Eds.) (2004). *Intelectuales y Expertos La constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- Ohayon, A. (1999). *L'impossible rencontre. Psychologie et psychanalyse en France 1919-1969*. París: La Découverte.
- Plotkin, M. (2001). *Freud in the Pampas. The emergence and development of a psychoanalytic culture in Argentine*. Stanford: Stanford University Press.
- Politzer, G. (1928/1966). *Crítica de los fundamentos de la psicología: el psicoanálisis*. Buenos Aires: J. Álvarez.
- Roudinesco, É. (1986). *La bataille de cent ans. Histoire de la Psychanalyse en France (1925-1985)*. París: Seuil.
- Roudinesco, É. (1993). Situation d'un texte: « Qu'est-ce que la psychologie ? ». In E. Balibar, M. Cardot, F. Duroux, M. Fichant, D. Lecourt & J. Roubaud

- (Eds.), *Georges Canguilhem, philosophe historien des sciences* (pp. 135-144). París: Albin Michel.
- Roudinesco, É. (2009). Prólogo. In Dagfal, A. *Entre París y Buenos Aires. La invención del psicólogo (1942-1966)*. Buenos Aires: Paidós.
- Universidad Nacional de La Plata. (1960). *Actas del Honorable Consejo Superior*. La Plata: UNLP.
- Vezzetti, H. (Ed.) (1989). *Freud en Buenos Aires*. Buenos Aires: Puntosur.
- Vezzetti, H. (1996). *Aventuras de Freud en el país de los argentinos*. Buenos Aires: Paidós.
- Vezzetti, H. (1998a). Enrique Pichon-Rivière y Gino Germani: el psicoanálisis y las ciencias sociales. *Anuario de Investigaciones*, 6, 476-486.
- Vezzetti, H. (1998b). *Informe sobre el campo de la psicología: la situación de los posgrados*. Buenos Aires: CONEAU.
- Vezzetti, H. (2004). Los comienzos de la psicología como disciplina universitaria y profesional: debates, herencias, proyecciones sobre la sociedad. In M. Plotkin & F. Neiburg (Eds.), *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina* (pp. 293-326). Buenos Aires: Paidós.
- Vezzetti, H. (2008). Enrique Butelman: la enseñanza y los libros. In A. Leibovich de Duarte (Ed.), *Ayer y hoy. 50 años de enseñanza de la Psicología* (pp. 155-166). Buenos Aires: Eudeba.
- Victoria, M. (1965). El psicólogo contra el médico. In M. Victoria, *Psicología para todos* (pp. 21-23). Buenos Aires: Losada.
- Vilanova, A. (1993). La formación de psicólogos en Iberoamérica. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 39 (3), 196.
- Visacovsky, S. (2002). *El Lanús. Memoria y política en la construcción de una tradición psiquiátrica y psicoanalítica argentina*. Buenos Aires: Alianza.

Dirección institucional:

Alejandro Dagfal
 Avenida Independencia, 3065
 Ciudad de Buenos Aires (C1225AAM)
 E-mail: adagfal@club-internet.fr

Recibido el 31/07/2013

Revisado el 04/01/2014

Aceptado el 06/01/2014

* Este trabajo ha sido financiado por el CONICET y ha sido realizado en el marco del proyecto UBACyT: "El dispositivo 'psi' en el siglo XX: las disciplinas y la cultura intelectual".

Uma Perspectiva Católica da Psicologia no Brasil: Análise de Artigos da Revista “A Ordem”*

A Catholic Perspective of Psychology in Brazil: Analysis of Articles taken from “A Ordem” Magazine

Ana Maria Jacó-Vilela¹
Luiz Felliipe Dias da Rocha¹

Resumo

O texto analisa como os intelectuais católicos perceberam e enfrentaram a emergência da psicologia científica no Brasil entre 1920 e 1960. Foi utilizada como fonte a revista “A Ordem”, criada em 1921 por componentes desse grupo com vistas a recuperar a hegemonia da Igreja Católica no País. Fez-se o levantamento dos textos publicados nas décadas citadas, por meio de seleção e análise daqueles que pudessem tratar de temas psicológicos. Embora o conteúdo moral esteja constantemente presente, bem como uma defesa da psicologia tomista, há uma mudança de tom entre os anos iniciais, de forte crítica à psicologia científica, e a década de 1960, quando se reconhece a existência de uma ciência que, por sua vez, deve respeitar e não se opor às verdades católicas.

Palavras-chave: Psicologia; Igreja Católica; moral.

Abstract

The text looks at how catholic intellectuals realized and faced the emergence of scientific psychology in Brazil between 1920 and 1960. The source was “*A Ordem*” magazine, created in 1921 by members of that group aiming to recover the hegemony of the Catholic Church in the country. A survey of articles published between decades referred before was made, through selecting and analyzing those which could have something to do with psychological themes. The moral content is constantly present, although in the 1920s Thomism appear as the only possibility to explain psychic powers, and later, to acknowledge the existence of a science which, in turn, must respect and not to oppose the catholic truths.

Keywords: Psychology; Catholic Church; morality.

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasil

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação da Igreja Católica com a psicologia no Brasil, especificamente como aquela encarou a emergência do campo psicológico entre as décadas de 1920 e 1960.

A escolha desse tema decorreu de nosso interesse em melhor contextualizar o desenvolvimento da psicologia no Brasil. A constatação de que os primeiros cursos de psicologia no país foram criados em instituições católicas¹ antes da regulamentação da profissão e dos cursos, vinte anos após um artigo publicado em “A Ordem” (Athayde, 1932), que foi considerado um dos motivos do fechamento do que seria o primeiro curso de psicologia no Brasil (Centofanti, 1982), levou nosso grupo de pesquisa a indagar o porquê desse investimento católico institucional na psicologia. Uma investigação está terminada (Lobato, 2013), outra, em fase de finalização (Ferraz, 2014). Com o motivo adicional do artigo citado acima, uma terceira investigação foi conduzida tendo como fonte a revista “A Ordem”, sobre a qual discorreremos mais

adiante. Para isso, faz-se necessário nos estendermos um pouco sobre a história da Igreja Católica no País, notadamente no século XIX, para melhor compreensão das condições de emergência dessa revista.

Sabemos que a Igreja Católica está presente no Brasil desde a chegada dos portugueses. Os clássicos estudos de Gilberto Freyre (1933/2000), Sérgio Buarque de Holanda (1936/1969) e Caio Prado Júnior (1942/1989) são apenas alguns exemplos da farta literatura que tão bem analisou os efeitos da colonização portuguesa e, ao mesmo tempo, católica no País. Esta ocorreu principalmente por intermédio dos jesuítas que, comandados pelo padre Manuel da Nóbrega, chegaram na armada do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, em 1549. Membros da ordem religiosa Companhia de Jesus, criada no contexto da Contrarreforma como meio de oferecer resistência ao avanço do protestantismo no mundo europeu, deviam total obediência à doutrina da Igreja Católica e ao papa e tinham como missão, nessas terras recém-descobertas, a catequização dos índios — transmitir-lhes a língua portuguesa, os costumes europeus e a religião católica —, contribuindo assim para a unificação da colônia com base na religião e

¹ As instituições que criaram cursos de Psicologia antes da regulamentação da profissão e dos cursos em 1962 foram: PUC-Rio (1953), PUC-RS (1954), USP (1957), Puc-MG (1959) e UNICAP (1961), ou seja, quatro foram criados em instituições católicas.

na obediência à Coroa. O estudo dos padres jesuítas, que utilizavam a teologia tomista para melhor entender o funcionamento das faculdades da alma, permitiu a construção de um modo de pensamento que veio a ser considerado, no século XX, como uma psicologia dos indígenas, com “ideias” ou “saberes psicológicos” preexistentes à psicologia científica (Massimi, 2007).

Embora não fosse a única ordem religiosa presente no Brasil, e, certamente, as demais ordens tenham contribuído fortemente para o que diferentes autores apontam como impregnação da cultura ocidental pelo cristianismo (Mendieta & Van Antwerpen, 2011), é somente sobre os trabalhos jesuítas que conhecemos estudos específicos atribuindo-lhes relevância na constituição dos saberes psicológicos, razão de seu destaque neste texto.

Fausto (1995) relata que a Igreja Católica detinha forte influência no cenário político e intelectual português na época das grandes navegações. Assim, as caravelas lusitanas levavam, além de homens e equipamentos, também uma religião. Essa presença pode ser percebida na famosa — e pouco lida até recentemente, pois os livros didáticos não a traziam — carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel. Nesta, o autor declara ser Deus o responsável pela presença portuguesa no novo território, com o objetivo de salvar os índios por meio da fé católica:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E, portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvidam que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quizerem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E, portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim! (Caminha, 1500, pp. 11-12).

A presença e influência do catolicismo continuaram nos períodos conhecidos como Brasil Colônia e Vice-Reinado (1500–1822). Entretanto, a Igreja sofreu um grande abalo em 1759, quando o então secretário de Estado do Reino de Portugal, Marquês de Pombal, decretou a expulsão dos jesuítas do território português e, conseqüentemente, de suas colônias, pois considerava que representavam um obstáculo ao projeto de modernização iluminista do Estado português (Fausto, 1995).

Isso não impediu que o catolicismo continuasse presente e forte no País, com outras ordens e com os padres seculares; como dito antes, ele já estava ancorado na cultura brasileira. Assim, foi possível que, na Constituição de 1824, promulgada pelo recente Império Brasileiro, o catolicismo se tornasse a religião oficial do País, o que estabeleceu uma relação formal entre a Igreja e a Coroa. Ao Imperador era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os próprios sacerdotes eram tratados como funcionários públicos e recebiam salários da Coroa (Serbin, 2008). Dessa forma, quando, no Segundo Reinado, o Estado se propôs a consolidar a ideia de nação, criando uma história, símbolos e identidade, a chegada dos portugueses é iconograficamente representada pelo quadro *A Primeira Missa*, de Victor Meirelles, de 1860.

Todavia, nesse período — último quartel do século XIX — a elite intelectual do País, a chamada “Geração 70”, envolveu-se com o “bando de ideias novas” (Romero, 1900/1926) — ciência, positivismo, evolucionismo, materialismo —, afastando-se da Igreja, das explicações teológicas e metafísicas, segundo o julgamento comteano.

Se a cultura, como o conjunto de conhecimentos, crenças, hábitos e costumes de uma dada sociedade, é, em nosso caso, marcadamente cristã — ou sincrética, como prefere Sanchis (2012) —, a partir do século XVIII, mais precisamente do XIX no Brasil, essa cultura deixa de ser englobada exclusivamente pela religião e se torna fragmentada, no sentido de Dumont (1985). Para esse autor, em sua análise acerca da constituição da “ideologia do individualismo” nas modernas sociedades ocidentais, a substituição do Estado religioso pelo laico decorre, dentre outros motivos (como a mudança do modo de produção), da emergência de um modo de pensar a vida dos homens por meio de uma nova díade

conceitual, indivíduo e sociedade, agora separadas e não mais englobadas.

Um poderoso auxílio a essa fragmentação, no caso brasileiro, ocorre ainda na década de 1870 e no âmbito das relações da Igreja com o Estado. Trata-se da denominada Questão Religiosa, um conflito que, iniciado como um enfrentamento entre a Igreja Católica e a maçonaria, se tornou uma grave questão de Estado. Iniciou-se em 1864, quando o papa Pio IX validou uma bula que determinava a excomunhão imediata de todos os católicos envolvidos com a prática da maçonaria. Entretanto, dom Pedro II, valendo-se dos poderes do padroado, estabeleceu, por decreto, não reconhecer o valor de tal ordem. Dom Vital e dom Macedo Costa — bispos de Olinda e Belém, respectivamente —, pautados na bula já desconstituída de poder em território nacional, interditarão irmandades sob sua jurisdição, por manterem em seu seio membros maçons. Julgou-se, então, que tais bispos feriram a Constituição do Império e incorreram em culpa de desobediência civil. Foram presos e condenados a trabalhos forçados. Contudo, sua condenação repercutiu negativamente tanto em território nacional quanto internacional, o que desencadeou inúmeros protestos populares e respostas indignadas do papa. Diante do clamor popular e da exigência do Vaticano, dom Pedro II concedeu anistia aos bispos, que retornaram às suas respectivas dioceses (Serbin, 2008; Villaça, 2006).

Com a proclamação da República em 1889, o Estado tornou-se laico, logo, sem qualquer obrigação para com a Igreja. Vários foram os movimentos republicanos, mas seu principal propulsor foi o positivista. É essa vertente que, ao atrair inicialmente intelectuais, militares e médicos brasileiros, teve um grande papel entre nós, não somente na proclamação da República mas sobretudo no modo de organização do novo regime político (Carvalho, 1987; 1990). Carvalho demonstra, todavia, que a imobilização católica não foi total ao analisar o embate para a escolha do símbolo feminino da República, que resultou na coroação de Nossa Senhora Aparecida como “rainha do Brasil”, em 1904, apenas 15 anos após a proclamação da República. Esse episódio é mais uma demonstração do hibridismo presente no imaginário brasileiro, que parece incorporar o divino e o laico, o servo e o cidadão, a monarquia e a república (Carvalho, 1990), noção muito próxima ao sincretismo de que fala Sanchis (2012).

Com a opção intelectual pelas novas ideias europeias, notadamente o materialismo, a Questão Religiosa e a Proclamação da República, ocorreu uma incontestável perda financeira e um afastamento dos meios político e intelectual em relação à Igreja. Esta se via excluída das mobilizações político-sociais do começo do século XX, período marcado por forte efervescência ideológica, com a presença de organizações anarquistas e sindicais, novos movimentos culturais e debate sobre a educação popular.

Segundo Sanchis (2005), foi nesse contexto que a cúpula católica desenvolveu a estratégia iniciada no século XIX e conhecida como “Reação Católica”, que visava (re)conquistar o Brasil nação. Essa nova fase “tem início em 1916 com a publicação da carta pastoral de D. Sebastião Leme, nomeado arcebispo metropolitano de Olinda e Recife” (Velloso, 1978, p.120). Na carta, a elite do País foi convocada à reconversão para, a partir de então, reconverter o povo.

Esse chamado de dom Sebastião Leme (1882–1942), posteriormente cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, foi atendido, entre outros, por dois intelectuais, Jackson de Figueiredo e Hamilton Nogueira, que idealizaram um instrumento capaz de exercer influência face àquelas transformações: a revista *A Ordem*, criada em 1921. Jackson de Figueiredo (1891–1928) era sergipano, advogado e, transferindo-se para o Rio de Janeiro e em contato com dom Sebastião, tornou-se um incansável defensor da fé católica. Influenciou o médico carioca Hamilton Nogueira (1897–1981), que aderiu ao catolicismo e se tornou conhecido líder católico. A revista “*A Ordem*”, por sua vez, discutia temas religiosos, mas, principalmente, questões em voga no momento, como divórcio, educação etc., com base no enfoque da Igreja. Logo em sua gênese, no calor da campanha eleitoral para presidente da República, a revista denunciava a crise moral, a passividade dos católicos e o aumento das estatísticas criminais, causadas, segundo a revista, pela perda dos valores morais (católicos) em função da prevalência das ideias materialistas.

Um ano depois, em 1922, Jackson de Figueiredo fundou o Centro Dom Vital (cujo nome, lembremos, é homenagem a um dos dois bispos da crise entre Igreja e Estado no século XIX), com o objetivo de reunir “intelectuais que almejavam reagir contra o materialismo crescente da literatura e da inteligência brasileira” (Lima, 1935, citado por Schincariol, 2006, p. 97). O Centro Dom Vital tornou-se responsável pela edição da revista e fez dela seu porta-voz, como continua a ser até os dias de hoje.

Posteriormente, a partir do Centro Dom Vital, iniciou-se um movimento para uma educação superior católica, sob a liderança do padre Leonel Franca (1893–1948)² e de Alceu Amoroso Lima (1893–1983)³. Distintas associações foram criadas para esse fim, como a Associação dos Universitários Católicos (1929), o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932) e a Confederação Católica Brasileira de Educação (1933). Em 1934, realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Católico de Educação. Do Instituto Católico de Estudos Superiores surgiram os cursos de direito, geografia, história, ciências sociais, pedagogia e letras clássicas, neolatinas e neogermânicas, que permitiram a criação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, aglutinadas às Faculdades Católicas do Rio de Janeiro (1942). A eleição daquelas duas faculdades como “núcleos do ensino superior católico convinha ao projeto da Igreja, já que a maior parte das elites brasileiras era composta de juristas e advogados. Também interessava a disseminação da cultura humanística entre as elites, facilitando a sua espiritualização” (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2014).

Com o acréscimo da Escola de Serviço Social às Faculdades Católicas, foi possível a transformação destas na Universidade Católica do Rio de Janeiro (1946), a qual, por sua vez, recebeu da Santa Sé o título de Pontifícia em 1947, e na qual, em 1953, foi criado o primeiro curso de psicologia do Brasil.

Vimos, pois, que a aparente derrota que a Igreja Católica sofreu no século XIX, quando os intelectuais abandonam seus princípios e recebem as “ideias novas” que chegam da Europa e ela perde parte de seu poder na disputa com o Estado na Questão Religiosa, é enfrentada, nas primeiras décadas do século XX, com uma estratégia bem traçada de trazer novamente para a participação ativa na Igreja os intelectuais e, por meio deles, voltar a ocupar seu papel hegemônico na população.

Assim, se entendemos que a religião católica permeia a cultura brasileira, entendemos também que o estudo de grupos católicos específicos, como o de intelectuais, pode ser significativo, pois se constituem em polos organizadores da sociedade, produzidos e

produtores de valores culturais. No caso que aqui nos propusemos a estudar, ou seja, o dos intelectuais reunidos no Centro Dom Vital, nossa fonte de análise foi a revista “A Ordem”, que nos pareceu possibilitar a recuperação da especificidade do pensamento católico em relação à psicologia em um determinado momento histórico.

Método

Estudamos a revista “A Ordem” no período compreendido entre sua criação (1921) e a regulamentação da profissão de psicólogo e dos cursos de psicologia no País pela lei nº 4119/62. Nosso levantamento foi realizado na biblioteca da PUC-Rio em sua quase totalidade, por ser o local de mais fácil acesso. Recorremos à biblioteca do Centro Dom Vital somente para preencher as falhas encontradas na primeira biblioteca.

Fizemos um levantamento extensivo de todos os números, catalogando os artigos, os editoriais e as seções (livros e notas). Isso foi necessário porque, em seus primeiros anos, a revista não apresentava índice e porque verificamos muitos dados de interesse dispersos nas seções.

Nosso critério de estabelecimento de relação com a psicologia foi muito abrangente, tendo em vista que, nas primeiras décadas estudadas, esta ainda não era uma área de conhecimento e uma prática autônomas no Brasil, estando subsumida na medicina, no direito, na educação.

Criou-se uma ficha de catalogação com os seguintes campos de preenchimento: data de publicação, número, título, autor, PSI (relação com a psicologia) e localização (em qual biblioteca foi feita a pesquisa). O campo PSI visava apontar se, na primeira visada, o texto tinha ou não relação com a psicologia, permitindo, portanto, as respostas S (sim), N (não) ou T (talvez). Posteriormente foram lidos e resumidos 20% dos textos assinalados como S, sendo que, quando este total foi considerado pequeno, também foram resumidos textos assinalados como T.

Não fizemos, todavia, dois levantamentos importantes: as condições de produção da revista, aqui envolvendo tanto os redatores dos diversos textos sem assinatura quanto os recursos financeiros para sua impressão e distribuição, bem como sua tiragem e formas de distribuição. Embora esses dados não sejam diretamente pertinentes ao objetivo de nossa investigação, certamente levantariam luz sobre os mecanismos de funcionamento desse braço da Igreja.

² Padre Leonel Franca publicou, em 1934, o livro “Psicologia da Fé”, uma retomada do tomismo. Renomado intelectual jesuíta, foi o primeiro reitor da PUC-Rio.

³ Conhecido também pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, que utilizava em suas atividades jornalísticas, Alceu Amoroso Lima era liberal de tendência conservadora que se tornou defensor da democracia durante a ditadura de 1964–1985. Crítico literário, professor, escritor, sua memória está preservada no Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade, em Petrópolis.

Resultados

Observamos que a periodicidade da revista foi, ao longo do período estudado, muito irregular na primeira década, quando variou entre ser mensal, bimestral e, mesmo, trimestral. Assim, foi mensal de agosto de 1921 a outubro de 1922, de novembro de 1924 a julho de 1925, de janeiro a março de 1928, de janeiro a junho de 1934, de janeiro a dezembro de 1941 e de janeiro a junho de 1945. Tornou-se bimestral em poucos períodos: de agosto a outubro de 1923 e de janeiro a outubro de 1924. Foi trimestral nos seguintes períodos: de janeiro a junho de 1923, de agosto de 1925 a dezembro de 1927 e de junho de 1928 a dezembro de 1930. Finalmente, adotou a semestralidade a partir de janeiro de 1931.

No que diz respeito ao preenchimento do cargo de presidente (redator-chefe), encontramos que Jackson de Figueiredo ficou de agosto de 1921 a agosto de 1928, embora tenha se afastado (por doença) e sido substituído por Hamilton Nogueira de abril de 1927 a junho de 1928. Tristão de Athayde ficou um largo período como diretor-responsável pela revista a partir dessa data.

Nosso levantamento catalogou 478 textos na década de 1920, dos quais 16 vinculados à psicologia; 1.682 textos na década de 1930, dos quais 64 foram classificados como atrelados à psicologia; 1.696 na década de 1940, dos quais 27 estavam ligados à psicologia; 1.474 na década de 1950, dos quais 23 vinculados à psicologia e, finalmente, 405 na década de 1960, dos quais 17 atrelados à psicologia.

Verificamos que esses textos permitem inúmeras análises de temas como a educação, principalmente a proposta da Escola Nova; a sexualidade e a convivência de casais; a vida em família e a educação dos filhos; além de trazer inúmeras resenhas de livros, entre outros tipos de textos. Pode-se também analisar a contribuição específica de um determinado autor — Massimi (2000), por exemplo, o faz em relação aos artigos de Theobaldo Miranda dos Santos relativos à educação. Enfim, “A Ordem” oferece várias possibilidades em relação à psicologia. Neste artigo, optamos por analisar o modo como o pensamento dos intelectuais católicos se situa frente a essa nova ciência e as transformações que surgem ao longo do período em questão.

Discussão

Uma psicologia que ameaça

“A Ordem”, como dito, surgiu na década de 1920 com o objetivo de recuperar as elites que haviam aban-

donado o catolicismo em prol de diferentes ideias que chegaram ao País no século XIX; é mister ter em conta que, entre estas, situava-se uma nova interpretação para as faculdades da alma, agora entendidas como fenômenos psíquicos, com base orgânica e passíveis de mensuração. Apesar de o laboratório experimental não ser a única vertente teórico-metodológica que chegara à época, sem dúvida foi a que mais causou repulsa, como relata Lourenço Filho a respeito de resposta à proposta feita em 1897 da criação do primeiro laboratório no Rio de Janeiro: “seria ridículo pretender levar as faculdades da alma à análise de aparelhos” (Lourenço Filho, 2004/1955, p. 74).

Embora houvesse recepção da psicologia científica que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, esta era feita de forma autodidata por poucos. Estes se encarregavam de propagá-la por intermédio de publicações (livros, jornais) ou pelo ensino nas Escolas Normais (Jacó-Vilela, 2012). Assim, há divulgação de uma psicologia “materialista” que é contrária à psicologia tomista, a única em vigor no século XIX.

Todavia, embora discordem da nova psicologia, os autores de “A Ordem” estão atualizados com seu desenvolvimento. Citam Weber, Fechner, Wundt, Titchner, Binet e Stuart Mill. Freud é um autor presente em vários textos, desde a década de 1930, com maior frequência nas décadas de 1950 e 1960.

O texto de Barbosa (1929), intitulado “O problema da formação do pensamento”, embora ainda do período inicial, talvez seja o mais representativo das preocupações que norteiam a apresentação do discurso psicológico em “A Ordem” nas décadas em análise. Centra sua argumentação contra a psicologia associacionista e o funcionalismo com base no livro de Farias Brito (1862–1917), “A Base Física do Espírito”, de 1912. Advogado de formação, filósofo por opção e formação autodidata, como era comum no Brasil de sua época, e católico convicto, Farias Brito foi crítico ferrenho à psicologia que emergia nos países europeus nos séculos XVIII a XX, considerando-a uma “psicologia sem alma” — contrária à “psicologia dos poetas” — por seu caráter materialista e evolucionista. Seus textos, principalmente o livro citado, são constantemente utilizados pelos autores de “A Ordem” como fundamento de seus discursos.

Assim o faz Barbosa (1929)⁴, que analisa em detalhe como e onde se pode encontrar a “base física”

⁴ Cônego Florentino Barbosa (1881–1958), padre diocesano, permaneceu quase toda sua vida na Paraíba, exceto um período em que esteve no Rio de Janeiro, quando contribuiu com “A Ordem”, e períodos de estudo em Roma. Filósofo com sólida formação tomista e interesse no problema do conhecimento, tema sobre o qual publicou livro em 1953, foi também historiador.

dos fatos do espírito. Retomando Farias Brito e sua análise do empirismo baconiano do qual decorreria duas escolas associacionistas — uma psíquica, com base em Hume e cujo principal autor será Stuart Mill, seguido de James, que trabalha com fenômenos que não têm um substrato real, o que faz com que haja instabilidade dos estados da consciência, e outra fisiológica, que admite a existência da matéria e

tem a pretensão de explicar todos os fenômenos espirituais como resultantes da evolução; ou como equivalência dos movimentos do cérebro e do *systema nervoso* [...] é a *theoria da equipe psycho-physiologica*; *theoria* que pretende medir os pensamentos através das reações *physiologicas* (Barbosa, 1929, p. 155).

Barbosa (1929) procura separar os fenômenos mentais que podem ocorrer paralelamente à vida física daqueles que ocorrem isoladamente. Raciocínios e volições claramente lhe parecem como isolados dos fenômenos físicos do cérebro, pois prescindem de imagens que poderiam ser consideradas como resultantes dos movimentos cerebrais. Não há uma explicação clara desse raciocínio, a não ser se o ligarmos a um parágrafo anterior, no qual Barbosa menciona serem os fenômenos psíquicos como “sombas” que reproduzem todos os movimentos dos fenômenos fisiológicos. Estaríamos aqui retomando o idealismo platônico? A resposta parece ser positiva, visto o artigo caminhar na demonstração de uma consciência sensitiva comum aos homens e aos animais:

Inúmeras experiências tem sido feitas sobre as funções dos sentidos externos, tanto dos homens quanto dos brutos, e de todos eles conclue-se que há percepções exactas dos objetos. Os sentidos percebem integralmente tudo quanto do mundo exterior entre em comunicação com eles (Barbosa, 1929, p. 163).

Toda e qualquer impressão recebida e transmitida aos centros sensoriais há de excitar forçosamente todo o conjunto, formando-se ahi mesmo a imagem do objeto (Barbosa, 1929, p. 164).

A consciência sensitiva é o centro de convergência deste *systema*, onde circulam

as imagens vindas de fora, consoante os processos indicados. Cumpre, porém, não confundi-las com os pensamentos, uma vez que ellas pertencem ao campo da sensação e estes ao da inteligência [...] [a imagem] se encontra tanto no homem como no bruto, em que falta por completo o pensamento. E bastava isso para evidenciar a distinção entre um e outro (Barbosa, 1929, p. 165).

Detemo-nos neste texto porque nos pareceu representativo do que está presente nos demais textos do período: a psicologia tem, sim, uma contribuição a dar à compreensão do ser humano, desde que esse seu conhecimento não tenha por base perspectivas materialistas ou evolucionistas, as que sofriam maiores objeções naquele momento. Encontramos esse pensamento não só em Barbosa (1929), como assinalamos acima, mas também em Nogueira (1921) e em outros textos citados ao longo deste artigo.

Em “As curas milagrosas de Lourdes à luz da medicina” (1921), de Hamilton Nogueira, há uma pequena discussão sobre sugestão. Referindo-se aos “médicos materialistas” que afirmam serem as curas milagrosas causadas pela sugestão, o autor admite haver essa possibilidade nos casos de doenças não orgânicas.

Um artigo de Tristão de Athayde, “Traços da Psicologia do povo brasileiro”, de 1934, procura estabelecer diferenças entre os homens do campo e da cidade, entre os homens das diferentes regiões, para uma interpretação do homem brasileiro embasada no modo de análise da época, em que há uma suposição do “caráter” como moldado não só pela hereditariedade, mas também pelas condições climáticas e geográficas. Athayde (1934) vai inovar ao afirmar a importância da formação religiosa cristã nos traços psicológicos. Assim, após explicitar o que caracteriza o brasileiro de acordo com dicotomias como o homem do litoral *versus* o do sertão, o da cidade *versus* o do campo, o do norte *versus* o do sul, Athayde (1934) busca as características gerais do homem brasileiro, apontando a história da colonização lusitana, que propiciou a unificação de um grande território, e, em segundo lugar, aponta o lado moral e religioso:

Cristão nasceu o Brasil. Cristão educou-se. Cristão cresceu. E os erros da sua formação ou da sua alma derivaram sempre do esquecimento momentâneo desse fato fundamental de sua história, sem o qual se torna inteligível o estudo e a compreensão da psicologia brasileira. Pois todos os traços que hoje en-

contramos na psicossíntese do povo brasileiro, são derivados preliminarmente da sua formação religiosa (Athayde, 1934, p. 135).

“Possessão, histeria e êxtase” (1935), artigo do padre J. Nery, por sua vez, faz críticas à conclusão de Arthur Ramos em sua obra “A possessão fetichista na Bahia” (1932) de que a possessão é um surto histérico. Nery (1935) admite a existência da histeria enquanto fenômeno psíquico e considera que alguns de seus sintomas são semelhantes aos da possessão e do êxtase místico. Avalia, porém, que nesses dois últimos se verificam algumas características que não são explicáveis por aquela hipótese. Demonstrando um grande conhecimento das doutrinas sobre histeria do século XIX (Charcot, Pierre Janet), padre J. Nery utiliza o conhecimento católico como contra-argumento, reafirmando tanto a possessão demoníaca como o êxtase místico que caracteriza os santos como diferentes do quadro da histeria.

Vimos, pois, que os textos citados dialogam com o conhecimento psicológico então existente, porém apresentando, de forma às vezes contundente, o pensamento da Igreja.

Um texto diferente, com menos ênfase psicológica e cujo caráter religioso é inegável — porém com relevância fundamental para o campo da psicologia, por causa do livro do qual trata —, é um artigo do então padre Helder Câmara⁵ sobre como entender a alma do incrédulo, para assim levá-lo a Cristo. Para cumprir tal objetivo, resenha parte da obra “Psicologia da fé” (1934), livro do padre Leonel Franca que já se encontrava em terceira edição naquele momento. Tomista convicto, Franca era rigoroso adepto do papel da inteligência, da vontade e da Graça na crença, e em seu livro as analisa em relação ao ato de fé.

Câmara (1934) se detém na parte do livro em que o padre Franca se refere aos obstáculos intelectuais e morais à consecução da fé — ignorância religiosa, vícios de método, orgulho e sensualidade. Diz preferir a expressão desconhecimento da verdade católica, pois todo ser humano se mostra ignorante em algum aspecto de sua vida, assim como todo ser humano tem algum tipo de vício de método e orgulho. Para com-

bater o orgulho dos incrédulos, os católicos devem fazer com que estes não se sintam conduzidos à fé, mas se convençam de que, de fato, esse é o único caminho. E para combater a sensualidade, o único remédio é criar um clima de entusiasmo entre os que são puros, uma vez que, se os mais felizes forem os puros de coração, a pureza atrairá tanto ou mais do que a própria impureza. Câmara conclui afirmando que os católicos devem aprender a linguagem que ilumine sem ofuscar, arraste sem violência, comova sem artes teatrais e ensine sem tom de mestre. Ou seja, uma forte crítica ao modo como o padre Leonel Franca conduz o discurso da Graça em seu livro.

Outra relevância desse artigo é a demonstração de que “A Ordem” permitia críticas internas. No caso, trata-se de um membro ainda jovem da hierarquia católica, localizado na longínqua Fortaleza, criticando um dos autores mais proeminentes da Igreja à época, e que viria a ser reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mais do que um grupo monolítico de redatores, parece, pois, que havia certa diversidade de pensamento, ainda que somente religioso, dentro da revista.

A psicologia não mais ameaça? Os anos 1930 e a educação.

A década de 1930 é, sem dúvida, o período em que os projetos anteriores sobre a educação se realizam. A efervescência político-ideológica e cultural dos anos 20, que levou inclusive à criação de uma Universidade Popular no Rio de Janeiro, onde Manoel Bomfim teria ministrado cursos de psicologia (Aguiar, 2000), engendrou forças para a criação da Associação Brasileira de Educação, em 1926.

Entretanto, foi somente em pleno Governo Vargas que a proposta de uma escola pública, laica, gratuita e universal se alastrou, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) e o fortalecimento do movimento da Escola Nova. As principais propostas, principalmente a do ensino laico e gratuito, iam contra os propósitos da Igreja, que visava formar sujeitos católicos, e, mesmo se dedicando a obras de caridade e, assim, fornecendo educação a crianças sem família ou de baixa renda (Ferraz, 2014), não abria mão de formar também a elite. Assim, o discurso sobre a educação tornou-se cotidiano em “A Ordem”. E, da mesma forma que a Escola Nova (Lourenço Filho, 1930/2001), os católicos também consideraram a ciência e as práticas psicológicas ferramentas indispensáveis ao seu projeto pedagógico (Massimi, 2000), desde que devidamente subordinadas ao seu ideal educativo.

⁵ Dom Helder Câmara (1909–1999), natural de Fortaleza, Ceará, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, transferido para Recife após o golpe militar de 1964 como arcebispo de Olinda e Recife. Próximo ao integralismo nos anos de 1930, afastou-se desse movimento, norteando sua vida apostólica pela aproximação com os pobres. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Criou a Cruzada de São Sebastião, no Rio de Janeiro, e o Banco da Providência. Teve participação ativa na linha da Igreja que defendia os perseguidos pela ditadura militar.

Em um primeiro momento, retornou-se aos padres da Igreja para contra-argumentar ou demonstrar que nada havia de novidade no que trazia a psicologia, como Santos (1930) explica em “Santo Agostinho: suas idéias em pedagogia e psychologia”: muitos dos conhecimentos tratados pela pedagogia e pela psicologia na época e que estavam sendo encarados como novidade já haviam sido expressos por aquele pensador da Igreja. Na obra “Confissões”, por exemplo, por meio dos métodos de introspecção, observação e comparação, Agostinho estabeleceu importantes formulações sobre o desenvolvimento da criança e os fundamentos para uma boa educação, bem como condenara os castigos e chegara à conclusão de que o interesse — a motivação — era muito importante para o ensino. Aqui se percebe uma crítica ao behaviorismo que chegava ao País.

A questão educacional, no campo da psicologia, está exposta em outro texto, já citado anteriormente: “O Instituto Oficial de Psicologia” (Athayde, 1932), é uma crítica ao Governo Vargas por ter transformado o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro em Instituto de Psicologia, no qual funcionaria uma Escola Superior de Psicologia, destinada à formação de “psicólogos profissionais” (Centofanti, 1982). O texto, não assinado mas atribuído a Tristão de Athayde por ser o redator-chefe à época, argumenta que, anteriormente, a escola estava embebida na filosofia cristã, e, naqueles dias, a pedagogia moderna incorria em erro decorrente do fato de ser, quase que necessariamente, não religiosa. O Instituto de Psicologia teria uma orientação materialista sob a capa de “ciência pura” e seria responsabilidade do governo o que viesse a acontecer com a oficialização do Instituto de Psicologia, pois este deslocaria as interpretações religiosas do cenário científico nacional, implicando a descristianização do indivíduo e das instituições.

Não se sabe se por conta das pressões católicas ou se pelas pressões médicas — também contra a criação de um curso superior de formação de profissionais psicólogos — que o Instituto de Psicologia durou somente sete meses, sendo logo desativado. Paradoxalmente, como dito antes, 4 dos 5 primeiros cursos superiores de psicologia no Brasil serão criados em instituições católicas, 20 anos depois dessa malograda tentativa.

Mas a ênfase educativa continua. Com o Centro Dom Vital interessado em fornecer educação de nível superior a católicos — como visto, o Instituto Católico de Estudos Superiores, embrião

da futura Universidade Católica, fora criado ainda em 1932 —, um conjunto de textos publicados em “A Ordem” tem caráter didático, de explanação sobre a psicologia.

Assim, em “Será a Psychologia sciencia natural ou cultural” (1934), Euryalo Vianna Cannabrava⁶ expõe o desenvolvimento da psicologia, desde quando ainda aliada à filosofia até aquele momento, quando já era uma disciplina independente. Sustenta a vinculação primordial da psicologia com um sistema filosófico: “Pouco importa que essa filosofia seja theologica, scientifica ou puramente anthropologica, porque toda questão está em que seja uma filosofia” (p. 357). Defende, todavia, que será a filosofia antropológica que fornece uma estrutura suficientemente firme às hipóteses da psicologia como ciência, em relação ao “problema psycho-physico (relações da alma com o corpo), a questão da personalidade (sob o ponto de vista moral e religioso) e a natureza essencial do homem” (p. 357).

Theobaldo Miranda dos Santos⁷, autor muito presente em “A Ordem”, em “A Educação e as Tendências Atuais da Psicologia” (1938a) busca contextualizar o estado da disciplina no cenário das ciências, salientando que a psicologia preenche dois dos critérios fundamentais para o reconhecimento científico: número considerável de aplicação de suas teorias e crescente multiplicação de ramos especializados. Apesar de reconhecer a existência de algumas divergências metodológicas e filosóficas que fazem da psicologia um aparente caos, afirma existir uma unidade, presente no nível dos resultados experimentais. Comprova essa unidade sintetizando as principais correntes da psicologia: behaviorista, estruturalista (*gestalt-theorie*), essencialista (fenomenológica), psicanalítica, caracteriológica e neotomista, apresentando suas diferenças e pontos em comum. Considera que tais correntes têm noções muito próximas dos postulados da psicologia tomista, como: diferença entre vida cognocitiva e apetitiva, distinção entre conhecimento sensível e intelectual, afirmação

⁶ Euryalo Vianna Cannabrava (1908–1978), mineiro de Cataguazes, faleceu no Rio de Janeiro em 1978. Advogado de formação, foi principalmente filósofo e professor de filosofia. Participou da equipe de Wladaw Radecki no Laboratório de Psicologia na Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro, visando transformar o Laboratório em Instituto de Psicologia (o que ocorreu em 1932).

⁷ Theobaldo Miranda dos Santos (1905–1971), formado em odontologia e farmácia em Juiz de Fora, foi essencialmente um educador. Ocupou vários cargos em instituições educacionais. Publicou diversos títulos em psicologia, destinados principalmente à formação de professores.

da unidade irreduzível do espírito, negação do mecanicismo psíquico e da psicologia associacionista e psicologia como um ramo das ciências morais. Isso o leva a concluir pela derrota da ciência experimental e pela conseqüente vitória da psicologia tomista.

Já o artigo “A estrutura fundamental do sentimento religioso à luz da psicologia experimental” (1939) desperta o interesse porque o autor, Frei Damião Berge⁸, pretende utilizar a ciência para estudar um dado religioso: afirma ser a ciência psicológica, especialmente a experimental, o melhor recurso para se responder às questões: o que é o sentimento religioso e qual sua estrutura fundamental? Isso porque aquela ciência tem condições de entender a religião não como doutrina ou revelação divina, mas como ato ou sentimento religioso vital que produz, no homem, certos fenômenos psíquicos. O autor expõe resumidamente os primeiros métodos experimentais introduzidos na psicologia da religião por Karl Girgensohn, que consistem no uso de um termo evocador do sentimento religioso e o registro, em um protocolo rigoroso, da reação do paciente. Esse protocolo permite verificar uma síntese entre a função religiosa do “eu” como elemento intelectual, entendendo como função do “eu” aqueles atos e sentimentos que nos invadem, atingindo nosso vivo interesse. O elemento intelectual é sempre um fato ou um objeto religioso, atingido sempre como verdade, podendo ser essa cognição intelectual de natureza discursiva ou intuitiva. Ou seja, em oposição a Theobaldo Miranda dos Santos, Berge (1939) considera que o próprio sentimento religioso pode ser estudado pelo método experimental.

A psicologia adequada ao projeto educacional católico, por sua vez, foi objeto de um livro de Jaime Castiello, “Uma Psicologia Humana da Educação”, publicado em 1936. Com esse mesmo título, Barreto Filho publica uma resenha do livro em 1941, enaltecendo a obra. Castiello, jesuíta mexicano, filósofo e psicólogo, é respeitado ainda hoje por esse livro, cujo caráter humanista ultrapassou os limites da Igreja Católica. Barreto Filho⁹ aponta que faz uma crítica severa à psicologia materialista e associacionista, mas inova ao propor um ideal “humano” de personalidade que sirva de modelo à atividade educacional. Seu objetivo é a personalidade integral, sendo que a *gestalt-theorie* lhe parece um profundo reencontro da

psicologia moderna com os fundamentos do humanismo. E é dessa psicologia que a Igreja Católica quer se aproximar¹⁰.

Transformações Discursivas nas Décadas de 1950 e 1960

Apresentamos acima um artigo de Theobaldo Miranda dos Santos dentro do que denominamos contexto educacional. Santos também publicou, em “A Ordem”, uma sequência de artigos versando sobre a temática do sonho: “Aspectos da psicologia do sonho” (1935), “O problema da gênese do sonho” (1938b), “O sonho e a memória” (1939), “Os fatores orgânicos e a gênese do sonho” (1940a) e “Psicologia comparada do sonho e da criança” (1940b).

São seus principais interlocutores, dos quais procura apresentar o pensamento com clareza: Pierre Janet, Havelock Ellis, Immanuel Kant (em relação às paixões), Théodore Flournoy, Jean Piaget, Henri-Louis Bergson, Théodule Ribot e Sigmund Freud. Se bem reconheça a este último o mérito de ter “reabilitado o sonho” (Santos, 1938b, p. 361), em sua argumentação valoriza muito mais as opiniões de Janet que as de Freud. Isso aparece claramente em “Aspectos da psicologia do sonho” (1935), quando, fazendo revisão das teorias da psicologia do sonho, critica a teoria da afetividade onírica de Freud, segundo a qual existiria uma correlação entre o estado afetivo da vigília e o conteúdo representativo dos sonhos. Para isso, utiliza-se de argumentos de autores diversos, como Janet e Kant, bem como outras perspectivas teóricas que aproximam a atividade onírica dos instintos primários, admitindo alguma verdade nessas teorias.

Seus textos “O problema da gênese do sonho” (1938b) e “O sonho e a memória” (1939) são autorais, diferentemente dos demais, em que se guia por diferentes autores. Nesses dois, analisa a gênese do sonho (se de natureza somática ou psíquica) e contrapõe o psiquismo da vigília ao do sonho. Conclui ser o sonho influenciado por fatores fisiológicos e psicológicos e que a memória e a imaginação são os elementos preponderantes da formação das imagens oníricas (Santos, 1938b).

A presença da temática do sonho em cinco artigos, embora o referencial privilegiado não seja o psicanalítico e haja uma crítica presente à análise

⁸ Damião Berge (1895–1976), frade franciscano, escreveu somente um outro texto sobre psicologia, versando sobre oração.

⁹ José Barreto Filho foi professor de psicologia nas Faculdades Católicas do Rio de Janeiro.

¹⁰ A aproximação ocorrerá por meio da teoria rogeriana nos anos 50 e 60. No Brasil, um dos seus grandes divulgadores foi Padre Benkő (1920–2014), jesuíta húngaro que coordenou o curso de psicologia da Puc-Rio.

freudiana, faz pensar sobre a relevância dessa teoria no campo das relações entre a psicologia e a religião católica naquele momento.

Encontramos assim a resenha do livro “A doutrina de Freud”, de padre Antônio D’Almeida Moraes Jr. (1943), na qual se destaca que, ao mostrar os limites da psicanálise, o livro é útil “aos que lutam contra a ignorância de alguns fósseis para os quais as ideias de Freud ainda são última palavra da ciência na explicação da religião, da moral e da sociedade” (p. 77).

Além disso, na década de 1950, a revista publica três resenhas sobre três livros de André Berge (1902–1995), médico, filósofo e licenciado em letras, com diversos livros na área da psicologia da criança e do adolescente (seção de livros 1957, 1958 e 1959). Ou, nas palavras do resenhista: “Dr. Berge, que preocupado com a educação dos próprios filhos, resolveu fazer-se médico e dedicar estudos especiais à psicanálise” (C. F., 1958, p. 80). A resenha de 1957, referente ao livro “Como educar pais e filhos”, feita por C. A., é extremamente elogiosa e faz apelo para que todos o leiam. Já na de 1958, sobre o livro “A educação moral e afetiva”, os elogios permanecem, mas C. F. critica o profundo apego do autor pela psicanálise, considerada ultrapassada pelo avanço da ciência. Em 1959, em relação ao livro “Os defeitos da criança”, C. F. aumenta o volume de críticas, considerando que Berge tem sido “excessivamente fiel ao velho mestre de Viena, parece não ter tomado conhecimento dos estudos mais modernos, que invalidam em parte as teorias freudianas” (1959, p. 71). Embora reconheça que o livro possa prestar bons serviços a pais e educadores “que saibam se prevenir contra um certo materialismo filosófico, próprio do autor”, alerta-se que pode ser perigoso para aqueles que, com pouca cultura, não consigam “isolar o joio do trigo” (C.F., 1959, p. 152) — uma distinção que a intelectualidade católica não pode deixar de fazer, entre os que sabem e os que não sabem, entre a elite e os outros.

Parece, pois, que a psicanálise não é bem aceita, seu conhecimento devendo ser restrito àqueles que têm a ilustração necessária para discernir o que é válido ou não em seus postulados.

Considerações finais

Esta investigação, centrada em uma revista católica que teve grande importância no meio intelectual, não só da instituição religiosa, mas da elite

educada do País nas décadas estudadas, aponta como as relações entre ciência e religião são entremeadas por outros fatores, como momentos políticos específicos, presença de lideranças expressivas, circulação de ideias em gestação em outros espaços, etc. Especificamente, vimos como a Igreja Católica — aqui entendida como os intelectuais que a representavam em “A Ordem” — de uma posição de rejeição à psicologia (materialista e evolucionista) e do sentimento de ameaça de perda de seu poder de “educar as almas”, consegue perceber as transformações desse campo e observar formas emergentes — como a Psicologia humanista — que se coadunam com seu modo de ver o homem. Assim, conciliações são possíveis, embora o controle institucional deva ser mantido. Daí a importância da criação dos cursos de psicologia nas universidades católicas como forma de manutenção de seu objetivo de educar as elites e, principalmente, cuidar das almas.

Referências

- Aguiar, R. C. (2000). *O rebelde esquecido: Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Athayde, T. (1932). O Instituto Oficial de Psicologia. *A Ordem*, 13(6), 401-407.
- Athayde, T. (1934). Traços da psychologia do povo brasileiro. *A Ordem*, 14(48), 124-140.
- Barbosa, C. F. (1929). O problema da formação do pensamento. *A Ordem*, 9(4), 152-165.
- Barreto Filho. (1941). Uma psicologia humana da educação. *A Ordem*, 21(1), 37-60.
- Berge, F. D. (1939). A estrutura fundamental do sentimento religioso à luz da psicologia experimental. *A Ordem*, 21, 125-150.
- C. A. (1957). André Berge: Como educar pais e filhos? *A Ordem*, 58(6), 494-496.
- C. F. (1958). André Berge: A educação sexual e afetiva. *A Ordem*, 59(2), 180-181.
- C. F. (1959). André Berge: Os defeitos das crianças. *A Ordem*, 59(2), 151-152.
- Câmara, H. (1934). A psychologia da fé. *A Ordem*, 14(53), 64-65.
- Caminha, P. V. (1500). *A Carta*. Acesso em 15 de junho de 2013, em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>
- Cannabrava, E. V. (1934). Será a Psychologia Sciencia natural ou cultural. *A Ordem*, 14(51), 345-359.
- Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 1, 3-50.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (S.D). *A Era Vargas*. Acesso em 02 de Fevereiro de 2014, em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/PUC>
- Dumont, L., (1985). *O individualismo – uma perspectiva antropológica na ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE.
- Ferraz, D. P. A. (2014). *Memórias e Histórias do Curso de Psicologia da Faculdade Salesiana de Lorena/SP: uma contribuição para a historiografia da Psicologia no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Franca, L. (2001). *A psicologia da fé*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola. (Original publicado em 1934).
- Freyre, G. (2000). *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. (48ª Ed.). São Paulo: Global Editora. (Original publicado em 1933).
- Holanda, S. B. (1969). *Raízes do Brasil* (5ª Ed.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1936).
- Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 28-43.
- Lobato, J. H. V. (2013). *Entre a oração e o trabalho. O estudo de Psicologia no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro entre 1930 e 1950*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lourenço Filho, M. B. (2001). *Introdução ao estudo da Escola Nova*: (18ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da UERJ. (Original publicado em 1930).
- Lourenço Filho, M. B. (2004). A Psicologia no Brasil. In M. A. P. Antunes, *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 109-119). Rio de Janeiro: Editora da UERJ. (Original publicado em 1955).
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia Brasileira – da época colonial até 1934*. São Paulo: E.P.U.
- Massimi, M. (2000). A discussão sobre Psicologia Científica e Educação na Revista A Ordem, de 1930 a 1945. *Cadernos de Psicologia (UFMG)*, 9, 69-84.
- Massimi, M. (2007). O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Eds.), *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU.
- Mendieta, E., & Van Antwerpen, I. (2011). *El poder de la religión en la esfera pública*. Madrid: Ed. Trotta.
- Morais Jr., A. D'A. (1943). A doutrina de Freud. *A Ordem*, 29, 260-262.
- Nery, J. C. (1935). Possessão, histeria e êxtase. *A Ordem*, 8, 328-335.
- Nogueira, H. (1921). As curas milagrosas de Lourdes à luz da medicina. *A Ordem*, 1(3), 41-42.
- Prado Jr., C. (1989). *Formação do Brasil* (21ª ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense. (Original publicado em 1942).
- Ramos, A. (1932). A possessão fetichista na Bahia. *Archivos do Instituto Nina Rodrigues*, 1(2), 30-32.
- Romero, S. (1926). Explicações indispensáveis. Prefácio a Vários Escritos de Tobias Barreto de Menezes In T. Barreto, *Obras Completas* (Vol. 10, pp. i-xxvi). Sergipe, Brasil: Empreza Graphica Editora. (Original publicado em 1900).
- Sanchis, P. (2005). A Igreja Católica no Brasil e a dimensão do “sujeito”. In L. F. D. Duarte, J. Russo & A. T. Venâncio (Eds.), *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Sanchis, P. (2012) O “som Brasil” – uma tessitura sincrética? In M. Massimi (Ed.), *Psicologia, cultura e história: diálogos em perspectivas*. Rio de Janeiro: Outras Letras.
- Santos, L. J. (1930). Santo Agostinho: suas ideias em pedagogia e psychologia. *A Ordem*, 10(9), 103-111.
- Santos, T. M. (1935). Aspectos da Psicologia do Sonho. *A Ordem*, 15(1), 346-355.
- Santos, T. M. (1938a). A Educação e as tendências atuais da Psicologia. *A Ordem*, 20, 126-151.
- Santos, T. M. (1938b). O problema da gênese do sonho. *A Ordem*, 20, 361-366.
- Santos, T. M. (1939). O sonho e a memória. *A Ordem*, 22, 12-37.
- Santos, T. M. (1940a). Os fatores orgânicos e a gênese do sonho. *A Ordem*, 23, 251-276.
- Santos, T. M. (1940b). Psicologia comparada do sonho e da criança. *A Ordem*, 22, 521-530.

- Schincariol, M. T. (2006). Catolicismo, Romance Católico e Crítica Literária no Contexto da Revista A Ordem. *Revista de Estudos da Religião*, 4, 96-124. Acesso em 04 de Maio de 2013, em http://pucsp.br/rever/rv4_2006/p_schincariol.pdf
- Serbin, K. P. (2008). *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Velloso, M. P. (1978). A Ordem: Uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista Ciência Política*, 21(3), 117-160.
- Villaça, A. C. (2006). *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Endereço para correspondência:

Ana Maria Jacó-Vilela
Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia – Núcleo Clio-Psyché – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier, 524, 10º andar, bloco F, sala 10120 – Maracanã
CEP 20559-900 – Rio de Janeiro/RJ
E-mail: amjaco@uol.com.br

Recebido em 31/07/2013

Revisto em 27/02/2014

Aceito em 28/02/2014

* Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

O Introspeccionismo ainda não Considerado: O Caso de Edward Titchener

The Philosophical Background and Scientific Legacy of E. B. Titchener's Psychology: Understanding Introspectionism

Christian Beenfeldt

New York, NY: Springer, 2013, 74p.

Cíntia Fernandes Marcellos¹

¹Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora), Brasil

Com o propósito de “reabrir e reescrever” um importante capítulo da história da psicologia, superando a chamada história mítica ou ficcional da área, conforme as discussões de Allan Costall (2006) e Thomas Leahey (1992), Christian Beenfeldt apresenta sua obra *The Philosophical Background and Scientific Legacy of E. B. Titchener's Psychology: Understanding Introspectionism*, um dos mais recentes volumes da série *Springer Briefs in Philosophy*.

Adotando como ponto de partida para sua crítica a interpretação segundo a qual a psicologia como ciência da vida mental, baseada na introspecção, teria sido superada pelo behaviorismo, e que esse movimento, por sua vez, teria visto sua restrita agenda de pesquisa desafiada pela revolução cognitiva, responsável pela restauração do estudo da mente com base em novos recursos, Beenfeldt (2013) assume o considerável compromisso de “oferecer uma reconceitualização fundamental do introspeccionismo Titcheneriano com respeito a sua postura científica e filosófica básica, sua metodologia investigativa e a causa efetiva de sua recusa” (p. XI).

A tese defendida pelo autor é a de que o introspeccionismo de Titchener não é, ao contrário do que afirma a interpretação tradicional, um sistema fundamentado pela introspecção, mas sim por pressupostos do associacionismo britânico e pelo método analítico, ao passo que o motivo para sua ruína estaria relacionado à intrusão desses mesmos pressupostos em sua abordagem experimental.

O autor organiza sua argumentação em três partes, que correspondem à estrutura formal do livro. A primeira é dedicada à análise do *background* intelectual de Titchener e apresenta aspectos característicos do associacionismo britânico em sua formulação inicial e amadurecida; a segunda parte discute o sistema introspeccionista do autor; e, na última, Beenfeldt (2013) assume a tarefa de demonstrar, ao longo de três capítulos, seu argumento de que o introspeccionismo é uma forma de associacionismo que “tinha

muito pouco a ver com o que hoje reconheceríamos como introspecção” (p. XI).

A fim de oferecermos uma análise à altura dos objetivos de Beenfeldt, nos concentraremos nos argumentos do autor, destacando alguns aspectos metodológicos, cujas consequências consideramos importantes para a interpretação das ideias de Titchener. O primeiro ponto a ser observado surge ainda na introdução do livro, onde o autor nos apresenta seus objetivos.

Considerando que o introspeccionismo é mais uma criação do behaviorismo do que uma proclamação de seus próprios adeptos, Beenfeldt adota o termo para se referir a um conjunto de psicologias experimentais influentes nos séculos XIX e XX e, em especial, à psicologia de Edward Titchener. Ele destaca que o verdadeiro problema do introspeccionismo está, contudo, em outro lugar: na suposição de sua relação fundamental e necessária com a introspecção. Embora presente, em linhas gerais, qual é a concepção de introspeccionismo a ser defendida, Beenfeldt não nos esclarece precisamente qual é a noção de introspecção que está em questão. Com isso, o autor comete o primeiro e talvez mais grave erro na defesa de sua argumentação, pois, ao criticar a leitura tradicional acerca do introspeccionismo, não basta dizer o que ele é, conforme sua nova interpretação, mas é preciso também dizer aquilo que se defende que ele não é. Ironicamente, Beenfeldt parece ter ignorado a constatação feita por Costall (2006) acerca de uma questão corriqueira na apresentação do tema, a de que “o problema, ao final, com os manuais, quando eles estão ensaiando a velha história sobre o fim da psicologia introspectiva, é que eles raramente se preocupam em explicar o que eles entendem por ‘introspecção’” (p. 649).

As únicas e genéricas referências de Beenfeldt em relação ao significado de introspecção ao longo de todo o livro são menções àquilo que hoje seria re-

conhecido como introspecção. Mas poderemos realmente adotar tal critério? Não seria essa uma avaliação exclusivamente presentista sobre o que deve ou não ser entendido como introspecção? Será essa hipotética concepção contemporânea idêntica à definição Titcheneriana? E igualmente ao longo de toda a sua obra? Essas questões nos acompanharão ao menos até o terceiro capítulo, quando, nos promete o autor, encontraremos a demonstração de seus argumentos. Por ora, sigamos conforme a estrutura do livro.

Em seu primeiro capítulo, Beenfeldt indica seletivamente aspectos da tradição empirista britânica que, posteriormente, identificará no sistema de Titchener. Sua passagem por Thomas Hobbes, John Locke e David Hume tem como propósito identificar aqueles elementos que, juntos, configurariam as suposições fundamentais da fase inicial do associacionismo: o elementarismo, ou a doutrina segundo a qual sistemas complexos são formados por constituintes atômicos ou indivisíveis; o reducionismo decomposicional, que considera a análise de níveis mais complexos de organização em níveis cada vez mais simples, até o limite de suas configurações elementares; o sensacionismo ou sensacionalismo, ou seja, a afirmação de que as sensações constituem as unidades mínimas da experiência humana; e, por fim, as leis de associação, que governariam a conexão entre os fenômenos mentais, garantindo sua expressão organizada e não casual.

No capítulo seguinte o autor apresenta o que considera ser a expressão elaborada desses pressupostos, encontrada nos trabalhos de David Hartley, James Mill e John Stuart Mill. Não obstante a sucinta apresentação das ideias desses três autores e das distinções entre eles, Beenfeldt defende haver neles uma abordagem que pode ser caracterizada como uma *ciência física da vida mental*, que apresenta um caráter elementarista, reducionista e sensacionalista, submetido a leis de associação e em estrita analogia com os fenômenos e as leis da física e da química. Tal abordagem configura, segundo Beenfeldt, a herança do associacionismo na psicologia e que, longe de ser positiva, constitui a seus olhos um equívoco, uma vez que revela uma extrapolação especulativa de conhecimentos legítimos de ciências como a física e a química para além de seus domínios.

Em sequência, seu objetivo na segunda parte do livro é considerar como essas ideias, herdadas da tradição associacionista, se fundiram com a ênfase na investigação experimental de laboratório ao longo do

século XIX. Para isso, Beenfeldt opta por um caminho bastante tradicional, porém insuficientemente esclarecedor para o problema em questão: ele oferece, em seu terceiro capítulo, uma superficial apresentação do trabalho de Wilhelm Wundt (1832–1920) e de seu relacionamento com Titchener. Abstendo-se de tomar posição em relação às interpretações tradicionais e modernas sobre Wundt e à responsabilidade de Titchener na distorção de suas ideias, Beenfeldt assume, sob uma curiosa justificativa, o que ele chama de *imagem percebida* de Wundt — aquela que o considera um introspeccionista, cujas ideias eram próximas das de Titchener.

Segundo ele, tal opção deve-se ao fato de que é “esse estado de coisas, percebido naquele tempo, e subsequentemente, que é relevante em termos causais com respeito à teoria da introspecção dominante na psicologia” (Beenfeldt, 2013, p. 30). Também aqui se pode questionar o caminho percorrido pelo autor que, ao pretender oferecer uma reinterpretção tão fundamental sobre as ideias de Titchener, acompanha leituras tão tradicionais, quando não errôneas. A referência a Wundt cumpre um papel meramente figurativo no texto e suas ideias sobre a introspecção jamais são apresentadas, o que poderia ser esperado diante de sua citada importância para o assunto. Além disso, o autor passa da tradição mais estritamente filosófica britânica para o contexto científico-experimental de Wundt, sem reconhecer qualquer importância à variedade da formação de Titchener ainda na Inglaterra, como o seu treinamento experimental inicial, ou seu contato com outras perspectivas científicas e filosóficas, tanto em Oxford quanto em Leipzig.

É a partir dessas condições que o capítulo quatro apresenta o sistema psicológico de Titchener ou, mais exatamente, aquilo que o autor delimitou como representativo desse sistema. Ignorando as discussões e evidências acerca das transformações nas ideias de Titchener, inclusive no que diz respeito exclusivamente à introspecção, Beenfeldt considera toda a sua obra como representativa de uma psicologia estruturalista, destacando entre suas características a analogia com a morfologia e o papel da análise. Convencido da influência dos propósitos reducionistas de Titchener e, para sustentar a interpretação de que seu sistema representaria uma química mental elementar, Beenfeldt parece deixar de lado a totalidade dos objetivos da psicologia apresentados pelo próprio autor, fazendo com que seu interesse em explicar a vida mental

se mostre essencialmente reduzido à simples identificação e classificação de seus elementos constituintes, com a finalidade de construir uma verdadeira tabela periódica dos fenômenos psíquicos.

Tal postura torna-se ainda mais explícita quando o autor questiona a definição de processo defendida por Titchener e sua recusa da noção de átomos mentais. Segundo ele, a adoção dessa definição decorre de uma tentativa de desviar-se das críticas ao atomismo e de uma compreensão parcial dos aspectos microfísicos das ciências naturais, que teriam levado Titchener a desconsiderar que a distinção entre coisa e processo, isto é, entre algo permanente, relativamente inalterável e delimitável e algo em contínua operação e progressiva mudança, seria apenas aparente e restrita ao nível macroscópico. Desvelada essa “confusão terminológica” causada pelo próprio Titchener, Beenfeldt (2013) acredita ter demonstrado que a “insistência de Titchener na defesa dos processos mentais, como opostos aos átomos mentais, é de fato vazia” (p. 39). O que Beenfeldt desconsidera é que, nesse momento, o propósito central de Titchener é, mais do que simplesmente evitar as críticas dirigidas ao atomismo, eliminar a presença da qualquer hipótese substancialista sobre o mental, inclusive o reducionismo materialista, e assegurar a autonomia de uma ciência psicológica.

Com base em tais interpretações, Beenfeldt ainda seleciona passagens das obras de Titchener que demonstrariam que os pressupostos do associacionismo compõem igualmente a agenda do introspeccionismo, concluindo que o sistema de Titchener nada mais é do que uma forma de associacionismo baseada em laboratório e que ele, por sua vez, é de fato um inglês representando a tradição britânica, e não a alemã, nos Estados Unidos.

Aqui, contudo, é necessário notar que não apenas a convicção do autor parece tê-lo levado a encontrar em Titchener as características que esperava como também a seleção aparentemente arbitrária de obras do autor é responsável pela constituição de falsas evidências. Ao enfatizar a formação britânica de Titchener, Beenfeldt seleciona passagens de sua obra que a confirmam, como as menções a James Mill e sua influência na adoção da introspecção, e a famosa passagem da primeira edição de *An outline of psychology* (1896), em que ele afirma que o “ponto de vista geral do livro é aquele da tradicional psicologia inglesa” (p. VI). Embora sejam autênticas essas passagens, Beenfeldt revela, contudo, desconhecer

as alterações realizadas por Titchener nas edições seguintes desse mesmo livro, como a retirada intencional dessa afirmação de vínculo com a psicologia inglesa, e em outras obras, nas quais Titchener demonstra uma postura diferente em relação a essas mesmas influências. Duas delas podem ser encontradas em textos citados pelo próprio Beenfeldt, como em *The schema of introspection* (1912), em que Titchener não apenas reconhece o caráter equívoco do termo “introspecção” mas também aceita a distinção entre sua forma direta, que envolve a apercepção do processo simultaneamente a sua ocorrência, e a indireta, que se refere à recuperação de um processo já ocorrido por meio da memória. Outra passagem importante que sugere possíveis modificações na forma de Titchener conceber a introspecção está em *A beginner's psychology* (1915), em que ele reafirma a influência de Mill em sua opção pelo caminho introspectivo, mas considera que “[...] todavia, muitos anos tiveram que passar antes que eu compreendesse devidamente o que ele tinha deixado fora dele” (p. VII). Curiosamente, nenhuma dessas passagens foi considerada na análise de Beenfeldt.

Com isso, chegamos à terceira e última parte do livro. Em seu quinto capítulo, Beenfeldt apresenta sua interpretação sobre o declínio do introspeccionismo. Primeiramente, ele afirma que ao referir-se à “introspecção experimental”, “introspecção sistemática” ou apenas “introspecção”, Titchener não queria dizer introspecção simplesmente, mas antes o que pode ser considerado como uma forma de investigação psicológica sistemática e fortemente carregada de pressupostos teóricos do associacionismo, a qual Beenfeldt chamará de “análise psicológica”, “atenção analítica” ou apenas “análise”.

Beenfeldt (2013) ainda lista algumas características do treinamento Titcheneriano, como a atenção e a concentração intensivas sobre o fenômeno, para concluir que esse método é tratado por Titchener como “um dispositivo expressamente projetado para realizar uma tarefa específica, produzir um tipo específico de dados para os quais ele foi projetado e calibrado previamente” (p. 51), garantindo assim a imunidade de seus pressupostos em relação à crítica. Uma evidência apontada por Beenfeldt para tal afirmação é a analogia usada por Titchener (1912) acerca dos limites da introspecção e os de um microscópio que igualmente podem observar apenas o que é observável. Embora Titchener utilize tal analogia para indicar que produtos da abstração lógica não podem ser observados empiri-

camente, Beenfeldt (2013) a menciona para afirmar que “conforme a psicologia Titcheneriana, podemos observar apenas sensações e afetos ou, mais exatamente, [...] compostos destes” (p. 52), demonstrando mais uma vez sua forçosa identificação de elementarismo ingênuo e estrito em Titchener.

Apesar disso, Beenfeldt (2013) alcança sua conclusão, a de que a análise psicológica de Titchener foi projetada para efetuar a “confirmação experimental da perspectiva empirista clássica acerca do mental” (p. 52). Com base nessa caracterização e em uma nota sobre o procedimento experimental autêntico, Beenfeldt (2013) sugere que a radical incompatibilidade entre o método adotado por Titchener e a introspecção, tal qual “filósofos, psicólogos e pessoas comuns” (p. 52) reconhecem hoje, consiste no fato de que o primeiro mantém seus pressupostos completamente imunes à refutação científica, enquanto os segundos não incorreriam nesse vício. Embora essa seja uma chave de discussão interessante e possível, que conduziria, em última instância, a uma discussão acerca do papel das pressuposições teóricas nas ciências indutivas, o autor não a executa, restringindo-se a afirmações categóricas.

Além disso, e, antes de passarmos ao ponto seguinte, há um importante lapso cometido por Beenfeldt em relação à definição de introspecção para Titchener. Ele afirma que a investigação realizada por Titchener consistia exclusivamente em uma retrospectiva. Embora isso seja afirmado até certa época, seus trabalhos a partir da década de 1910 indicam que ele não estava plenamente satisfeito com essa situação e sua postura é reformulada. Titchener passa a considerar a retrospectiva um procedimento para iniciantes e útil em apenas poucos casos, ao passo que a introspecção direta é adotada como o padrão universal em suas investigações. Tal transformação aparece em ao menos duas das obras citadas por Beenfeldt, *The text-book of psychology* (1910, pp. 22-23) e *The schema of introspection* (1912, pp. 491-493), como já indicado acima, mas cujo conteúdo não foi notado por ele.

Outro aspecto importante diz respeito à defesa de Beenfeldt do papel da análise como verdadeiro qualificativo do método Titcheneriano. Seu argumento consiste na alegação de que, para Titchener, não apenas toda ciência começa com a análise, mas que este processo é o único método confiável da psicologia e a fonte por excelência de evidência acerca da vida psíquica. Contudo, mais uma vez Beenfeldt parece

tomar a parte pelo todo e extrair dela uma conclusão categórica¹. Titchener afirma que a ciência começa com a análise, mas não que se encerra nela. Segundo ele, a identificação da regularidade das conexões entre os processos mentais e o estabelecimento de suas leis dependem essencialmente da segunda etapa de seu método introspectivo: a síntese dos elementos sob condições experimentais. A essa etapa segue-se ainda a identificação das condições fisiológicas paralelas aos processos mentais (Titchener, 1910), o que é substancialmente ignorado por Beenfeldt em prol de sua própria interpretação.

Os capítulos seis e sete são, por sua vez, apenas desdobramentos dessa leitura, nos quais Beenfeldt se permite explicar as falhas do introspeccionismo e os motivos para seu abandono. Dentre os “defeitos congênitos” do sistema, Beenfeldt cita a alegação de erro de estímulo em casos de resultados controversos e desfavoráveis, como o que envolveu a escola de Würzburg; a virtual destruição da experiência psíquica concreta em numerosas unidades elementares, jamais reconstituídas em sua forma original; a desconsideração da contribuição de outras áreas da psicologia, assim como por questões de interesse das pessoas comuns; e, por fim, e mais surpreendentemente, a afirmação de que *insights* do Darwinismo e da biologia comparativa estiveram completamente ausentes do sistema introspeccionista, exclusivamente preocupado com os padrões da química inorgânica e da física Newtoniana. Segundo Beenfeldt (2013), a psicologia Titcheneriana permaneceu “essencialmente intocada pelo advento dos dados sobre a biologia humana e animal” (p. 66). Além dos aspectos já discutidos, tais afirmações demonstram ainda o desconhecimento do autor em relação à literatura especializada e às informações básicas acerca da biografia e da obra de Titchener, como a declarada influência de Herbert Spencer e Thomas Huxley, especialmente sobre a fase inicial de sua produção, suas próprias pesquisas em biologia comparada, e as relações que sua psicologia assume com a biologia na explicação dos fenômenos mentais.

Por ora, a interpretação de Beenfeldt (2013) sobre o fracasso do introspeccionismo reflete apenas seu

¹ Na página 56, Beenfeldt reconhece o uso da síntese em *An outline of psychology* (1896), porém apenas como um procedimento para confirmação dos resultados encontrados pela análise, e não como etapa com função específica e positiva, o que já pode ser notado em *A text-book of psychology* (1910), outra obra citada pelo autor, nas páginas 36 a 41.

profundo compromisso com uma leitura cognitivista, mais especificamente a de Ulric Neisser, mencionada pelo autor, e que considera como os verdadeiros motivos para seu abandono a restrição ao uso em laboratório, não oferecendo nenhuma informação sobre a interação das pessoas com o mundo, e a ausência de uma teoria sobre o desenvolvimento cognitivo, os processos inconscientes e o comportamento.

Diante disso, não surpreende encontrar em seu capítulo final a constatação de que o introspecionismo Titcheneriano foi um sistema especulativo, mais do que observacional, uma vez que todas as suas numerosas observações eram feitas para encontrar o que já presumiam existir de antemão, isto é, os elementos mentais. Dada a diferença que Beenfeldt (2013) acredita encontrar entre esse sistema e a introspecção, ele afirma que a insistência de Titchener no uso desse termo constituiu uma “estratégia epistêmica deliberada” (p. 72) de atribuir um novo sentido, o de análise psicológica, a um termo já velho e tradicional, a introspecção. Os motivos para isso são dificilmente alcançáveis.

Por fim, não obstante a publicação de novos estudos sobre Titchener já representar em si um motivo para comemoração, não se pode, contudo, considerar que o trabalho de Beenfeldt tenha lançado uma nova luz sobre a compreensão de suas ideias e, menos ainda, que tenha cumprido aquilo que prometeu. Os maiores responsá-

veis por esse resultado parecem ter sido o insuficiente conhecimento acerca da totalidade da obra do autor e os problemas decorrentes de suas escolhas metodológicas. Assim, visto não ser possível aceitar a tese de Beenfeldt de que o sistema introspecionista de Titchener não é baseado na introspecção, a maior, e talvez exclusiva, contribuição do trabalho de Beenfeldt é a constatação de que o introspecionismo traz em si fortes influências da tradição associacionista, ainda que, como ele parece não ter notado, não sejam elas as únicas.

Referências

- Costall, A. (2006). ‘Introspectionism’ and the mythical origins of scientific psychology. *Consciousness and Cognition*, 15(4), 634-654.
- Leahey, T. H. (1992). The mythical revolutions of American psychology. *American Psychologist*, 47(2), 308-318.
- Titchener, E. B. (1896). *An outline of psychology*. New York/London: The Macmillan & Co.
- Titchener, E. B. (1910). *A text-book of psychology*. New York: The Macmillan & Co.
- Titchener, E. B. (1912). The schema of introspection. *The American Journal of Psychology*, 23(4), 485-508.
- Titchener, E. B. (1915). *A beginner’s psychology*. New York: The Macmillan & Co.